FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921  UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



ANO 104 ★ Nº 34.770 — QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2024 — R$ 6,90

Dólar bate R$ 5,40 com dúvida sobre força de Haddad

Derrotas recentes do ministro e declarações de Lula (PT) causam temor sobre condução da política econômica

A cotação do dólar registrou alta de 0,83% ontem, atingindo R$ 5,405, em um dia de percepção de enfraquecimento do ministro Fernando Haddad (Fazenda), visto como defensor do equilíbrio fiscal, e de declarações do presidente Lula (PT) a respeito da política econômica.

Com isso, a moeda norte-americana chegou novamente a seu maior patamar desde janeiro de 2023. A Bolsa operou em forte queda, recuando 1,39%.

Incertezas sobre a condução da economia pelo governo e derrotas de Haddad nas últimas semanas são citadas por agentes do mercado.

O revés mais recente do ministro ocorreu na terça-feira, quando o Congresso devolveu ao governo a medida provisória que restringia o uso de créditos tributários, alternativa da equipe econômica para compensar a desoneração da folha. O texto havia sido criticado por setores empresariais.

A auxiliares Lula reclamou de erros no episódio da desoneração. A eles soma-se o tropeço no leilão de arroz, uma semana após mudança na articulação política.

Ontem, também pesaram no mau humor do mercado falas do presidente no Rio. Ele disse que o país tem estabilidade política e econômica "de sobra" e defendeu mais arrecadação e queda de juros para reduzir o déficit "sem comprometer" o investimento público. Mercado p.1

STF atrela correção do FGTS à inflação

O Supremo Tribunal Federal decidiu ontem, por 7 votos a 4, que a fórmula de correção do dinheiro nas contas de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) deverá seguir o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Assim, os trabalhadores receberão, no mínimo, a reposição da inflação oficial do país.

Os ministros acataram fórmula proposta pelo governo. O reajuste vai considerar a soma da TR (Taxa Referencial), mais 3% e a distribuição de lucros do fundo equivalentes à inflação.

A decisão corresponde a ação do Solidariedade. A medida passa a valer após a publicação do acórdão, o que pode ocorrer hoje.

Segundo o Supremo, não haverá reajuste retroativo dos saldos. Por exemplo, quem acumular R$ 50 mil de fundo de garantia, terá um saldo de R$ 52.250, considerando cálculos com a taxa de inflação atual. Hoje, esse valor seria de R$ 51.650.

Ao menos 117 milhões de contas serão impactadas, segundo a Caixa. Mercado p.5



Karime Xavier/Folhapress

JUSTIÇA NÃO REGISTRA CASOS DE HOMOTRANSFOBIA

Rafael Gonzaga, 33, e Adrian Grasson, 32, reproduzem beijo de HQ censurado pela Prefeitura do Rio e publicado na Primeira Página da Folha em 2019; o casal foi vítima de suposto caso de homofobia, criminalizada pelo STF há cinco anos, mais ainda não contabilizada Cotidiano B3

Fed mantém juros e sinaliza apenas um corte neste ano

O banco central dos EUA decidiu ontem manter a taxa básica de juros do país na faixa entre 5,25% e 5,5% e sinalizou que deve fazer somente um corte de 0,25 ponto percentual neste ano. A decisão do Federal Reserve não surpreendeu o mercado e veio após a divulgação de dados de inflação mais fracos do que o esperado. Mercado p.3

Campos Neto indicou a Tarcísio aceitar ministério

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, sinalizou ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), seu amigo, que aceitaria ser seu ministro da Fazenda em eventual disputa pelo Planalto em 2026. Ao mesmo tempo, desestimulou a candidatura de Tarcísio à Presidência, avaliando que ele deve tentar a reeleição em SP. Mercado p.6

Metrô e trem atraem e afastam moradores em SP

Análise da evolução populacional no entorno de estações de metrô e trens na capital paulista entre 2010 e 2022 mostra que tanto houve adensamento quanto queda no número de moradores. O período coincide em parte com o Plano Diretor de 2014, cujo objetivo era levar moradias para perto do transporte sobre trilhos. Cotidiano B1

Ilustrada C7
Em 'O Ouvidor do Brasil', Ruy Castro retrata Tom Jobim além da música

Equilíbrio B5
Sair sozinha para 'date solo' vira atividade de autoconhecimento

Turismo C10
Viagem à Armênia revela delícias como conhaque, vinhos e pão-folha



As atrizes Olivia Cooke (Alicent Hightower) e Emma D'Arcy (Rhaenyra Targaryen) Divulgação

Ilustrada C1

Embate de matriarcas

'A Casa do Dragão', série do universo de 'Game of Thrones', retorna em sua segunda temporada com luta entre mães, foco em dramas e política e menos cenas chocantes.

PF indicia ministro Juscelino Filho sob suspeita de corrupção

A Polícia Federal indiciou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), pelos crimes de organização criminosa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e fraude em licitação, em inquérito sobre desvios de verbas da estatal Codevasf.

As suspeitas envolvem obras executadas em Vitorino Freire (MA), cidade governada pela irmã do ministro, e bancadas por emendas indicadas por Juscelino quando ele era deputado. Ele criticou a PF e disse que o indiciamento é "ação política e previsível". Política A4

Thiago Amparo

O Brasil dos bons costumes quer obrigar criança a ter filho de seu estuprador

Opinião A2

EDITORIAIS A2

É Lula quem alimenta as tensões financeiras
Sobre sucessão de reveses da política econômica e falta de endosso presidencial ao ministro Fernando Haddad.

Paz remota
Acerca de tentativa de encerrar Guerra da Ucrânia.

Câmara aprova urgência em texto sobre aborto

Saúde B4



ISSN 1414-5723
34770
9 771414 572056

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Laerte



EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

É Lula quem alimenta as tensões financeiras

Ao não endossar de forma clara o ajuste fiscal e a agenda de seu ministro da Fazenda, mandatário dificulta a queda da inflação e dos juros

A mais recente tentativa do governo de aumentar a arrecadação falhou de modo ruidoso. Uma medida provisória destinada a restringir o uso de créditos contra o erário no pagamento de impostos, que surpreendeu empresas e parlamentares, foi rapidamente recusada pelo Congresso —sob o argumento de falta de fundamentação legal.

O episódio é mais do que uma derrota circunstancial. Evidencia insatisfação crescente com a tentativa inglória de controlar o déficit público apenas por meio de sucessivos aumentos de receita.

Tal estratégia, na esteira de uma exorbitante expansão do gasto público já no primeiro ano do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), parece chegar a um limite.

A consequência imediata do revés foi mais disseminação da leitura de que o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, e seus planos fiscais não contam com o endosso do Planalto. O contexto de tensão financeira e política amplificou o efeito desse prejuízo de imagem.

Declarações do ministro são entendidas como sinais extras de que lhe falta poder para levar adiante o controle das contas públicas.

Desde meados de abril se intensifica a deterioração de indicadores. De lá para cá, o governo afrouxou suas metas orçamentárias, e o cenário para as taxas de juros nos Estados Unidos se alterou para pior.

O voto dividido no Banco Central causou mais alarme. As taxas de juros de longo prazo sobem faz meses, o dólar dá saltos e o processo de redução da Selic deve ser suspenso até o ano que vem.

Desde o início do ano, Lula enfrenta mais dificuldades no Congresso. Vetos presidenciais são derrubados, a reforma tributária se arrasta, a oposição impõe sua pauta.

O próprio governo cria turbulências. Assim se deu com as semanas de tumulto com a intervenção na Petrobras. A administração petista conseguiu embaraçar-se até com uma equivocada importação de arroz.

Não bastasse, Lula discursou nesta quarta (12) de modo a reforçar a percepção de que não se comprometerá com um ajuste. Declarou que o controle fiscal virá por meio de mais receita e juros menores —o que a esta altura soa a alheamento da realidade.

Nada foi dito sobre contenção da despesa primária, o que está em questão. Realimentou-se o fogo nos mercados financeiros, mesmo em uma situação de indicadores de atividade econômica razoáveis.

Haddad diz que levará ao presidente um plano de controle de despesas. Seria boa oportunidade de aplacar a balbúrdia, mas o governo vem desperdiçando suas chances.

Paz remota

Encontro na Suíça para encerrar Guerra da Ucrânia tende à frustração por divisões e ausência russa

País historicamente associado à neutralidade e a negociações de paz, a Suíça sedia neste fim de semana uma conferência que receberá hostes de líderes em busca de uma solução para a Guerra da Ucrânia, fruto da agressão promovida pelo russo Vladimir Putin em 2022.

O evento, contudo, parece fadado à frustração, salvo uma improvável mudança de ânimo por parte de seus participantes. O motivo básico é que a Rússia não foi convidada. E, se fosse, não iria.

O status neutro dos suíços é desconsiderado por Moscou, dada a adesão a sanções econômicas contra a Rússia devido à invasão.

Assim, o que estará à mesa será um pacote divulgado no fim de 2022 por Kiev, com dez pontos para chegar à paz que não incluem concessões aceitas pelos próprios ucranianos quando ainda havia rodadas de negociações com os russos, no início do conflito.

A brutalidade da guerra justifica a inflexibilidade. O renovado apoio ocidental —que agora inclui a arriscada permissão de EUA e aliados para o emprego de suas armas dodas a Kiev contra território russo— cristaliza tal posição.

Realistas apontam para o fato incontornável de que tal voluntarismo não é suficiente por não ensejar uma derrota militar de Moscou.

O desafio é acomodar preocupações de segurança russas —denunciadas como neoimperialismo no Ocidente e temperadas pelas ameaças nucleares do Kremlin— com a rejeição de um endosso ao uso da força. Nada indica, porém, que essa barreira será superada com o discurso único que se desenha na Suíça, refletindo a divisão maior que a guerra explicitou.

Dos 160 convidados, só 90 confirmaram presença até o agora. O maior apoiador de Kiev, o americano Joe Biden, enviará sua vice. O Brasil declinou de participar e enviará sua embaixadora aos Alpes apenas como observadora.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que se coloca ao lado da China, fiadora de Putin, rejeitou comparecer alegando a defesa de uma cúpula mais ampla que envolva os rivais.

Isso mostra o malabarismo a que as guerras obrigam, dado que, ao contrário dos chineses, os brasileiros condenaram o conflito em duas ocasiões na ONU. Mas, como os asiáticos, rejeitam as sanções a Moscou em nome dos benefícios comerciais que já auferem.

Criança não é mãe

Thiago Amparo

Não há como escrever isto de forma branda: nesta quarta-feira (12), a Câmara dos Deputados considerou urgente discutir se a lei deve obrigar crianças vítimas de estupro à tortura física e psicológica de gestar o filho fruto da violência sexual que sofreram.

É exatamente isso que faz o projeto de lei 1.904/24, cuja urgência foi aprovada pela Casa legislativa em requerimento patrocinado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que o incluiu na lista de votação. O PL iguala aborto legal, inclusive em caso de estupro, a homicídio, se realizado depois de 22 semanas de gestação.

O PL da Gravidez Infantil não versa bulhufas sobre pauta de costumes: torturar crianças abusadas sexualmente não tem fundamento moral; serve apenas ao sadismo extremista de quem está pouco se lixando para proteger crianças reais, mas sim para angariar votos com projetos de lei sem respaldo em fatos.

A realidade, caros deputados, é que no Brasil 61,4% das vítimas de estupro possuem entre zero e 13 anos e são elas que descobrem tardiamente a gravidez, se houver. A realidade fora das redes sociais, vossas excelências, é que, no Brasil, a cada 10 crianças abusadas, 6 delas foram violentadas por seus próprios familiares.

Esses são os últimos dados oficiais, já muito subnotificados, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023. A realidade fora das redes sociais, caros moralistas, é que a turma de Lira e companhia quer que crianças estupradas virem mães do filho do agressor, que, majoritariamente, é seu próprio pai, tio, irmão ou outro familiar.

Se a turma do Lira e companhia quiser uma pauta moralista que realmente importe, aqui vai uma sugestão: o país registra, em média, 43 casamentos de menores de 18 anos por dia; em 2022, foram 15,8 mil matrimônios infantis.

O Brasil dos bons costumes já permite adolescentes de 16 e 17 anos casarem; agora quer obrigar crianças a terem filhos de seus estupradores.

Campos Neto veste a camisa

Bruno Boghossian

Quando apareceu para votar com uma camisa da seleção brasileira, Roberto Campos Neto tinha a certeza de que continuaria no cargo mesmo que seu candidato favorito perdesse a eleição. A autonomia do Banco Central foi criada para dar estabilidade ao presidente da instituição, mas também abriu margem para certos atrevimentos particulares.

Campos Neto nunca demonstrou a intenção de esconder seus aliados, amigos e afinidades partidárias. Sem subordinação formal ao governo desde 2021, almoçava rotineiramente com Paulo Guedes e participava de um grupo de WhatsApp com a equipe de Bolsonaro. Na eleição, segundo a revista Piauí, preparou um modelo matemático para ajudar a campanha do então presidente.

A lei de autonomia foi desenhada para obrigar um governante a conviver, por dois anos, com um presidente do BC indicado por seu antecessor. Nada proíbe que esse banqueiro central desfile com seus aliados, amigos e afinidades partidárias. O problema começa a aparecer quando essas relações passam a fazer parte de um projeto político.

A medalha dada a Campos Neto por deputados bolsonaristas na Assembleia de São Paulo, na segunda (10), entraria para o extenso rol de honrarias insignificantes da política nacional não fosse a cortesia de Tarcísio de Freitas ao oferecer um jantar para homenagear o presidente do BC e fazer propaganda de um certo alinhamento entre os dois.

Além da simbólica dobradinha, o evento fez com que deixasse de correr apenas à boca miúda a ideia de que Campos Neto poderia ser ministro da Fazenda caso Tarcísio chegasse à Presidência, como relatou o Painel S.A.. Um político influente com acesso à dupla disse a esta coluna que o próprio chefe do BC já teria apontado essa possibilidade.

Se a comparação com Sergio Moro é inevitável, a hipótese de Campos Neto tem um agravante: o plano é traçado enquanto o chefe do BC ainda está sentado na cadeira, com pretensões que dependem, necessariamente, do sucesso da oposição.

Primeiro tempo, 7 a 0

Ruy Castro

Durante anos, futebol e crime foram assuntos de que os jornais mais classudos só falavam a contragosto. Eram coisa de gente que lia o jornal em pé, na porta do botequim, com um pé na parede e um palito entre os dentes. O Jornal do Brasil dos anos 70, por exemplo, se dependesse de seu esnobe proprietário, só trataria de polo e equitação. Já os jornais menores, como o Notícias Populares e A Luta Democrática, falavam de crime e futebol com a maior naturalidade. Aliás, viviam deles.

Mas, mesmo nesses, as pautas não se misturavam. Seus personagens eram diferentes. Os jogadores eram homens pacatos, casados, moravam com a sogra, usavam terninhos da Ducal, ganhavam pouco, alguns até trabalhavam fora. Já os bandidos trocavam tiros com a polícia, fumavam uma erva vinda do Norte, matavam e morriam diariamente. Eram mundos separados.

Não mais. Hoje, abre-se a seção de esportes e lê-se que um craque da seleção brasileira está sendo acusado na Inglaterra de tomar cartões amarelos para beneficiar amigos que apostaram que ele tomaria os tais amarelos. Outro será julgado na Suíça por ter-se recusado a fazer um exame antidoping por não querer mostrar o pinto para o fiscal.

Um terceiro foi condenado na Espanha pelo estupro de uma fã num banheiro de boate. E mais um, tendo sido condenado na Itália por um estupro coletivo há nove anos, cumpre pena em Tremembé (SP). Descobriu-se agora que um de seus colegas na chacina sexual, ainda em liberdade, trabalha num instituto voltado para crianças e adolescentes, de propriedade de um ex-supercraque do Brasil. O qual, por sua vez, está associado a um esquema calhorda que pretende sonegar as praias ao povo. Para completar, um grande clube brasileiro está às voltas com uma transação obscura, envolvendo laranjas e lavagem de milhões.

O crime está dizendo para o futebol: "Primeiro tempo, 7 a 0. Empate este jogo se for capaz".

As escolas reprovadas

Maria Hermínia Tavares

Professora emérita da FFLCH-USP, é pesquisadora do Cebrap. Escreve às quintas

Para cada problema complexo a extrema direita tem a proverbial resposta: simples e errada.

É o caso do Programa Escola Cívico-Militar, que o bolsonarismo, com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, à frente, conseguiu transformar em lei em fins de maio último.

Destinado às escolas públicas do estado que a ele queiram aderir, o tal programa prevê atividades que caibam no figurino, complementares ao currículo escolar.

A gestão da coisa caberá à Secretaria de Segurança; a execução a PMs da reserva, promovidos a monitores. Os colégios que aderirem ao esforço patriótico receberão apoio financeiro para executá-lo. Professores civis e monitores militares embolsarão adicionais à sua paga: afinal, ninguém é de ferro.

Não está claro no que consistirão as tais atividades cívico-militares. Vídeos promocionais mostram crianças em posição de sentido ou com os braços cruzados para trás, cantando o Hino Nacional ou enfileiradas para entrar nas classes.

O Brasil, como é notório, não se distingue pela qualidade da educação pública, responsável por quase 70% das matrículas no ensino básico. São Paulo tampouco. Assim, seria de esperar que quaisquer iniciativas visando a melhoria da educação se arrimassem em sólidas evidências do que dá certo ou não nesse combalido setor.

As escolas cívico-militares foram criadas no governo Bolsonaro em escala nacional. Ficaram faltando avaliações abrangentes de seus resultados.

Ainda bem que não faltam excelentes trabalhos sobre o que vem dando certo para melhorar o ensino público, em várias partes do país. É o caso da ONG Todos pela Educação, dedicada ao tema, com seu cuidadoso estudo das políticas bem-sucedidas em estados ou cidades onde é de aplaudir o desempenho de alunos dos ciclos fundamental e médio.

O levantamento indica que não há uma receita milagrosa para o que se busca, mas um conjunto variado de medidas. Um ambiente escolar organizado, vai sem dizer, é parte do caminho percorrido. E nenhum dos casos conferidos pode ser creditado às presumíveis habilidades específicas de policiais militares aposentados. Muito menos à única forma de disciplina que conhecem: a da obediência à rígida hierarquia de comando.

Como em todas as soluções da lavra da extrema direita, a lei aprovada pelo Legislativo paulista mistura arrogante ignorância sobre o problema; exploração do anseio da população por ordem; agrado ao primitivismo da militância bolsonara; e, de quebra, benefícios a sua clientela fardada.

Rigorosamente nem sombra de parecença com a educação de qualidade que deveria preparar para o "exercício consciente da cidadania".

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Brasil enfrenta nível alarmante de morte de crianças por doenças cardíacas

Criar área de atuação específica terá impacto na vida de milhares de famílias

Leonardo Miana
Cirurgião cardiovascular do Incor (Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP), é presidente do Departamento de Cirurgia Cardiovascular Pediátrica da SBCCV (Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular)

No Brasil, mais de 20 mil crianças nascem todos os anos com algum tipo de enfermidade no coração. Muitas delas precisam de intervenção precoce para garantir a sobrevivência e a qualidade de vida. Infelizmente, isso nem sempre acontece.

Existe no país um elevado déficit de cirurgias cardíacas pediátricas. Assim, muitos desses bebês não recebem a assistência necessária a tempo e acabam morrendo —uma morte que poderia ser evitada se a estrutura brasileira de saúde estivesse mais bem preparada.

A situação é alarmante e exige atenção e ação imediata. O Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por financiar 90% do atendimento, vem tentando aumentar o volume desse tipo de operação. Por enquanto, porém, sem sucesso.

Apenas 36% da demanda anual de cirurgias necessárias é atendida, e as intervenções mais complexas, realizadas nos pacientes mais graves, costumam ser preteridas, justamente por serem mais onerosas e necessitarem mais estrutura e capacitação das equipes.

Segundo levantamento do Ministério da Saúde, existem no Brasil 67 serviços credenciados pelo SUS, número —teoricamente— suficiente para cumprir a demanda. Entretanto, apenas 24 desses centros superam o volume mínimo de cirurgias exigido pelo órgão, que é de 120 intervenções anuais. Mais preocupante, 21 serviços não estão realizando operações desse tipo por questões que passam por falta de estrutura, de financiamento e de pessoal especializado.

O último ponto é crucial. No Brasil, não existe a necessidade de especialização complementar para operar uma criança. Basta o treinamento regular em cirurgia cardiovascular, que pode ser feito em um dos 95 centros reconhecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica e/ou Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular. Ocorre que esses centros se distribuem de forma desequilibrada pelo território nacional (48% ficam na região Sudeste, e apenas 5% na região Norte) e, muito mais grave, apenas 22 (23%) possuem volume de atendimento que permita o treinamento apropriado nas delicadas e complexas intervenções requeridas para tratar crianças cardiopatas.

As técnicas cirúrgicas evoluíram bastante nos últimos anos, criando um horizonte de esperança que não existia num passado não muito distante. Esse avanço trouxe consigo a necessidade de hospitais, centros e equipes multidisciplinares dedicados e especializados. Em países desenvolvidos como Estados Unidos e Inglaterra, essa mudança de paradigma transformou a cirurgia cardiovascular pediátrica em uma área de atuação específica. Aqui no Brasil, isso ainda não aconteceu.

[...]

Muitas vezes, [as famílias] esperam por uma cirurgia que nunca chega. Cuidar desses pequenos pacientes demanda não apenas conhecimento técnico, mas também uma dedicação extraordinária, pois cada caso é único e exige abordagens específicas e inovadoras

Felizmente, um alento pode ser alcançado nos próximos dias. O congresso da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, a ser realizado em São Paulo nesta sexta (14) e sábado (15), votará um projeto crucial que visa solicitar às autoridades competentes a criação de uma área de atuação específica em cirurgia cardiovascular pediátrica e das cardiopatias congênitas. É um projeto fundamental para regulamentar os centros formadores e o treinamento dos futuros cirurgiões, possibilitando mais recursos para a prática desses profissionais, promovendo qualidade e eficiência no atendimento das crianças.

A criação da área de atuação terá um impacto direto na vida de milhares de famílias brasileiras que buscam uma cura para seus filhos e que, muitas vezes, esperam por uma cirurgia que nunca chega. Cuidar desses pequenos pacientes demanda não apenas conhecimento técnico, mas também uma dedicação extraordinária, pois cada caso é único e exige abordagens específicas e inovadoras.

Neste ano, o mês de junho, que coincide com o do Dia Nacional de Conscientização da Cardiopatia Congênita, celebrado na quarta-feira (12), deve servir como um catalisador para a mudança, iluminando a necessidade urgente de ações concretas e eficazes. Com esse pleito aprovado, será possível ampliar a atenção e melhorar a qualidade do cuidado prestado a esses pequenos pacientes.

O futuro de milhares de corações infantis depende das decisões que forem tomadas agora. Será o início de uma nova era onde cada criança terá a oportunidade de um coração saudável e uma vida plena.

Lidar com a emergência climática é proteger os direitos humanos

Crise configura, também, o agravamento das desigualdades e do racismo

Marina Dermmam e Veronica Korber Gonçalves
Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS, é coordenadora do Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente (Gerima) e relatora das missões sobre justiça climática do Conselho Nacional de Direitos Humanos

O Rio Grande do Sul está enfrentando a maior calamidade pública de sua história ocasionada por um evento climático extremo. Falhamos em responder ao alerta de cientistas do IPCC (painel do clima da ONU) sobre a necessidade de manter o aumento da temperatura média do planeta em 1,5ºC, o que significa que enfrentaremos mudanças profundas nos ecossistemas planetários.

O que parecia uma mera previsão científica, de aparente longo prazo, tornou-se a mais triste realidade, que traz uma dura lição: o clima é fator determinante para a garantia do direito humano ao meio ambiente equilibrado. As consequências das mudanças climáticas se materializaram em uma longa lista de violação de direitos humanos, a começar pelo mais sagrado deles: o direito à vida. Os que sobreviveram agora lutam por uma vida digna, pois outros direitos humanos foram ameaçados: saúde, moradia, educação, segurança, meio ambiente sadio e equilibrado, entre outros.

Os direitos humanos compõem um arcabouço normativo construído com base em muita luta e resistência de comunidades ao redor do mundo. Em 2023, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 76/300, reconhecendo um ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano. O texto reconhece que as mudanças climáticas estão entre as maiores ameaças à realização dos direitos humanos.

Em 2023, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) aprovou a resolução 15/2023, que "recomenda que o Estado brasileiro reconheça a emergência climática pela qual passa o país". No mesmo ano, o CNDH previu a realização de cinco missões, uma em cada região do país, para conhecer, a partir da escuta de atores locais, a realidade de violações de direitos humanos decorrentes das mudanças climáticas. Até o momento, três missões foram realizadas (Norte, Sudeste e Sul), tendo o trabalho sido interrompido em razão da situação no Rio Grande do Sul.

[...]

Aprendemos com lideranças que estão cientes dessa relação perversa entre as mudanças climáticas e a violação dos direitos humanos que somente a partir dos territórios, e das lições dos que enfrentam com seus corpos a intensidade dos eventos extremos, é possível pensar em políticas para contê-los

Pudemos perceber, ao conversar com as pessoas atingidas por eventos climáticos extremos, quão urgente é —o que significa planejamento e ações de curto, médio e longo prazo— que os diferentes atores sociais, em especial os gestores públicos, apropriem-se da pauta climática, na medida em que ela agrava as dificuldades em se lidar com desafios estruturais e antigos nos territórios.

É preciso que o planejamento de políticas públicas leve em conta a ciência, sob risco de que esse planejamento diga respeito a um mundo que não existe mais.

A partir da escuta, aprendemos que as mudanças climáticas configuram também um fator de agravamento das desigualdades socioambientais e do racismo climático, que acentua as consequências desses eventos extremos nas populações negras. Aprendemos com lideranças que estão cientes dessa relação perversa entre as mudanças climáticas e a violação dos direitos humanos que somente a partir dos territórios, e das lições dos que enfrentam com seus corpos a intensidade dos eventos extremos, é possível pensar em políticas para contê-los.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço


Brigitte Vasallo, autora de 'O Desafio Poliamoroso' Alba Garcia Fijo/Divulgação

É Tudo Amor

"Monogamia é um sistema inerente ao capitalismo, afirma autora de 'O Desafio Poliamoroso'" (Equilíbrio, 11/6). A polimórfica sexualidade humana não encontra abrigo nas convenções construídas socialmente, com fins de controle.
Fabrício Schweitzer
(Florianópolis, SC)

*

Cada um sabe o que é melhor para si. Parem de rotular as coisas, inclusive, as relações. Não queira afirmar o que é melhor para o outro.
Luísa Toledo (Nova Friburgo, RJ)

*

As famílias são pré-capitalistas, mas o capitalismo engessou isso. O velho Engels já sabia e sistematizou seu pensamento em 1884, em "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado".
José Eduardo de Oliveira
(Patos de Minas, MG)

Atração à primeira vista

"Quando se diz 'amor à primeira vista', geralmente é atração sexual à primeira vista, afirma bióloga" (Ciência, 12/6). Concordo com a cientista. Pensamos ter liberdade de escolha mas quem manda no nosso comportamento é o DNA.
Ana Marques (Jundiaí, SP)

*

Eu penso que o namoro é um período de recrutamento e seleção. Se o recrutamento não for bem feito, teremos problemas no futuro.
Marcos Fernando Dauner
(Joinville, sc)

Chuvas no Sul

"Polícia indicia 7 funcionários e Cobasi por morte de animais em lojas inundadas em Porto Alegre" (Cotidiano, 12/6). Uma ave morrer dentro de uma gaiola em uma inundação é de uma crueldade sem precedentes. Deus fez as aves voarem. Bastava deixá-las voar para outro canto, se possível. Animais foram tratados como os pacotes de ração. Que seja feita justiça por eles!
Flávio Augusto (São Paulo, SP)

*

Enquanto insistirem em comprar animais, coisas assim acontecerão. Animais não são mercadorias!
Larissa Alves da Silva
(Ribeirão Pires, SP)

*

Acho que tem que indiciar a empresa, o CNPJ.
Ivone Patelli (São Paulo, SP)

Medida Provisória

"Lula prometeu parar tramitação da MP do PIS/Cofins, diz presidente da CNI" (Mercado, 11/6). Continuem sobretaxando as empresas localizadas no Brasil e colherão outra recessão como a de 2015 e 2016. Tem gente que não aprende nem com os próprios erros.
Igor Cornelsen (São Paulo, SP)

Delação premiada

"Governo Lula vê potencial desgaste e tenta se afastar de projeto sobre delação" (Política, 10/6). Este projeto é contra qualquer brasileiro que paga seus impostos e não merece um escárnio desses. É como se tivéssemos que estar sempre vigilantes quanto a um novo golpe em nossas vidas, trabalhos e dignidades. Fica o sentimento de que a impunidade e o mal sempre vencem.
Jane Ventury Leal
(Belo Horizonte, MG)

Suspeita de desvios

"PF indicia Juscelino Filho, ministro de Lula, sob suspeita de corrupção e organização criminosa" (Política, 12/6). Corrupção e aumento de gastos. Não tem uma notícia razoável. E os petistas tentam defender o indefensável. Ele é ministro do governo Lula. Ponto final.
Marcius Carvalho
(Belo Horizonte, MG)

*

Corrupção da era Bolsonaro sendo apurada. Não existe mecanismo para acabar com a corrupção, existe controle da política pela sociedade através da punição, aprimorado sempre que a esquerda chega ao poder. E funciona até contra os que participam dos governos de esquerda. Ou alguém acredita que o fato de não haver denunciados no governo anterior foi sinônimo de melhor governança?
Edilson Borges
(Rio de Janeiro, RJ)

*

Ministro do Lula, mas faltou dizer: bolsonarista e ministro do centrão. Lula precisa governar com o Congresso dominado por bolsonaristas.
Eduardo Elói (São Paulo, SP)

*

Quando será demitido? Já passou da hora.
Helio Jose Malavasi Filho
(Campinas, SP)

Alteração de regras

"Fazenda estuda limitar a 2,5% crescimento real do pisos de saúde e educação" (Mercado, 11/6). Nunca antes vi neste país uma dita esquerda tão alienada. Os pisos constitucionais da educação e saúde são o mínimo de justiça social. Vá fazer reforma estrutural nos salários extorsivos do alto funcionalismo, auditem a dívida pública, promovam uma gestão competente e sem corrupção. Deixem o povo trabalhador viver!
Graça Almeida
(Belo Horizonte, MG)

*

Isto é um governo de esquerda? Retirar o piso constitucional da saúde e da educação será um erro histórico do PT e um passo da esquerda partidária para o abismo. Em tempos de ascensão global da extrema direita, é uma grande estupidez.
Thiago Machado (Caicó, RN)

*

Votei no Lula para ele não desvincular os gastos constitucionais em saúde e educação. Se o governo defender esta bandeira guediana, me sentirei profundamente traído.
Pipo Falda (Belo Horizonte, MG)

*

O que é isso? Se fosse para fazer esse tipo de política, a população teria elegido Bolsonaro e o projeto destrutivo de Guedes. Isso é um absurdo.
Mateus Santana
(Campinas, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

OPINIÃO (12/6, PÁG. A2) Houve erro de tradução da frase "Turn about is fair play" na coluna "Dois vivas à diversidade". O correto é "Retaliar é justo", não "mudar de ideia é parte do jogo".

política

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

Digitais

A ligação de membros do governo Lula com a tentativa de proibir a delação premiada de presos inclui projeto com esse teor apresentado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, em 2018, quando era deputado federal. Ele é coautor da proposta, junto com o ex-deputado Wadih Damous (PT-RJ), atual secretário do Consumidor. O assunto voltou à tona após ser aprovada urgência para o projeto e diante do temor de que poderia anular delações que atingem Jair Bolsonaro (PL).

DÉMODÉ Procurado, o ministro diz que o projeto foi protocolado "como um questionamento às arbitrariedades que estavam sendo praticadas pela Lava Jato". "Portanto, é um projeto datado. Não há por que ter urgência na sua votação", diz.

PATRÃO 1 Um dos motivos pelos quais o ministro Juscelino Filho (Comunicações) deve permanecer no cargo é o fato de ser um dos maiores defensores de Lula no União Brasil. A legenda é formada por diversas alas, entre apoiadores do governo, independentes e bolsonaristas.

PATRÃO 2 Juscelino não esconde, por exemplo, que pretende trabalhar pelo apoio do partido à reeleição do petista em 2026, mesmo com a pré-candidatura à Presidência do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, um dos principais caciques do União Brasil.

TABELINHA Pablo Marçal (PRTB) compartilhou vídeo publicado por Guilherme Boulos (PSOL) que mostra trecho de sabatina em que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) é perguntado se conta com a possibilidade de não ser eleito e responde: "Lógico, 100%". "Essa eu tive que comentar", escreveu o coach, além de ter incluído emojis de risadas.

QUINTA SÉRIE A deputada Júlia Zanatta (PL-SC) vai acionar o Ministério Público contra Erika Hilton (PSOL-SP) por violência política de gênero, após ser chamada de "feia e ultrapassada" por ela em audiência na Câmara sobre direitos das mulheres. Erika também a mandou "hidratar o cabelo". A psolista, por sua vez, diz ter sofrido transfobia de Nikolas Ferreira (PL-MG) na mesma ocasião.

TREVAS O projeto que equipara aborto a homicídio para gestações acima de 22 semanas vai agravar os casos de gravidezes de meninas de até 14 anos e revitimiza mulheres estupradas, diz a ministra Cida Gonçalves (Mulheres). Ela afirma que não é por acaso que o projeto tem sido chamado de "PL da Gravidez Infantil" e cita dados do SUS que indicam que, em média, 38 mulheres nesta idade se tornam mães a cada dia no Brasil.

VISITA À FOLHA 1 Juscelino Filho, ministro das Comunicações, esteve no jornal nesta quarta-feira (12). Acompanhava-o Leonardo Liébana, chefe da assessoria especial de comunicação social.

VISITA À FOLHA 2 Marcelo Noronha, CEO do Bradesco, e Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Conselho de Administração, estiveram no jornal nesta quarta-feira (12). Acompanhavam-nos Nilton Horita e Lúcia Porto, assessores de imprensa.

VISITA À FOLHA 3 Gustavo Ribeiro, presidente da Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde), esteve no jornal nesta quarta-feira (12). Acompanhavam-no Gustavo Sierra, superintendente de comunicação, Guilherme Barros, CEO da GBR Comunicação, e Lana Pinheiro, diretora da GBR.

VISITA À FOLHA 4 Patrícia Villela Marino, presidente do Instituto Humanitas360, esteve no jornal nesta quarta-feira (12). Acompanhavam-na Ricardo Anderaos, diretor-executivo do PDR Fundo Filantrópico, e Fernanda d´Avila, assessora de imprensa.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

Cláudio



GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90		Digital Premium R$ 44,90
EDIÇÃO IMPRESSA	**Venda avulsa** seg. a sáb.	dom.	**Assinatura semestral*** Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO FOLHA (verificado por PwC)
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa. Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/



Juscelino Filho, atual ministro das Comunicações; na época do caso era deputado Gabriela Biló - 23.mar.24/Folhapress

PF indicia Juscelino Filho, ministro de Lula, sob suspeita de corrupção

Órgão aponta desvios em contratos da Codevasf bancados com emendas parlamentares; ministro critica a atuação da PF

Fabio Serapião e Mateus Vargas

BRASÍLIA A Polícia Federal concluiu que o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), integra uma organização criminosa e cometeu o crime de corrupção passiva relacionado a desvios de recursos de obras de pavimentação custeadas com dinheiro público da estatal federal Codevasf.

Juscelino foi indiciado sob suspeita dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção passiva, falsidade ideológica e fraude em licitação.

O ministro criticou a atuação da PF e disse que o indiciamento é uma "ação política e previsível". "Trata-se de um inquérito que devassou a minha vida e dos meus familiares, sem encontrar nada. A investigação revira fatos antigos e que sequer são de minha responsabilidade enquanto parlamentar", afirmou Juscelino.

As suspeitas envolvem irregularidades em obras executadas em Vitorino Freire (MA), cidade governada por Luanna Rezende, irmã do ministro, e bancadas por emendas parlamentares indicadas pelo ministro de Lula no período em que ele atuava como deputado federal.

Um dos elementos utilizados pela PF é um relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) sobre uma das obras ter beneficiado propriedades da família do ministro. O relatório final do caso foi enviado para o ministro Flávio Dino, relator do inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal).

A investigação teve início para as apurar suspeitas de desvios em obras da Codevasf, em especial as realizadas pela empresa Construservice, cujo sócio oculto, aponta a PF, é o empresário Eduardo José Barros Costa, conhecido como Eduardo DP.

Juscelino passou a ser investigado após a PF encontrar mensagens entre ele e Eduardo DP no celular do empresário apreendido na primeira fase da operação Odoacro. Como revelou a **Folha**, as mensagens mostram diálogos do empresário e de Juscelino sobre a execução de obras e a destinação das emendas.

Já as investigações da PF sobre a atuação da Construservice da Codevasf tiveram origem em reportagens da **Folha** publicadas em maio de 2022.

O jornal revelou que a empreiteira havia obtido a vice-liderança em licitações da Codevasf apesar dos indícios de crimes contra o seu suposto dono de fato, Eduardo DP. Mostrou ainda que a empresa utilizou laranjas para participar de concorrências públicas na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Antes disso, a PF já investigava suspeitas de um esquema desse empresário com verbas do Ministério da Educação, mas com base nas reportagens da **Folha** deflagrou a primeira fase da operação Odoacro, com foco na Codevasf, em julho de 2022.

Segundo relatório da PF, as mensagens analisadas no inquérito reforçam a "atuação criminosa de Juscelino Filho" e demonstram que a "sua função na Orcrim (organização criminosa) era conhecida por todos os membros" do suposto grupo chefiado por Eduardo DP.

"Resta cristalina a relação criminosa pactuada entre Juscelino Filho e Eduardo DP", diz trecho de um relatório da PF. De acordo com o documento em que a PF pediu busca contra Juscelino Filho, o grupo do ministro foi responsável por "suposto desvio ou apropriação e uso indevido de, no mínimo, R$ 835,8 mil".

Ao longo da apuração, a PF mapeou três caminhos utilizados para desviar valores de contratos da Codevasf para o hoje ministro de Lula.

Os caminhos citados na investigação envolvem a pavimentação de estrada que beneficiava propriedades dele, as indicações de pagamentos a terceiros e a contratação de uma empresa que a PF suspeita ser do próprio Juscelino.

A empresa do próprio ministro destinatária dos valores, diz a PF, é a Arco. Investigadores apontam que, no passado, duas pessoas que ocupam cargos de assessoria do gabinete de Juscelino já integraram o quadro societário dessa empresa, informação revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Essa mesma empresa chegou a realizar uma obra, com verba indicada por Juscelino, de recuperação da estrada de terra que dá acesso à fazenda do ministro.

Um ano após o fim do serviço, o chefe da pasta das Comunicações direcionou outra emenda para contrato da Construservice para asfaltar diversas vias do município, inclusive a mesma estrada que leva ao imóvel rural da família, como também mostrou o jornal O Estado de S. Paulo.

Os investigadores ainda encontraram transações entre a Arco e Eduardo DP.

A irmã do ministro chegou a ser alvo de busca e apreensão em setembro de 2023 durante a investigação. A PF também pediu busca contra Juscelino, mas o então relator do caso, o ministro do STF Luis Roberto Barroso, negou o pedido. O ministro de Lula, no entanto, teve os bens bloqueados.

O inquérito é relatado por Flávio Dino no STF porque ele recebeu os processo do acervo de Rosa Weber. A ministra, agora aposentada, por sua vez, herdou o caso de Barroso quando o ministro virou presidente do STF.

Eduardo DP, sócio oculto da Construservice, já foi alvo de operações da Polícia Civil do Maranhão e entrou na mira da PF em inquérito sobre suposta lavagem de dinheiro por meio de verba desviada de contratos fraudados.

A apuração passou a focar obras com verba da Codevasf, estatal que leva o nome de Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e que foi entregue por Bolsonaro ao centrão e mantida dessa forma por Lula.

Em julho de 2022, a PF prendeu Eduardo DP na primeira fase da operação Odoacro e acessou o celular do empresário, quando os diálogos com Juscelino foram encontrados. O empresário foi solto dias depois.

A segunda fase da Odoacro, deflagrada em outubro do mesmo ano, mirou Julimar Alves da Silva Filho, que era fiscal da Codevasf e foi afastado do órgão sob suspeita de ter recebido R$ 250 mil de propina da Construservice.

Segundo a PF, Julimar era um "tentáculo" de Juscelino dentro da Codevasf para realizar os desvios.

+ CRIMES DOS QUAIS JUSCELINO FILHO É SUSPEITO
- Corrupção passiva
- Organização criminosa
- Lavagem de dinheiro
- Falsidade ideológica
- Fraude em licitação

Motivo do indiciamento
As suspeitas da Polícia Federal envolvem irregularidades em obras em Vitorino Freire (MA), cidade governada pela irmã do ministro, e bancadas por emendas indicadas por ele quando era deputado federal

Surgimento das investigações
As apurações da PF sobre a atuação da Construservice em contratos da Codevasf tiveram origem em reportagens da **Folha** publicadas em 2022; Juscelino passou a ser investigado após a corporação encontrar mensagens entre ele e Eduardo DP na primeira fase da operação Odoacro;

O que diz o ministro
Juscelino Filho disse que o indiciamento é uma "ação política e previsível", que teria devassado a vida dele e de seus familiares sem nada encontrar

Ministro critica PF e diz que não foi achado nada contra ele

Indiciamento é uma ação política e previsível, afirma Juscelino Filho

Fabio Serapião e Mateus Vargas

BRASÍLIA O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), criticou nesta quarta-feira (12) a atuação da Polícia Federal em investigação que aponta desvios de verba da estatal federal Codevasf.

A declaração foi dada após divulgação de que a PF indiciou o ministro sob suspeita dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção passiva, falsidade ideológica e fraude a licitação.

"Trata-se de um inquérito que devassou a minha vida e dos meus familiares, sem encontrar nada. A investigação revira fatos antigos e que sequer são de minha responsabilidade enquanto parlamentar", afirmou o ministro em nota.

As suspeitas envolvem irregularidades em obras executadas em Vitorino Freire (MA), cidade governada por Luanna Rezende, irmã do ministro, e bancadas por emendas parlamentares indicadas no período em que o ministro de Lula atuava como deputado federal.

"A investigação, que deveria ser um instrumento para descobrir a verdade, parece ter se desviado de seu propósito original. Em vez disso, concentrou-se em criar uma narrativa de culpabilidade perante a opinião pública, com vazamentos seletivos, sem considerar os fatos objetivos", afirmou ainda Juscelino.

Em nota, ele também disse que o indiciamento é uma "ação política e previsível", "que parte de uma apuração que distorceu premissas, ignorou fatos e sequer ouviu a defesa sobre o escopo do inquérito".

Juscelino também reforçou, na nota, que as suspeitas da PF não envolvem as atividades dele como ministro do governo Lula (PT).

Um dos elementos utilizados pela PF é um relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) sobre uma das obras ter beneficiado propriedades da família do ministro. O relatório final do caso foi enviado para o ministro Flávio Dino, relator do inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal).

A investigação teve início para as apurar suspeitas de desvios em obras da Codevasf, em especial as executadas pela empresa Construservice, cujo sócio oculto, aponta a PF, é o empresário Eduardo José Barros Costa, conhecido como Eduardo DP.

A PF realizou três fases da operação Odoacro para buscar provas dentro do inquérito, sendo que Juscelino teve bens bloqueados na etapa mais recente, em setembro de 2023.

"No exercício do cargo como deputado federal, apenas indiquei emendas parlamentares para custear obras. A licitação, realização e fiscalização dessas obras são de responsabilidade do Poder Executivo e dos demais órgãos competentes", disse Juscelino.

A PF obteve mensagens de celulares apreendidos em etapa anterior da investigação que mostram diálogos de Juscelino e de Eduardo DP sobre a execução de obras e destinação de emendas. As conversas tornaram o ministro investigado.

Ao longo da apuração, a PF mapeou três caminhos utilizados para desviar valores de contratos da Codevasf para o ministro de Lula.

Os caminhos citados na investigação envolvem a pavimentação de estrada que beneficiava propriedades dele, as indicações de pagamentos a terceiros e a contratação de uma empresa que a PF suspeita ser do próprio Juscelino.

"Durante o meu depoimento, o delegado responsável não fez questionamentos relevantes sobre o objeto da investigação. Além disso, o encerrou abruptamente após apenas 15 minutos, sem dar espaço para esclarecimentos ou aprofundamento", disse o ministro após o indiciamento.

"Isso suscita dúvidas sobre sua isenção, repetindo um modo operante que já vimos na Operação Lava Jato e que causou danos irreparáveis a pessoas inocentes", declarou ainda Juscelino.

"É importante lembrar que o indiciamento não implica em culpa. A Justiça é a única instância competente para julgar, e confio plenamente na imparcialidade do Poder Judiciário. Minha inocência será comprovada ao final desse processo, e espero que o amplo direito de defesa e a presunção de inocência sejam respeitados", afirma a nota divulgada pelo ministro.

> "A investigação, que deveria ser um instrumento para descobrir a verdade, parece ter se desviado de seu propósito original. (...) Concentrou-se em criar uma narrativa de culpabilidade perante a opinião pública, com vazamentos seletivos, sem considerar os fatos objetivos
>
> **Juscelino Filho (União Brasil-MA)**
> ministro das Comunicações, em nota

Governo vê saída difícil e vai usar caso para cobrar apoio da União Brasil

Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA O governo Lula (PT) avalia que o indiciamento pela Polícia Federal aumenta a pressão sobre o ministro Juscelino Filho (Comunicações), mas vê difícil uma mudança na pasta.

A avaliação de auxiliares e ministros é de que esta etapa da investigação criminal ainda não seria suficiente para um afastamento e que Lula não quer se indispor com a União Brasil, partido de Juscelino.

A legenda tem a terceira maior bancada da Câmara e um dos mais fortes candidatos à presidência da Casa, Elmar Nascimento (BA). Por isso, eventual mudança precisaria ser bem negociada e acertada com cúpula e caciques do partido.

Mas alguns auxiliares palacianos dizem acreditar que o novo fato também abre a possibilidade para que o Palácio do Planalto aumente a cobrança sobre a União Brasil por mais votos no Congresso Nacional.

O indiciamento do ministro ocorre num dia em que Lula cumpriu agenda no Rio de Janeiro pela manhã e embarcou à tarde para a Suíça, para reuniões do G7.

Com isso, Juscelino Filho ganha tempo. Lula volta no sábado (15) ao Brasil.

Em geral, integrantes do governo dizem que o fato é que a pasta seguirá sob comando da União Brasil. E o partido já manifestou oficialmente seu apoio à manutenção de Juscelino no comando das Comunicações.

Nota do recém-empossado presidente Antonio Rueda diz que não aceitará "pré-julgamentos ou condenações antecipadas"

"Indiciamento não deve significar culpa, e o princípio da presunção de inocência e o devido processo legal devem ser rigorosamente respeitados. (...) O União Brasil reafirma seu apoio ao ministro Juscelino Filho e sua confiança na Justiça, o único órgão competente para julgar", disse Rueda.

O partido é o terceiro maior da Câmara, com 58 parlamentares. No Senado, tem 7. No governo, além de Juscelino, o partido é responsável pela indicação de Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional), apadrinhado do senador Davi Alcolumbre (AP), e pelo titular do Turismo, Celso Sabino.

Parlamentares influentes da União Brasil também passaram a endossar e transmitir nos bastidores o apoio a Juscelino para os governistas.

Questionado sobre a situação, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou a jornalistas que quem deveria decidir sobre o futuro do ministro é o partido dele.

"Tem um fato novo, indiciamento. O presidente vai embarcar. Ele vai ser informado de tudo e vai tomar uma decisão. Na verdade, quem teria que tomar uma decisão é o partido dele."



Helicóptero apreendido pela Polícia Federal nesta quarta-feira (12), em Goiânia Divulgação

Operação da Polícia Federal mira Pros e faz prisões em investigação de desvio de R$ 36 mi

Fabio Serapião e Ranier Bragon

BRASÍLIA A Polícia Federal cumpriu nesta quarta-feira (12) mandados de busca e apreensão e prisão contra dirigentes do partido Pros, hoje incorporado ao Solidariedade, dentro de uma investigação sobre desvios de R$ 36 milhões dos fundos partidário e eleitoral nas eleições de 2022.

A ação, batizada de Fundo do Poço, prendeu seis pessoas e apreendeu cerca de R$ 26 mil em espécie e um helicóptero comprado pelo partido com verba pública.

Há ordem de prisão também contra o presidente do Solidariedade, Eurípedes Júnior, que era o principal dirigente do Pros, mas ele não foi localizado até o início da noite.

Segundo a PF, a investigação começou após denúncia feita por um ex-presidente do partido, possivelmente Marcus Holanda, que nos últimos anos travou uma disputa com Eurípedes pelo controle do Pros.

Foram expedidos sete mandados de prisão, 45 de busca e apreensão e outros de bloqueio e indisponibilidade de bens pela Justiça Eleitoral no Distrito Federal.

A investigação, diz a PF, encontrou indícios da atuação de uma organização criminosa "estruturalmente ordenada com o objetivo de desviar e se apropriar de recursos do Fundo Partidário e Eleitoral, utilizando-se de candidaturas laranjas ao redor do país, de superfaturamento de serviços de consultoria jurídica e desvio de recursos partidários destinados à Fundação da Ordem Social".

Os envolvidos estão sendo investigados por suspeitas de crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, furto qualificado, apropriação indébita, falsidade ideológica eleitoral e apropriação de recursos destinados ao financiamento eleitoral, segundo a PF.

Além do helicóptero, foram apreendidas máquinas de produção de material gráfico.

O Pros foi criado em 2013, envolveu-se em escândalos em boa parte de sua história e está rachado entre dois grupos que se acusam mutuamente de corrupção.

Como mostrou a **Folha**, as contas do Pros já haviam sido rejeitadas pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que condenou o partido a devolver R$ 2,4 milhões aos cofres públicos em 2017. A apuração do TSE indicou o uso do dinheiro público em benefício do então presidente da sigla, Eurípedes Júnior.

A verba destinada ao partido, diz a investigação do TSE, foi utilizada na construção de uma piscina e na realização de reformas em sua casa, para comprar uma máquina industrial de polimento de pisos e no custeio da compra e manutenção de avião e helicóptero.

Em 2015, o Pros usou R$ 2,4 milhões de dinheiro público para adquirir um helicóptero Robinson R66 Turbine, prefixo PP-CHF, pago à vista com recursos do fundo partidário. A sigla já tinha adquirido um bimotor no ano anterior por R$ 400 mil (em valores sem correção) para uso de dirigentes da sigla.

Os três maiores partidos brasileiros à época, PMDB, PT e PSDB, não tinham aeronaves.

O TSE também descobriu o uso do dinheiro partidário na compra de insumos típicos de um restaurante profissional. Na mesma época dos gastos, afirmam os técnicos da corte, funcionava a Biroska do Churrasco, de propriedade de uma ex-companheira do dirigente.

O Pros negou que as carnes tivessem como destino a churrascaria e indicou que as aquisições eram para cozinha montada pelo partido para dirigentes, funcionários e convidados.

Foram adquiridos com dinheiro público um forno elétrico, cem pratos de mesa e cem de sobremesa, bifeteira elétrica, fritadeira, equipamento de bufê de 18 cubas para exposição de alimentos quentes e saladas, máquina com capacidade para produzir 50 kg de gelo por dia, facas de açougue, de peixaria, de churrasco, cutelo, jarras, porcelana para sobremesa de creme brûlée, taças de vinho e de água, galhetas de azeite, maçarico de culinária, frigideiras, caçarolas, formas para quindim, entre outros.

O partido gastou ainda outros R$ 135 mil com alimentos, com destaque para 3.700 kg de carne —cerca de 10 kg por dia, incluindo feriados e finais de semana.

Eurípedes Junior, 49, foi vereador em Planaltina (GO) e presidente da Câmara Municipal antes de fundar o partido. Em 2014, ele se candidatou a deputado federal pela legenda que fundou, mas não se elegeu. Em 2018, se candidatou a suplente de senador e também não teve sucesso.

Em 2013, ele disse que vendeu "o que tinha" para conseguir fundar o partido político --processo que depende da coleta de milhares de assinaturas pelo país.

A mãe dele, conhecida como Dona Cida, foi prefeita em Planaltina.

Barroso dá uma aula no Roda Viva

E reinventa noções de conflito de interesses, ética judicial e segurança jurídica

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Há eventos públicos pedagógicos. E há entrevistas de ministros do STF no Roda Viva. Acontecimento que ensina como a Justiça se enxerga e se defende, como juízes se gostam e se elogiam. Oportunidade rara de aprendizado.

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, foi ao programa para defender o tribunal de críticas recentes. Nessa aula de equívocos superlativos sobre deveres de juízes, preocupa mais a convicção com que os professa do que seu conteúdo. Quando a certeza triunfa sobre o argumento, o diálogo deixa de funcionar.

Barroso adotou quatro tipos de resposta: o Supremo está certo, a crítica está errada, viciada na incompreensão e na implicância; o tribunal errou, mas eu acertei e não sei se você pergunta para a pessoa certa; aqui errou, mas foi um acidente; aqui errou, mas não diria que é um padrão.

Confira. Não há resposta que não se encaixe numa dessas alternativas (em especial nas duas primeiras). E há a resposta xeque-mate para sacudir a poeira: "Há ênfase no negativo, sem percepção das coisas boas. Isso não define o Supremo".

Muitos aspectos de estilo e de conteúdo merecem discussão, mas vale prestar atenção em como reage a alguns temas em especial.

Primeiro, a promiscuidade com empresários e políticos em eventos festivos por aí: "Há incompreensão, percepção equivocada de que ministros do Supremo sejam disponíveis a qualquer influência".

"Conversamos com comunidades indígenas, com estudantes, com jornalistas, com sindicalistas. Quando se conversa com empresário, há sempre repercussão negativa, como se tivesse coisa imprópria, o que revela preconceito contra empresários. Certa implicância."

"Não tem nada de errado acontecendo. Discordar de uma decisão não quer dizer que haja alguma coisa de irregular na decisão." "Depois que eu penso qual é a solução correta, não tem pedido, não tem favor, não tem pressão econômica, eu faço o que tenho que fazer. Não defendo nada errado nessa vida. Se estiver errado, sou contra."

Barroso não só nega a existência de conflito de interesses, ele transforma esse dispositivo republicano e institucional numa avaliação de caráter do indivíduo. Sua honestidade e vocação para o bem, contudo, não importam aqui.

Não basta fazer o certo, precisa parecer. Não temos o ônus de provar que houve ato de favorecimento ilícito. Para constatar conflito de interesses, não há que se provar nada além do fato objetivo de certas conexões pessoais: o parente, o empresário, o político. É um ilícito na conduta em si, e não depende do resultado.

Também não estamos preocupados com a maneira como percebem a si mesmos. Interessa olhar para como a sociedade lhes percebe. Imparcialidade objetiva não se confunde com subjetiva. Barroso foi indagado sobre a primeira (a imagem). Fingiu que era sobre a segunda (o caráter). E prometeu que são todos honestos.

Segundo, a falta de divulgação de agenda de alguns ministros: "Não há uma exigência nem regimental nem legal, de modo que é um critério de cada ministro". "Eu até divulgo, mas estou viúvo. Não preciso divulgar com quem eu estou saindo se estiver saindo com alguém." "Não há como você regular a vida privada de uma autoridade pública."

Aqui, mais que incompreensão, há falta de noção sobre regras elementares. A ética judicial não disciplina só comportamento público, mas alcança parte da vida privada. Só não alcança a vida íntima. Para ele, Toffoli num camarote da Champions League com empresários e políticos "não foi um evento institucional, foi privado, escolheu para a vida privada dele, pelos gostos dele".

A preocupação universal da ética pública sobre agentes estatais Barroso reduziu a uma questão de gosto privado. Mas, curiosamente, rejeitou a distinção entre vida pública e vida privada quando justificou gasto com segurança a ministros até mesmo em eventos não institucionais no exterior. E não aceitou a ideia de olhar para a natureza do evento.

Quanto a advogados parentes de ministros em tribunais superiores cobrando pedágio, disse: "isso é uma lenda". Outra "lenda" seria a crítica à insegurança jurídica do STF: "Insegurança jurídica teria se mudasse para trás. Ninguém mudou para trás, estão mudando para frente".

Segurança jurídica, para Barroso, não se refere à relação de coerência entre a decisão de ontem, de hoje e de amanhã. Basta que se decida "para frente", sem retroagir. Mesmo que essa decisão seja diferente. Se a mensagem que o tribunal passa para cidadãos, agentes econômicos e autoridades públicas flutua, isso não seria insegurança. Se o tempo da decisão é lotérico e arbitrário, não seria insegurança.

Alguém parecia não entender o que se passa. Esse alguém não é a sociedade.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | **SEX. Marcos Augusto Gonçalves** | SÁB. Demétrio Magnoli

Governo acumula erros, líderes batem cabeça e Lula fica sob pressão

Derrotas, recuos e trombadas ocorrem uma semana após início de novo modelo de articulação

BRASÍLIA Uma semana após inaugurar um novo modelo de articulação política que se prometia azeitado, o presidente Lula (PT) viu cair nesta semana uma tempestade sobre o governo que incluiu devolução pelo Congresso de parte de MP (medida provisória) e derrapada no leilão do arroz, cuja expectativa era a trazer louros ao Palácio do Planalto.

A desarticulação entre ministros e auxiliares de Lula seguia como antes, com alguns defendendo posição considerada equivocada por outros.

A insatisfação de deputados e senadores chegou a um ministro, Fernando Haddad (Fazenda), até então poupado das críticas à equipe de Lula.

Em suma, é atribuída a ele uma atitude primária na política, discrepante da que vinha adotando, de enviar ao Congresso uma medida sem antes negociar seus pontos com os cardeais das casas.

Até os mais fiéis aliados do governo têm reclamado do sucessivo envio de propostas da Fazenda sem prévio debate, sempre com a justificativa de serem fundamentais para a saúde da economia.

Os problemas do governo começaram na manhã de terça (11), com o anúncio da anulação do leilão de importação de arroz feito neste mês, após indícios de falta de capacidade técnica e irregularidades.

O preço do arroz e o efeito na popularidade de Lula eram motivo de apreensão no governo mesmo antes da tragédia do Rio Grande do Sul.

Além de sofrer críticas de produtores, agora o governo vê novamente atrasar a promessa de levar aos supermercados arroz a R$ 4 o quilo.

A decisão de anular o leilão e a demissão do secretário de Política Agrícola, Neri Geller, foi chancelada por Lula.

Apesar de o governo sinalizar com a saída que havia um responsável pelo fracasso da medida, Lula cobrou bastante também de Carlos Fávaro (Agricultura) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário).

Geller desmentiu o governo afirmando que era contra o leilão e que não pediu demissão, mas foi demitido.

Além do caso do arroz, a insatisfação de Lula com a equipe havia sido manifestada no dia anterior, na reunião das segundas-feiras que desde a semana passada tem feito com seus articuladores políticos.

Segundo relatos de participantes, reclamou de erros na tentativa de criar uma medida para compensar a desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios.

Para ele, a equipe deveria ter negociado a fonte de receitas no momento em que firmou um acordo para manter a desoneração, pois teria mais força para defender sua posição.

A MP que restringiu o uso de crédito presumido de PIS/Cofins gerou reação negativa do setor produtivo e terminou com o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciando a devolução de parte da medida.

Integrantes do Planalto reclamam, porém, que o governo não teve tempo para reagir e buscar uma solução para evitar que isso acontecesse.

Na tarde de segunda (10), Pacheco teria levado a insatisfação com a proposta e colocado na mesa a hipótese da devolução caso o governo não apresentasse uma alternativa. Lula teria pedido 24 horas.

O governo ainda insistia que poderia trabalhar na articulação, para esclarecer pontos da proposta e diminuir a rejeição.

Mas o Planalto se viu atropelado pelo presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Ricardo Alban. Lula e o dirigente se reuniram no Palácio na manhã da terça.

Segundo auxiliares palacianos, Lula teria dito que iria retirar a MP se a equipe não avançasse com uma alternativa.



Lula deixa o Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, após participar da abertura do FII Priority Summit Eduardo Anizelli/Folhapress

> "É melhor um final trágico do que uma tragédia sem fim. Nós estávamos vivendo uma tragédia que pareceria sem fim
>
> **Jaques Wagner (PT-BA)**
> líder do governo no Senado

Ao deixar o encontro, Alban declarou que Lula havia assegurado que a MP seria retirada. O Planalto não o desmentiu e as declarações do representante da CNI acabaram por acelerar o processo, impedindo qualquer reviravolta.

No Senado, o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), se juntou aos críticos da MP afirmando que Lula "não estava confortável" e que a decisão de Pacheco tinha "aplauso do presidente da República".

"É melhor um final trágico do que uma tragédia sem fim. Nós estávamos vivendo uma tragédia que pareceria sem fim", disse.

Nesta quarta-feira (12) ele amenizou a posição, negando que tenha criticado Haddad.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), já havia ido em linha diversa, crítica ao Congresso. Disse que os parlamentares têm que estar disponíveis para encontrar fonte de compensação e, sobre as declarações de Wagner, que Lula sabia da MP e poderia estar desconfortável com a crise, não com a MP.

Até um discurso que parecia unificado no governo novamente foi alvo de controvérsias internas — a promessa de fugir de qualquer embate em torno da chamada "agenda de costumes" da maioria conservadora no Congresso, que novamente foi colocada à prova.

Membros do governo e do PT divergem sobre a análise da PEC (proposta de emenda à Constituição) das Drogas, aprovada nesta quarta na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

A proposta coloca na Constituição a criminalização de porte e posse de drogas. Ela foi apresentada por Pacheco e aprovada por ampla maioria em abril pelos senadores, numa reação ao julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) que pode descriminalizar a maconha para uso pessoal.

Governistas afirmam que o Executivo deve empreender esforços para aprovar matérias da pauta econômica, que são prioritárias para o governo, e não se desgastar com a pauta de costumes, como é o caso dessa PEC. **Renato Machado, Catia Seabra, Bruno Boghossian, Ranier Bragon, Victoria Azevedo e Thaísa Oliveira**

Câmara aprova em votação-relâmpago urgência de PL sobre delação

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta (12) o requerimento de urgência do projeto de lei que proíbe delações premiadas de presos, em menos de dez minutos e de forma simbólica — sem contagem dos votos.

A urgência acelera a tramitação de uma matéria, que não precisa ser analisada nas comissões temáticas e segue direto ao plenário. Os deputados ainda precisam votar o mérito do texto.

Após a votação-relâmpago, deputados de partidos como PT, PSB, PC do B, PSOL, Novo e União Brasil pediram para registrar seus votos contrários.

Na terça (11), o líder governista na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disseu a vice-líderes que o Executivo não se envolveria nessa pauta, por não ser tema de governo. Há uma avaliação que é preciso focar as matérias da agenda econômica, que são prioritárias para o Palácio do Planalto.

Na semana passada, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), incluiu o requerimento na pauta de votações, provocando reação contrária de parte do PT.

A urgência foi apresentada pelo líder do PV na Câmara, Luciano Amaral (AL), aliado de Lira e autor de uma proposta sobre o tema — o PV integra a Federação Brasil da Esperança, ao lado do PT e do PC do B.

O PL foi apensado a outro similar de 2016 do então deputado Wadih Damous (PT-RJ), hoje secretário do Consumidor no Ministério da Justiça.

Especialistas divergem sobre se proposta pode retroagir e anular casos em que já houve delações. Se sim, o texto poderia beneficiar, por exemplo, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), alvo da delação do seu ex-ajudante de ordens Mauro Cid, assinada em 2023.

O texto de Luciano Amaral diz que a voluntariedade de parte a delação está ausente caso o interessado em colaborar com as autoridades estiver preso.

Plenário da Câmara vota projeto de resolução que prevê punição a deputados que se envolverem em brigas nas sessões Pedro Ladeira/Folhapress

Câmara aprova proposta que suspende deputados por briga

Medida prevê afastamento por até 6 meses e confere poder a Arthur Lira

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta (12) proposta de resolução que muda o Regimento Interno da Casa e permite suspensão cautelar do mandato parlamentar por até seis meses para quem for alvo de representação por quebra de decoro.

Foram 400 votos favoráveis, 29 contra e uma abstenção. Após a votação, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), promulgou a medida, que foi articulada após brigas recentes entre parlamentares.

Lira ganha poder na tramitação de possíveis afastamentos, pois a Mesa Diretora, formada por sete deputados e liderada pelo presidente da Câmara, poderá propor suspensão cautelar de um deputado.

Mas o texto sofreu mudanças e foi desidratado pelo relator, Domingo Neto (PSD-CE), após reação negativa ao seu conteúdo. Além da resistência de aprovar um texto que altera o Regimento Interno da Câmara, a proposta tirava das chamadas "prerrogativas dos parlamentares" — bandeira defendida na Casa.

A matéria foi apresentada por Lira aos líderes em reunião na terça (11), como resposta aos tumultos entre parlamentares na semana passada.

Na quarta (5), houve embate físico ao final da sessão do Conselho de Ética que livrou André Janones (Avante-MG) da suspeita de "rachadinha". No mesmo dia, a deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), 89, passou mal e teve que ser internada após discussão sobre um projeto de lei na Comissão de Direitos Humanos.

A proposta previa que caberia à Mesa Diretora determinar a suspensão cautelar do mandato, o que foi alvo de crítica. Sob reserva, deputados diziam que isso daria poder excessivo a Lira. Ele rebateu as queixas dizendo que não tomaria decisões sozinho e que "não haverá nenhum tipo de perseguição".

Ante a possibilidade de o texto ser derrotado, os deputados votaram só o requerimento de urgência, deixando o mérito para esta quarta. Após nova reunião entre líderes e Lira pela manhã, ficaram acertadas mudanças ao texto.

Ao final da reunião, Domingos Neto, que chefia a Corregedoria Parlamentar da Câmara, disse que todos os partidos concordaram que algo precisava ser feito imediatamente.

"Todos concordam que algo precisa ser feito e de imediato, visto que os instrumentos hoje do Regimento Interno e do Código de Ética não têm sido suficientes para barrar esses inúmeros desrespeitos à sociedade que têm acontecido aqui na Câmara", disse.

O projeto não detalha o que seria motivo para suspensão cautelar. Segundo o relator, não há detalhamento porque a proposta não altera o Código de Ética da Casa.

"Agressão verbal, agressão física, desrespeito à autoridade, essas questões não estão detalhadas no projeto porque nós não estamos mexendo no Código de Ética. Isso é algo que já existe e essa dosimetria já foi feita há muitos anos atrás. O que nós estamos agora é tentando criar um rito, mais célere de aplicação", disse.

Pela matéria aprovada, a suspensão cautelar será determinada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar — e não mais pela Mesa Diretora. Essa suspensão é de até seis meses, conforme previsto no Código de Ética da Casa.

O Conselho de Ética é o órgão responsável por aplicar penalidades em casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar. É formado por 21 membros titulares e 21 suplentes, com mandato de dois anos, que não podem ser substituídos. Hoje, é presidido pelo deputado Leur Lomanto Júnior (União Brasil-BA).

Caberá à Mesa da Câmara "propor a suspensão do exercício do mandato" pelo prazo de seis meses do deputado que for submetido a representação por quebra de decoro de autoria da própria Mesa. O texto diz que, "em caso de matéria inadiável", o presidente ou quem estiver no exercício poderá decidir sobre isso "ad referendum" (sem necessidade de apreciação da Mesa).

A Mesa terá cinco dias úteis, contados do conhecimento do fato que ensejou a representação, para oferecer a proposta de suspensão cautelar. Ela será imediatamente comunicada ao Conselho de Ética, que votará em até três dias úteis, com prioridade sobre as demais deliberações.

Pela proposta, caberá recurso ao plenário da decisão do Conselho, sendo necessária maioria absoluta (257 votos dos 513 deputados) para aprovar ou manter a suspensão do mandato. Esse recurso terá que ser apreciado na sessão imediatamente subsequente. Poderão recorrer o deputado representado ou a própria Mesa.

Se não houver decisão do Conselho no prazo determinado, a proposta de suspensão cautelar será enviada pela Mesa Diretora ao plenário da Casa, que irá deliberar sobre o tema na sessão imediatamente subsequente, de novo, por maioria absoluta.

O texto aprovado diz ainda que presidentes das comissões temáticas da Casa e do Conselho terão "as mesmas prerrogativas relativas à manutenção da ordem" conferidas ao presidente da Câmara nas sessões do plenário.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) afirmou que há um "ambiente doentio" na Câmara hoje, mas que mudar o Regimento Interno da Casa "não é trivial" e que precisava ser amadurecido pelos deputados, sem urgência. O deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE) criticou o texto e disse que não cabe ao Conselho deliberar sobre o mandato de um parlamentar. O líder do PT na Câmara, Odair Cunha (PT-MG), afirmou que a proposta reflete um esforço para criar "espírito de civilidade".



Deputados brigam em sessão do Conselho de Ética Lula Marques - 5.jun.24/Agência Brasil

Pré-candidatos à Prefeitura de BH estreiam em sabatinas Folha/UOL

BELO HORIZONTE A **Folha** e o UOL promovem nesta semana sabatinas com dois dos principais pré-candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte.

Três postulantes foram convidados. Nesta quinta (13), às 12h, o sabatinado será o atual prefeito, Fuad Noman (PSD). No dia seguinte (14), no mesmo horário, será a vez do deputado federal Rogério Correia (PT). O deputado estadual Bruno Engler (PL) também foi convidado, mas desistiu da participação.

As entrevistas serão conduzidas por Fabíola Cidral, com participação dos repórteres Amanda Rossi, do UOL, e Artur Búrigo, correspondente da **Folha** em Belo Horizonte.

O ciclo de sabatinas promovido por **Folha** e UOL que começa com Belo Horizonte será feito também em outras 17 cidades.

Além disso, **Folha** e UOL promoverão debate com os principais candidatos à Prefeitura de São Paulo. O encontro no primeiro turno será em 30 de setembro, às 10h. Caso haja segundo turno, haverá outro em 21 de outubro, também às 10h.

Em Belo Horizonte, em uma eleição tida como uma das mais imprevisíveis nas capitais brasileiras, ao menos sete postulantes são considerados com chances de chegar ao segundo turno.

A definição das candidaturas deve acontecer até 5 de agosto, data limite da Justiça Eleitoral para as convenções partidárias.

Em busca da reeleição, Fuad Noman tenta fugir da polarização nacional para chegar ao segundo turno. Ele esbarra, porém, no desconhecimento de parte da população apontado por pesquisas qualitativas internas encomendadas por partidos. Outro impasse é relativo à postura de Alexandre Kalil (PSD), ex-prefeito da cidade que ainda não declarou apoio ao seu vice na chapa vencedora das eleições municipais de 2020.

Em entrevista a jornalistas durante evento em Belo Horizonte no início do mês, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, um dos líderes do PSD mineiro, disse que, caso Kalil permaneça no partido, deve apoiar Noman "por uma questão de coerência".

O atual prefeito tem como principal concorrente no campo do centro Gabriel Azevedo (MDB), presidente da Câmara Municipal e que protagonizou embates públicos com o prefeito, principalmente nas discussões que envolveram o sistema de transporte público da capital mineira.

Na última sexta (7), Azevedo anunciou que o ex-vice governador Paulo Brant (PSB), até então um dos pré-candidatos, será o candidato a vice na sua chapa.

Na esquerda, Rogério Correia aposta no apoio do presidente Lula (PT) para se distanciar de outras pré-candidaturas do mesmo espectro. Sua principal concorrente é a também deputada federal Duda Salabert (PDT).

Em maio, eles se reuniram em Brasília com os presidentes dos dois partidos, Gleisi Hoffmann (PT) e Carlos Lupi (PDT).

Quando questionados se o encontro tratou de uma união dos dois nomes em uma única chapa, os postulantes à prefeitura negaram.

Juiz da Lava Jato, alvo do CNJ, vai para função no TRF-4

CURITIBA O juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, Danilo Pereira Júnior, foi convocado para atuar como auxiliar da Presidência do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) a partir desta quarta (12). A Vara Federal abriga processos remanescentes da Operação Lava Jato e tinha o juiz como titular desde janeiro.

Em julgamento concluído no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na semana passada, ele se tornou alvo de um Processo Administrativo Disciplinar. **CS**

Marçal contrata PM de tropa investigada por armação em GO

SÃO PAULO | UOL Pablo Marçal (PRTB), pré-candidato a prefeito de São Paulo, disse ter contratado como segurança o ex-comandante de uma tropa da PM de Goiás com agentes investigados por suposta armação após assassinatos.

Ele disse em vídeo, nas redes sociais, que contratou o oficial após ele pedir licença da PM goiana.

"Quem quer me ameaçar, quem quer me parar, pode entrar na fila aí", disse Marçal. Horas antes, havia registrado boletim de ocorrência por ameaças de morte motivadas, alegou, por sua intenção de disputar as eleições para a Prefeitura de São Paulo. Marçal afirma ter gravado as ameaças e entregado o material à polícia.

A assessoria de Marçal se referiu à presença do oficial da PM Edson Melo junto à equipe de segurança como "ajuda de um amigo". "Devido às ameaças, o tenente-coronel decidiu afastar-se legalmente de suas atividades policiais em Goiás para me auxiliar durante esse período tão delicado", disse por meio de nota. **HBF**

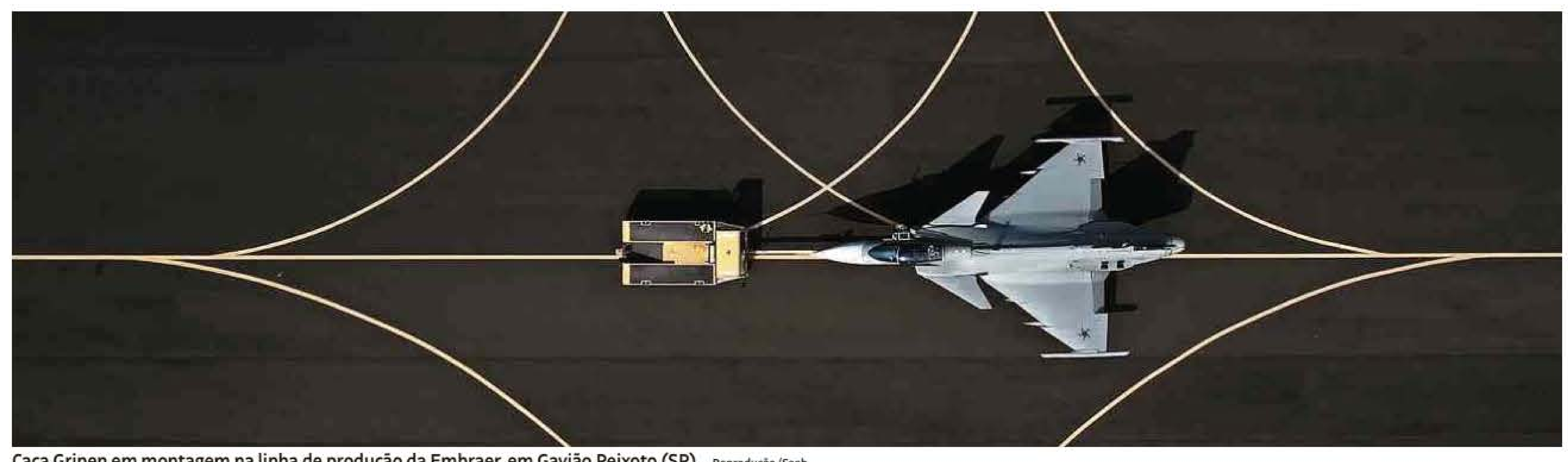
Instituto fará seminário sobre direito eleitoral para jornalistas

SÃO PAULO O Instituto Tornavoz realiza, de 19 de junho a 4 de julho, um webinário para jornalistas sobre direito eleitoral e cobertura das eleições.

Serão quatro encontros, em que serão abordados temas como a estrutura da Justiça Eleitoral, resoluções do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), propaganda eleitoral na era digital e cuidados jornalísticos com a pauta.

As inscrições para o treinamento gratuito, que contará com o apoio da Google News Initiative, estão abertas até o dia 18 de junho no link mla.bs/8d375313.

Entre os palestrantes estarão a advogada e presidente do Observatório Eleitoral da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, Maíra Recchia, o advogado criminal Luis Francisco Carvalho Filho, colunista da **Folha**, o jornalista e professor da USP (Universidade de São Paulo) Eugênio Bucci e o livre-docente e doutor em comunicação pela USP Carlos Eduardo Lins da Silva. A mediação será feita pela advogada Taís Gasparian, cofundadora do Instituto Tornavoz.


Caça Gripen em montagem na linha de produção da Embraer, em Gavião Peixoto (SP) Reprodução/Saab

Veja como é feito o caça Gripen, primeiro produzido no Brasil

A fabricante sueca Saab e a Embraer terão de acelerar o ritmo para cumprir a meta de entregas prevista até 2027

Igor Gielow

GAVIÃO PEIXOTO (SP) Com um apertado cronograma de entregas até 2027, que a própria fabricante sueca Saab reluta em chamar de exequível, o primeiro caça supersônico feito no Brasil ganha corpo em uma inédita linha de montagem no interior de São Paulo.

O Gripen E entrou na fase final de montagem na fábrica da Embraer, parceira dos suecos, em Gavião Peixoto (a 300 km da capital paulista). Quando liberado para ensaios de voo antes de ser entregue à FAB (Força Aérea Brasileira), no fim de 2025, terá consumido o equivalente a 375 dias e noites ininterruptos de trabalho.

As 9.000 horas de trabalho tendem a cair com o avanço da produção, que mira entregar 15 dos 36 aviões comprados em contrato assinado há quase dez anos. "É natural. Em julho já teremos a segunda aeronave em montagem final e a terceira, em estrutural", disse o supervisor da Embraer na linha, Julio Granzotto.

Ele acompanhou um grupo de jornalistas, do qual a **Folha** fazia parte, na visita à fábrica na quarta (5). Ao lado é produzido o orgulho da aviação militar da empresa brasileira, o avião de transporte KC-390.

O ambiente emula o da Saab em Linköping, no centro da Suécia, em menor escala. Só um hangar é usado, com três plataformas de trabalho —outras poderão ser acrescidas à medida que a produção avançar, afirma Granzotto.

Pelo cronograma da FAB, deveria haver 8 Gripen operacionais hoje. Há 7, com 1 para testes. "Será entregue no final do processo, talvez daqui a dois anos", estima o chefe do centro de ensaios de voo do Gripen no Brasil, Martin Lijonhufvud.

A questão é de ritmo. Os militares contavam com mais três aviões do modelo E, para um piloto neste ano, vindos da Suécia. Até aqui, só se sabe de mais uma entrega. Em 2025, seriam mais 2 Gripen E e 2 F, para dois pilotos que está em fabricação em Linköping.

O biênio 2026-27 concentra o restante da encomenda, 21 aeronaves. A reportagem questionou Häns Sjöblom, gerente-geral da Saab no Brasil, sobre o prazo. Ele disse que vale o que está no contrato, mas não respondeu se o prazo é exequível.

O programa teve diversos atrasos orçamentários. Quando o contrato de atuais R$ 20 bilhões foi assinado, em 2014, a previsão era de que todos os caças fossem entregues até 2023. Nos últimos anos, contudo, o projeto pegou ritmo na execução. Desde 2019, foram R$ 7,7 bilhões investidos, em valores corrigidos —R$ 1,2 bilhão, o mais dispendioso projeto militar do país, em 2023.

Não há cooperação similar na história militar brasileira. A Saab investiu valor não revelado em instalações que só existem na Suécia: além da linha de produção, há a unidade de testes de voo e um centro de desenvolvimento e pesquisa.

Há cerca de 200 pessoas trabalhando na unidade. Os brasileiros são maioria na força de trabalho, 60 diretamente na linha de produção, com apoio de supervisores suecos.

Foram treinadas na Suécia 350 pessoas, a maioria da Embraer, mas também de empresas como a paulista Atech, de sistemas de voo.

O transbordo de tecnologia sempre foi o ponto de venda do Gripen, desde a primeira encarnação da licitação da FAB para ter novos caças, em 2001. É uma versão século 21 do princípio que capacitou a Embraer a construir jatos regionais, a partir da fabricação conjunta com os italianos do avião de ataque AMX, nos anos 1980.

Não é um processo imediato. "Tecnologias sensíveis são sujeitas a acordo adicional", disse o diretor de cooperação industrial da Saab, Luiz Hernandez. Não é algo inusual: quando a Embraer quis vender caças Super Tucano para a Venezuela, foi impedida pelos EUA, que fazem o motor e vários componentes da aeronave.

No centro de pesquisa, está o S-Rig, supersimulador do Gripen que traz uma réplica da cabine da aeronave ante uma gigantesca tela, e os cérebros eletrônicos do avião, que ficam numa sala restrita ao lado e reproduzem parâmetros de voo com exatidão.

Simulação de combate tem um sistema mais simples, igual ao existente na Base Aérea da Anápolis (GO), onde os Gripen ficam sediados. O computador não evita o DNA do Gripen: estão como inimigos russos, quatro caças Su-30 e duas baterias antiaéreas Tor-M1.

Já na divisão de Lijonhufvud há duas centrais de telemetria, que colhem dados do avião de testes, e uma unidade móvel, que foi recentemente para Goiás e para o Pará. A sala de controle tem o sugestivo nome Houston, remetendo à agência espacial americana, a Nasa.

Armas também deverão ser testadas em breve, e o avião participará de seu primeiro exercício militar em novembro. Hoje, os sete Gripen da FAB ainda não fazem missões de defesa aérea, ao menos não com os sofisticados mísseis Iris-T e Meteor comprados no pacote sueco. Isso ainda cabe aos velhos caças F-5.

Mas é no hangar de produção que os dez anos de desenvolvimento da terceira geração do caça se materializam.

Na primeira e na segunda plataformas, o avião tem suas quatro partes principais unidas, inclusive componentes feitos pela Saab em São Bernardo do Campo (SP), como o cone de cauda e freios aerodinâmicos. Os 12 tanques de combustível são selados e são feitos testes de pressurização das estruturas.

Depois, é feita a medição geométrica, que visa ver se o avião está com tudo alinhado. Dali, o caça sai do hangar, recebe um banho de verniz anticorrosivo e é pintado por dentro, retornando para a montagem final sobre um carrinho que faz as vezes do trem de pouso.

Nesta fase, ele recebe 35 km de fiação e 300 metros de dutos diversos. Estabilizador vertical, canards (as "asinhas" à frente da fuselagem para melhor controle em baixa velocidade) e todo o recheio do avião vêm a seguir.

Por último, são instalados os softwares do avião, que são atualizados ao longo de sua vida útil como os de um smartphone. O avião tem o motor ligado e os sistemas, testados, e depois recebe a pintura final. A partir dali, é submetido a testes em pista e em voo, sendo então declarado pronto para entrega.

O jornalista viajou a convite da Saab

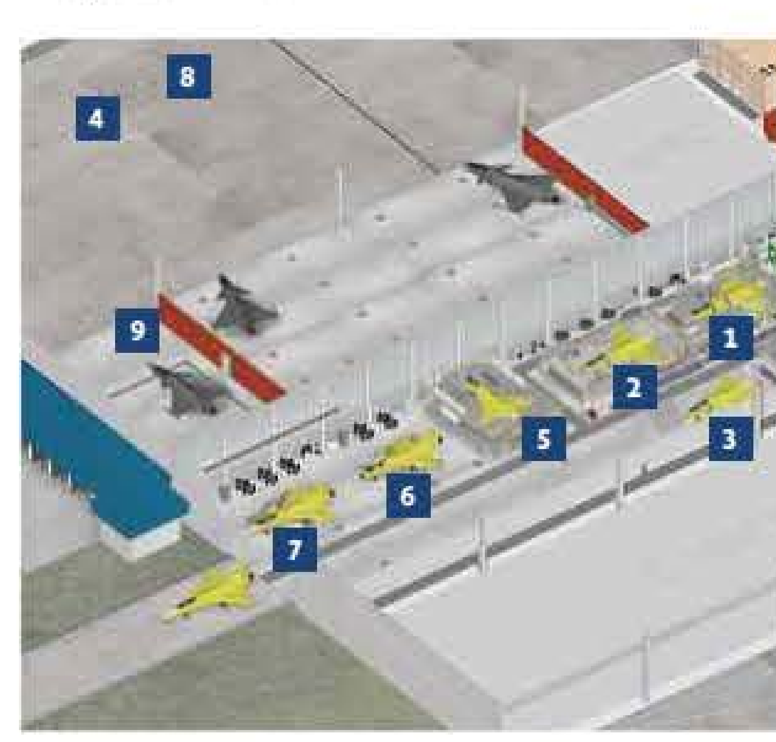
> "Em julho já teremos a segunda aeronave em montagem final e a terceira, em estrutural
>
> **Julio Granzotto**
> supervisor da linha do caça Gripen no Brasil

Como é feito o Gripen no Brasil

Caça é produzido em Gavião Peixoto (SP)

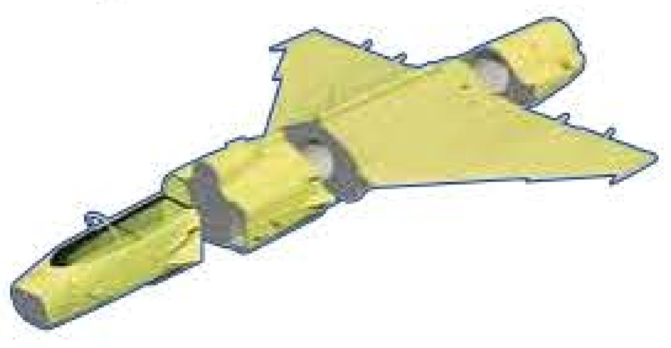


Mapa da linha

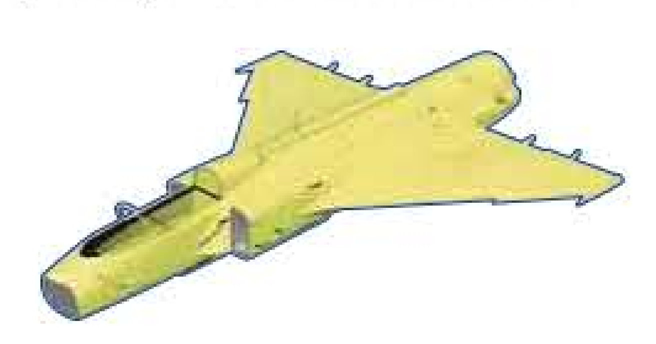


1 Montagem de estruturas principais
2 Conclusão da montagem estrutural
3 Medição geométrica
4 Cabine de pintura: limpeza, pintura interna e verniz
5 Instalação elétrica e mecânica
6 Instalação de componentes, sistemas e subsistemas
7 Teste de software
8 Cabine de pintura: camuflagem operacional
9 Calibração final, acionamento de motor, testes e voos-teste

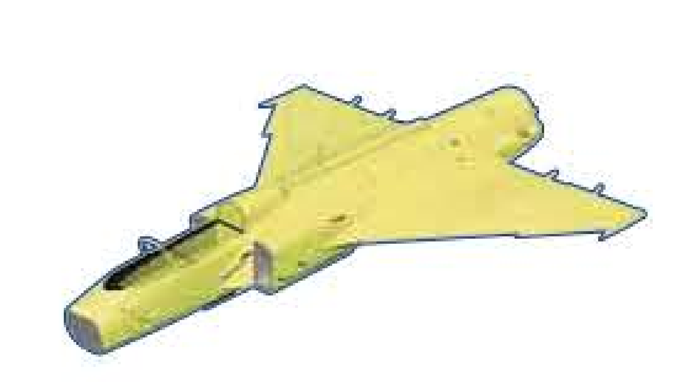
Etapa 1
Montagem estrutural



Estação 1
Junção entre a fuselagem dianteira, unidade de armas, fuselagem central das asas e traseira



Estação 2
Finalização da montagem estrutural, os 12 tanques de combustíveis são selados e é feito teste de pressurização deles e da cabine

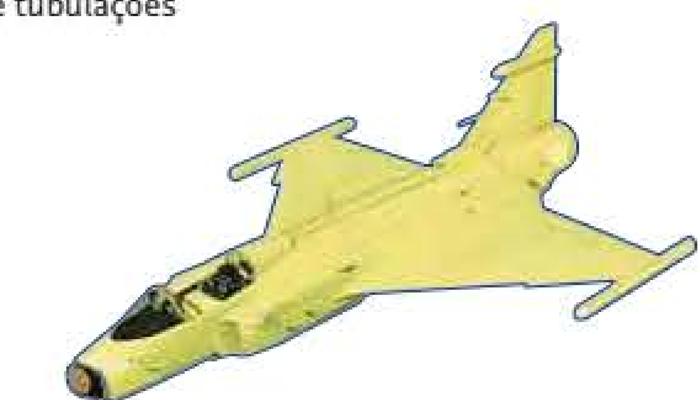


Estação 3
Medição geométrica da estrutura para checar a precisão da montagem. Avião é limpa, recebe pintura interna e verniz anticorrosivo

Etapa 2
Montagem final



Estação 1
Avião recebe 35 km de cabos elétricos e 300 m de tubulações

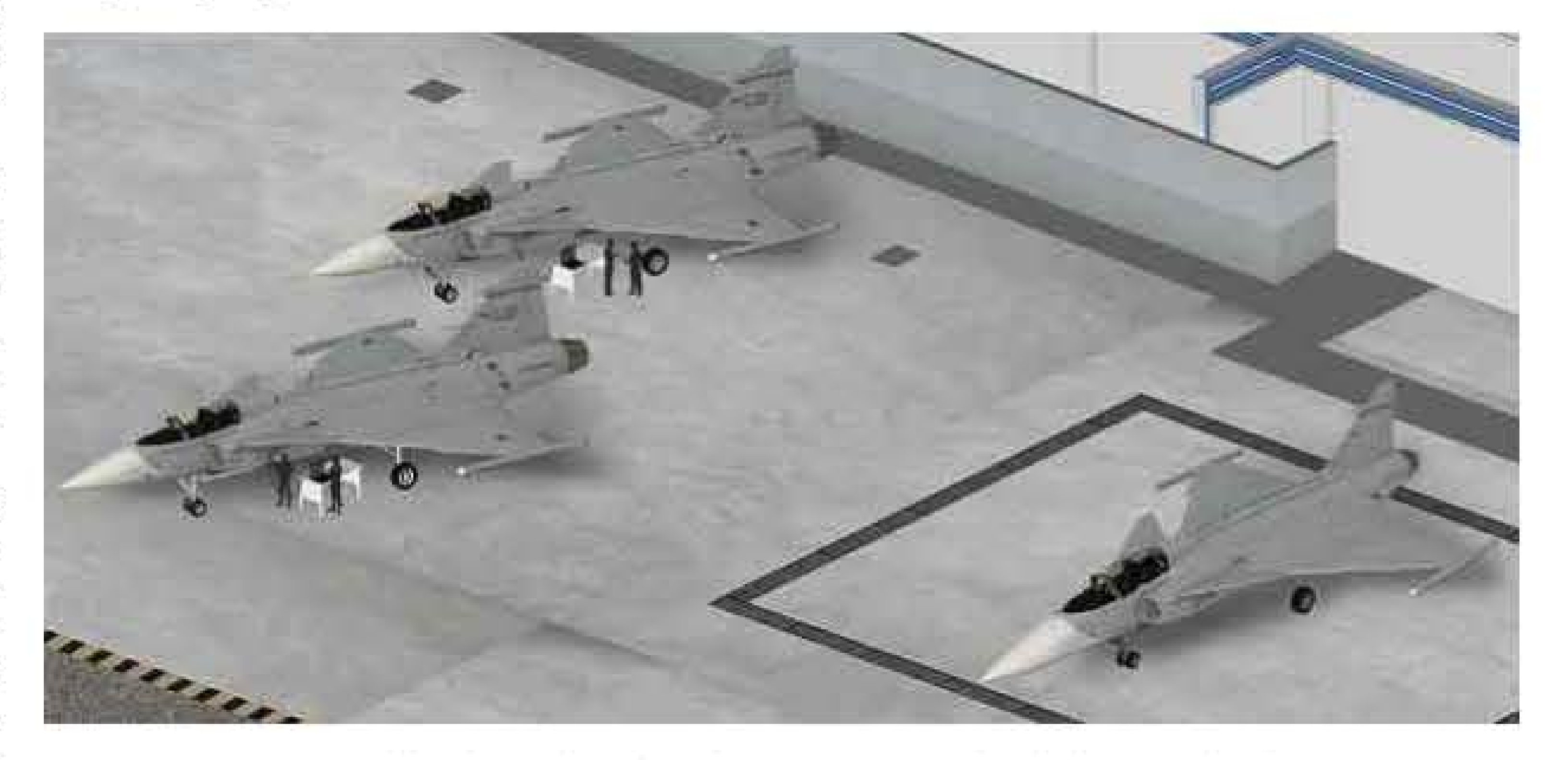


Estação 2
São instalados aviônicos, APU (unidade auxiliar de potência), motor, rádio, radar, estabilizador vertical e outros componentes



Estação 3
Instalação dos softwares, testes funcionais e pintura final

Etapa 3
Preparação para voo



Caça tem os sistemas calibrados, incluindo os de navegação, combustível e controles de voo. Motor é ligado em solo pela primeira vez e submetido a testes. Voos de produção final antes da entrega

Infografia Luciano Veronezi
Fonte: Saab

Israel e Hamas cometeram crimes de guerra, afirma ONU

Tel Aviv nega, e facção cala; relatório cita tortura e crimes contra humanidade

GENEBRA | REUTERS E AFP Israel cometeu crimes contra a humanidade na Faixa de Gaza, afirmou nesta quarta-feira (12) um relatório da ONU que também acusa tanto Tel Aviv quanto o Hamas de crimes de guerra no atual conflito no território palestino.

As conclusões são fruto de duas investigações —uma sobre os ataques do 7 de Outubro e outra sobre a resposta de Israel— da Comissão de Inquérito das Nações Unidas, órgão criado após a guerra de 11 dias entre as mesmas duas partes em maio de 2021.

A comissão, que também tem mandato para estudar as causas do conflito israelo-palestino, cita crimes como tortura, tratamento desumano, extermínio e violência sexual ao longo da guerra atual. Para isso, o órgão se baseia em documentos e entrevistas com vítimas, que aconteceram de maneira remota e durante uma missão na Turquia e no Egito.

Israel, que não cooperou com a comissão, rejeitou as conclusões do relatório e mencionou o que considera um viés anti-Tel Aviv da entidade. O Hamas, por sua vez, não respondeu imediatamente a um pedido de comentário da agência de notícias Reuters.

Segundo a comissão, Israel cometeu "crimes contra a humanidade de extermínio; assassinato; perseguição de gênero contra homens e meninos palestinos; transferências forçadas, atos de tortura e tratamentos desumanos e cruéis".

Diferentemente do genocídio, os crimes contra a humanidade não são, necessariamente, direcionados contra um grupo específico da população —eles podem ser contra qualquer população civil, segundo a ONU. Para serem classificados dessa forma, porém, devem ser cometidos em larga escala; os crimes de guerra, por sua vez, configuram-se também em atos isolados.

"O enorme número de vítimas civis em Gaza e a destruição generalizada de infraestrutura civil foram resultado inevitável de uma estratégia empreendida com a intenção de causar o máximo de danos, ignorando os princípios de distinção, proporcionalidade e precauções adequadas", afirma o documento.

Segundo o Ministério da Saúde de Gaza, liderado pelo Hamas, a guerra já deixou mais de 37 mil palestinos mortos e quase 85 mil feridos, números que incluiriam milhares de crianças.

Além de crime contra a humanidade, os investigadores também identificaram crimes de guerra de Israel, como o uso da fome no conflito. De acordo com a comissão, Tel Aviv não apenas deixou de fornecer suprimentos essenciais como alimentos, água, abrigo e medicamentos aos palestinos, mas também agiu "para impedir o fornecimento dessas necessidades por qualquer outra pessoa".

No início do conflito, Israel fez um bloqueio total a Gaza, que foi flexibilizado, mas nunca permitiu um fluxo adequado de ajuda humanitária, de acordo com organizações que atuam no território.

Segundo a Global Nutrition Cluster, ligada à ONU, 96% das crianças que têm entre 6 e 23 meses e das mulheres em Gaza não conseguem ter os nutrientes necessários com a sua alimentação atual. Além disso, 498 trabalhadores da área da saúde foram mortos desde o início do conflito, segundo o Ministério da Saúde de Gaza.

Na Cisjordânia, a comissão constatou que as tropas de Tel Aviv "cometeram atos de violência sexual, tortura, tratamentos desumanos ou cruéis e atentados contra a dignidade pessoal, que constituem crimes de guerra", e afirmou que o governo "permitiu, encorajou e incitou uma campanha de violência" por parte dos colonos israelenses.

O relatório diz ainda que algumas declarações de autoridades israelenses, como as que "refletem a política de infligir uma destruição generalizada e matar um grande número de civis", podem constituir crimes internacionais graves, como a incitação ao genocídio, à discriminação e à violência.

Os ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro, que resultaram em mais de 1.200 mortes, segundo Tel Aviv, e no sequestro de mais de 250 pessoas, também foi alvo da comissão.

Segundo o órgão, os grupos armados palestinos cometeram vários crimes de guerra, incluindo ataques contra civis, assassinatos e atos de violência. A entidade também identificou "esquemas de violência sexual", que visaram em particular às mulheres israelenses, e concluiu que esses não foram incidentes isolados.

"É imperativo que todos os que cometeram crimes sejam responsabilizados", afirmou a presidente da comissão, a sul-africana Navi Pillay, em um comunicado. "A única maneira de acabar com os ciclos recorrentes de violência, incluindo agressões e represálias das duas partes, é garantir o respeito estrito ao direito internacional."

Pillay, que já foi Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos e presidente do TPIR (Tribunal Penal Internacional para Ruanda), também pediu ao Hamas e a outros grupos armados que "interrompam imediatamente os lançamentos de foguetes e libertem todos os reféns", o que também constitui crime de guerra. O Exército israelense afirma que 116 reféns permanecem em cativeiro em Gaza, e que 41 estariam mortos.

As evidências reunidas por esses órgãos com mandato da ONU podem servir de base para processos por crimes de guerra. Elas poderiam ser utilizadas, por exemplo, pelo Tribunal Penal Internacional, em Haia, no qual promotores solicitaram, no mês passado, mandados de prisão para o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, para o chefe de defesa e para três líderes do Hamas.

A embaixadora de Israel nas instituições da ONU em Genebra, Meirav Shahar, acusou a comissão de "discriminação sistemática" contra Tel Aviv. Segundo um comunicado dela, o órgão "demonstrou mais uma vez que suas ações estão todas a serviço de uma agenda política focada contra Israel".

A comissão acusa autoridades israelenses de obstruir suas investigações e negar acesso a Israel e aos territórios palestinos ocupados.

Facção nega que exigiu mudanças em plano de cessar-fogo

Osama Hamdan, um porta-voz do Hamas, acusou Tel Aviv e Washington de "fugirem de qualquer compromisso" para estabelecer cessar-fogo permanente em Gaza. "Não falamos sobre quaisquer novas ideias ou propostas [ao plano]", disse ele ao canal árabe Al-Araby. Mediadores do Qatar e do Egito confirmaram na terça (11) o recebimento de uma resposta formal do Hamas ao plano dos EUA, mas um dos negociadores disse à agência AFP que a facção havia exigido emendas, cujos detalhes não foram divulgados.

Com Reuters

O que diz o relatório da ONU

CRIMES DE ISRAEL

- **Fome como arma de guerra** a comissão afirma que o cerco de Israel contra a Faixa de Gaza causou uma **grave crise de insegurança alimentar** no território que resultou na morte de crianças —e que a medida foi tomada como retaliação ao ataque de 7 de outubro;
- **Punição coletiva da população palestina** declarações de autoridades israelenses confirmam, no entendimento da ONU, que Israel compreende sua **campanha militar como motivada pela retaliação,** e que usa a população de Gaza como refém para atingir objetivos militares e políticos;
- **Ataques contra civis** o documento diz que as Forças Armadas israelenses direcionaram **ataques contra a população civil de maneira intencional,** sistemática e com aval tácito ou explícito do governo —em alguns casos, sem qualquer indicação de que havia alvos militares a serem atingidos;
- **Perseguição de gênero** ao forçar homens e meninos palestinos a tirar a roupa e marchar pelas ruas de Gaza, Israel, segundo a ONU, **violou a dignidade dessas pessoas;**
- **Deslocamento forçado** mais de **1,7 milhão de pessoas precisaram deixar suas casas** por causa da campanha indiscriminada de bombardeio de áreas civis por parte de Israel, junto com o estabelecimento de supostas "áreas seguras" que foram, em seguida, alvos de ataque;
- **Violência sexual** foi registrada uma **série de casos de abuso sexual contra mulheres em Gaza,** incluindo atos sexuais cometidos a força, abuso verbal, remoção forçada de roupas durante uma operação de Israel em um abrigo para mulheres e meninas, e a prática de soldados israelenses de invadir casas e filmar roupas íntimas femininas.

CRIMES DO HAMAS

- **Ataques contra civis** de acordo com a comissão da ONU, terroristas do Hamas balearam e **mataram moradores de cidades e comunidades em Israel de forma deliberada,** incluindo mulheres, crianças e idosos; dos 1.200 mortos, 809 eram civis, incluindo 280 mulheres e 40 crianças.
- **Tortura** durante os ataques e o sequestro de civis, membros do grupo palestino **torturaram israelenses e cidadãos estrangeiros,** incluindo um caso no qual houve uma tentativa de decapitação;
- **Vilipêndio de cadáver** depois de mortos, civis e militares tiveram seus **corpos queimados, mutilados, decapitados** e fotografados sem roupa por terroristas do Hamas;
- **Captura de reféns** a decisão do Hamas de **sequestrar civis israelenses** e levá-los a força para Gaza, em muitos casos com tratamento desumano, é um crime de guerra;
- **Violência sexual** os terroristas cometeram **abusos contra mulheres de maneira sistemática** durante o ataque de 7 de outubro, incluindo a remoção forçada de roupas; entretanto, a comissão **não conseguiu comprovar que houve estupro, tortura sexual nem mutilação genital,** dizendo que a obstrução das investigações por parte de Israel impediu que esses crimes pudessem ser confirmados de maneira independente.



Uma aeronave tenta extinguir focos de incêndio provocados por um ataque do Hezbollah nos arredores de Safed, no norte de Israel Jalaa Marey/AFP

Hezbollah ataca Israel após morte de comandante

SÃO PAULO Israel afirmou ter identificado o lançamento de aproximadamente 215 projéteis do norte do Líbano nesta quarta-feira (12), um dia depois de um comandante sênior do Hezbollah ser morto em um ataque de Tel Aviv no sul do país vizinho.

Segundo o Exército israelense, a maioria dos projéteis, disparados em duas rodadas, caiu em terrenos baldios no norte do país e causou incêndios, mas outros foram interceptados. Não houve vítimas do lado israelense, mas bombeiros estavam combatendo focos de fogo em diversos pontos, de acordo com Tel Aviv.

O Exército afirmou também que respondeu com novos ataques aéreos contra dois pontos no sul do Líbano, enquanto a artilharia bombardeou um terceiro local.

O Hezbollah, por sua vez, não mencionou números oficialmente, apenas anunciou que disparou "vários foguetes" contra três bases militares israelenses. Um deles teria atingido uma fábrica militar, segundo o grupo libanês, em retaliação ao assassinato de Taleb Sami Abdallah na véspera.

Além de Abu Taleb, como o comandante é conhecido, o ataque israelense na vila de Jouaiyya, na noite de terça-feira (11), matou outros três combatentes do Hezbollah, segundo Israel e três funcionários do Líbano que falaram com a agência de notícias Reuters.

Hostilidades na fronteira entre os dois países acontecem desde o início da guerra entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza, em outubro —o grupo libanês é um aliado da facção palestina. A morte de Abu Taleb, porém, tem o potencial de levar a tensão a outro patamar, já que ele foi o militar com a mais alta patente na facção a ser morto em um ataque de Israel nesses oito meses de conflito, segundo um dos funcionários libaneses.



Em um cortejo de Abu Taleb no sul de Beirute, nesta quarta, diante de milhares de apoiadores do Hezbollah, o alto funcionário do grupo Hashem Safieddine disse que o grupo aumentaria a intensidade, a força e a quantidade de suas operações contra Israel em resposta ao assassinato.

"Se o inimigo está gritando e gemendo sobre o que aconteceu com ele no norte da Palestina, que ele se prepare para chorar e lamentar", disse Safieddine.

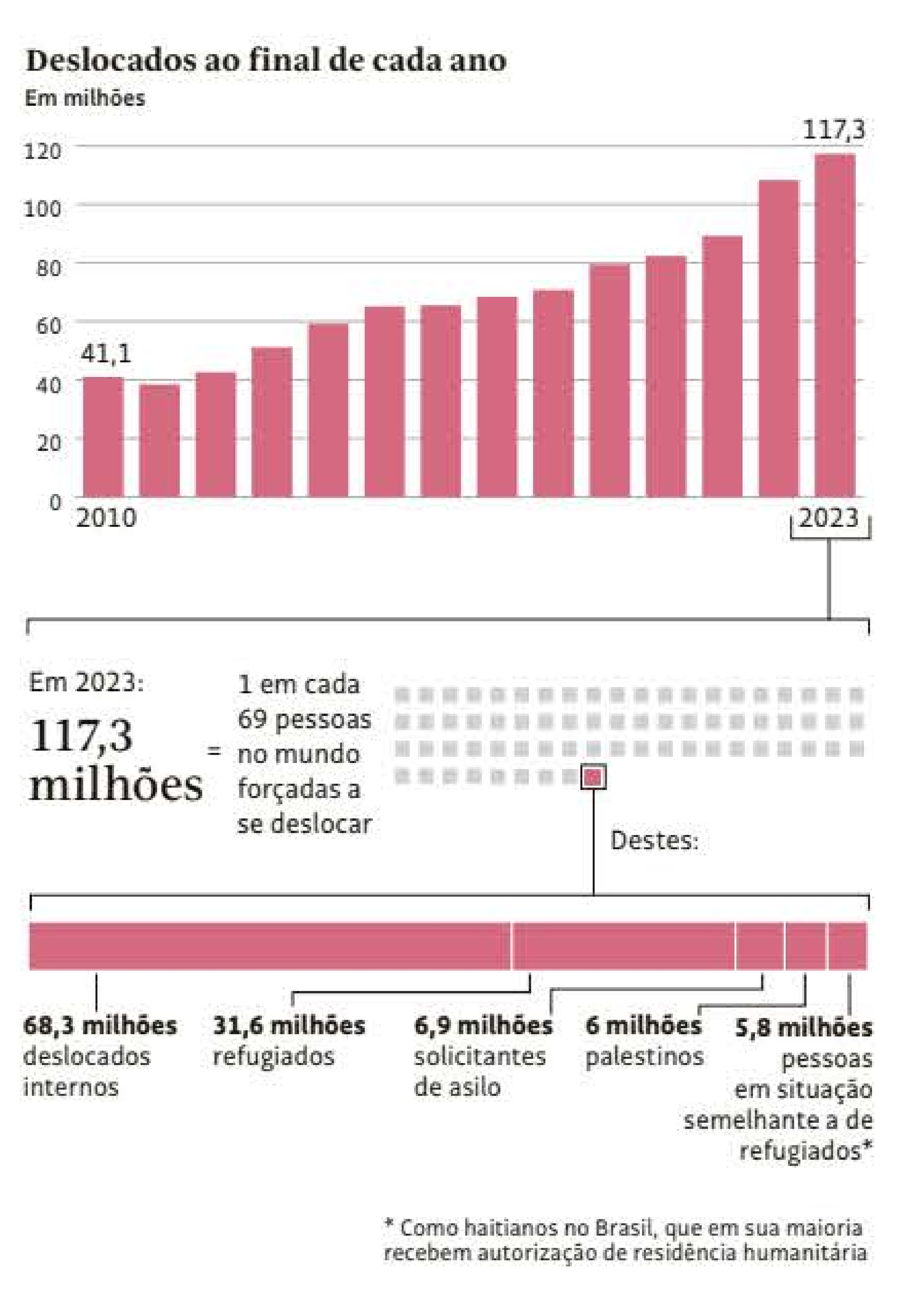
Um dos funcionários de segurança no Líbano que falou com a Reuters disse que o Hezbollah disparou mais de cem foguetes em resposta à morte —uma das maiores salvas de foguetes do grupo desde o início das hostilidades, após o ataque terrorista do Hamas em 7 de outubro passado.

Pelo menos 467 pessoas morreram no Líbano desde o início da guerra em Gaza, de acordo com estimativas da agência de notícias AFP. A maioria é formada por combatentes, mas o número inclui também quase 90 civis, segundo a agência de notícias.

Do lado israelense, pelo menos 15 soldados e 11 civis morreram, segundo autoridades de Tel Aviv. Em ambos os lados da fronteira, dezenas de milhares de pessoas tiveram que deixar suas casas devido às hostilidades contínuas.

Com Reuters e AFP

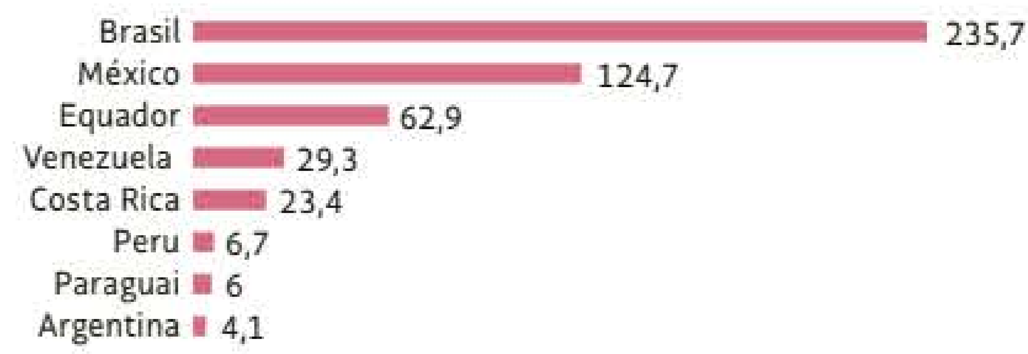
Pessoas forçadas a deixar suas casas no mundo em 2023

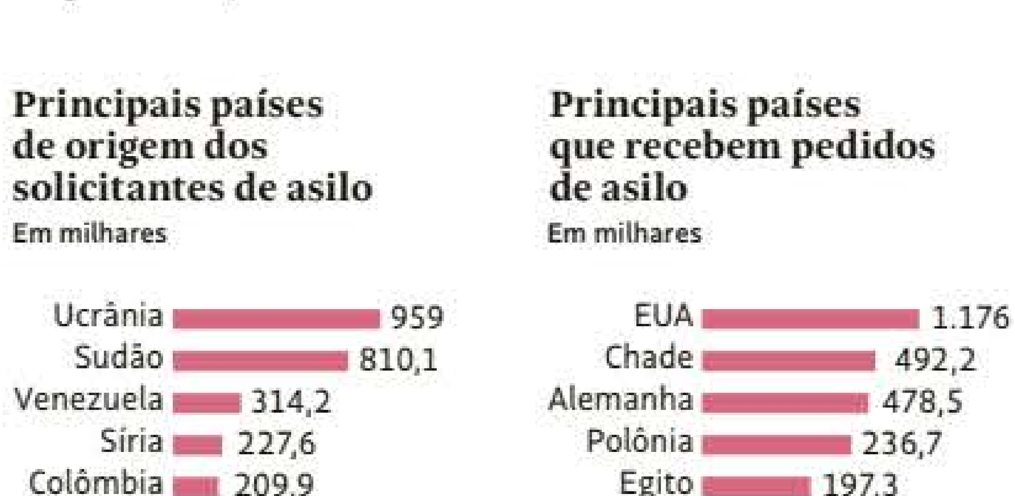


Onde estão os refugiados
Em milhões

Irã	Turquia	Colômbia	Alemanha	Paquistão
3,8	3,3	2,9	2,6	2

Brasil lidera América Latina como país com mais refugiados e pessoas em situação similar





Países com mais deslocados internos



73% dos refugiados têm origem em cinco países

Em milhões

Afeganistão	6,4
Síria	6,4
Venezuela	6,1
Ucrânia	6
Sudão	1,5

Fonte: Acnur

Taxa de deslocados à força no mundo quase dobra em 10 anos

Relatório do Acnur alerta para aumento constante no número de refugiados

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Com aumentos anuais consecutivos no decorrer da última década, o número de pessoas forçadas a deixar seus lares por guerras, conflitos, perseguições políticas ou violações de direitos humanos no mundo chegou a 117,3 milhões no último ano, informou a Organização das Nações Unidas.

É como se 1 a cada 69 pessoas, ou 1,5% da população global, estivesse nessa situação de deslocamento forçado. Dez anos atrás, essa proporção era de 1 pessoa a cada 125 no mundo.

Neste grupo estão incluídos aqueles já reconhecidos como refugiados ou em situação semelhante; aqueles que estão solicitando asilo em outros países; e também aqueles que estão deslocados dentro de seus próprios países, em uma migração doméstica forçada pela violência.

Os novos dados divulgados pelo Acnur, o alto comissariado da ONU para refugiados, reforçam a importância do Brasil como receptor de refugiados. Em toda a América Latina, é o país com mais pessoas refugiadas ou em situação semelhante, como mais de 87 mil haitianos que recebem a chamada autorização de residência humanitária.

Ao todo, são 235,7 mil no Brasil. É um número consideravelmente maior que o observado no México (127,7 mil), país reconhecido no imaginário global como um dos principais destinos de imigrantes que buscam o "sonho americano", o desejo de chegar aos Estados Unidos.

Ainda que o aumento do número de deslocados não mais surpreenda instituições como o Acnur, dado o crescimento da população global acompanhado de uma multiplicação de conflitos internacionais e domésticos em todo o mundo, alguns fatores chamam a atenção.

Um deles é o tamanho da crise na Venezuela, asfixiada pela ditadura de Nicolás Maduro e que, no dia 28 de julho, deve ir às urnas sob desconfiança de que o pleito não seja democrático e transparente. São mais de 6,1 milhões de refugiados venezuelanos expulsos de seu país pelo definhar econômico ou pela perseguição política.

É um número muito similar ao de um país em guerra civil, como a Síria, ou o Afeganistão, que vive sob o regime fundamentalista do Talibã —cada um com 6,4 milhões de refugiados. Se levado em consideração o fato de que há outros venezuelanos que não são reconhecidos como refugiados mas estão em categorias similares, a diáspora desse país sul-americano alcança 7,3 milhões. Muito maior que a de países em guerra.

Em outro continente, na África, o cenário do Sudão causa alarme. Desbancando a Síria, o país se tornou o que tem mais deslocados internos no seu território, fruto do conflito civil que eclodiu há mais de um ano e agravou uma situação já dramática de disputas locais. São mais de 9 milhões de sudaneses forçados a deixar seus lares.

Mais, existem ainda outros 810 mil sudaneses que hoje buscam asilo em países vizinhos, notadamente no Chade, que justamente por isso deu as caras como segundo país que mais recebe pedidos de asilo, atrás dos EUA, sempre na liderança desse ranking.

No Sudão, lembrou o Acnur, a fome generalizada já atinge 20 milhões de pessoas, ou 42% da população local, que enfrentam níveis severos de insegurança alimentar e sem nenhuma perspectiva de melhora.

A ONU chama também a atenção para a situação dos refugiados palestinos —um tema histórico na instituição. As Nações Unidas consideram que há ao menos 6 milhões de refugiados palestinos, entendidos como aqueles retirados à força de seu local de origem nos anos 1940, na chamada nakba, e seus descendentes.

No relatório deste ano, o Acnur aponta que ao menos dois terços desses refugiados que vivem na Faixa de Gaza estão atualmente deslocados de suas casas devido à guerra contra o Estado de Israel.

Também a Turquia, que costumeiramente era o país detentor do maior número de refugiados, com um grande volume de sírios, foi agora ultrapassada pelo Irã. É um reflexo não apenas da saída de muitas dessas famílias do país como também do grande volume de afegãos que foram ao país vizinho para fugir do Talibã.

"Por trás desses números crescentes estão incontáveis tragédias humanas", diz o chefe do Acnur, o diplomata italiano Filippo Grandi, na apresentação dos dados. "Esse sofrimento deve levar a comunidade internacional a agir urgentemente para enfrentar as causas do deslocamento forçado."

G7 deve anunciar acordo para usar ativos retidos russos em ajuda à Ucrânia

GUERRA DA UCRÂNIA

SÃO PAULO E BOA VISTA Às vésperas da reunião do G7, em Bari, na Itália, os Estados Unidos divulgaram nesta quarta-feira (12) novas sanções na tentativa de isolar a Rússia do sistema internacional. Há ainda a expectativa de que os líderes dos países participantes anunciem um acordo definitivo sobre o uso de ativos russos congelados em instituições financeiras ocidentais para ajudar a Ucrânia.

O debate sobre o uso dos recursos de Moscou existe desde o início da invasão total promovida por Vladimir Putin, no início de 2022, e Washington vinha sendo mais categórica com relação à proposta de confisco desses ativos.

Países europeus, no entanto, onde boa parte dos quase US$ 300 bilhões estão retidos, temem que uma medida do tipo possa violar a lei internacional. Em entrevista à **Folha** em fevereiro, o ministro das Finanças da Rússia deixou clara a posição de seu país sobre o assunto: "violaria os pilares do sistema legal internacional e seria basicamente um roubo".

Segundo o jornal The New York Times, citando autoridades ocidentais, a proposta do G7 deve se basear em um empréstimo de cerca de US$ 50 bilhões a Kiev para a reconstrução da infraestrutura do país, alvo prioritário de Moscou nos últimos meses. O empréstimo seria pago com os juros dos recursos.

A cúpula na Itália reúne os chefes de Estado das sete principais economias globais e ocorre desta quinta (13) até sábado (15).

As sanções americanas foram anunciadas pela Casa Branca enquanto o presidente Joe Biden embarcava para Itália, onde já chegou. As ações são o mais novo pacote de restrições com o objetivo de minar a capacidade da Rússia de fazer negócios com o resto do mundo e manter sua economia —e seu complexo militar na Ucrânia— girando.

Permitem, ainda, que Washington imponha sanções a bancos que façam transações com instituições financeiras russas já alvo de medidas restritivas, segundo o New York Times.

Além disso, o Tesouro impôs restrições à Bolsa de valores de Moscou, com o intuito de impedir investidores externos de comprar ações de empresas de defesa da Rússia, e sanções a cerca de cem entidades, incluindo empresas que tenham atuado no desenvolvimento da produção e na exportação do setor energético e de mineração russos.

"Vamos continuar a aumentar os custos para a máquina de guerra russa", disse o porta-voz de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, nesta quarta. O Departamento de Comércio baniu exportações americanas a endereços de Hong Kong que, segundo Washington, triangulam com empresas laranjas para vender produtos banidos para Rússia.

O esforço de sufocar o financiamento e fornecimento de tecnologia para Moscou não é novidade, e as primeiras tentativas foram superestimadas.

Em março de 2022, logo após o início da guerra, Biden anunciou uma rodada inicial de ações financeiras e disse que o rublo, a moeda russa, seria destruído. Após um breve período de perda de valor e instabilidade, a moeda se recuperou e, embora hoje não esteja tão forte quanto há um ano, a economia russa dá sinais de expansão.

Fortalecer a ajuda financeira à Ucrânia é uma prioridade na reunião do G7, com autoridades dos EUA e da Europa ansiosas para garantir soluções, antes de uma possível reeleição de Trump —que já disse ter relação pessoal com Putin—, e a incerteza que isso traria sobre o futuro apoio dos EUA a Kiev.

Empatados nas pesquisas de intenção de voto, Biden e Trump disputam a Presidência do país em pleito profundamente afetado pelos conflitos na Europa e no Oriente Médio, outro tema que estará na pauta do encontro do G7, assim como os avanços da inteligência artificial.

O contexto eleitoral pesa também do lado europeu. A eleição para o Parlamento do continente, ainda que tenha resultado na manutenção do poder do partido de centro-direita da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, viu um avanço significativo da direita radical, em geral eurocética.

Esse avanço se deu nos dois principais países do continente. O presidente da França, Emmanuel Macron, foi atropelado pela votação da ultradireita e se viu forçado a dissolver a Assembleia Nacional e convocar novas eleições legislativas. Na Alemanha, o extremista Alternativa para a Alemanha (AfD), tornou-se a segunda maior força do país —a sigla é acusada de ter ligações próximas com o Kremlin.

Por fim, há ainda no encontro do G7 a presença do Reino Unido, que tem trocado farpas e sido ameaçado pela Rússia por seu discurso mais incisivo em favor da Ucrânia.

Logo após o encontro do G7, uma conferência para discutir a paz na Ucrânia ocorrerá na Suíça no sábado e no domingo (16). A Rússia não foi convidada, e países como China, Brasil, África do Sul e Turquia não vão devido à ausência russa.

Com Reuters

Macron insta rivais a formar frente contra ultradireita nas eleições

PARIS | REUTERS O presidente da França, Emmanuel Macron, instou seus rivais à esquerda e à direita a se unirem a ele na construção de uma frente contra a ultradireita nas próximas eleições legislativas.

O chefe do Estado francês havia anunciado a antecipação do pleito no domingo (9), cerca de uma hora depois que as projeções dos resultados da votação para o Parlamento Europeu mostraram que o partido de Marine Le Pen, o Reunião Nacional (RN), conseguiu quase o dobro de votos da legenda macronista.

Esse avanço da ultradireita foi o centro das declarações de Macron em entrevista coletiva nesta quarta-feira (12).

Macron afirmou ter um certo nível de responsabilidade pelo resultado e disse que a alta porcentagem de votos na ultradireita era "um fato político que não pode ser ignorado". "Vocês expressaram sua revolta, recado recebido. Mas será que expressar revolta é uma solução para [os problemas do] o dia a dia? Eu digo que não."

Já em clima de campanha, ele criticou tanto a direita quanto a esquerda radical.

A ultradireita, simbolizada pelo RN —que tem entre as suas principais bandeiras o euroceticismo e o combate à imigração— levaria ao empobrecimento da classe trabalhadora e dos aposentados, disse ele. "Qual é a resposta na prática? Eles não sabem", afirmou, acrescentando que, caso chegasse ao poder, o partido apenas ameaçaria o Estado de Direito francês em vez de resolver as angústias da população.

Já os ultraesquerdistas, disse, teriam inclinações antissemitas e seriam plácidos demais para implementar mudanças.

A solução seria, assim, ter uma postura mais firme em áreas como imigração e segurança, pautas tradicionais da direita, e formar uma coalizão para "agir a serviço dos franceses e da República", concluiu o presidente, convocando eleitores e líderes políticos que "não se reconhecem como extremistas" a se unir a ele.

Macron ainda usou o encontro para defender sua opção por antecipar as eleições legislativas —segundo ele, uma forma de separar o joio do trigo. "Não quero abrir a porta para a extrema direita em 2027, então aceito completamente a responsabilidade por ter disparado um movimento para esclarecer essa situação", disse.



O presidente francês, Emmanuel Macron, durante entrevista sobre a convocação de eleições legislativas Stephane De Sakutin/AFP

Os rotos julgam o esfarrapado

Com juízes sob suspeita, Suprema Corte dos EUA vai decidir sobre imunidade de Trump

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo.

"Houve dias em que cheguei no escritório depois do anúncio de uma nova decisão, fechei a porta e chorei."

O desabafo é incomum por ter sido feito numa palestra recente por Sonia Sotomayor, a juíza da minoria liberal da Suprema Corte dos Estados Unidos. Sotomayor comentou o que chamou de trauma do impacto de decisões cada vez mais radicais da sólida maioria conservadora, como a abolição do aborto legal, há dois anos.

Nas últimas semanas, o tribunal máximo da Justiça dos EUA tem frequentado manchetes com denúncias de corrupção e nacionalismo cristão, concentradas nos dois talvez mais obscurantistas magistrados, Samuel Alito e Clarence Thomas —este, acompanhado por infâmia desde as célebres audiências de confirmação, em 1991, quando foi acusado de assédio sexual pela professora de direito Anita Hill.

Pesquisas nacionais, de 2023, confirmam uma alta histórica na desconfiança dos americanos nos nove juízes da Corte. Eles têm cargo vitalício e não respondem a qualquer outra instituição. O presidente da Corte, John Roberts, acaba de recusar um pedido do Comitê de Justiça do Senado para comparecer a uma sessão e responder perguntas sobre gritantes conflitos de interesses de Alito e Thomas.

Em novembro passado, Roberts só fez uma concessão, emitindo uma declaração de princípios éticos de conduta que, por serem voluntários, de nada valem. Os princípios foram anunciados após as primeiras revelações escandalosas sobre Thomas, engordado como um suíno há décadas com viagens luxuosas e presentes pelo amigo bilionário Harlan Crow, que tem, no momento, interesse financeiro em quatro casos diante da Corte.

Thomas não é o único a avacalhar a toga, só o mais ousado —recebeu mimos que somam mais de US$ 4 milhões nas últimas duas décadas. Ele se recusa a se abster de julgar casos relacionados à tentativa de golpe de Estado para impedir a posse de Joe Biden, em janeiro de 2021, embora sua fanática mulher, Ginni, tenha passado a tarde da invasão do Capitólio mandando mensagens de texto para o então presidente da Câmara, suplicando que ele sabotasse a confirmação dos votos do Colégio Eleitoral para manter Donald Trump no poder.

Em maio, o jornal The New York Times revelou que, após a invasão do Capitólio, uma bandeira americana invertida, associada à insurreição, foi desfraldada na frente da residência de Samuel Alito. Ele botou a culpa na mulher, Martha-Ann, mas mentiu, porque logo depois o Times provou que outra bandeira extremista usada pelos invasores havia passado meses na porta da casa de praia do casal Alito, em Nova Jersey.

Uma bandeira não é uma camiseta. Samuel Alito não tem imparcialidade —muito menos estatura moral— para julgar o caso mais importante diante da corte: a decisão, esperada até o fim do mês, sobre a imunidade de Trump, acusado de múltiplos crimes federais e estaduais, entre eles, o de incitar a tentativa de golpe.

Nesta semana, uma ativista democrata se fez passar por conservadora numa festa e gravou em segredo Samuel e Martha-Ann Alito confessando todo seu radicalismo, homofobia e rancor pela maioria dos americanos que apoiam a separação entre igreja e Estado.

Sobre sua visão do país, estas foram algumas frases do destemperado juiz Alito: "Precisamos devolver o país à religiosidade"; "um lado vai ter que vencer"; "não dá para transigir".

| DOM. Sylvia Colombo | TER. Mundo Leu | QUI. Lúcia Guimarães | **SÁB. Igor Patrick**



Carro da rádio Cadena 3 incendiado por manifestantes em frente ao Congresso argentino nesta quarta (12) Luis Robayo/AFP

Milei tenta aprovar pacote no Senado com disputa voto a voto

Análise da Lei de Bases é acompanhada de confusão entre polícia e manifestantes, que destroem carro da imprensa

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Em uma disputa de voto por voto no Senado da Argentina, o governo de Javier Milei aceitou retirar a empresa Aerolíneas Argentinas da lista de empresas privatizáveis reunidas no pacote liberal que busca aprovar, a Lei de Bases —antes comumente chamada de Lei Ônibus.

O anúncio foi feito ainda durante as horas iniciais do debate entre os senadores, nesta quarta (12), por Bartolomé Abdala, que lidera a Liberdade Avança, a coalizão do presidente, no Senado. Também saem desta lista os Correios e a Rádio e Televisão Argentina.

É um esforço final da Casa Rosada diante de um cenário complicado no Legislativo. O governo Milei já viu seu pacote, prioridade legislativa, ser desidratado desde o início do ano. Em mais de seis meses de governo, não logrou aprovar suas medidas no Congresso.

Mas a baixa de guarda do governo não afrouxou a forte oposição nas ruas chamada por centrais sindicais, movimentos políticos e partidos.

Do lado de fora do Congresso em Buenos Aires, houve confronto entre polícia e manifestantes. Ao menos cinco deputados da oposição que participaram dos atos foram encaminhados ao hospital devido aos efeitos de gás lacrimogêneo.

Em resposta à repressão policial, manifestantes lançaram pedras e coquetéis molotov e atearam fogo a um veículo da rádio Cadena 3 identificado como sendo da imprensa. Um jornalista da rede relatou ter sido agredido. A imprensa local relatava ao menos 30 detidos e mais de 20 policiais feridos.

O enfrentamento ocorre em um momento de recrudescimento das ações policiais sob as ordens da ministra de Segurança Patricia Bullrich, ex-presidenciável e um dos principais nomes deste governo. No X, o gabinete de Milei parabenizou os agentes de segurança.

"Parabéns por essa excelente atuação na repressão contra grupos terroristas que com paus, pedras e granadas tentaram perpetrar um golpe de Estado, atentando contra o funcionamento protocolar do Congresso", escreveu a equipe do presidente.

Já faz mais de dois meses que a Câmara dos Deputados aprovou com maioria confortável a Lei de Bases.

O debate foi ao Senado, mas seguiu travado e sob intensas negociações até ser levado a plenário nesta quarta, com uma verdadeira maratona prevista para a sessão.

Os votos já anunciados até a conclusão desta edição estavam tão parelhos que havia grande aposta na possibilidade de empate. Com o bloco kirchnerista e alguns poucos membros da União Cívica Radical, ao menos 36 senadores disseram que votariam contra a proposta governista.

Por outro lado, ao menos 35 disseram que a apoiariam. Havia um voto a definir. A Casa tem 72 membros, e aprovar a medida exige ao menos 37. Em caso de empate, a decisão poderia ficar a cargo da vice-presidente Victoria Villarruel, que no país preside o Senado.

Para adicionar emoção ao dia, a expectativa era de que ao final desta quarta ela estaria fora do posto, substituindo Milei na Presidência. O ultraliberal tem viagem marcada à Europa para a cúpula do G7, da qual participa como convidado da primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni.

Neste cenário, quem a substituiria na presidência dos debates no Senado seria justamente o libertário Bartolomé Abdala, cujo voto (a favor da proposta do governo) passaria a valer por dois.

Criada nos anos 1950 por Juan Domingo Perón (1895-1974), a Aerolíneas foi posteriormente privatizada na década de 1990 durante o governo de Carlos Menem, de quem Milei é admirador. Posteriormente, em 2008, no governo de Cristina Kirchner, a companhia aérea foi estatizada.

Além desse, vários outros pontos são sensíveis. A oposição se coloca contra, entre outras coisas, a concessão ao Executivo da capacidade de governar sem o Congresso em quatro áreas por um ano. A saber: administrativa, econômica, financeira e energética. "Vou dar esse poder a um presidente que diz ser o exterminador?", ironizou a senadora opositora Lucía Corpacci.

Há também grande oposição ao chamado Rigi (Regime de Incentivos a Grandes Investimentos), proposta da Casa Rosada adendada à Lei de Bases para distribuir incentivos, como anulação de impostos, a empresas que invistam ao menos US$ 200 milhões no país em áreas como petróleo, gás e mineração. O objetivo é levar dólares à Argentina.

Opositores dizem que esse projeto deixará de lado pequenas e médias empresas; apostará em áreas na contramão do combate à mudança climática; retirará autonomia das províncias e ferirá a soberania nacional. Ocorre que o Rigi, agora que o governo abriu mão de outras demandas, virou uma prioridade da Casa Rosada.

Mesmo se aprovada no Senado, a Lei de Bases retornaria para análise final da Câmara, já que sofreu modificações.

Em participação inusual na OIT, Lula defenderá taxação de super-ricos

André Fontenelle

GENEBRA (SUÍÇA) Em meio a um momento doméstico conturbado, o presidente Lula participa nesta quinta-feira (13) de um fórum internacional em Genebra, na Suíça, com apenas dois chefes de Estado: ele mesmo e o presidente do Nepal, Ram Chandra Paudel. Também fará uma homenagem ao escritor brasileiro Paulo Coelho, radicado no país europeu.

Com a viagem presidencial ao exterior, devem ficar em suspenso questões delicadas, como o futuro do ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), indiciado em uma investigação de desvio de recursos; e o desgaste do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após derrotas no Congresso, como a devolução da medida provisória que compensaria a perda de arrecadação com a desoneração da folha de pagamento de diversos setores da economia.

O evento de que Lula participa, na sede da ONU, é o primeiro fórum da Coalizão Global pela Justiça Social, iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O presidente fará um dos discursos de encerramento.

O recém-criado fórum reúne representantes de governos, empregados e empregadores na busca de soluções concretas para problemas que afetam trabalhadores do mundo inteiro, como o impacto das mudanças climáticas e de novas tecnologias, como a inteligência artificial.

Lula aproveitará o discurso para reforçar pautas prioritárias da política externa brasileira, como a taxação dos super-ricos e o combate global à fome. O país ocupa até o final de novembro a presidência rotativa do G20, grupo que reúne os países mais industrializados, a União Europeia e a União Africana.

A etapa suíça da viagem de Lula à Europa vai durar menos de 24 horas. Sua chegada a Genebra estava prevista para as 6h40 locais desta quinta-feira (1h40 da manhã de Brasília), acompanhado da primeira-dama, Janja, e do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Às 21h30 locais (16h30 de Brasília), a comitiva embarca para a Itália.

Na região italiana da Puglia, Lula participa, como convidado, da cúpula do G7, reunião de líderes de sete grandes economias do mundo (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá e Itália), mais a União Europeia.

Em Genebra, Lula terá ainda um encontro bilateral com a presidente da Confederação Suíça, Viola Amherd, no hotel President Wilson, um cinco-estrelas à beira do lago Léman.

No final da tarde, o presidente participa de uma homenagem a Paulo Coelho: o lançamento de um selo celebrando os 35 anos da publicação do best-seller "O Alquimista". A rigor, o selo foi lançado pelos Correios em 2023 (o livro data de 1988).

O evento, seguido de jantar, será na residência oficial do representante permanente do Brasil junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra, o embaixador Tovar da Silva Nunes.

Lula foi convidado pelo diretor-geral da OIT, o togolês Gilbert F. Houngbo, para atuar como copresidente da recém-criada coalizão. Segundo fonte do Itamaraty, embora o convite para participar do fórum tenha sido feito meses atrás, a escala na Suíça só foi confirmada no final da semana passada, devido à conjuntura política e às enchentes no Rio Grande do Sul.

O fórum desta quinta-feira, realizado dentro da 112ª Conferência Internacional do Trabalho, é de nível ministerial. Além de representantes de trabalhadores e empregadores, participam ministros do Trabalho de dezenas de países, entre eles o do Brasil, Luiz Marinho. Ele discursou na sessão desta quarta (12), antecipando boa parte dos temas do discurso de Lula.

"No ano passado, o presidente Lula sancionou a lei sobre a taxação de fundos exclusivos. Mas entendemos que é preciso mais: temos de taxar globalmente as grandes fortunas. Não falta riqueza no mundo, falta distribuição justa desta riqueza", disse Marinho.

O ministro também mencionou as medidas tomadas pelo governo para mitigar o impacto das enchentes no Rio Grande do Sul e defendeu, em nome do Brasil, a inclusão da Palestina entre os países-membros da OIT.

Um dos integrantes da delegação brasileira, Gedeão Pereira, vice-presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), causou mal-estar na segunda (11) ao afirmar que não há trabalho escravo no Rio Grande do Sul.

Pereira participa do fórum como representante dos empregadores. Nos últimos anos, diversas operações da Polícia Federal resgataram trabalhadores em situação de escravidão em fazendas gaúchas.

cotidiano

FOLHA DE S.PAULO ★★★

QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2024

B1



Região da estação Campo Belo, da linha 5-lilás, na zona sul de São Paulo, onde o entorno tem 4.814 moradores a mais Rubens Cavallari/Folhapress

Metrô e trem em São Paulo atraem e afastam moradores

Mapa dos trilhos com dados do IBGE expõe diferenças entre bairros paulistanos

DELTAFOLHA

Clayton Castelani, Cristiano Martins e Nicholas Pretto

SÃO PAULO Quando o metrô chegou ao Jardim São Paulo, as residências deram lugar ao comércio e até um edifício empresarial envidraçado com shopping no térreo surgiu. Casas que escaparam da demolição agora têm placas nas fachadas nas quais se lê ioga, acupuntura, megahair e botox.

Foi a estação inaugurada em 1998 a responsável por atrair empreendedores e expulsar moradores, conta o comerciante Carlos Vernaglia, 59, filho de um construtor local que, nos anos 1960, mandou erguer dezenas de predinhos residenciais de três andares nos arredores.

A transformação do bairro da zona norte paulistana onde viveu o piloto Ayrton Senna (1960-1994) ilustra como a complexa dinâmica imobiliária da cidade torna difícil levar moradias para perto do transporte sobre trilhos, um objetivo do Plano Diretor em vigor desde 2014.

Apesar da lei municipal ter diminuído taxas e permitido construções maiores para incentivar o mercado a fazer prédios em regiões consideradas estratégicas, os resultados dessa política ainda são divergentes. Em alguns lugares ela funcionou e houve adensamento populacional, mas em outros a quantidade de habitantes caiu.

Para entender como diferentes áreas da capital paulista foram ou não afetadas pelo plano, a **Folha** mapeou a evolução populacional ao redor de todas as estações dentro do município e visitou dez delas, em sete linhas.

A análise comparou a quantidade de residentes permanentes registrada pelo Censo 2022 do IBGE com a existente no levantamento populacional de 2010 nos raios de 600 metros ao redor das paradas de trem e metrô. Essa distância era um dos critérios da época para que a prefeitura oferecesse os incentivos ao mercado imobiliário. Ela foi ampliada para 700 metros em 2023.

Nesses 12 anos, sendo 8 sob vigência do atual Plano Diretor, a parcela de residentes nesses perímetros oscilou negativamente de 12,4% para 12,3% de todos os moradores da cidade.

O número absoluto de habitantes nessas regiões passou de 1,395 milhão para 1,412 milhão. O pequeno aumento populacional não impediu a redução da proporção de moradores nos locais observados porque a população da cidade cresceu no intervalo.

Continua na pág. B2

O aumento e o declínio populacional no entorno das estações de metrô e trem em São Paulo

Variação populacional em um raio de 600 metros de cada estação

Entre os Censos de 2010 e 2022

Maiores variações no entorno de estações

Positivas

Estação	Variação
Brás (metrô)	+6.638
Vila Aurora	+4.930
Campo Belo	+4.814
Piqueri	+4.660
Oratório	+4.630

Negativas

Estação	Variação
Brigadeiro	-4.350
Trianon-Masp	-3.913
Santa Cecília	-3.763
Jardim São Paulo	-3.462
Marechal Deodoro	-3.390

Observação: Para o tamanho dos círculos em estações de transferência, foi feita uma média da variação populacional no entorno das distintas plataformas (referências para o raio de 600m).

Fonte: Análise do DeltaFolha com base em dados dos Censos de 2010 e 2022 (IBGE)

Metrô e trem em São Paulo atraem e afastam moradores

Continuação da pág. B1

Os dados mostram que, na média, o plano ainda não atingiu seu objetivo. Mas a observação presencial, estação a estação, indica transformações em curso. Algumas claramente alinhadas ao planejamento, outras nem tanto.

No Jardim São Paulo, 3.462 pessoas deixaram o entorno da estação entre 2010 e 2022. Mas está surgindo uma nova alteração do perfil imobiliário local, indica a placa de um residencial sob um terreno de mais de 2.000 m² onde pequenos comércios e casas foram demolidos.

Na linha 15-prata, onde o trem viaja sob um monotrilho a partir da Vila Prudente e corta diversos bairros do distrito São Mateus, na zona leste, 8 das 11 paradas perderam moradores. Mas prédios em construção próximos a algumas delas indicam expansão de moradias semelhante à ocorrida perto da estação Oratório, onde o número de habitantes cresceu em 4.630.

Para defensores do Plano Diretor, esses movimentos reforçam o argumento de que é preciso dar tempo para que a proposta criada na gestão de Fernando Haddad (PT) alcance o resultado esperado até o fim da sua vigência, em 2029. É o que também afirma o atual secretário-adjunto de Urbanismo da prefeitura de Ricardo Nunes (MDB), o arquiteto José Armênio de Brito Cruz. "O Plano Diretor não falhou", diz.

O mapa dos trilhos mostra que o adensamento se concentrou nas regiões de classe média nas margens do chamado centro expandido, demarcado pelo minianel viário onde vale o rodízio de veículos.

É nesse perímetro onde estão bairros como Belém, Mooca e Tatuapé (zona leste) Barra Funda (oeste), Pirituba (norte) e Campo Belo (sul). Este último com aumento de 4.814 moradores, o terceiro que mais cresceu.

O entorno repleto de edifícios com varandas amplas deixa claro que houve forte interesse do mercado imobiliário nos arredores do cruzamento das avenidas Santo Amaro e Jornalista Roberto Marinho.

Entre os poucos moradores que mantiveram seus sobrados em meio aos novos prédios no Campo Belo, o perito Flávio Oliveira, 55, diz aproveitar a comodidade do metrô na porta de casa, mas lamenta o aumento dos congestionamentos gerados pelo adensamento. "A bateria do meu carro até arriou por falta de uso", comenta.

Mais distante da região central e menos badalado pelo mercado, o distrito do Jaraguá (zona norte) abriga a estação Vila Aurora, vice-líder do ranking do adensamento populacional na cidade. Inaugurada em 2013, essa parada da linha 7-rubi teve aumento de 4.930 moradores entre 2010 e 2022. A liderança é da estação Brás (que inclui metrô e CPTM), que teve aumento de 5.379 pessoas.

A vista da plataforma mostra que construtoras passaram longe da região e, em vez disso, foram os imóveis erguidos por moradores os responsáveis por apinhar o morro à margem da ferrovia com casas de alvenaria com dois, três ou mais pavimentos.

Segundo um maquinista que trabalha na linha há 12 anos, o crescimento do bairro começou antes da chegada da estação. Ele, que pediu para não ter seu nome mencionado, afirma que o loteamento cresceu com a chegada constante de trabalhadores atraídos por empregos em indústrias próximas.

Na contramão do plano da cidade, porém, áreas da região central com ampla infraestrutura perderam moradores, com destaque negativo para as estações Santa Cecília (-3.763), Trianon-Masp (-3.913) e Brigadeiro (-4.350).

Alvo de ataques e protestos, Santa Ifigênia inicia reforma

Comerciantes esperam que clientes retornem à via no centro de São Paulo

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO Alvo de ao menos seis ataques a lojas em menos de um ano, a região da rua Santa Ifigênia iniciou nesta quarta-feira (12) obras de revitalização para reforçar a marca "Rua dos Eletrônicos" em estratégias de divulgação para atrair movimento de volta à rua comercial.

Candidato à reeleição, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) caminhou pela região central de São Paulo nesta quarta, e visitou lojas acompanhados de lideranças do movimento que foi às ruas no fim do ano passado para protestar contra a permanência da cracolândia na rua dos Gusmões, a dois quarteirões da rua Santa Ifigênia.

A aglomeração de usuários de drogas ficou por cerca de quatro meses no local até ser transferida para cerca de cinco quarteirões de distância, próximo à rua Mauá.

A ocupação da Santa Ifigênia é uma das consequências da dispersão da cracolândia pelas ruas do centro, após operação policial que desmantelou a feira de drogas na praça Princesa Isabel, em maio de 2022. Um ano depois, ao menos oito ruas foram afetadas pela permanência dos dependentes químicos, onde foi registrado aumento de furtos e roubos.

Desde então, houve reforço do policiamento e, segundo a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), os registros de roubos caíram 80% na região central em março em comparação com os 12 meses anteriores. Em relação aos furtos, a retração foi de 69%, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública.

Reportagem da **Folha** mostrou, em março do ano passado, que ao menos 23 comerciantes fecharam as portas na região em função da presença dos usuários de drogas. Segundo eles, a mudança deixou o entorno mais perigoso, o que afugentou os clientes. O mesmo processo foi enfrentado pelos comerciantes da Santa Ifigênia, que tradicionalmente reúne lojas de eletrônicos.

"Uma coisa que me deixou muito feliz foi eu chegar aqui e todos os comerciantes estarem alegres e felizes, recebendo a gente com muito carinho, agradecendo que a gente conseguiu fazer a transformação do centro. Eu acho que aquela experiência do passado, a gente tem que virar essa página, sem deixar de ter aquilo como uma lição", disse o prefeito.

Entre as melhorias anunciadas, estão alargamento das calçadas e das esquinas, elevação de cruzamentos, criação de espaços de permanência como mobiliário urbano e novo paisagismo. O primeiro trecho reformado será entre as avenidas Cásper Líbero e Ipiranga e, depois, os quarteirões entre as avenidas Ipiranga e Duque de Caxias. As obras têm previsão de serem entregues em até um ano e irão custar R$ 7 milhões.

> "O prefeito e o governo ouviram [as manifestações dos comerciantes]. A gente agora, além de transformar o comércio, queremos fazer um novo polo tecnológico em São Paulo
>
> **Fabio Zorzo**
> presidente da associação de comerciantes da Santa Ifigênia

"Tem um destaque importante, [o fato] desses comerciantes não terem desistido, da prefeitura não ter desistido, dos comerciantes terem persistido e a gente hoje está podendo viver um novo momento", disse o prefeito.

O empresário Fabio Zorzo, presidente da associação de comerciantes da Santa Ifigênia, afirmou que a manifestação organizada no ano passado foi um grito de basta propulsor das melhorias anunciadas pela gestão municipal nesta quarta.

"O prefeito e o governo ouviram. A gente agora, além de transformar o comércio, queremos fazer um novo polo tecnológico em São Paulo", afirma Zorzo.

Outras partes da cidade têm previsão de passar pelo mesmo processo de revitalização da Santa Ifigênia e se tornarem ruas temáticas: a General Osório (Rua das Motos), São Caetano (Rua das Noivas), Paula Souza (Rua das Cozinhas) e Florêncio de Abreu (Rua das Ferramentas).



Viaduto Santa Ifigênia, que passa por obra de restauro e revitalização, na região central de São Paulo Edson Lopes Jr./Secom

Tarcísio autoriza licitação para construir 33 escolas e terceirizar serviços não pedagógicos

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), autorizou a abertura de licitação para a parceria público-privada em serviços administrativos e de manutenção de 33 novas escolas da rede estadual, com previsão para atender 35 mil alunos do ensino fundamental e médio.

As empresas ficarão responsáveis pela construção das unidades, além de serviços de limpeza, manutenção predial e de equipamentos, alimentação, jardinagem, vigilância e portaria.

Já a área pedagógica deverá seguir sob os cuidados da Secretaria de Educação estadual. "Todos os professores que atuarão nas escolas serão do quadro da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e receberão provimentos pela pasta", diz a assessoria da gestão Renato Feder.

De acordo com a gestão Tarcísio, o parceiro privado ficará encarregado de criar centros educativos com ambientes integrados, tecnologia, espaços de inovação e de estudo individual, por exemplo.

Conforme publicação no Diário Oficial desta terça-feira (11), as 33 escolas estão divididas em dois lotes. A capital paulista, a princípio, não foi contemplada em nenhum.

São 17 unidades no primeiro lote que inclui as cidades de Aguaí, Araras, Bebedouro, Jardinópolis, Leme, Limeira, Lins, Marília, Olímpia, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, Sertãozinho e Sumaré.

No segundo lote estão 16 unidades em Arujá, Atibaia, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itapetininga, Itatiba, Peruíbe, Salto de Pirapora, São José dos Campos, Sorocaba e Suzano.

A rede estadual reúne, hoje, mais de 5.000 escolas espalhadas pelo estado.

A parceria terá prazo de 25 anos, e o governo prevê investimentos de R$ 1,6 bilhão. As escolas podem obedecer a três tipologias: A, com 21 salas de aula; B, com 28 salas; e C, com 35 salas.

A Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) vai fiscalizar a concessão. A agência, segundo o governo, terá acesso aos dados de administração, contabilidade e recursos técnicos em tempo real e por via eletrônica.

O leilão deverá ser realizado até novembro deste ano. A licitação, diz o decreto, será feita através da modalidade concorrência internacional.

No Paraná, o governador Ratinho Junior (PSD) sancionou no último dia 4 um projeto de lei que permite que empresas assumam a gestão administrativa de escolas estaduais. O programa Parceiro da Escola prevê a concessão de 204 instituições (quase 10% do total da rede estadual).

O modelo foi lançado no estado em 2022 e, na ocasião, Renato Feder estava à frente da educação no Paraná. Em janeiro de 2023, Feder assumiu a mesma pasta em São Paulo a convite de Tarcísio.

Atualmente, o estado do Paraná tem duas escolas geridas pela iniciativa privada e que participam de um projeto-piloto desde o ano passado: Colégio Estadual Aníbal Khury, em Curitiba, e o Colégio Estadual Anita Canet, em São José dos Pinhais.

O texto da lei sancionada por Ratinho não estipula o tempo de contrato, mas estabelece que o programa será sempre reavaliado a partir de indicadores anuais de aprendizagem, frequência escolar, número de matrículas e taxas de abandono e de evasão escolar.

A expectativa do governo estadual é que o programa seja colocado em prática no início de 2025.

O Paraná definiu que o governo é quem terá autonomia sobre o projeto pedagógico, enquanto parceiro contratado atuará "exclusivamente às dimensões administrativa e financeira".

A medida é criticada pela oposição e pelo sindicato que representa trabalhadores da educação no estado (APP-Sindicato), que apontam risco de interferência indevida de interesses privados no ensino público. Eles também reclamam da falta de debate sobre o tema, uma vez que o texto foi aprovado em menos de dez dias pela Alep (Assembleia Legislativa do Paraná), onde Ratinho possui ampla base de apoio.

Em entrevista à **Folha**, o atual secretário da Educação paranaense, Roni Miranda, afirmou que o modelo de gestão privada foi aprovado por 90% dos pais dos dois colégios que já o testaram. "O índice de frequência aumentou e as notas melhoraram. São indicadores robustos de que esse modelo funciona", disse.

Senado aprova bolsa de R$ 700 para estudantes

BRASÍLIA O Senado aprovou nessa terça-feira (11) o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que garante e amplia bolsas de auxílio para alunos de baixa renda do ensino público de nível superior e nível médio técnico.

As bolsas terão valor de R$ 700 para estudantes que atendam aos critérios, sendo o dobro para indígenas e quilombolas.

Com a aprovação do PNAES, o Programa de Bolsa Permanência (PBP), de 2013, que contemplava exclusivamente estudantes indígenas e quilombolas, agora passa a contemplar jovens de baixa renda no geral que se encaixem nas categorias descritas no programa.

Um estudante que cumpra os requisitos poderá receber mais de um benefício de assistência estudantil, desde que não ultrapasse o valor total de R$ 1.500. A regra não vale para indígenas e quilombolas, que podem ultrapassar este valor.

Entre os critérios para o benefício, estão renda familiar mensal per capita não superior a um salário mínimo. **Mariana Brasil**

Ficar neutro não é uma alternativa

Voto de Zanin prenuncia batalhas duras no STF sobre 'linguagem não binária'

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

A discussão sobre "linguagem neutra" é tão violentamente polarizada —e portanto tão propensa a gerar mais luz do que calor— que o ministro Cristiano Zanin posou de vilão no último dia 10 apesar de ter votado certo. Vamos tentar aqui (não é fácil) desarmar algumas minas terrestres e mapear a área.

Começo pelo fato recente, que rendeu manchetes. Ao engrossar a maioria formada no STF para declarar inconstitucionais duas leis municipais —uma em Goiás e a outra em Minas Gerais— que proíbem a linguagem neutra, Zanin declarou uma obviedade em forma de ressalva: que o emprego de pronomes e terminações não binárias destoa "das normas da língua portuguesa".

Mas não é exatamente essa a ideia? Ninguém que escreva "todes" ou "elu" faz isso esperando ser condecorado com a medalha Napoleão Mendes de Almeida de melhor aluno de gramática normativa.

Pelo contrário, trata-se de uma intervenção política na língua, uma irreverência destinada a chamar a atenção de quem lê para problemas reais de exclusão de minorias. Invocar a famigerada norma culta contra isso chega a ser uma platitude.

No entanto, é uma prova da complexidade do tema que essa platitude pode ter consequências concretas em processos futuros. O que o STF decidiu agora —como já havia decidido no passado— é uma questão de forma: legislar sobre educação não cabe a estados e municípios, mas à União.

É aí que mora o perigo. O Congresso, com sua sinistra maioria de reacionários e oportunistas, acaba de fazer o debate sobre drogas retroceder meio século e parece prestes a transformar em assassina a mulher que aborta o filho do seu estuprador.

Não está descartada uma lei, quem sabe até uma PEC, que condene quem escreve "amigues" à internação compulsória em clínicas cívico-militar-religiosas.

Assim, é provável que em breve o Supremo seja chamado a deliberar não sobre a forma, mas sobre o conteúdo da briga em torno da linguagem neutra. Como indica o voto de Zanin, nesse caso pode-se prever certa dificuldade do plenário em formar maioria.

Aqui cabem duas ou três ponderações. Não se reforma a gramática de um idioma por lei. É muito cedo para dizer se tais propostas serão incorporadas um dia à língua padrão.

Como já escrevi em outras ocasiões, acho improvável que grupos de pressão consigam mexer em estruturas gramaticais sedimentadas ao longo de séculos. Mas a verdade é que não sabemos.

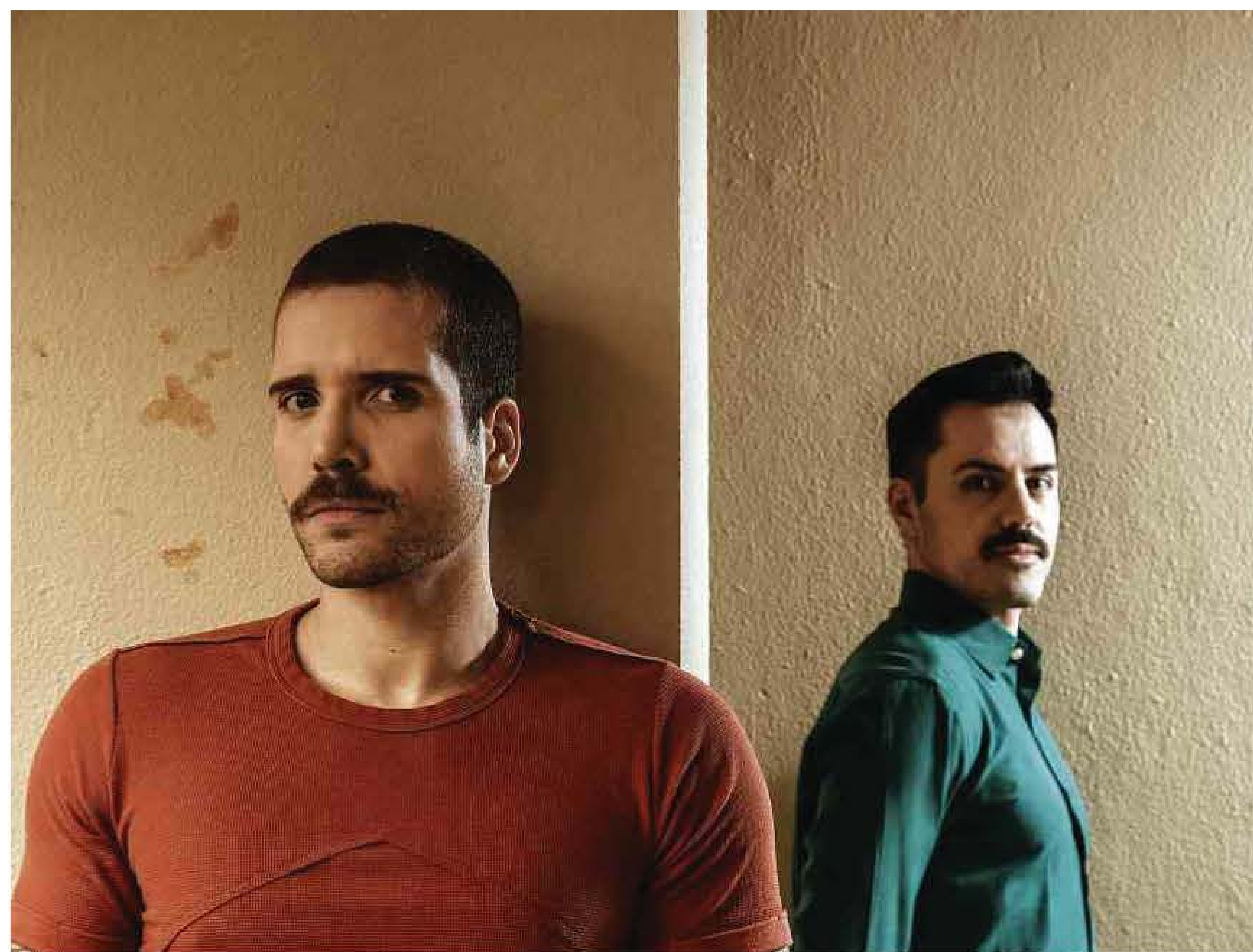
Contudo, acredite-se ou não que pôr a linguagem neutra em relevo atente contra a língua, dá munição barata ao populismo de direita ou desvie o foco de lutas mais importantes no plano das políticas de inclusão, estamos falando de um fato social do nosso tempo.

E não é só no Brasil, esse país em que tanta gente conservadora que escreve gato com jota vê ameaças ao establishment gramatical em cada esquina: "gender-neutral language" e "écriture inclusive" são temas de debate mundo afora.

Daí decorre que leis como as que o STF declarou inconstitucionais, ao tentarem interditar a conversa na grade curricular e em documentos oficiais, são puro atentado à liberdade de expressão.

Em seu artigo para o livro "Linguagem 'Neutra': Língua e gênero em debate" (Parábola), lançado em 2022, o linguista Sírio Possenti observa que, "independentemente de se chegar a uma solução de consenso entre as alternativas postas (...), a questão está posta. Seria indecente não reconhecer sua relevância". Voto com o relator.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | **SEX. Tati Bernardi** | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho



O casal Rafael Gonzaga, 33, e Adrian Grasson, 32, vítima de um suposto caso de homofobia, em São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Justiça brasileira não contabiliza casos de homotransfobia

CNJ confirma que dados não existem; para especialistas, Estado é omisso sobre o tema e falta uma lei específica

Bruno Lucca

SÃO PAULO O STF (Supremo Tribunal Federal) criminalizou a homotransfobia há cinco anos, enquadrando o delito na lei do racismo —com pena de 2 a 5 anos de reclusão— até que o Congresso Nacional aprove uma legislação específica sobre o tema.

De lá para cá, nenhum caso do tipo foi contabilizado pela Justiça brasileira, porque não foi criado um assunto processual específico para a discriminação contra LGBTs. Nos autos, tudo é classificado como racismo.

A informação é do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). O órgão não deu mais detalhes sobre a falta de detalhamento dos registros.

Enquanto isso, entidades têm tentado quantificar as ocorrências consultando ação por ação. Uma delas é o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que noticiou o total de casos de homofobia punidos como racismo desde 2020.

Naquele ano, foram 111 casos registrados na Justiça. Em 2021, foram 328. Já em 2022, último ano com dados, foram 503. No período observado, houve aumento de 353% nas notificações.

Foi o advogado Paulo Iotti, de São Paulo, o responsável por defender punição pela lei do racismo nos casos de homofobia e transfobia perante o Supremo. A ação havia sido levada à corte pela ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais) e o partido Cidadania.

Para Iotti, a falta de assunto processual sobre homotransfobia após cinco anos demonstra a "má vontade, inépcia e incompetência inacreditáveis" do Judiciário.

À **Folha**, ele explica que a lei contra crimes raciais já prevê tipificações por cor, etnia, religião e procedência nacional. Por isso, não haveria barreira para incluir orientação ou identidade sexual.



FOLHA DE S.PAULO

País espera crescimento abaixo de 2% em 2020

Primeira página da Folha em 7 de setembro de 2019 confrontou censura a beijo gay em HQ; foto na capa desta edição reproduz cena Reprodução

Para Iotti, uma possível solução estaria nas polícias estaduais. "As secretarias de segurança pública poderiam instruir suas delegacias a tipificar a vítima e mapear esses dados nos boletins de ocorrência", diz ele. "Se foi contra um gay, deixe, claro. Contra uma lésbica, também."

São Paulo segue esse exemplo. Desde 2015, os boletins online e presenciais oferecem campo para colocar homofobia ou transfobia como provável motivação do crime, além de perfilar a orientação ou identidade sexual da vítima. Assim, é possível identificar os casos quando eles chegam aos tribunais.

Há, entretanto, outro problema quando se trata da atividade policial: a capacitação dos agentes.

Em 3 de fevereiro deste ano, o casal Rafael Gonzaga, 33, e Adrian Grasson, 32, sofreram um suposto caso de homofobia numa padaria na região central da capital paulista.

Às 4h daquele dia, ao tentarem estacionar o carro, havia uma pessoa sobre a vaga, identificada como a empresária Jaqueline Santos Ludovico, 35. Os homens pediram para ela sair, e ela teria respondido com ofensas, segundo registrado no boletim de ocorrência.

A defesa da mulher, representada pelos advogados Adriana Sousa, Paulo Eduardo e Tiago de Mello, afirmou ser "exagerada e parcial" a forma como o caso é tratado e divulgado através da internet e dos meios de comunicação de massa.

O registro policial aponta que Ludovico teria empurrado o retrovisor do carro e disferido xingamentos com termos homofóbicos. Depois, ela teria atirado um cone no casal, segundo o relato de testemunhas à polícia.

Parte da ação foi gravada. Na filmagem é possível acompanhar a mulher dizendo ser "mais macho que os homens e que valores estão sendo invertidos. "Eu sou de família tradicional. Eu tenho educação", ela grita em direção ao casal.

Chamada, a Polícia Militar liberou Ludovico, e não efetuou a prisão em flagrante. Um processo foi instaurado na corregedoria da corporação a fim de investigar a conduta. Ainda não houve conclusão.

O Ministério Público de São Paulo denunciou a empresária em maio por lesão corporal e injúria racial por homofobia.

"Enquanto a polícia não for capacitada adequadamente para lidar com crimes de ódio contra grupos minorizados, seguiremos com esse gargalo no processo de busca por justiça", afirmou Gonzaga.

Após o episódio, ele e o marido buscaram auxílio na Decradi (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância). Lá dizem terem sido instruídos.

"O ideal é que toda delegacia fosse capacitada para acolher vítimas de crimes de racismo e homofobia, ou, pelo menos, que houvesse alguma política que aumentasse expressivamente o número de delegacias especializadas nesse tipo de crime pelo Brasil", afirma Gonzaga, hoje criador de conteúdo sobre direitos LGBTQIA+.

Ele diz que tem usado seus perfis nas redes sociais para difundir informações, motivar e amparar outros na busca por justiça.

Os ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos foram procurados para comentar a ausência de dados oficiais sobre casos de homofobia criminalizados no país. Nenhum deles respondeu.

Gustavo Coutinho, do Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero, critica o que classifica como omissão do Estado. "Apesar de termos muitas decisões judiciais sobre direitos homo e trans no Brasil, temos ainda uma baixa institucionalização desses direitos, principalmente pela ausência de lei específica e iniciativas por parte do Poder Executivo", afirma ele.

Para Coutinho, são necessárias ações com a participação ampla do sistema Justiça, do governo e da sociedade civil para implementar mecanismos de coleta e organização de crimes contra a população LGBTQIA+.

Com risco de temporal, Porto Alegre corre para limpar ruas

Carlos Villela

PORTO ALEGRE Com a chegada de uma frente fria a partir desta sexta-feira (14), Porto Alegre se prepara para o retorno das chuvas. A ameaça de novas tempestades deve deixar o Rio Grande do Sul em alerta ao longo do fim de semana.

A prefeitura da capital gaúcha vai anunciar nesta quinta-feira (13) um plano de contingência para enfrentar a chuva, que vai se fortalecer no sábado (15) com risco de granizo e vento forte, e se intensificar ao longo do domingo (16). Segundo a Sala de Situação do governo estadual, pode chover 110 milímetros em 24 horas na cidade.

O DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) assinou na terça-feira (11) a contratação emergencial de 256 garis, por um prazo de 90 dias, para auxiliar na limpeza das ruas. Ao todo, serão cerca de 1.100 garis trabalhando na ação.

Desde o início da faxina pública, mais de 51 mil toneladas de entulho foram removidas das ruas pelas equipes, em cerca de 300 caminhões e retroescavadeiras.

Nesta quarta-feira (12), no bairro Sarandi, pilhas de mais de 1,5 metro de entulho ainda estavam nas ruas, e equipes do DMLU trabalhavam no local. A situação é semelhante no vizinho Humaitá. A região foi uma das últimas áreas onde a água baixou, e por isso, ainda está no início do processo de limpeza.

As chuvas não devem causar uma nova alta no nível do lago Guaíba, mas é motivo de preocupação pelo risco de novos alagamentos em trechos urbanos.

A situação é agravada pela presença de lixo e entulho nas vias e calçadas de Porto Alegre, principalmente nos bairros mais afetados da zona norte.

O temor é que ocorra novos alagamentos como os registrados no fim de maio, quando o entulho de móveis destruídos pela enchente que estavam nas ruas bloqueou bueiros após as novas chuvas.

O prefeito Sebastião Melo (MDB) afirmou que as ações de limpeza do sistema de drenagem e a desobstrução de bueiros, córregos e arroios foram intensificadas.

saúde

Projeto que equipara aborto a homicídio avança na Câmara

Deputados aprovaram requerimento de urgência em votação-relâmpago

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (12) um requerimento de urgência de um projeto antiaborto, em nova votação-relâmpago.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não citou o número do requerimento que estava sendo apreciado e, após anunciar que ele tinha sido aprovado, nem mesmo os parlamentares haviam entendido se o tema tinha sido votado ou não. A aprovação da matéria também demorou para ser registrada no sistema da Câmara.

A urgência foi aprovada de forma simbólica, quando não há contabilização dos votos, com registro contrário do PSOL, do PC do B e do PT.

A urgência acelera a tramitação de uma proposta na Câmara, já que ela segue direto ao plenário, sem passar pela análise das comissões temáticas. Os deputados ainda terão de analisar o mérito do texto. Segundo um parlamentar que acompanhou as negociações em torno do texto, isso deverá ocorrer na próxima semana.

A proposta altera o Código Penal e equipara as penas para abortos realizados após 22 semanas de gestação às penas previstas para homicídio simples. A matéria também determina que em casos de viabilidade fetal, mesmo resultantes de estupro, o aborto não será permitido.

Hoje, o aborto é autorizado em três casos no Brasil: gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia do feto.

A deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) criticou a maneira como o projeto foi votado e disse que ele representa uma "lógica fundamentalista que quer restringir os casos de aborto legal".

"Nós somos contra a urgência, mas não abriu o painel, senhor Presidente [dirigindo-se a Lira]. E achamos que esse regime de urgência precisa ficar registrado porque é um ataque muito grande às meninas brasileiras, às vítimas de estupro."

Em outro momento, ela fez uma reclamação ao microfone, afirmando que o voto contrário do PSOL não havia sido registrado no sistema da Câmara e no painel da votação do plenário. "A votação foi açodada, os nossos próprios assessores não sabiam o que estava sendo votado, eu só quero que fique registrado o 'não' do PSOL na história", disse.

Lira, por sua vez, disse que havia sido acordado mais cedo em reunião com líderes que a votação seria realizada de forma simbólica, com a orientação contrária do PSOL. "Chamamos por três vezes o [deputado] Pastor Henrique para a orientação. Como ele não orientou na hora, não consta imediatamente, mas após a votação nós registramos os votos contrários da bancada do PSOL."

Na terça (11), o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou a vice-líderes que o Executivo não irá se envolver nessa pauta, por não ser uma pauta de governo. Há uma avaliação que é preciso focar as matérias da agenda econômica, que são prioritárias para o Palácio do Planalto.

Além disso, parlamentares governistas dizem que o Executivo não quer se indispor com a bancada evangélica, já que defendem uma aproximação do Planalto com o segmento.

Lira já tinha incluído o requerimento na pauta da semana passada, a pedido da bancada evangélica da Casa. Inicialmente, a frente evangélica tinha pedido para que fosse pautado o projeto de lei que proíbe o aborto no Brasil em qualquer caso, o chamado Estatuto do Nascituro. Mas, diante da resistência que a matéria poderia enfrentar, optou pelo projeto em questão.

> "A votação foi açodada, os nossos próprios assessores não sabiam o que estava sendo votado
>
> **Fernanda Melchionna (PSOL-RS)**

Um aliado de Lira diz, sob reserva, que o alagoano fez esse gesto com os parlamentares na tentativa de angariar apoio do segmento na eleição da Mesa Diretora da Câmara que irá eleger o seu sucessor.

A proposta é uma reação à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu todos os processos judiciais e procedimentos administrativos e disciplinares provocados por resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina).

A resolução proibia a assistolia fetal, procedimento que consiste na injeção de produtos químicos no feto para evitar que ele seja retirado do útero com sinais vitais.

Ele é recomendado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e é tido pelos protocolos nacionais e internacionais de obstetrícia como a melhor prática assistencial à mulher em casos de aborto legal acima de 20 semanas.

O aborto legal de gestações acima de 22 semanas resultante de estupro ficava restrito, uma vez que a resolução só previa a proibição do procedimento nesse caso.

De autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), a proposta foi protocolada no dia da decisão de Moraes. Nas redes sociais, o parlamentar comemorou a aprovação da urgência, afirmando que ela representa uma "vitória da vida".



Zolgensma, remédio para tratar a atrofia muscular espinhal Bruno Santos/Folhapress

SUS não oferece remédio de R$ 6,2 mi já incorporado

Thais Porsch

CURITIBA Apesar do anúncio de inclusão do medicamento Zolgensma no SUS (Sistema Único de Saúde) em dezembro de 2022, o tratamento ainda segue indisponível aos pacientes com Atrofia Muscular Espinhal Tipo 1 e suas famílias.

A doença atinge 1 a cada 10 mil nascidos vivos. Ela é causada pela ausência ou mutação no Gene de Sobrevivência do Neurônio Motor 1 (SMN1, na sigla em inglês), que leva à produção insuficiente da proteína SMN, o que causa a morte dos neurônios motores responsáveis pelas funções musculares, como respirar, engolir, falar, sentar e andar.

O Tipo 1 é a principal causa da morte de bebês, e os primeiros sinais se manifestam até o sexto mês de vida. Quanto mais cedo se iniciam os sintomas, mais graves são as manifestações clínicas.

A doença é diagnosticada por meio do teste do pezinho ou teste genético ainda durante a gravidez. O exame também pode ser feito pelos futuros pais antes da gestação para checar a possibilidade de o filho desenvolver a doença.

De acordo com o Ministério da Saúde, a terapia deveria estar disponível no SUS em até 180 dias após a assinatura do acordo de intenções. O medicamento, que tem preço de fábrica de R$ 7,8 milhões e é tido como o remédio mais caro do mundo, terá o preço máximo de venda ao governo estabelecido em R$ 6,2 milhões.

A disponibilização do fármaco está travada devido a falta de assinatura da minuta do Acordo de Compartilhamento de Risco, feito em razão das incertezas em relação ao custo-benefício da incorporação do fármaco, fazendo com que a pasta e a farmacêutica sejam corresponsáveis, e visando o equilíbrio entre o preço e o valor terapêutico.

Quando assinado, o acordo comercial será o primeiro que envolve o pagamento de um tratamento após monitoramento individual do paciente.

De acordo com a Novartis Brasil, fabricante da terapia, foram realizadas quatro reuniões com o Ministério da Saúde desde a recomendação positiva de incorporação, com a submissão de duas propostas de minuta.

Mario Marchesi, diretor de terapia gênica da farmacêutica, diz que a primeira versão da minuta foi encaminhada por e-mail, conforme orientação da pasta, em outubro de 2023. Sem retorno, a companhia solicitou uma reunião entre as partes, realizada em janeiro de 2024.

"A proposta, para tentar antecipar esse processo, voltou com poucos comentários e devolvemos para eles uma segunda minuta contratual, em fevereiro de 2024", diz Marchesi.

A Novartis afirma que, até o momento, não houve devolutiva por parte do Ministério da Saúde.

Em nota, a pasta afirma que a atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para inclusão do medicamento teve recomendação final de aprovação pela Conitec em dezembro de 2023.

A pasta diz dar prioridade ao tema e afirma que está avançando na construção dos termos para formalização do acordo. As propostas estão sendo avaliadas quanto à viabilidade e coerência, diz.

Hoje, os medicamentos nusinersena (vendido sob o nome comercial Spinraza) e risdiplam, ambos de uso contínuo, são os únicos disponíveis no SUS para o tratamento da doença. O diferencial do Zolgensma é que trata-se de uma infusão que só precisa ser usada uma vez na vida.

"É uma terapia gênica, ou seja, você dá ele uma única vez e o corpo volta a produzir enzima. Por isso é muito importante ter o diagnóstico o quanto antes. Pois a mobilidade perdida não pode ser recuperada posteriormente", explica Marchesi.

A janela de tempo para o recebimento do medicamento é curta: segundo a bula, crianças de até dois anos podem ter acesso. Mas, pelas regras do SUS, deve ser usado até os seis meses de idade.

Com o atraso da disponibilidade, crianças aguardam o tratamento enquanto ocorre o avanço da doença. A demora no caso de Ana Flora, que tem hoje cinco meses, fará com que ela perca a janela para ter acesso ao medicamento pelo SUS.

A mãe Cláudia Silvestre Silva, que tem outra filha com a doença, está tentando conseguir o Zolgensma para a caçula na Justiça. "Eu estou esperando, estou confiante de que vai dar tudo certo. Que o remédio chegue logo aqui no Ceará, porque aqui tem médicos preparados para poder fazer todo o processo", diz ela. A doença é neurogenética grave e exige urgência no tratamento.

Os diagnósticos das filhas de Cláudia ocorreram em momentos diferentes, o que mudou o curso da doença. Enquanto a atrofia foi diagnosticada na primogênita Ana Bella aos seis meses de vida, a notícia de que a caçula também teria a condição se deu ainda no ventre, quando a mãe, sabendo da possibilidade de a menina carregar a mutação, fez um teste genético.

Assim, Ana Flora iniciou em tempo ideal o tratamento com o medicamento Spinraza e está se desenvolvendo plenamente. "A Bella desde quando nasceu sempre foi molinha. Ela tinha os movimentos, mas sempre foram limitados", diz a mãe.

Segundo Erlane Ribeiro, médica geneticista da SBTeim (Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo), o tratamento deve ser iniciado antes de um mês de idade.

"Por isso o teste do pezinho é fundamental. E não é só a terapia que deve ser recebida pelo paciente, mas também a fisioterapia, que falta para maioria dos brasileiros".

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

De preso em navio a doutor da USP

GASTÃO RÚBIO DE SÁ WEYNE (1935 - 2024)

Cláudio de Oliveira

SÃO PAULO No dia 1º de abril de 1964, o 1º tenente Gastão Rúbio de Sá Weyne foi preso e dormiu duas noites em carteiras de sala de aula do Instituto Militar de Engenharia, o IME, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde cursava engenharia química. No dia 3, foi conduzido sob escolta ao navio-presídio Princesa Leopoldina.

Ao ser preso, enquanto preparava sua mala, pediu à esposa, Eliana, que destruísse todos os livros e documentos que o ligavam ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), entre eles, "O Capital", de Karl Marx.

Gastão Weyne era comunista desde a adolescência em Fortaleza (CE), onde nasceu em 1935 e iniciou sua carreira militar.

Compartilhou a prisão no navio com outros oficiais do Exército contrários ao golpe militar, com os quais construiu amizade. Entre eles, Jônathas de Barros Nunes, com quem dividiu a autoria do livro "1964: O DNA da Conspiração, o depoimento de dois oficiais do Exército que não aderiram ao golpe militar de 1965", de 2012, um dos mais de 50 livros que publicou.

Liberado, conseguiu concluir o curso de engenharia química no IME, em 1964. Transferiu-se para o Arsenal de Guerra de São Paulo, em Barueri, em 1965. Teve então de responder a processo no qual foi inocentado de atitude suspeita e violenta contra o golpe de 1964. Mas recebeu prisão disciplinar de 15 dias, acusado de ter provocado discussões políticas dentro da organização militar.

Temendo ser reformado compulsoriamente, a exemplo de vários de seus colegas de farda, Gastão Weyne dedicou-se à carreira acadêmica: bacharel e licenciado em matemática pela USP, mestre em Engenharia pela Escola Politécnica da USP, doutor em engenharia pela mesma escola, fez pós-doutorado em design de projeto pela University College de Londres (na Inglaterra), bacharel pela Faculdade de Direito da USP, e doutor em filosofia do direito pela mesma faculdade.

Começou carreira de professor no ensino médio, no Colégio Estadual de Carapicuíba (SP). Foi professor também da USP e de outras seis faculdades paulistas.

Foi também Grande Inspetor-Geral da Maçonaria, e reformado no posto de tenente-coronel em 1980.

Apesar da perseguição sofrida, era um homem bem-humorado, afável, generoso e de vida social. Tocava violão e gravou cinco CDs com chorinhos, 19 dos quais de sua autoria.

Morreu no último dia 10, aos 88 anos. Deixou a mulher, Eliana, os filhos Valério, Taciano, Rutênio e Germano, e quatro netos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

INÊS 249

equilíbrio


Natália Paixão, 29, é publicitária e tem saído para 'dates solo' em São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Sair sozinha para 'date solo' vira atividade de autoconhecimento

Mulheres têm optado por 'encontros com elas mesmas' em lugares como cinemas, cafés, bares e restaurantes

Andreza de Oliveira

SÃO PAULO Sair sozinha pode parecer algo do dia a dia. Mas, para algumas mulheres, uma ação tão simples pode virar uma jornada de autoconhecimento —que passa pela descoberta da vontade de aproveitar a própria companhia em atividades que vão desde um cinema a um jantar. O gesto de sair sem a companhia de ninguém bombou nas redes sociais sob a etiqueta de "dates solo".

O termo vem do inglês "solo date", ou encontro sozinho, e resume a ideia de não ter um problema em sair sozinho. É o caso de Natália Paixão, 29, publicitária natural de Belém, que hoje compartilha sua rotina de "encontros com ela mesma" nas redes sociais.

"Eu não queria deixar de fazer determinadas coisas porque não tinha ninguém para me acompanhar", afirma Paixão, que começou a sair sozinha depois da pandemia.

A cerca de 2.900 km de distância de seus amigos e familiares que ficaram na capital paraense. Paixão se mudou para São Paulo há quatro anos em busca de melhores oportunidades de trabalho e viu que se não fosse sozinha, não faria as atividades que deseja. Hoje seus roteiros passam por cinemas, cafés e bares.

"No começo, tive medo de as pessoas acharem que eu estava abandonada ou algo do tipo", diz a publicitária.

A ideia não é infundada. A psicóloga e fundadora do Psifem (Núcleo de Estudos em Psicologia Feminista), Lavínia Palma diz que esse pensamento é popular porque antes não era comum que a mulher fosse vista sozinha, processo que, hoje, vem sendo ressignificado.

"Até então, estar sozinha era entendido como uma mulher que não tinha sido escolhida. Então muitas não conseguiam sair, viajar, ir num restaurante, porque podiam ser lidas como alguém que ninguém quis", afirma Palma.

Ainda de acordo com a psicóloga, a divisão entre o que é determinado como atividade de mulher ou de homem define como o gênero feminino é julgado a partir das atividades que decide fazer.

"Para nós, mulheres, o que é destinado é basicamente o caminho do amor e da maternidade, que é o que vai chancelar se essa mulher tem valor ou não."

Desde muito cedo, as mulheres são colocadas em uma posição de vulnerabilidade e de dependência do parceiro, diz a especialista, mas, segundo ela, hoje há essa busca feminina por individualidade.

Para a publicitária, o processo em tentar se descobrir começou, justamente, quando ficou solteira de um longo relacionamento.

"Eu fazia tudo para essa pessoa, fiquei extremamente dependente e só percebi o que eu tinha me tornado depois que a gente terminou. Foi ai que entendi que mesmo antes dessa pessoa aparecer na minha vida, eu já existia", afirma Paixão.

Decisões como qual filme assistir ou qual prato comer eram sacrifícios que Paixão fazia pelo relacionamento.

Terminado o relacionamento, ir ao cinema foi a primeira atividade que ela fez sozinha. E, para ela, o roteiro simplificado ajudou.

"Você escolhe o filme, compra a sua pipoca, seleciona sua poltrona e assiste o filme, não vai precisar conversar com outras pessoas", relata.

Sair sozinha para turistar em uma cidade nova também foi uma das atividades que Lívia Freire, 26, decidiu fazer. A administradora, vive há dois anos em Campinas, no interior de São Paulo, e diz ter achado desafiador não ter com quem compartilhar o que via.

"Ao mesmo tempo foi legal porque entendi que era possível me distrair comigo mesma e me divertir de outra forma."

Apesar de ter mudado de cidade junto com sua família, Freire se sentia sozinha para sair e lembra que a coragem para dar esse pontapé inicial veio das redes sociais.

"Sou mais introvertida, então essa decisão de fazer esses 'dates solo'' foi uma das formas que encontrei de aproveitar minha própria companhia e não ficar lamentando que eu não conheço ninguém na cidade nova", diz.

ambiente

Lula volta a defender que Brasil explore petróleo na bacia da Foz do Amazonas

Presidente descreveu país como "gigante da sustentabilidade" a empresários em evento bancado pelo principal fundo da Arábia Saudita

Leonardo Vieceli e Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) descreveu nesta quarta-feira (12) a empresários árabes o Brasil como um potencial "gigante da sustentabilidade" para atrair investimentos estrangeiros preocupados com o uso de energia limpa.

No mesmo discurso, porém, defendeu a exploração de petróleo na margem equatorial, questionada pelos órgãos ambientais. A fala do presidente ocorreu durante a FII Priority Summit, encontro organizado pelo principal fundo da Arábia Saudita, realizado no Copacabana Palace, no Rio de Janeiro.

Lula buscou apresentar o país como sendo o local com as melhores condições para investimentos na ampliação da produção global a partir de uma matriz energética limpa.

"O Brasil que vislumbramos é um gigante da sustentabilidade e um peso pesado na segurança alimentar. É um país capaz de ampliar sua produtividade agrícola com respeito ao meio ambiente e de renovar sua vocação industrial a partir da energia limpa e da inovação tecnológica", afirmou o presidente, no trecho em que leu um discurso previamente preparado.

Ao final, ao falar de improviso "com o coração", Lula defendeu a exploração do petróleo na margem equatorial, que enfrenta resistência da área ambiental do governo. O principal foco do embate está na bacia do Foz do Amazonas.

"É importante ter em conta que nós, na hora que começarmos a explorar a chamada margem equatorial, vamos dar um salto de qualidade extraordinária. Queremos fazer tudo legal, respeitando o meio ambiente, respeitando tudo. Mas nós não vamos jogar fora nenhuma oportunidade de fazer esse país crescer", declarou.

> **"É importante ter em conta que nós, na hora que começarmos a explorar a chamada margem equatorial, vamos dar um salto de qualidade extraordinária. Queremos fazer tudo legal, respeitando o meio ambiente, respeitando tudo**
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)**
> em evento com empresários árabes

O setor de petróleo defende que a exploração na região é fundamental para manter a produção de petróleo brasileira após o esgotamento do pré-sal. O Ibama negou licença para a perfuração de um poço na bacia da Foz do Amazonas por preocupação com as atividades da petroleira em uma região de vulnerabilidade socioambiental.

A fala sobre a margem equatorial foi feita logo apos Lula afirmar que a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, "está quase disputando com a [Saudi] Aramco", produtora do petróleo saudita.

Ela também participou do evento. "A margem equatorial e outras novas fronteiras exploratórias são essenciais para reposição de reservas do país", disse a presidente da Petrobras em entrevista a jornalistas.

"Acredito que a gente já perdeu dez anos. Essa margem equatorial foi licitada em 2013", acrescentou.

Em seguida, Chambriard destacou projetos da Petrobras em descarbonização. Na visão da presidente, a empresa "está investindo muito" nessa área.

"A pegada de carbono de um projeto da bacia de Santos do pré-sal tem metade da pegada de carbono tradicional. Diminuímos muito a pegada e carbono. Tudo isso é a prova de que a Petrobras está atenta à questão do meio ambiente", declarou.

O tema do evento FII Priority Summit Rio de Janeiro é "investir em dignidade". O encontro é organizado pelo FII Institute, uma entidade sem fins lucrativos com recursos do fundo soberano da Arábia Saudita. A conferência já foi chamada de "Davos do deserto".

Ministros do governo Lula, empresários e lideranças políticas estrangeiras participam das discussões no Copacabana Palace, que terminam na quinta-feira (13). O plano é debater temas como energia renovável, IA (inteligência artificial) e empreendedorismo.

O Brasil é hoje o oitavo no mundo na produção de petróleo. Em março de 2023, Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, anunciou planos para escalar a produção nacional e tornar o Brasil o quarto maior produtor global.

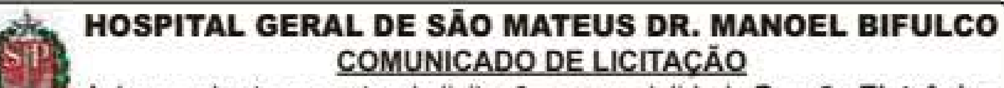
Sindicato dos Odontologistas do Estado de São Paulo

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os associados, quites com a tesouraria, em pleno gozo de seus direitos, para comparecerem à assembleia geral ordinária a realizar-se em **24 de junho de 2024, às 18:00 horas**, na sede à **R. Humaitá, 349, nesta capital, em 1ª convocação às 18:00 horas, com número regimental de associados, ou em 2ª convocação às 18:30 horas com qualquer número de associados presentes**, a fim de deliberarem, discutirem, votarem e aprovarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** leitura, discussão, votação e aprovação da ata da assembleia anterior; **b)** relatório das atividades da Diretoria do exercício de 2023 e Balanço Financeiro do exercício de 2023, com parecer do Conselho Fiscal.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

Dr. Pedro Orlando Petrere Junior - Presidente



HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS DR. MANOEL BIFULCO

COMUNICADO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto, no setor de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90069/2024** do tipo menor preço, referente ao **Processo nº 024.00057444/2024-15**, cujo objeto é a Aquisição de Avental descartável, propé e touca cirúrgica, clamp para cordão umbilical e outros. A data da abertura do certame será no dia **28/06/2024 às 09h00min**, através do sistema www.comprasnet.gov.br. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.gov.br/pncp.

SSB EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S.A.

CNPJ nº 09.231.097/0001-18 - NIRE: 35300354982

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Sr. Miguel Maia Mickelberg, na qualidade de diretor da **SSB EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01, parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.231.097/0001-18, e registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300354982 (**"Companhia"**), neste ato convoca a totalidade dos acionistas da Companhia para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia 25 de junho de 2024, às 10h, em 1ª convocação, e às 10h30 do mesmo dia, em 2ª convocação, na sede da Companhia, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) O Relatório da Administração, as Contas da Administração e as Demonstrações Financeiras, incluindo os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 (http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/20257), 31 de dezembro de 2022 (http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25913) e 31 de dezembro de 2023 (http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/28671), conforme devidamente publicada na página B3 da Folha de São Paulo, da edição dos dias 20 de outubro de 2022, 27 de abril de 2023 e 23 de maio de 2024, respectivamente; (ii) A ratificação de todos os atos praticados pelos administradores durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) O aumento de capital social da Companhia em R$ 2.121.200,00 (dois milhões, cento e vinte e um mil e duzentos reais) mediante a capitalização de créditos detidos contra a Companhia, escriturados na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital; (ii) Redução do capital social da Companhia em R$ 9.285.114,00 (nove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e quatorze reais) em decorrência dos prejuízos apurados pela Companhia; (iii) Modificação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iv) Alteração de endereço da filial da Companhia. **Informações Adicionais:** Todos os documentos relacionados as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ora convocada, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como, foram publicados na forma da legislação aplicável, no que cabível.

São Paulo, 12 de junho de 2024.

MIGUEL MAIA MICKELBERG

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 04/07/2024, às 10:30hs / 2º Público Leilão: 05/07/2024, às 10:30hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrícula JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG, autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, vendera em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Residência 01 do empreendimento denominado Residencial Tiradentes, constituída em um terreno constituído por parte dos lotes nºs 08 e 09, com área de 244,22m², da quadra D, com entrada pelo número 166 da Rua Tiradentes, Vila Dora, Santo André/SP. Possui a área privativa e ao mesmo tempo total construída de 203,84m². A área residência cabe, com exclusividade, o uso de duas áreas livres descobertas localizadas nos fundos, a primeira destinada a quintal contém 19,82m², a segunda destinada a lazer ocupa 9,85m². O terreno ocupado pela edificação abrange 56,23m². Imóvel objeto da Matrícula nº 123.967 do 8º Primeiro Oficial de Registro de Imóveis de Santo André/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **1º Leilão: R$ 1.486.755,57 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) 2º leilão: R$ 940.850,69 (novecentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta reais e sessenta e nove centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Fiduciantes: WALTER JOSE DOS SANTOS, brasileiro, construtor, nascido em 21/03/1959, C.I. 11.302.804 SSP/SP, CPF: 028.635.168-41 e GISELE BALDO UNGARO DOS SANTOS, brasileira, empresária, nascida em 04/05/1967, C.I.: 18.723.903-4 SSP/SP, CPF: 080.208.578-42, casados entre si sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Tiradentes, nº 166, Vila Dora, Santo André/SP, CEP: 09030560, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

Indústria de Motores Anauger S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 59.136.635/0001-24 - NIRE 35.300.345.771

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas da **Indústria de Motores Anauger S.A.** ("**Companhia**") a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada de modo exclusivamente digital, no dia 16 de julho de 2024, às 14h30, por meio do sistema eletrônico de videoconferências indicado no item 2 das Instruções Gerais apresentadas neste Edital de Convocação, a qual será gravada e permitirá a participação e a votação à distância, mediante atuação remota, nos termos da Instrução Normativa nº 81/2020 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("IN DREI nº 81/2020"), e será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, a saber: Rua Prefeito José Carlos, nº 2.555, Itupeva/SP, CEP: 13.295-607, para fins de deliberar sobre a seguinte **Ordem do dia:** Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o período 2024 a 2026. **Instruções Gerais: 1.** Nos termos do artigo 126 da LSA e da IN DREI nº 81/2020, para participar da Assembleia o acionista deverá apresentar à Companhia documento de identificação e/ou documento societário respectivo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação na Assembleia deverá cumprir os requisitos do artigo 126 da LSA. **2.** Nos termos da IN DREI nº 81/2020, **a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Zoom. 3.** Credenciamento para participação remota: os acionistas que desejarem participar da assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, **preferencialmente, até 12h00 do dia 16.07.2024 e, obrigatoriamente, até 30 (trinta) minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao endereço age16072024@anauger.com.br** para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e representação, conforme mencionado no item 1 das Instruções Gerais acima. Cada manifestação poderá ser realizada por meio do sistema eletrônico ou por e-mail, conforme o caso. A Companhia enviará o link e a solicitação e os respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento, sendo permitido somente um credenciamento por acionista. A Companhia alerta que os acionistas que não enviarem e-mail com a solicitação do link de acesso e anexando os documentos de participação necessários, no prazo máximo aqui estipulado, não estarão aptos a participação na Assembleia. Os acionistas que se credenciarem e participarem via Zoom serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, os quais poderão ser firmados somente pelo Presidente e Secretário da mesa. **Acesso via sistema eletrônico:** Após o envio do e-mail pelo acionista, com o seu documento anexado e/ou de seu procurador, a Companhia enviará um convite individual com o link de acesso e um manual com instruções detalhadas sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que foram validados no credenciamento, sendo remetido apenas um convite individual para cada acionista credenciado. **Participação e voto a Distância:** Qualquer acionista, desde que credenciado para participar via sistema eletrônico, poderá se manifestar de forma remota durante a assembleia, bem como proferir os seus respectivos votos de forma remota. As manifestações de voto e/ou outras manifestações, por escrito, dos acionistas, se aplicável, serão entregues pelos acionistas na respectiva ordem, durante a realização da assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada, durante a assembleia, para o e-mail **age16072024@anauger.com.br** ou, ainda, ser anexada no sistema eletrônico, sendo que o envio de cada manifestação por qualquer das formas acima descritas será considerado como recebido pela mesa. O sistema eletrônico, nos termos da IN DREI nº 81/2020, assegurará os requisitos lá determinados. Os acionistas, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para registro da possibilidade de manifestação e visualização do registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas, em qualquer esfera. Os arquivos de gravação da Assembleia serão facultados à consulta dos acionistas na sede da Companhia. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para **age16072024@anauger.com.br.** Itupeva-SP, 12 de junho de 2024. Carlos Alberto Falconiery de Lima - Presidente do Conselho de Administração.



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PREFEITURA DE SÃO PAULO - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

A Equipe de Pregões do Hospital do Servidor Público Municipal, comunica os interessados que encontra-se aberta licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para:

Pregão Eletrônico nº. 90181/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2023/0010468-2

Tendo por objeto:

"Aquisição de Material Médico Hospitalar (EXPANSOR DE TECIDO RETANGULAR)."

O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.

A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09h00 (NOVE HORAS) DO DIA 26 (VINTE E SEIS) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Obs.: Este procedimento substitui o PREG O ELETRÔNICO nº 90119/2024, declarado PREJUDICADO, conforme publicado no DOC Seção Negócios nº 902500 de 15/05/2024, de acordo com o artigo 15, V, do Decreto Municipal 56.475/2015, dispensando-se, para o novo chamamento, os benefícios previstos nas Seções I a IV, Capítulo III, do referido Decreto.

Pregão Eletrônico nº. 90182/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0000239-3

Tendo por objeto:

"Aquisição de material médico hospitalar (Fios Cirúrgicos)."

O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.

A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09h00 (NOVE HORAS) DO DIA 26 (VINTE E SEIS) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Obs.: Este procedimento substitui o PREG O ELETRÔNICO nº 90112/2024, declarado PREJUDICADO, conforme publicado no DOC Seção Negócios nº 904857 de 16/05/2024, de acordo com o artigo 15, V, do Decreto Municipal 56.475/2015, dispensando-se, para o novo chamamento, os benefícios previstos nas Seções I a IV, Capítulo III, do referido Decreto.

Pregão Eletrônico nº. 90183/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0003698-0

Tendo por objeto:

"Aquisição de Ventilador de Parede."

O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.

A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09h00 (NOVE HORAS) DO DIA 26 (VINTE E SEIS) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90184/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0002445-1

Tendo por objeto:

"Aquisição de material médico hospitalar (Esponja para lavagem de louça, flanela para limpeza e detergente líquido neutro)."

O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.

A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09h00 (NOVE HORAS) DO DIA 27 (VINTE E SETE) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90185/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0001795-1

Tendo por objeto:

"Registro de Preços para o fornecimento de Medicamentos Oncológicos."

O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.

A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09h00 (NOVE HORAS) DO DIA 27 (VINTE E SETE) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90186/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2023/0011246-4

Tendo por objeto:

"Contratação de serviços de locação de caçamba estacionária, com capacidade volumétrica de 4 metros cúbicos, para retirada de resíduos de construção nas dependências do Hospital do Servidor Público Municipal."

O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.

A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09h00 (NOVE HORAS) DO DIA 28 (VINTE E OITO) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90187/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0003655-7

Tendo por objeto:

"Aquisição de Material Médico Hospitalar (Fios cirúrgicos)."

O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.

A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09h00 (NOVE HORAS) DO DIA 28 (VINTE E OITO) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Obs.: Este procedimento substitui o PREG O ELETRÔNICO nº 90.035/2024, declarado PREJUDICADO Itens 04 e 05, conforme publicado no DOC Seção Negócios nº 845183 de 10/04/2024, de acordo com o artigo 15, V, do Decreto Municipal 56.475/2015, dispensando-se, para o novo chamamento, os benefícios previstos nas Seções I a IV, Capítulo III, do referido Decreto.

UNESP - CAMPUS DE BOTUCATU – INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS

AVISO DE LICITAÇÃO – Acha-se à disposição no Instituto de Biociências de Botucatu da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UASG nº 102315, edital do Pregão Eletrônico 90004/2024-IBB Processo 416/2024 – IBB, critério de julgamento MAIOR DESCONTO GLOBAL, no valor estimado de R$ 903.500,06, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DO PRÉDIO DO ESPAÇO CIÊNCIA DO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DA UNESP, CAMPUS DE BOTUCATU/SP, conforme pasta técnica que integra o Edital. A abertura da sessão pública "on-line", dar-se-á no dia 27/06/2024, às 09h, junto ao endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas durante o período de 13/06/2024 até a data prevista para abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto a Seção Técnica de Materiais do Instituto de Biociências de Botucatu, localizada na Rua Prof.º Dr.º Antonio Celso Wagner Zanin, n.º 250, Botucatu-SP, fone: (14) 3880-0800 – e-mail: materiais.ibb@unesp.br. O Edital e seus anexos, na íntegra, constam no seguinte endereço: https://ape.unesp.br/licitacao/

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

Encontra-se aberto no **HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO, EM SANTOS/SP, PREGÃO ELETRÔNICO número 90085/24, Processo SEI nº 024.00081371/2024-82**, destinada à **Aquisição de Carro Maca Hospitalar**, com elevação por sistema Pneumatico, a realização da sessão será na data **26/06/2024** e horário **08:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **13/06/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), www.gov.br/compras; www.imprensaoficial.com.br

Sindicato dos Empregados do Comércio de Guarulhos. Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária. Pelo presente Edital ficam convocados todos os Associados e Diretores deste Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 do mês de junho de 2024 às 17:00 (Dezessete) horas, em primeira convocação, à Rua Morvan Figueiredo, nº 65, 7º andar, nesta cidade**, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: a) Leitura, Discussão e Votação da Ata da Assembleia anterior; b) Parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço do Exercício de 2023; c) Leitura, Discussão e Votação do Relatório da Diretoria e Balanço do Exercício de 2023. Não havendo, na hora acima indicada, número legal de Associados e Diretores, para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após, no mesmo dia e local, em segunda convocação com qualquer número de Associados e Diretores presentes. Guarulhos, 20 de junho de 2024. Edson Jesus de Carvalho, Presidente.

HOSPITAL MATERNIDADE INTERLAGOS "WALDEMAR SEYSSEL-ARRELIA"

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024

Encontra-se aberto no Núcleo de Compras e Gestão de Contratos da Administração do Hospital Maternidade Interlagos "Waldemar Seyssel-Arrelia", o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024, referente ao processo 024.00087878/2024-40, destinado a **AQUISIÇÃO DE SENSORES PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES**, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será no dia 28/06/2024 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.gov.br/compras. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.gov.br/compras e www.imprensaoficial.com.br, seção "Negócios Públicos".

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SEESP – EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, neste ato representado por seu presidente, convoca os engenheiros associados ao sindicato, aptos a votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 17 de junho de 2024, às 11h em 1ª convocação e 11h30 em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: eleição dos representantes do Sindicato para atuarem como delegados no XII CONSE – Congresso Nacional dos Engenheiros, de acordo com os Artigos 9º, item VI, e 13 do Estatuto da FNE; e nos limites do Regimento Interno do XII CONSE. **São Paulo, 13 de junho de 2024. Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro – Presidente.**

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT

CNPJ: 05.505.390/0001-75

AVISO

PC. 10780_Processo 10817/24 - Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados para fabricação de molde bipartido para materiais em tecido anisotrópicos que obedeçam as certificações internacionais de toda a matéria-prima utilizada na construção, para o laboratório de Estruturas Leves/LEL - São José dos Campos. Data do envio por e-mail da proposta comercial: até as **16:00 horas do dia 19/06/2024** no e-mail: editaisfipt@fipt.org.br. Esclarecimentos adicionais e detalhes da fabricação poderão ser obtidos através do telefone: (11) 9.9000-3755, com Sra. Ana Cláudia ou no e-mail acima.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 009/2024

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS"

Processo Administrativo: 454/2024

Data e Hora do Pregão: 02/07/2024 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

Sessão Pública: www.compras.gov.br

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de Disputa: Aberta

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Ampla concorrência

UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Esporte e Lazer, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.compras.gov.br e www.pncp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 12 de junho de 2024

JOSÉ CARLOS DE SOUZA - Secretário Municipal de Esporte e Lazer

VMSS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S.A.

CNPJ 09.231.462/0001-94 - NIRE 35300356535

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAODRINÁRIA

O Sr. Miguel Maia Mickelberg, na qualidade de diretor da **VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01, parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.231.462/0001-94, e registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300356535 (**"Companhia"**), neste ato convoca a totalidade dos acionistas da Companhia para **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada no dia 25 de junho de 2024, às 10h, em 1ª convocação, e às 10h30 do mesmo dia, em 2ª convocação, na sede da Companhia, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) O Relatório da Administração, as Contas da Administração e as Demonstrações Financeiras, incluindo os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, conforme devidamente publicada na página B3 da Folha de São Paulo, da edição dos dias 27 de abril de 2024 (https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25913) e 28 de maio de 2024 (https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/28688), respectivamente; (ii) A ratificação de todos os atos praticados pelos administradores durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) O aumento de capital social da Companhia em R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais) mediante a capitalização de créditos detidos contra a Companhia, escriturados na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital; (ii) Modificação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) Alteração do endereço das filiais da Companhia; e (iv) A autorização dos administradores da Companhia para assinar e firmar todos os documentos necessários para a prática dos atos relacionados ao aumento e redução do capital social da Companhia. **Informações Adicionais:** Todos os documentos relacionados as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ora convocada, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como, foram publicados na forma da legislação aplicável, no que cabível. São Paulo, 12 de junho de 2024. **Miguel Maia Mickelberg**



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 007/2024

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LATICÍNIOS E PRODUTOS CÁRNEOS"

Processo Administrativo: 6.270/2024-D

Data e Hora do Pregão: 15/07/2024 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

Sessão Pública: www.compras.gov.br

Critério de Julgamento: Menor preço unitário

Modo de Disputa: Aberto

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim

UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 10 de junho de 2024

MARIA APARECIDA CUBÍLIA - Secretária Municipal de Educação



CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS LOTÉRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024

O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS - SPI, torna público que se encontra aberta a Licitação Internacional nº 01/2024, para a Concessão dos Serviços Públicos Lotéricos do Estado de São Paulo. O EDITAL, juntamente com o CONTRATO e os ANEXOS, estará disponível em via eletrônica e gratuita, no período de 12/06/2024 até a data de realização da Sessão Pública de Recebimento dos Envelopes, no site https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/ e em data room cujo acesso será concedido após pedido enviado ao endereço eletrônico editalloterias@sp.gov.br com o título "Concessão dos Serviços Públicos Lotéricos - acesso ao data room". Os documentos também poderão ser obtidos no endereço Rua Iaiá, 126, 11° andar, no período compreendido entre os dias 12/06/2024 até o dia útil imediatamente anterior à Sessão Pública de Recebimento dos Envelopes, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, mediante a apresentação de mídia gravável ou dispositivo equivalente, necessários para cópia do arquivo, com capacidade suficiente para que todos os arquivos possam ser digitalmente copiados. Os interessados poderão apresentar pedidos de esclarecimentos até o dia 04/09/2024. Conforme regramento do edital, os pedidos deverão ser encaminhados para o e-mail editalloterias@sp.gov.br com o título "Concessão dos Serviços Públicos Lotéricos - Pedidos de Esclarecimentos" ou (ii) protocolados em via física na Rua Iaiá, 126, 11° andar, até às 17h da data estabelecida no item 4.1 do Edital, aos cuidados da Comissão de Contratação. A Sessão Pública de Recebimento dos Envelopes acontecerá no dia 09 de setembro de 2024, às 10h, na sede da B3 (Rua XV de Novembro, 275, Centro), em São Paulo, e a Sessão Pública de Concorrência acontecerá no dia 13 de setembro de 2024, às 14h, também, na sede da B3 em São Paulo.

LEILÃO ON LINE

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que nos dias 15 e 16/07/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células,selos, medalhas antigas.

Acesse

www.rivaldodantasleiloes.com.br

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **ROSELI CAMARGO DE B NASCIMENTO,** ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **APOIO FACILITIES ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ. 30.658.633/0003-14** Av. Paulista, 2202 – 8º andar – Bela Vista, São Paulo - SP, 01310-300

Data: 13/06/2024

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **THAIS CRISTINA DA SILVA** , ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **APOIO FACILITIES ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ. 30.658.633/0003-14** Av. Paulista, 2202 – 8º andar – Bela Vista, São Paulo - SP, 01310-300.

Data: 13/06/2024

HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

Acha-se aberto, no Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90030/2024**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM COMODATO** a ser realizado através do sistema "Compras SP". A data da abertura do certame será no dia 01/07/2024 às 14h00m, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto, no Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90031/2024**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO, ELETRODO NEO, ALGODÃO E KIT COLETA DE SECREÇÕES** a ser realizado através do sistema "Compras SP". A data da abertura do certame será no dia **26/06/2024** às **09h00m**, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS DR. MANOEL BIFULCO

COMUNICADO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto, no setor de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90071/2024 do tipo menor preço**, referente ao **Processo nº 024.00079987/2024-93**, cujo objeto é a **Aquisição de Luva para procedimento M e G.** A data da abertura do certame será no dia **25/06/2024 às 09h30min**, através do sistema www.comprasnet.gov.br. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.gov.br/pncp.

HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS DR. MANOEL BIFULCO

COMUNICADO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto, no setor de Farmácia/licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90070/2024**, do tipo menor preço, referente ao **Processo nº 024.00066032/2024-76**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM – (AGULHA DESC., BISTURI DESC, DISPOSITIVO COLETA SANGUE E OUTROS)**. A data da abertura do certame será no dia **26/06/2024 às 09h00min**, através do sistema www.comprasnet.gov.br. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.gov.br/pncp.

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 24 de junho de 2024, a partir das 09h40min

2º LEILÃO: 26 de junho de 2024, a partir das 13h40min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 0010236654, firmado em 27/05/2021, com o(s) **Fiduciante(s) TAIS REGINA CARVALHO DE SOUZA**, maior, inscrito no CPF nº 344.060.058-03, no dia **24 de junho de 2024, a partir das 09h40min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 228.413,45 (duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e treze reais e quarenta e cinco centavos)**, o imóvel matriculado sob nº 19.401 do Oficial de Registro de Imóveis de Matão/SP, constituído pelo Prédio residencial situado na Rua Ilda Tavares da Costa, nº 880, Jardim Popular em Matão/SP, com área de terreno de 270,00m² e 154,36 m² de área construída. Cadastro Municipal: 252.13.03.0481.01.001.3. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.11 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **26 de junho de 2024, a partir das 13h40min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 146.500,00 (cento e quarenta e seis mil e quinhentos reais)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line,** deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a):** Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.21828)



HOSPITAL MATERNIDADE INTERLAGOS "WALDEMAR SEYSSEL-ARRELIA"

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2024

Encontra-se aberto no Núcleo de Compras e Gestão de Contratos da Administração do Hospital Maternidade Interlagos "Waldemar Seyssel-Arrelia", o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2024, referente ao processo 024.00087467/2024-54, destinado a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO TÉCNICO HOSPITALAR (MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL), do tipo MENOR PREÇO.** A realização da sessão será no dia 28/06/2024 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.gov.br/compras. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.gov.br/compras e www.imprensaoficial.com.br, seção "Negócios Públicos".

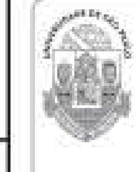
Santander — FRAZÃO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 28 de junho de 2024, às 14h30min *.

2º LEILÃO: 01 de julho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010305824, firmado em 22/04/2022, com os **Fiduciantes ZULEIDE ORTIZ AUGUSTINHO**, maior, inscrita no CPF nº 064.413.538-73 e **GISELE CRISTINA ORTIZ MOYSES**, maior, inscrita no CPF nº 296.164.878-50, no dia 28/06/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 246.000,00** (duzentos e quarenta e seis mil reais), o imóvel matriculado sob nº **14.246 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Promissão/SP**, constituído por "Um prédio residencial, construído de tijolos, coberto com telhas, sob nº 910 e seu respectivo terreno situado na cidade e comarca de Promissão/SP, na Rua Baltazar Rodrigues, que mede 10,00m de frente por 25,00m dito da frente aos fundos, ou seja 250,00m² de área, pelo lado direito, confronta-se com a casa nº 924, da Rua Baltazar Rodrigues; pelo lado esquerdo, confronta-se com a casa nº 504 da Avenida Esperanto, pelos fundos, confronta-se com a casa nº 479, da Avenida Esperanto (Av.10)". **Cadastro Municipal:** 00005680 (Av. 09). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.14 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 01/07/2024, no mesmo local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R$ 146.500,00 (cento e quarenta e seis mil e quinhentos reais), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22192_ML_3736-05).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Instituto de Física

CNPJ nº 63.025.530/0006-19

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 01/2024 - IFUSP

PROCESSO SEI Nº 154.00001787/2024-77

O Instituto de Física torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 01/2024 - IFUSP, do tipo menor preço, cujo objeto é aquisição de SUPORTE E TABLET, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 13/06/2024 a partir das 09h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 27/06/2024 às 09h30, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 13/06/2024, além da página do gov.br, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes; www.if.usp.br/licitacoes e www.doe.gov.br .

Santander — FRAZÃO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 24 de junho de 2024, às 15h00min *.

2º LEILÃO: 26 de junho de 2024, às 15h00min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010258435, firmado em 18/08/2021 com os **Fiduciantes SHIRLEI FLOES JACOMELI**, maior, inscrita no CPF nº 398.060.088-20 e **BRUNO CESAR JACOMELI**, maior, inscrito no CPF nº 357.277.388-14, no dia 24/06/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 499.100,02 (quatrocentos e noventa e nove mil cem reais e dois centavos)**, o imóvel matriculado sob nº **54.435 do Registro de Imóveis da Comarca de Ibitinga/SP**, constituído por "Um prédio residencial com 142,65m² de área edificada, que recebeu o nº 197 da Rua Maria Sampaio Ramos (Av.02) e seu respectivo terreno situado na cidade Ibitinga/SP, no local denominado "Terras de São Joaquim II", com frente para a Rua "Maria Sampaio Ramos", e que constitui o atual lote dezesseis (16) da quadra três (3), medindo 8,00m de frente para a referida Rua; 25,00m do lado direito, para quem do terreno olha para a Rua, confrontando com o lote 15-A; 25,00m do lado esquerdo, confrontando com o lote 16-A; e 8,00m nos fundos, confrontando com o lote 43, todos da mesma quadra três (03), perfazendo a área de 200,00m². O terreno está localizado no lado ímpar da Rua Maria Sampaio Ramos, distante 108,45m do início da curvatura da esquina com a Avenida Agustin Juan José Alba Jimenez, lado par, com lote 16, da quadra 3". **Cadastro Municipal:** 0005.1110.0016.16. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 26/06/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 411.875,52 (quatrocentos e onze mil oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line,** deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira:** www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (2.22134_CL_2722-08).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO

Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

AVISO DE LICITAÇÕES

PE nº 90032/24 – Proc. nº 2024/0025092 – Objeto: Manutenção elevadores – Diversos prédios da 5ª RAJ. **Vistoria Facultativa:** 12/06/2024 a 24/06/2024, conforme Edital. **Sessão Pública:** Dia 27/06/2024 às 14:00 h.

PE nº 90031/24 – Proc. nº 2024/0025954 – Objeto: Manutenção de grupos geradores – Diversos Prédios da 1ª RAJ. **Vistoria Facultativa:** 10/06/2024 a 19/06/2024, conforme Edital. **Sessão Pública:** Dia 24/06/2024 às 11:00 h.

PE nº 90033/24 – Proc. nº 2024/0032445 – Objeto: Execução de recuperação estrutural – FC Dracena. **Vistoria Facultativa:** 12/06/2024 a 21/06/2024, conforme Edital. **Sessão Pública:** Dia 26/06/2024 às 11:00 h.

FORNECIMENTO DO EDITAL COMPLETO: Gratuitamente no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no **Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl), e no Portal de Compras do Governo Federal – (www.compras.gov.br)

INÊS 249

ESPORTE AO VIVO | **19h Cruzeiro x Criciúma** Brasileiro, SPORTV/PREMIERE | **20h Internacional x São Paulo** Brasileiro, PREMIERE | **21h30 Palmeiras x Vasco** Brasileiro, GLOBO/PREMIERE

Copa de 2014 mergulhou Corinthians em dívida bilionária

Dez anos após Mundial, dívida total do clube é estimada em R$ 1,58 bi; R$ 703 mi são do financiamento da arena

Luciano Trindade

SÃO PAULO Quando Andrés Sanchez, em seu primeiro mandato como presidente do Corinthians, anunciou no dia 1º de setembro de 2010 a construção do estádio do clube, afirmou que a obra custaria R$ 335 milhões.

No ano seguinte, a arena em Itaquera, na zona leste de São Paulo, foi anunciada como local da abertura da Copa do Mundo de 2014, disputada há 10 anos.

Na inauguração do campeonato, o preço final da obra havia saltado para R$ 985 milhões (R$ 1,9 bilhão em valores corrigidos), bem acima do custo original, que corrigido para 2024 seria de R$ 875 milhões.

Parte desse aumento é atribuída às estruturas provisórias que o estádio teve durante o Mundial, com duas arquibancadas provisórias atrás dos gols, que aumentavam a capacidade de 48 mil para 64 mil lugares.

Durante anos, o cálculo exato da dívida pela nova casa alvinegra foi motivo de disputas internas no Parque São Jorge. Conselheiros de oposição criticavam, sobretudo, a falta de transparência da diretoria.

Em 2019, uma comissão instaurada pelo Conselho Deliberativo apontou que o clube devia R$ 1,03 bilhão à Odebrecht, construtora responsável pela obra, fora o financiamento com a Caixa Econômica Federal.

O valor era questionado por Andrés, sob o argumento de que partes da obra não haviam sido concluídas. Além disso, o clube afirmava ter repassado cerca de R$ 380 milhões à Odebrecht por meio de CIDs (Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento). Em setembro daquele ano, a empresa e o clube anunciaram um acordo pelo fim da dívida. O Corinthians teria concordado em pagar R$ 160 milhões para zerar a questão.

O projeto original do estádio era de autofinanciamento. A Odebrecht pagaria pela obra e depois recuperaria o dinheiro com receitas geradas pela arena. Seria formada uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), figura jurídica comum em incorporações imobiliárias.

A estrutura financeira para a execução do projeto consistiria no empréstimo repassado pela Caixa no valor de R$ 400 milhões, além dos CIDs (Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento), cedidos pela prefeitura, estimados na época em R$ 420 milhões.

Também estavam previstas "receitas provenientes da exploração comercial da arena". A principal fonte seria a venda dos "naming rights", estimados pelo clube em R$ 450 milhões. Apenas em 2020, o clube vendeu o nome da arena para a Hypera Pharma por R$ 300 milhões, em um contrato de dez anos que batizou o local com Neo Química Arena.

Uma década após o estádio ter sido palco da abertura da Copa do Mundo, apesar do pagamento de parcelas ao longo dos anos, a dívida com o banco estatal não caiu como o clube projetava devido a juros, correções e encargos.

De acordo com o relatório da consultoria EY divulgado no final de maio, sobre receitas, custos e despesas de 28 times das Séries A e B do Brasileiro, o clube ainda deve R$ 703 milhões à Caixa. A dívida é reajustada pelo CDI (Certificado de Depósito Interbancário, que acompanha a taxa Selic) mais 2% ao ano.

Desde sua inauguração, o estádio é motivo de orgulho para os corintianos e foi usado pelo clube nas campanhas de cinco títulos: do Brasileiro (2015 e 2017) e três Paulistas (2017, 2018 e 2019).

O clube estima que já tenha pagado R$ 265 milhões ao banco. Desde 2023, o Corinthians paga apenas os juros do financiamento. O valor principal começará a ser quitado a partir de 2025. A equipe tem até 2041 para quitar o débito. Ao somar o débito com as demais dívidas do Corinthians, a consultoria aponta um valor de R$ 1,58 bilhão, montante que, de acordo com a empresa, faz do clube o mais endividado do país.



AMISTOSO ENTRE BRASIL E EUA TERMINA EMPATADO POR 1 A 1
Último teste da seleção antes da Copa América teve gols de Rodrygo (foto), no primeiro tempo, e de Christian Pulisic, pela equipe norte-americana Rich Storry/Getty Images/AFP

Morre aos 86 anos Jerry West, lenda do basquete que inspirou o logo da NBA



1972/The New York Times



NBA

Primeira foto mostra Jerry West, em 1972, em pose que inspirou logo da NBA

THE NEW YORK TIMES Jerry West, um dos maiores jogadores de basquete, figura emblemática na história do Los Angeles Lakers e literalmente um ícone do esporte —sua silhueta é o logotipo da NBA—, morreu nesta quarta (12). Ele tinha 86 anos.

O Los Angeles Clippers anunciou sua morte, mas não forneceu outros detalhes. West era consultor da equipe.

Por quatro décadas, primeiro como jogador e depois como olheiro, treinador e executivo, West desempenhou um papel relevante na evolução da NBA em geral e dos Lakers em particular, começando em 1960, quando a equipe se mudou de Minneapolis para Los Angeles, e ele foi sua primeira escolha no draft.

Ele conquistou campeonatos com várias gerações de equipes e estrelas dos Lakers e foi um all-star em cada uma de suas 14 temporadas.

Durante seu tempo, os Lakers estiveram perto do campeonato, mas West teve a infelicidade de jogar enquanto o Boston Celtics, com Bill Russell no comando, estava no auge —eles venceram os Lakers nas finais seis vezes.

Depois que os Lakers adquiriram seu próprio gigante, Wilt Chamberlain, eles triunfaram, mas mesmo assim levou quatro temporadas —e uma sétima derrota nas finais, para o New York Knicks em 1970.

Os Lakers de 1971-72 venceram 69 jogos, um recorde na época, incluindo uma sequência ainda não igualada de 33 seguidas. Quando vingaram sua derrota para os Knicks, vencendo o torneio de 1972, West falou após o último jogo com um colossal senso de alívio.

Como gerente geral dos Lakers, West liderou uma equipe que incluía Kareem Abdul-Jabbar, Magic Johnson e James Worthy para um campeonato em 1985 e depois em 1987 e 1988. Em 2000, como vice-presidente executivo, venceu novamente, tendo trazido Kobe Bryant e Shaquille O'Neal a bordo. West deixou os Lakers após aquela temporada, mas a equipe construída sob sua supervisão conquistou mais dois campeonatos seguidos.

Como um armador de braços longos e arremessador afiado, West, que jogou de 1960 a 1974, está na lista de qualquer pessoa dos melhores atletas na história do jogo.

Acordo evita prisão de condenados por racismo contra Vini Jr.

João Gabriel de Lima

LISBOA Condenados pela Justiça espanhola, os três torcedores do Valencia que dispararam insultos racistas contra o jogador brasileiro Vinicius Junior não deverão ir efetivamente para a cadeia. Por serem réus primários e pelo fato de a pena ser inferior a dois anos, podem se beneficiar por um dispositivo da lei espanhola que prevê o cumprimento da pena em liberdade.

O desfecho poderia ser diferente caso valesse a vontade da entidade que organiza os campeonatos de futebol na Espanha —a La Liga. Foi ela quem levou o caso de Vinicius no jogo do Real Madrid contra o Valencia, em 21 de maio de 2023, à Justiça.

A representação inicial previa que os agressores fossem enquadrados no artigo 510 do Código Penal espanhol, relativo a crimes de ódio. Se condenados em juízo, os réus poderiam pegar entre um a quatro anos de prisão. "Se a sentença fosse superior a dois anos, os réus não teriam o direito de cumprir a pena em liberdade", diz o advogado Juan José Ríos Zaldívar, responsável pela área processual da auditoria Grant Thornton.

Os advogados dos réus propuseram um acordo, para evitar que o caso fosse a julgamento. A proposta era que os agressores fossem enquadrados em outro artigo do Código Penal, o 173.1, mais brando, que prevê delitos contra a integridade moral. Neste caso, a pena prevista varia de 6 meses a 2 anos.

O acordo foi aceito pelas partes —La Liga, Vinicius, Real Federação Espanhola de Futebol e Real Madrid. Na reunião de conciliação, a La Liga argumentou que a condenação por delito de ódio seria mais justa, mas foi voto vencido. Incluiu-se na sentença um agravante por motivações racistas.

O fato de os réus reconhecerem o crime e apresentarem um pedido de desculpas foi considerado atenuante. A pena, que seria de um ano, foi reduzida para oito meses, com possibilidade de ser cumprida em liberdade. A pena inclui o banimento de estádios de futebol por dois anos. Daqui para frente os agressores deixam de ser considerados réus primários.

O polêmico novo Mundial da Fifa

Gigantes europeus querem receber o que pensam valer e os demais que se virem

Juca Kfouri

jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Numa das poucas vezes em que teve razão na vida, se não foi a única, o bufão, milionário e fascistoide Silvio Berlusconi (1936-2023), então dono do Milan, deu entrevista logo após a Itália ser eliminada pela Argentina nas semifinais da Copa do Mundo de 1990, que sediou.

A Holanda, que tinha o trio milanês composto pelos magníficos Rijkaard, Gullit e Van Basten, campeões da Eurocopa dois anos antes, já havia caído, eliminada logo nas oitavas de final, pela Alemanha, depois de três decepcionantes empates com Egito, Inglaterra e Irlanda na fase de grupos e o segundo lugar conquistado só no sorteio.

Disse o magnata, então: "Passamos dois anos com nossos estádios sem suas capacidades totais porque em reforma para receber a Copa do Mundo e amargamos prejuízos por isso. Meus três holandeses decepcionaram e a Itália não chegou à final com uma porção de jogadores do Milan. Agora a Fifa vem e diz: 'Toma, reerga o futebol na Itália'. Ora, a Copa do Mundo de seleções não faz mais sentido no mundo globalizado. Que se limite ao torneio de seleções nas Olimpíadas. Copa do Mundo tem de ser dos clubes, repletos de estrangeiros. E os hinos a serem tocados têm de ser os dos clubes", disse para a revista semanal Panorama.

Tudo isso para mencionar o previsto, para junho/julho de 2025, Mundial de Clubes Fifa com 32 clubes, a ser disputado nos Estados Unidos nos moldes da Copa de seleções.

Os gigantes europeus pressionam a Fifa para receberem o que avaliam valer para participar do torneio.

Em regra a entidade ganha brigas do gênero, mesmo que tenha de pagar um pouco mais por isso.

Disputar o interesse com a Champions League da Uefa é só e tudo o que Fifa quer e da competição entre as duas confederações não será surpresa se, em futuro próximo, vier à luz o que já foi ensaiado duas vezes sem sucesso: a Liga dos Clubes Europeus, com um campeonato continental composto apenas pelos gigantes durante toda a temporada em pontos corridos.

A luta por mais dinheiro é incessante e a busca pela prevalência da elitização parece inevitável.

Clubes como o Real Madrid perguntam por que raios têm de dividir faturamento com confederações, que ficam com a parte do leão, se essas não possuem times para botar em campo.

Do ponto de vista dos países do mundo periférico do futebol, e aí estão incluídos os cada vez mais poderosos e bilionários clubes árabes, a briga promete, sem que se possa prever o desfecho.

Dólares, euros, libras e petrodólares jamais se preocupam com a maioria.

E não adianta clamar pelos valores românticos do futebol raiz porque o choro não passará de resistência inócua, tamanhos são os interesses em jogo.

O torcedor é cada vez mais um ser impotente que vê o mercado financeiro tomar conta de sua paixão, as casas de apostas envenenarem ainda mais o ambiente poluído, cartolas encherem os próprios bolsos em tabelinhas com empresários de atletas e endividarem os clubes, que, sem saída, recorrem a quem, em tese, pode salvá-los.

Talvez exista quem saiba como encontrar outra solução que não seja a de se dobrar ao sistema capitalista que vigora cada vez mais potente no mercado do futebol.

Se existir, estamos todos loucos por ouvi-lo.

E se não for mais um mitômano como tem aparecido por aí, será candidato à canonização ou ao equivalente na diversidade religiosa.

DOM. Tostão e Juca Kfouri | SEG. Juca Kfouri | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | **SÁB. Marina Izidro**

‘Amor à primeira vista’ é, na verdade, atração sexual, diz bióloga

Samuel Fernandes

PARIS Enquanto estudava seu doutorado em regulação biológica e genética molecular, Liat Yakir terminou seu casamento. A relação durou cinco anos e resultou em dois filhos. Mas esse não era o primeiro casamento dela. Anos antes, ela já tinha se casado, relação que durou dois anos antes de chegar o divórcio. Sem filhos, dessa primeira vez.

As decepções amorosas vividas pela bióloga e por pessoas do seu ciclo social, como amigos, suscitaram uma vontade de compreender melhor o que significa se apaixonar. “Na minha própria vida, tive dificuldades para encontrar o amor, para mantê-lo e para entendê-lo”, afirma.

Como bióloga, ela utilizou as ferramentas comuns da ciência para investigar o assunto. Estudou bastante sobre o tema e publicou, em fevereiro deste ano, o livro “A Brief History of Love” (Watkins) —Uma Breve História Do Amor—, ainda sem edição brasileira.

No livro, Yakir aborda diferentes temas relacionados ao amor romântico considerando pesquisas científicas. Um deles é o que acontece no corpo de uma pessoa apaixonada. Para entender isso, é necessário primeiro compreender as chamadas três fases do amor: atração, paixão e apego.

No momento da atração, a primeira das fases, a testosterona e o estrogênio, que são os hormônios sexuais, são importantes —eles têm influência em determinar se alguém terá ou não desejo por outra pessoa. Por enquanto, não existe nada de amor nisso, é só atração sexual mesmo.

“Quando as pessoas dizem que sentiram amor à primeira vista, geralmente é atração sexual à primeira vista. Você vê uma pessoa, e a área do cérebro que gerencia nossas emoções, que se chama amígdala, decide se [aquele indivíduo é interessante] ou não em 30 segundos. Essa pessoa é boa para mim ou não? Isso principalmente de forma sexual”, explica.

Passado esse primeiro instante, a paixão pode aparecer. Normalmente, isso acontece com o desenvolvimento da intimidade entre as pessoas, como por meio do sexo. A paixão é aquele momento em que a pessoa se sente louca e completamente apegada ao outro. Isso tem relação principalmente com a dopamina, um neurotransmissor vinculado ao sistema de recompensa cerebral e com funções na regulação de emoções e prazer, e a serotonina, popularmente chamada de hormônio da felicidade.

Nesse momento da paixão, os níveis de dopamina tendem a estar bem altos, proporcionando altas doses de prazer. Yakir até usa a expressão “drogas do amor” em seu livro. Isso porque algumas drogas, como a cocaína, agem nesse neurotransmissor. E estar apaixonado causa um efeito parecido.

“No começo [da paixão], quando a pessoa ainda não está totalmente apegada, tem muita dopamina, porque é alguém novo e a pessoa quer conquistá-lo. Então, no início, sentimos que é como uma droga de verdade”, explica.

E, então, o apego surge. Essa terceira fase é conhecida pela queda no acúmulo de dopamina e na alta presença da oxitocina, um hormônio associado à sensação de segurança e laços afetivos. Essa substância é muito comum na relação de pais com seus filhos, já que esse é um tipo de amor sem o fator da atração sexual.

Quando alguém está em uma relação amorosa já no momento de apego, não existe mais aquela paixão avassaladora, aquele frio na barriga, como a própria Yakir define. Esse instante é muito mais sobre segurança, estabilidade e conforto, algo que a própria bióloga agora vivencia, no seu terceiro casamento.

Em 2014, Débora Sterzeck Cardoso, doutoranda em neurociência e cognição na UFABC (Universidade Federal do ABC), estava no início de sua carreira acadêmica. Porém foi nesse ano que Cardoso fez uma pequena pesquisa que, até hoje, ela diz suscitar maior interesse comparado a outras investigações já feitas por ela. O tema do estudo? A neurobiologia do amor.

A neurocientista aponta pesquisas recentes sobre o tópico. Ela menciona um artigo publicado em maio deste ano que elenca seis entendimentos científicos sobre o amor romântico que podem estar errados. Um deles é a ideia de que existiria uma área do cérebro, um hormônio ou um neurotransmissor diretamente relacionado ao amor.

“O amor engatilha no cérebro diversos sentimentos e comportamentos. O cérebro é complexo, ele tem diversas regiões, então é perigoso a gente assumir uma região só ou um neurotransmissor que seria responsável por isso”, diz.

Esse ponto tem relação com o fato de que, pelo menos por enquanto, o amor poderia muito mais ser interpretado como um desencadeador de outras emoções do que uma emoção por si só.



UM DOS LIVROS MAIS ANTIGOS DO MUNDO, ESCRITO ENTRE OS SÉCULOS 3º E 4º, É LEILOADO POR R$ 20 MILHÕES EM LONDRES
O manuscrito vendido pela casa de leilões Christie’s está em copta, língua antiga do Egito, e foi escrito sobre papiro Julien de Rosa/AFP

FOLHA DE S.PAULO

a que pauta chegamos!

Catarina Pignato

Podcast fala de ultradireita europeia, Vini Jr. e ministro indiciado

SÃO PAULO O episódio desta quinta-feira (13) do podcast A que Pauta Chegamos! trata do indiciamento de um ministro do governo Lula, do avanço da ultradireita na Europa, da condenação de torcedores que atacaram Vinicius Júnior na Espanha e do documentário sobre uma doleira que ganhou fama na Lava Jato.

No primeiro bloco do programa, os colunistas da **Folha** Tati Bernardi, Thiago Amparo e Fábio Zanini analisam o indiciamento do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, pela Polícia Federal. O político é suspeito de corrupção, organização criminosa e outros crimes envolvendo contratos da estatal Codevasf bancados com emendas parlamentares. Ele criticou a atuação da PF e disse que investigação não encontrou nada contra ele.

O segundo bloco cruza o Atlântico para discutir por que a ultradireita ganhou força na eleição do Parlamento Europeu e como isso pode impactar a política do continente. Ainda na Europa, o terceiro bloco fala sobre a condenação de três torcedores do Valencia a oito meses de prisão pelos xingamentos racistas contra o jogador brasileiro Vinicius Junior, do Real Madrid, em 2023.

O quarto bloco une política e cultura ao falar do documentário “Doleira: a história de Nelma Kodama”, da Netflix. O filme mostra particularidades da vida de Nelma, que foi presa e ganhou fama na Operação Lava Jato.

A que Pauta Chegamos!
Nas principais plataformas
Quintas, às 7h

Violência contra idosos mora em nossas casas

'Mirian, para de escrever sobre velhos, por favor', me pediu um leitor

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de "A Invenção de uma Bela Velhice"

“Mirian, posso te dar um conselho de amigo: para de escrever sobre velhos, por favor. Não gosto de ficar lendo sobre velhofobia, etarismo, violência contra os velhos. Não quero ficar pensando sobre a minha própria velhice. Gosto mais quando você escreve sobre traição, sexo e temas mais leves. Você escreve tão bem que eu iria adorar até se você escrevesse sobre a rebimboca da parafuseta. Pode escrever sobre qualquer coisa, menos sobre velhos.”

Não sei quantas vezes eu escutei nas últimas três décadas: “Mirian, para de escrever sobre velhos. Que assunto chato! Escreve sobre um tema mais leve”. Mas foi a primeira vez que um leitor sugeriu que escrevesse sobre a “rebimboca da parafuseta”.

Apesar das críticas, conselhos e sugestões para mudar de tema, nunca parei de pesquisar sobre envelhecimento, autonomia e felicidade, nem de escrever sobre os meus melhores amigos nonagenários.

E vou continuar escrevendo, e até mesmo gritando, para denunciar e combater a violência física, verbal e psicológica que os mais velhos sofrem dentro das próprias casas e famílias. É o propósito da minha vida.

Nos seis primeiros meses de 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania registrou 74.620 denúncias de violência contra idosos. A realidade é muito mais assustadora, pois a maioria tem vergonha e medo de denunciar seus agressores: os próprios filhos na maior parte dos casos; e também os netos, cônjuges, genros e noras. Entre os abusos mais comuns estão:

1 - Negligência: quando deixam de oferecer cuidados básicos ao idoso, como higiene, saúde, medicamentos, proteção contra frio ou calor;

2 - Abandono: quando há ausência ou omissão dos familiares ou responsáveis, governamentais ou institucionais, de prestarem socorro a um idoso que precisa de proteção;

3 - Violência física: quando é usada a força para obrigar o idoso a fazer o que não deseja, ferindo, provocando dor, incapacidade ou até a morte;

4 - Violência psicológica: comportamentos que prejudicam a autoestima ou o bem-estar do idoso, como xingamento, susto, constrangimento, impedimento de que vejam amigos e familiares, tortura psíquica;

5 - Violência financeira: a exploração ou o uso não consentido de seus recursos financeiros e patrimoniais.

O Junho Violeta, criado pela ONU, é o mês de prevenção e de conscientização da violência contra a pessoa idosa. Dia 15 de junho é o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. A data foi criada pela ONU em 2011, com o objetivo de chamar a atenção para a existência de violações dos direitos dos idosos e divulgar formas de denunciá-las e combatê-las.

O Ministério dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, lançou uma campanha com o slogan “Respeito não tem prazo de validade”, com o objetivo de “conscientizar a sociedade sobre a necessidade da garantia de direitos, dignidade e combate à violência contra pessoas idosas”.

O último Censo mostrou a tendência de envelhecimento da população brasileira: somos 32 milhões de brasileiros de 60 anos ou mais.

O Estatuto da Pessoa Idosa, lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, garantindo-lhe todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

A lei dispõe que é obrigação da família, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta lei que tenha testemunhado.

Tudo muito lindo, mas será que o Estatuto da Pessoa Idosa tem sido respeitado dentro das nossas próprias casas?

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
13.jun.1924

Trecho de estrada de ferro entre SP e PR é inaugurada

Foi inaugurado nesta quinta-feira (12) o trecho da linha férrea entre São Paulo e Paraná que parte de Ourinhos, no território paulista, até a estação de Leoflora (em Jacarezinho, PR).

No evento, o hino nacional foi executado, e o vigário de Ourinhos deu início à bênção da estrada de ferro. Em vagão especial, os representantes dos governos paulista e paranaense viajaram para a estação de Leoflora, sendo acompanhados pelos convidados. Lá, observaram a obra.

O vigário de Jacarezinho também deu sua bênção.


Folha da Noite

LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

FOLHA DE S.PAULO
QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2024 C1
ilustrada



Casos de família

'A Casa do Dragão', série do universo de 'Game of Thrones', chega à sua segunda temporada com luta entre matriarcas e atenta à polêmica das cenas de violência e estupro de mulheres

Olivia Cooke e Emma D'Arcy, que interpretam Alicent Hightower e Rhaenyra Targaryen, em cartaz da série 'A Casa do Dragão', que chega à sua segunda temporada na HBO Divulgação

Guilherme Luis

SÃO PAULO Em "A Casa do Dragão", o embate é entre duas feras que querem proteger os filhotes. Mas não estamos diante de dragões. São Rhaenyra Targaryen e Alicent Hightower, que na nova temporada da série abandonam o carinho que tinham uma pela outra e tomam partido na briga dos filhos, cujas travessuras adolescentes acabaram num assassinato na primeira leva de episódios, lançada há dois anos.

História à parte, apostar nas personagens femininas faz com que "A Casa do Dragão" atenda a uma demanda antiga de parte dos fãs de "Game of Thrones", que por uma década acumulou prêmios e prestígio, mas também uma reclamação —a de que exagerava nas cenas de violência e abuso sexual contra mulheres.

O segundo ano do seriado, que se passa antes da trama de "Game of Thrones" e volta a ser exibido pela HBO neste domingo, embora reprise o mesmo misto de espadas e fofocas da série original, tem a diferença de priorizar os dramas das mulheres, sobretudo os de Rhaenyra e Alicent, em relação aos dos homens.

Agora, com a morte do rei Viserys, pai de Rhaenyra e marido de Alicent, elas se enfrentam pela coroa, a primeira para si mesma e a outra para o filho mais velho. "É isso que torna 'A Casa do Dragão' única no cenário de fantasia, e diferente da série original", afirma Ryan Condal, cocriador e roteirista da produção.

"A razão de termos escolhido contar essa história é o fato de termos duas mulheres no centro, mesmo que sob o controle do patriarcado, lutando contra ele", ele acrescenta.

Outro papel importante é o de Rhaenys Targaryen, tia da protagonista Rhaenyra, conhecida como a Rainha que Nunca Foi —no passado, ela disputou o trono com o irmão mais novo Viserys, mas perdeu por ser mulher.

"Desde que 'Game of Thrones' estreou, em 2011, o mundo mudou. Houve o MeToo", diz Eve Best, intérprete de Rhaenys, lembrando o movimento em que mulheres denunciaram casos de assédio e abuso cometidos por homens da indústria audiovisual.

"Hoje vemos mulheres ascendendo à governança. A discussão da série é tão palpável que me faz lembrar a Câmara dos Comuns, do Reino Unido, um ambiente machista. É muito parecido com o que interpretamos no set de gravações, como as cenas do conselho em que Rhaenyra é ignorada pelos homens."

Continua na pág. C4

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

TOM ACIMA

Os advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) estão contratando pareceres de juristas para questionar a validade da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid.

TOM ERRADO O argumento central do questionamento, que será apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF), será o de que o militar assinou a colaboração em condições que prejudicariam a voluntariedade e a espontaneidade de exigidas pela lei.

TOM 2 "É evidente que a colaboração do Cid foi extraída às custas do esgotamento moral dele", diz o advogado Paulo da Cunha Bueno.

TOM 3 "É o exemplo mais deficiente de colaboração já feita no Brasil", segue o defensor. Cunha Bueno afirma que Cid ficou quatro meses preso sem que uma ação penal tivesse sido apresentada contra ele.

TOM 4 Foi ainda impedido de ver o pai e a mulher sob o argumento de que eles também eram investigados e não poderiam ter contato entre si.

TOM 5 "Nem na Lava Jato, com todas as críticas que a operação sofreu, ocorreu algo parecido", segue o advogado.

NA PARALELA A movimentação coincide com o debate, na Câmara dos Deputados, de um projeto de lei que veda a delação premiada de réus presos.

NA PARALELA 2 Cunha Bueno, no entanto, diz que sua iniciativa não tem relação com a proposta —que ele apoia.

NA PARALELA 3 "Com 11 anos de retorno da colaboração premiada ao nosso sistema jurídico, infelizmente precisamos admitir que o Brasil não está maduro para manter um instrumento tão polêmico quanto este", afirma o defensor de Bolsonaro.

REAÇÃO A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) acionou o Ministério Público Federal (MPF) contra o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) pelo crime de transfobia. A parlamentar também protocolou uma representação cível em que pede indenização de R$ 5 milhões por danos morais coletivos.

BATE-BOCA O episódio denunciado por Hilton ocorreu na semana passada, durante uma sessão com a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados. Em meio à audiência, Hilton discutiu com a deputada Júlia Zanatta (PL-SC), chamando a colega de "ridícula", "feia" e "ultrapassada".

BATE-BOCA 2 Nikolas, que estava sentado na mesma fileira que a psolista, saiu em defesa da parlamentar bolsonarista e rebateu: "Pelo menos ela é ela."

ATO Amigos e familiares da cicloativista Marina Kholer Harkot, morta em 2020 após ser atropelada por um empresário acusado de dirigir embriagado e em alta velocidade, organizam um protesto para o próximo sábado (15) em homenagem a ela e a todos os ciclistas mortos no trânsito. Manifestações estão previstas para ocorrer nas cidades de São Paulo, Recife, Belém e Porto Alegre.

TRAJETÓRIA



Fotos Ronny Santos/Folhapress





A socióloga Neca Setubal recebeu convidados como a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva 1, no lançamento de sua autobiografia, "Minha Escolha pela Ação Social: Sobre Legados, Territórios e Democracia" (Tinta-da-China Brasil). A filósofa Sueli Carneiro 2, que assina o prefácio da obra, prestigiou o evento, realizado na Livraria da Vila da Fradique Coutinho, em São Paulo, na noite de terça-feira (11). A antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz 3 passou por lá

APOIO A apresentadora Patrícia Poeta vai promover um show online com diversos artistas em prol das famílias afetadas pelas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul. O evento será realizado na próxima segunda-feira (17), no Teatro Vibra São Paulo, e será transmitido ao vivo pelo canal Futura e no Globoplay.

APOIO 2 Já estão confirmadas as participações de nomes como Luiza Possi, Zezé Di Camargo e Luciano, Tiago Iorc, Wanessa Camargo, Lexa e outros.

APOIO 3 Natural de São Jerônimo do Sul (RS), Patrícia diz que teve a ideia de fazer a mobilização quando esteve em Porto Alegre para apresentar o programa Encontro. "O dia em que eu cheguei no Rio Grande do Sul, em meio às enchentes, com certeza foi um dos mais tristes da minha vida."

HOMENAGEM A Universidade Federal do Ceará (UFC) vai entregar o título de doutora honoris causa à cantora Maria Bethânia em solenidade em 15 de novembro. A outorga da honraria foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário da instituição em 22 de março.

HOMENAGEM 2 A homenagem fará parte das celebrações dos 70 anos da UFC e foi proposta por seu reitor, Custódio Luís Silva de Almeida.

TABLADO A cidade de São Paulo ganhará um novo teatro, localizado na região central da capital paulista. O Teatro Estúdio será inaugurado no dia 6 de julho com a estreia da peça "Álbum de Família", de Nelson Rodrigues, com direção assinada por Jorge Farjalla.

TABLADO 2 O espaço tem uma sala multiuso de 242 metros quadrados, com um pé direito com cinco metros de altura.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Sergio Mallandro tem sua fase mais decadente retratada em novo filme

Humorista e apresentador volta aos cinemas em longa que mostra momento crítico, quando dizia ter só R$ 7 no banco

Thales de Menezes

SÃO PAULO Sergio Mallandro agrega fãs há mais de quatro décadas. Desde 1981, fez sucesso, muito sucesso mesmo. Na TV, no cinema e gravando discos. Em todas essas áreas, nunca se preparou para nenhuma. Fez tudo de improviso. E assim, falando o que vinha à cabeça a cada momento, comandou 15 programas em oito emissoras.

Aos 68 anos, ele está de volta aos cinemas com "Mallandro, O Errado que Deu Certo", que estreia nesta quinta-feira. É uma mistura de episódios reais, um pouco de ficção e, claro, muita improvisação. O filme é inspirado em seu pior momento, entre 1996 e 1999, quando, demitido do SBT, perdeu tudo o que tinha —carros, moto, casa, roupas— e ficou com R$ 7 na conta bancária.

O filme é bem cruel com ele. As ideias que Mallandro tenta emplacar para voltar à TV são medíocres ou cópias de atrações populares já conhecidas. Ele só é inventivo quando se põe a dizer seus monólogos filosóficos, outra marca registrada de seu humor. Eles não estavam no roteiro, eram criados com a câmera ligada, com a liberdade dada por Marco Antonio de Carvalho, que foi seu diretor em dois programas no Multishow.

Ele continua a ser reconhecido e abordado por fãs que pedem os bordões que criou, que ele transmite aos gritos —"glu-glu", "rá!" e "ié-ié". Isso se repete toda hora no filme.

"Acontece o tempo todo na minha vida. Em qualquer lugar, as pessoas pedem para que eu faça um 'glu-glu', querem que eu grave um vídeo para mostrar para os parentes, é isso o tempo todo." Ao encontrar Mallandro para a entrevista em São Paulo, este repórter comprovou que o assédio é verdadeiro. As pessoas não querem conversar, elas exigem os bordões infantis.

"Quando estou triste, por qualquer motivo, prefiro nem sair de casa. Porque isso não para", diz. "Fico torcendo para não morrer nenhum parente, porque não há condições de eu ir a um velório. As pessoas se transformam quando olham para mim, viram crianças. Minha mãe me chamou para ir ao enterro do meu tio e eu disse que era melhor não ir, que ia dar merda. E deu!"

Mallandro sempre fez os outros rirem dessa forma, com papo engraçado, sem roteiro. Em 1981, entrou para o elenco de "Menino do Rio" por sua amizade com o protagonista André De Biase, que o apresentou ao diretor Antônio Calmon. O cineasta queria um representante típico da "fauna" das praias cariocas.

"Sempre fui assim, na escola, na praia. Chegava, começava a contar algo engraçado que tinha acontecido para uma ou duas pessoas, e de repente tinha uma dúzia de gente em volta prestando atenção." A entrada na TV também veio de forma parecida. Ele participou do programa "Cidade Contra Cidade", de Silvio Santos, e seu jeitão trouxe convites para integrar a bancada de jurados de Silvio e a trupe de Wilton Franco no popularesco "O Povo na TV".

Logo surgiu seu primeiro bordão, o "glu-glu". Em 1982, Mallandro lançou um álbum puxado pelo sucesso "Vem Fazer Glu-Glu", que vendeu um milhão de cópias! "Eles estavam surdos", comenta o também cantor, que gravou mais quatro discos até 1994.

Continua na pág. C3

Violência gera violência

Entre as produções sobre favelas cariocas, série 'O Jogo que Mudou a História' se destaca por ser perturbadora

Mauricio Stycer

Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo

"Cidade de Deus" não foi a primeira grande incursão do cinema brasileiro no tema das favelas, mas teve o grande mérito de mudar a percepção do público sobre o assunto. "O Jogo que Mudou a História" se apresenta com essa mesma ambição.

Nenhuma série propôs uma representação ficcional na TV tão complexa e violenta sobre as origens de facções criminosas no Rio de Janeiro. A trama é de uma brutalidade capaz de revirar os estômagos mais fracos.

Para contar essa história, inspirada em fatos, a série acompanha as trajetórias de mais de uma dezena de protagonistas, indo e vindo das favelas ao presídio da Ilha Grande ao longo das décadas de 1970 e 1980. Assisti aos dez episódios; o Globoplay vai divulgar dois episódios por semana a partir desta quinta-feira.

O título da série, atraente, faz referência a uma briga ocorrida ao final de uma partida de futebol, em 1983, entre times de duas favelas vizinhas, que desencadeou uma carnificina entre dois grupos criminosos. O litígio entre as duas comunidades durou cerca de 25 anos.

A história dessa partida, contada apenas no penúltimo episódio da série, não é central na narrativa, mas inquestionavelmente possui grande apelo — Cafu, Djalminha, Paulo Nunes, Adílio, Carlos Germano, Grafite, entre outros ex-jogadores, participam do episódio.

O que mudou a história, mostra a série, foi a convivência entre presos políticos de esquerda e criminosos comuns na Ilha Grande na década de 1970. A Falange Vermelha nasce nas masmorras do presídio, como uma tentativa de enfrentar organizadamente a brutalidade dos agentes penitenciários.

"Paz, justiça, liberdade" é o lema do grupo, que depois vira Comando Vermelho. A outra facção que também nasce na Ilha Grande, segundo a série, é o Terceiro Comando.

Os guardas da prisão são descritos como perversos e corruptos, tal qual os criminosos. Violência gera violência o tempo todo, e o espectador fica sem saber quem é pior.

Em outro plano da história, a série centra as suas atenções na atuação de um líder comunitário esclarecido, que busca atenuar as carências dos moradores, mas tem a sua atuação limitada por políticos oportunistas, de um lado, e traficantes, do outro.

"O Jogo que Mudou a História" é a terceira série que tematiza a violência urbana no Rio realizada por José Júnior, criador do AfroReggae, uma ONG nascida em Vigário Geral e hoje, também, uma empresa de audiovisual. Ele assinou "A Divisão" (2019) e "Arcanjo Renegado" (2020), ambas disponíveis, como essa, no Globoplay. Diferentes personagens das duas séries reaparecem agora, em versões mais jovens.

Além da violência, a nova série provoca o público no seu esforço de humanizar os protagonistas, inclusive os mais vis. Como disse o ator Jonathan Azevedo a José Júnior: "Porque não é o estereótipo do bandido convencional, é humanizado com olhar diferenciado".

Com direção geral de Heitor Dhalia e roteiro de José Junior, Gabriel Maria, Clara Meirelles, Bruno Passeri, Mariana Carneiro e Bruno Paes Manso, a série é classificada pelo Globoplay como uma superprodução (valores não revelados), filmada basicamente em locações, com um elenco enorme e talentoso, majoritariamente negro.

Sabendo que vou cometer injustiças, destaco o trabalho de Raphael Logam, Rômulo Braga, Bukassa Kabengele, Babu Santana, Jaílson Silva, Jonathan Azevedo, Pedro Wagner, Ravel Andrade, Sérgio Laurentino, Márcio Borges, Alli Willow e Vanessa Giacomo.

Em meio ao número até excessivo de produções que já tematizaram a dura vida nas favelas cariocas, "O Jogo que Mudou a História" se destaca como uma série perturbadora.

Continuação da pág. C2

Enquanto isso, fez uma série de filmes no cinema. Teve projetos sozinho, um filme com os Trapalhões e uma bobagem sem tamanho que estrelou com Faustão. Ele foi escolhido para ser o príncipe de Xuxa em "Lua de Cristal", em 1990.

O filme se tornou a maior bilheteria dos cinemas brasileiros naquela década, com 5 milhões de espectadores. Estão no filme as infames "pegadinhas do Mallandro", fundamentais para uma nova fase de boa aceitação do público.

Em 1999, iniciando um programa na CNT, entrou disfarçado num ônibus carregando uma bomba de mentira. Com câmera escondida registrando, as pessoas reagiram desesperadas, fugindo até pelas janelas. A polícia foi chamada, e a emissora, processada. "A exibição deu 19 pontos no Ibope. Saiu no jornal, em todo lugar, que eu tinha quebrado pela primeira vez a liderança da Globo", lembra Mallandro.

As suas famosas pegadinhas são tratadas como parte de seu inferno particular. Em várias cenas, as pessoas não levam nada que ele diga a sério, acham que é pegadinha. E fora da tela é a mesma coisa.

O filme não o acompanha até seu momento atual. Ele faz em teatros lotados o show "Os Perrengues do Mallandro", com improvisos. Lotar casas com 3.000 assentos como a Tokio Marine Hall é uma volta por cima para quem encarou circos pequenos pelo interior do país na fase decadente. "Teve um com dez pessoas pagando ingresso e uma dúzia de cachorros em volta."

Mallandro, O Errado que Deu Certo
Brasil, 2024. Direção: Marco Antonio de Carvalho. Com: Sergio Mallandro, Marianna Alexandre e Guilherme Garcia. Livre. Em cartaz nos cinemas


O apresentador e humorista Sergio Mallandro, no restaurante do hotel Mercure, em São Paulo Rafaela Araújo/Folhapress

Morre Ilva Niño, a empregada Mina de 'Roque Santeiro'

SÃO PAULO A atriz Ilva Niño, com mais de 30 novelas no currículo e conhecida pelo papel da empregada Mina em "Roque Santeiro", da TV Globo, morreu no Rio de Janeiro nesta quarta-feira. Ela tinha 90 anos.

A atriz estava internada no Hospital Quali, no bairro de Ipanema, desde 13 de maio, quando passou por uma cirurgia cardíaca.

Com uma carreira de seis décadas, em especial na TV e no teatro, ela se notabilizou por interpretar empregadas domésticas, donas de casa ou mulheres nordestinas, que representaram a maioria de seus papéis.

Nascida em Floresta, em Pernambuco, Niño começou nas artes cênicas quando participou de um curso de teatro grego ministrado por Ariano Suassuna.

Sua carreira no teatro se desenvolveu nos anos 1960, no Movimento de Cultura Popular, projeto do então prefeito do Recife, Miguel Arraes, para oferecer acesso à cultura e à educação para a população analfabeta e marginalizada.

Niño se mudou para o Rio com o marido, o ator e diretor Luiz Mendonça, após o golpe militar de 1964. Nos anos 1950, eles atuaram na peça "O Auto da Compadecida", primeira adaptação de Suassuna, em que a atriz era mulher do padeiro.

A partir da década de 1970, Niño passou a ter diversos papéis em novelas da emissora —a maioria deles como mulheres com personalidade forte.

Casos de família

Continuação da pág. C1

A polêmica sobre a violência contra mulheres em "Game of Thrones" ganhou força num capítulo da quinta temporada, lançada há quase dez anos, quando a personagem Sansa Stark, papel de Sophie Turner, foi estuprada numa cena que muitos espectadores viram como desnecessária, além de desconcertante.

Parte dos fãs reclamaram que a série pregava a ideia de que as mulheres da trama dependiam de violências desse tipo para terem alguma evolução em seu arco narrativo.

A primeira temporada de "A Casa do Dragão" já era mais contida nesse ponto, mas, a julgar pelos primeiros dois capítulos da segunda temporada, aos quais a imprensa pôde assistir antes do lançamento, a série volta freando ainda mais as cenas de crueldade. No primeiro episódio, há um assassinato bárbaro de uma criança, mas a câmera desvia do ato.

"'Game of Thrones' construiu sua reputação cruzando o limite e então criando outra barreira para cruzar de novo. Brutalidade e sexo são intrínsecos a esse mundo, mas precisa haver uma razão para isso aparecer na história", diz Ryan Condal, o roteirista.

Ele escreve os episódios de "A Casa do Dragão" se baseando no livro "Fogo e Sangue", de George R. R. Martin, o criador desse universo fictício, publicado no país pela Suma.

O escritor não esteve muito envolvido com a nova temporada de "A Casa de Dragão", porém. Condal diz que ele anda ocupado escrevendo "vários livros e outras séries de TV".

Martin, que tem 75 anos, está há anos prometendo concluir "As Crônicas de Gelo e Fogo", a série de livros que deu origem a "Game of Thrones". Ela teve o quinto volume publicado em 2011, mas ainda há dois livros sendo escritos.

O autor é tido como um dos nomes mais relevantes da fantasia. Um de seus méritos foi criar uma história em que é difícil definir quem é bom ou mau, o que fez a série despertar amores e ódios por personagens nada maniqueístas.

"Somos criaturas complexas", diz Steve Toussaint, ator que dá vida a Corlys, lorde dos Velaryon, aliados da protagonista Rhaenyra. "Existem políticos que eu não suporto ouvir discursarem, mas que, com certeza, são adoráveis entre seus amigos. Nos cabe tentar retratar isso de forma fiel, porque é como o mundo opera."

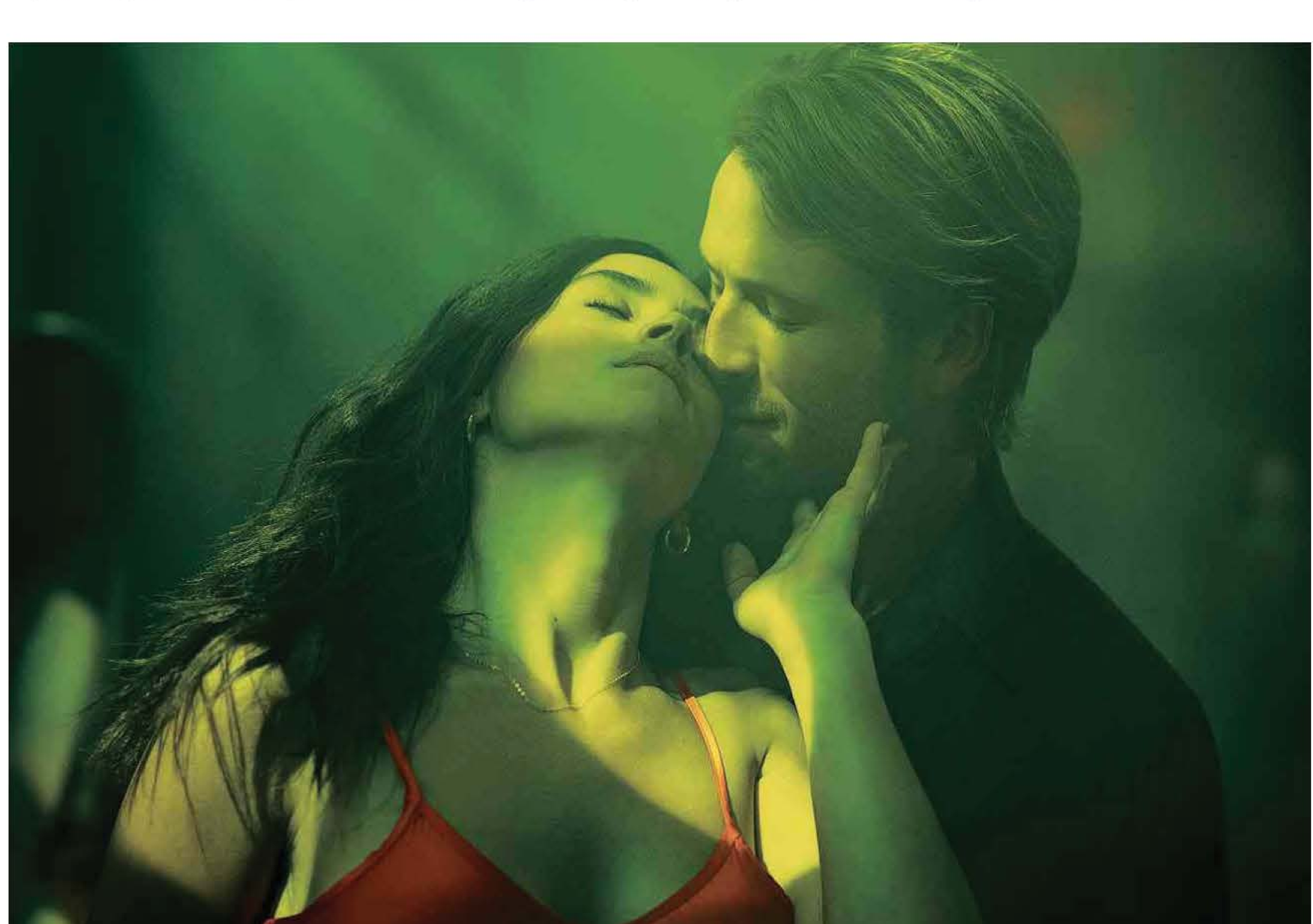
Se nos tempos de "Game of Thrones" os fãs se dividiam entre torcer para poucos mocinhos, em "A Casa do Dragão" é mais difícil decidir quem merece prosperar. A HBO se aproveitou disso para divulgar a série e criou vídeos em que as bandeiras dos exércitos das personagens são inseridos digitalmente em vários pontos turísticos.

Um dos escolhidos foi o bondinho do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, que mostra a bandeira verde da família de Alicent, enquanto o castelo de Chapultepec, na Cidade do México, foi coberto com o símbolo preto de Rhaenyra.

Essa ambiguidade inflama até o elenco, caso de Fabien Frankel e Matt Smith, que fazem Daemon Targaryen e Criston Cole e ocupam lados opostos na série. "Essas figuras não são boas nem más. Não são diferentes nem indiferentes. Elas são tudo ao mesmo tempo, e isso é ser humano", diz Smith.

A Casa do Dragão

Estados Unidos e Reino Unido, 2024. Criação: Ryan Condal e George R. R. Martin. Com: Emma D'Arcy, Olivia Cooke e Matt Smith. 16 anos. Estreia neste domingo na HBO e no Max



Os atores Glen Powell e Adria Arjona em cena do filme 'Assassino por Acaso', de Richard Linklater, em cartaz nos cinemas Divulgação

Richard Linklater volta com filme sexy e cômico

Diretor retoma preocupação com temas como identidade e mudança em 'Assassino por Caso', sobre professor que finge matar

Diogo Bachega

SÃO PAULO Muitos dos filmes de Richard Linklater, que lança agora "Assassino por Acaso", são sobre mudanças. O tema está nas conversas de Ethan Hawke e Julie Delpy em "Antes do Amanhecer", de 1995, e na própria essência da trilogia que, de nove em nove anos, recuperou os mesmos personagens em outros momentos de suas vidas.

A mesma preocupação volta a aparecer em "Boyhood", uma história de formação que acompanhou os mesmos atores por 12 anos. O questionamento de quem se é e quem se pode ser está até mesmo em suas animações, como "Waking Life" e "Apollo 10 e Meio". Não é surpresa que o assunto volte a aparecer em "Assassino por Acaso". A diferença é que, agora, há uma roupagem mais espalhafatosa.

Na trama, Gary Johnson, personagem de Glen Powell, é um tedioso professor universitário que colabora com a polícia nos bastidores de operações que buscam prender os clientes de um assassino de aluguel. Uma pessoa da equipe se passa pelo matador e fecha o contrato com o investigado, consumando o crime e possibilitando a prisão.

Após um imprevisto, o pacato Gary é obrigado a assumir a linha de frente e, surpreendendo a todos, se mostra um ator exímio, capaz de incorporar as personalidades assassinas como ninguém. Entre seus conhecidos, é consenso que Ron, um dos personagens que surgem nas negociações, é melhor do que Gary, o verdadeiro, mas sem sal.

Amigo de longa data de Linklater, Powell assina com ele o roteiro do longa. Ele foi escalado pela primeira vez pelo diretor quando tinha 14 anos, mas foi há dez, quando entrou para o elenco "Jovens, Loucos e Mais Rebeldes", que ele chamou sua atenção.

A amizade culminou neste filme, inspirado em uma história real contada pela primeira vez no jornal americano Texas Monthly, em 2001.

Era pandemia quando a dupla começou a adaptar a história para as telas. Powell conta que eles percebiam como o isolamento foi um momento de as pessoas questionarem quem eram e podiam ser.

"Sempre me interessei em pessoas se transformando, procurando uma identidade ou a questionando", afirma Linklater ao repórter. "Estamos presos com nós mesmos? Podemos mudar? Sabe, essas questões fundamentais. Foi divertido tratar disso num formato meio cômico."

Alem do humor, Linklater aposta no romance em sua nova empreitada. Numa das operações, Gary conhece a personagem de Adria Arjona, uma mulher que o quer contratar para matar seu marido. Quebrando as regras do jogo policial, ele convence a moça e acaba se envolvendo com ela —que, por sua vez, se interessa por Ron, uma pessoa que não existe. Ou existe?

Enquanto o personagem de Powell muda ao se tornar mais descolado, a de Arjona passa por outra transformação. Incentivada por Gary, ela abandona o marido tóxico e encontra no novo parceiro uma forma de perseguir a liberdade que não tinha.

"Ela está construindo sua confiança através do Ron, e ver o poder que ela tem sobre ele a fortalece", diz Arjona.

"São duas pessoas criando um personagem uma para a outra, e enganando uma a outra, o que é meio que a essência de um primeiro encontro —pessoas criando essas versões mais intrigantes delas mesmas", afirma Powell.

Longa é bom mesmo quando trai a marca autoral do cineasta

CINEMA
Assassino por Acaso
★★★☆☆
EUA, 2024. Direção: Richard Linklater. Com: Glen Powell e Adria Arjona. 14 anos. Em cartaz nos cinemas

Paulo Santos Lima

O cinema de Richard Linklater é, em essência, o do encontro entre seres. Não é de todo diferente neste "Assassino por Acaso", bastante escorado pelos diálogos, mas que desta vez são portadores de informação e não tanto de duração e modulação. Estamos diante de um filme de gênero, com um conflito bem amarrado e de degustação fluida.

Antes de analisar este inusitado filme importa cartografar a obra de Linklater. Ancorada na potência da cena no que há de mais teatral —e, portanto, cinematográfica—, que são a troca, as falas e o gestual entre os personagens, ele vem trazendo à tela uma sociologia da existência, do tempo e de um estado de coisas tão universal quanto especificamente americano.

Na trilogia em que os personagens feitos por Ethan Hawke e Julie Delpy se encontraram por três vezes, os assuntos mudaram da leveza juvenil para a densidade da maturidade e do amor maior.

"Boyhood", de 2014, repete mais incisivamente a experiência, e o que aparece na tela é algo entre amor, desejo, angústia, criação e finitude.

Do universal, Linklater também visita o específico que é existencial para ele, ou seja, a cultura que o marca como indivíduo. É disso que surgem, em viés ora mordaz, ora incisivo, filmes portadores de um inventário dessa cultura.

A corrida espacial nos anos 1960 é uma desculpa de Linklater para falar sobre o absurdo da mídia, consumismo e outros excessos americanos em "Apollo 10 e Meio", de 2022. Símbolo incontornável no cinema e no imaginário do século 20, a "high school" americana aparece em "Jovens Loucos e Rebeldes", de 1993.

Em "Assassino por Acaso", a abordagem é outra, ligada à cultura do próprio cinema e a suas regras. A força está nos diálogos, mas a carga é ilustrativa —ligeira, prática, extremamente didática, mas coerente a um filme que se diz uma comédia romântica noir.

Não deixa de ser latente o quanto Linklater parece manter certas diretrizes de sua obra, como trazer à cena um repertório bem familiar ao cinema americano, dos carros às lanchonetes e personagens arquetípicos, tudo em compasso ligeiro, numa musicalidade visual mais distinta à de seus principais filmes, onde o tempo ali era elemento essencial ao drama.

Ainda assim, seria injusto não reconhecer que esse aspecto eficiente —que pode ser confundido com genérico— acaba dissertando sobre um mundo onde o simulacro é uma virtude, o que parece emanar já nas falas do protagonista Gary em aula —que, apesar de Nietzsche e outros ilustres citados, parecem saídas de um livro de autoajuda.

"Assassino por Acaso" trai o que os cinéfilos chamariam de marca autoral, mas não há rótulos definitivos para um cineasta que já reconstituiu o gênio de Orson Welles no teatro dos anos 1930, em "Eu e Orson Welles", e que tem à vista, entre seus projetos, um filme intitulado "Nouvelle Vague", sobre as filmagens de "Acossado", de Jean-Luc Godard.

Peça cria planeta de lixo para fazer provocação sobre a crise climática

'Aqui Elevado a 1 Trilhão', de Elisa Ohtake, debate o sentido do teatro num mundo em colapso e desconectado da natureza

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO "Gosto do cheiro de pele de galinha e mato molhado", declara a atriz Maria Manoella, enquanto esparrama, displicente, o conteúdo de uma sacola de lixo pelo palco. Aquela é a preparação do cenário do espetáculo, alerta sua personagem, ranzinza e sem nome, mas ela preferia com certeza estar no interior, de férias ou capinando o mato na roça de onde veio.

O palco é como um planeta novo em "Aqui Elevado a 1 Trilhão", peça assinada e dirigida por Elisa Ohtake, que questiona o sentido do teatro num mundo desconectado da natureza e à beira de um colapso.

Cada um dos 12 personagens entra em cena apenas uma vez, sozinho, para contar de onde veio e o que deixou para trás para estar ali no momento, preparando o cenário.

São viajantes sem nome, que trazem pedaços de plástico colhidos nas paisagens naturais onde estavam, quase como suvenires de uma realidade distópica —e assombrosamente próxima. As roupas futuristas também feitas de plástico, criadas por Juliano Lopes, se somam à trilha sonora eletrônica para reforçar a ideia de que as histórias se passam fora do planeta Terra.

Filha do arquiteto Ruy Ohtake e da célebre diretora e atriz Célia Helena, Ohtake seguiu os passos da mãe, com o diferencial de que a dança e a performance exercem um papel central em seu trabalho.

Em "Aqui Elevado a 1 Trilhão", o destaque para o corpo vai além do balé sobre gelo falso do ator Roberto Alencar, que entra no palco com uma capa de plástico preta estilo "Matrix" anunciando que foi contratado para fazer um anúncio de vitamina C no polo sul.

Todos os sem nome estão com raiva ou desesperados. Esses sentimentos são extravasados em gesticulações exageradas, gritos repentinos ou até em socos, pulos sobre montanhas de plásticos e na destruição de objetos em cena.

Manoella, por exemplo, bate cabeça e grita ao estilo heavy metal enquanto relembra o saudoso cheiro do mato. "É uma grande brincadeira, uma antítese dessa ideia do campo contemplativo e bucólico", diz.

Em novembro do ano passado, a atriz deu vida a "Escute as Feras", livro da antropóloga francesa Nastassja Martin, em um monólogo sobre como o encontro repentino com um urso muda profundamente a sua vida e a do animal.

Outro personagem, vivido por Michel Joelsas, traz dois sacos de resíduos encontrados em "um terreno baldio na Amazônia". Em seguida, ele espanca a pilha de plástico com um martelo antes de se pendurar em uma corda e, como um salto no abismo, descartar a si próprio sobre o lixo.

O ódio reprimido de cada um deles incendeia a revolta comum diante de um mundo contaminado. O ator Rodrigo Pandolfo, ator de "Minha Mãe É Uma Peça", entra em cena vestindo um casaco transparente com vários bolsos.

A cada momento ele diz que veio de um lugar diferente, para em seguida desmentir a si próprio em cena. Para dar veracidade a suas narrativas, tira de dentro dos vários bolsos de um casaco transparente provas de onde esteve, como uma garrafa plástica com a água de um exuberante rio que banhava um vilarejo e que, na verdade, era seu esgoto.

"O teatro brinca com a mentira, e ele está incessantemente revelando esse jogo", diz Ohtake. "Os lugares os transformam. O mundo é trazido para o teatro ironicamente, em forma de lixo". Há certa nostalgia nas descrições dos viajantes, como se estivessem de luto pelas paisagens que viram.

Outra viajante discorre sobre uma performance teatral que faria em meio a duas montanhas na cordilheira dos Andes. Impactada pela magnitude do cenário, ela repete que, depois de ver aquilo, já estava pronta para morrer.

Outros, porém, parecem alienados. Uma influenciadora digital, vivida por Aretha Sadick, entra em cena jogando computadores pelos ares e anunciando a sua mais nova criação, uma robô virtual que criará as paisagens do futuro. Outro está perdido e não lembra onde esteve. Perturbado pelo colapso ambiental, ele não consegue sofrer, porque não pertence a lugar algum.

O último dos personagens a se apresentar, um malabarista que a diretora encontrou na esquina da avenida Rebouças com a Brasil, em São Paulo, conta a única história real dentre as 12 do espetáculo. "Ele me disse que viajou por sete países da América Latina só com o dinheiro que ganhou fazendo malabarismo. Tudo a ver com a peça", diz Ohtake.

"Estamos perdendo a qualidade de presença na vida, cooptados pelas telas de celular", diz Manoella. Ela classifica a violência expressiva dos viajantes como um manifesto radical de presença. "O vigor, a força e a intensidade desse espetáculo são sinônimos de presença, que está cada vez mais obsoleta."

O retorno de todos ao palco para preparar a peça é uma ode ao teatro. "Sem ator e plateia, não existe teatro. Teatro é presença. É radicalmente um encontro", afirma Manoella.

"O auge do teatro durou mais de 20 séculos, até a chegada da televisão. O teatro é ferida que não morre", brada a personagem que finaliza o espetáculo. Depois que todos terminaram de montar o cenário, a atriz Georgette Fadel entra como uma extraterrestre, vinda de outra galáxia ou do futuro, que não tem papas na língua.

"O que é o aqui num mundo onde ninguém mais lembra do aqui, onde não se presta mais atenção no aqui? Aqui, a natureza é fantasma", ela diz.

Mas há outro motivo pelo qual os viajantes voltam ao palco, uma metáfora para o presente. Parafraseando a bióloga Donna Haraway, a alienígena lembra que escolhe o problema porque é a partir dele que algo pode acontecer. "É sempre a partir do aqui, de encarar o que está acontecendo que algo pode mudar", afirma Ohtake.

Aqui Elevado a 1 Trilhão

Direção: Elisa Ohtake. Com: Maria Manoella, Rodrigo Pandolfo e Georgette Fadel. Sesc 24 de Maio - r. 24 de Maio, 109, São Paulo. 14 anos. Qui., sex. e sáb., às 20h; dom., às 18h. R$ 50, em sescsp.org.br



A atriz Maria Manoella em cena de 'Aqui Elevado a 1 Trilhão', peça em cartaz no Sesc 24 de Maio Karime Xavier/Folhapress

INÊS 249

Morte como tratamento de beleza

Mercado brasileiro de estética é o quarto maior do mundo e movimenta bilhões

Flávia Boggio
Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

O mercado brasileiro de estética movimenta bilhões na economia e é o quarto maior do mundo, atrás dos Estados Unidos, China e Japão.

A realização de procedimentos faciais e corporais é indicada por questões de saúde e autoestima. Mas também se tornou símbolo de status.

Ter o rosto carregado de intervenções estéticas é o novo mocassim de couro. Não importa se torna a aparência horrenda, mas que a pessoa mostre aos outros que pode pagar.

Com isso, surgiu uma geração de pessoas com cinturas de ampulheta e rostos com tanto preenchimento que nos fazem lembrar do saudoso personagem infantil Fofão.

Para garantir os procedimentos de graça, pessoas com muitos seguidores, conhecidas como influencers, fazem permutas, em forma de "publis", contando que o serviço anunciado é o segredo de beleza e juventude eterna delas, que muda a cada mês.

O anúncio é feito com um "antes e depois", sendo que o "antes" é uma foto da pessoa com péssima iluminação e sem maquiagem. O depois é uma superprodução com toneladas de filtro de redes sociais.

Os milhares de seguidores procuram os mesmos procedimentos com a esperança de algum milagre, o que transforma até os esteticistas em celebridades. Suas carreiras não são impulsionadas por estudos e bons resultados, mas por seguidores e filtros de Instagram.

Pessoas formadas em cursos rápidos, dados por outras pessoas que se formaram em cursos rápidos, se sentem autorizadas a realizar procedimentos altamente invasivos e com nomes pomposos para dar credibilidade e vender a falsa promessa de beleza instantânea e juventude eterna.

"Plump up microneedle" vende microagulhamento da pele, que pode espalhar câncer. "L'acide hyaluronique" é nome chique para preenchimento no rosto.

Recentemente, um homem morreu durante a realização de "peeling de fenol" —nome pomposo para vender aplicação de ácido cáustico no rosto. A única formação da profissional era um curso online de poucas horas dado por uma farmacêutica. Sua grande conquista eram centenas de milhares de seguidores no Instagram, que seguiam seus "antes e depois" que mostravam peles décadas mais jovens.

Mas, como diz o velho ditado, "só não fica velho quem já morreu". Talvez tenha sido a técnica da "profissional" para garantir a juventude eterna.



Galvão Bertazzi

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | **SEX. Renato Terra** | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Série documental retrata iniciativas para preservação do meio ambiente

Euceano
Canal Off e Globoplay, 23h, livre
Os documentaristas Rodrigo Thomé e Rodrigo Cebrian foram ao Norte e ao Nordeste do Brasil na nova temporada da série documental "Euceano" para retratar iniciativas e personagens dedicadas à conservação ambiental. No episódio, eles conhecem a história de interação dos botos de Mocajuba com a comunidade que fomentou uma forma de turismo polêmica e as melhores práticas de interação com os animais.

O Próximo Convidado
Netflix, 14 anos
Na quinta temporada de seu programa de entrevistas, David Letterman conversa com a atriz, cantora e compositora frequentemente polêmica Miley Cyrus e com o ídolo do basquete Charles Barkley.

Festival do Documentário Musical
Itaúplay, online e grátis
A plataforma exibe seis filmes do 16ª edição do In-Edit Brasil - Festival Internacional do Documentário Musical, que acontece em São Paulo. Entre eles, "Funk Favela" (16 anos); "Eu Sou o Samba, Mas Pode me Chamar de Zé Ketti" (12 anos), e "De Par em Par" (livre).

Buffalo 66
Mubi, 14 anos
Comédia dramática sobre um homem que, para esconder dos pais que estava cumprindo pena, contou a eles que era casado e funcionário público. Solto e de volta à cidade natal, ele rapta uma mulher e a obriga a agir como se fosse sua mulher para manter a mentira.

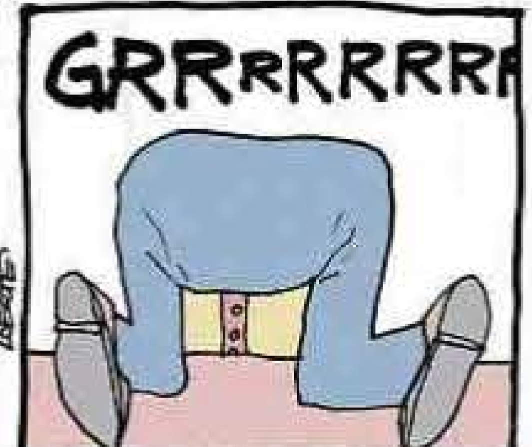
Marte Um
Telecine Cult, 18h40, 16 anos
Os problemas corriqueiros enfrentados por uma família negra de classe média baixa nos arredores de Belo Horizonte. O pai trabalha em um condomínio, a mãe é diarista, a filha mais velha vai se formar em direito e o menor quer ser astrofísico e participar do projeto Marte Um da Nasa, que vai povoar o planeta vermelho.

Homens de Coragem
Space, 23h, 14 anos
Um grupo de bombeiros de elite se arrisca para tentar pôr fim a um dos maiores incêndios da história dos Estados Unidos, no Arizona em junho de 2013. O filme, estrelado por Josh Brolin e Miles Teller, é baseado em eventos reais.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*







Bicudinho *Caco Galhardo*







Níquel Náusea *Fernando Gonsales*











Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*



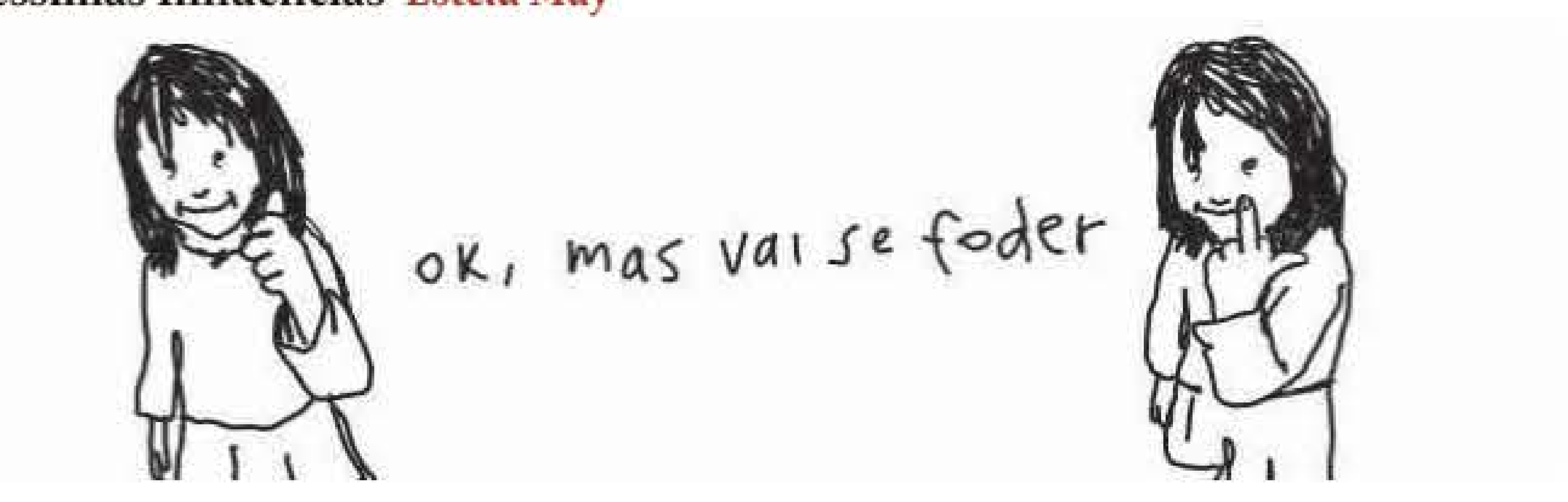




Viver Dói *Fabiane Langona*



Péssimas Influências *Estela May*

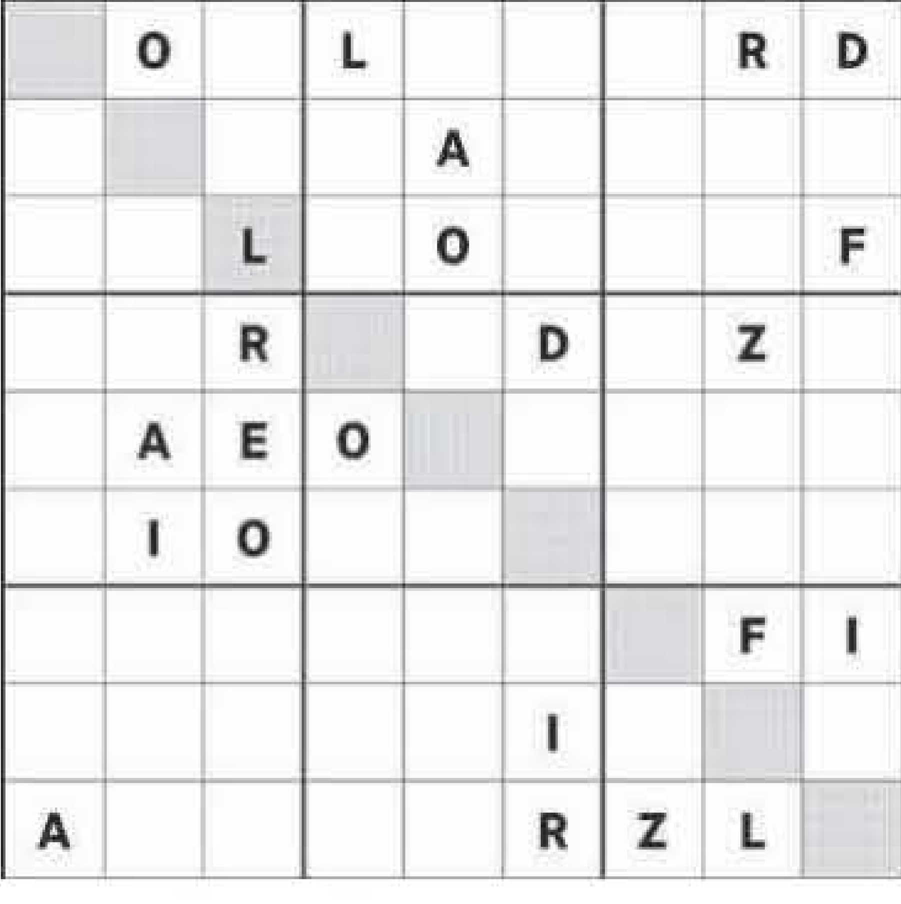


Vida Besta *Galvão Bertazzi*




GODOKU

texto.art.br/fsp



	O		L				R	D
				A				
		L		O				F
		R			D		Z	
	A	E	O					
	I	O						
							F	I
					I			
A					R	Z	L	

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido um sinônimo para sortudo.

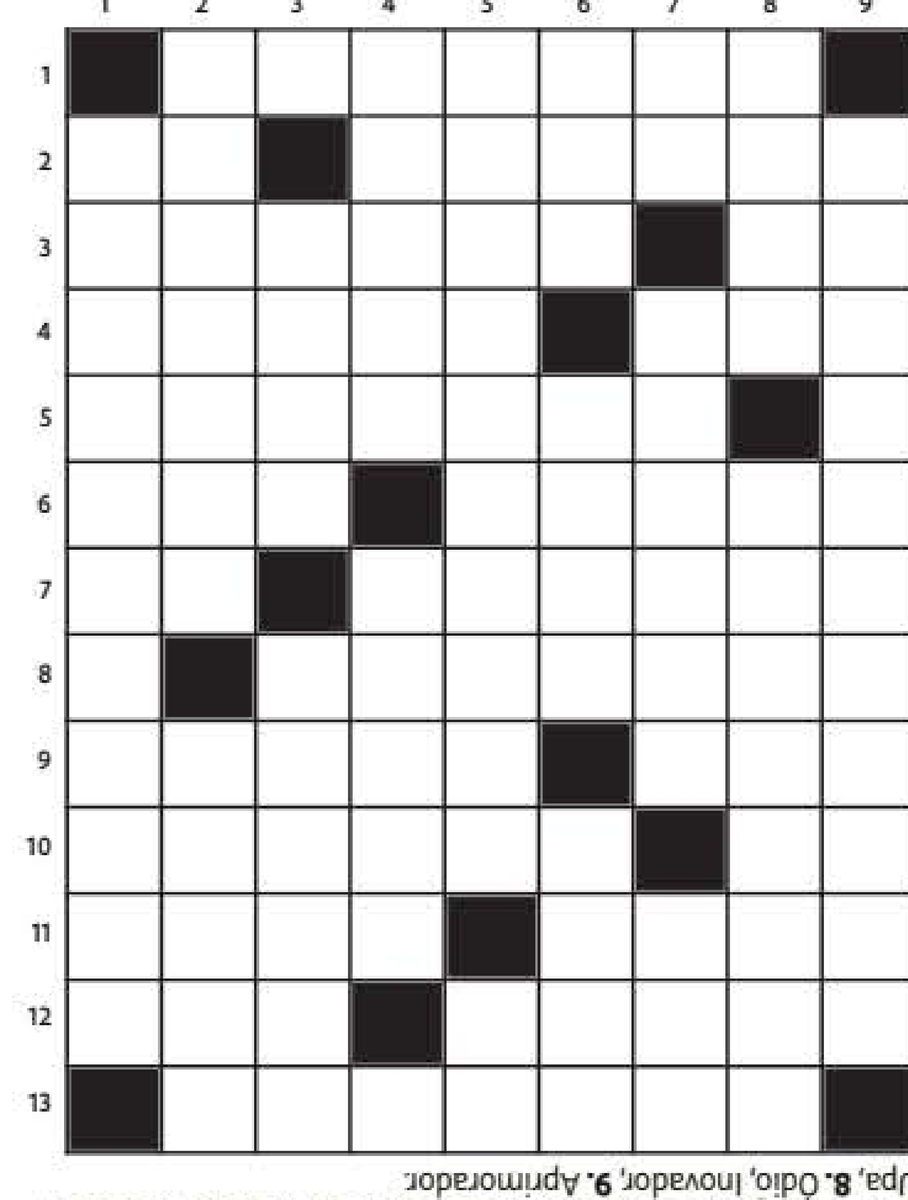
SOLUÇÃO

F	O	A	L	I	Z	E	R	D
I	E	D	R	A	F	L	O	Z
R	Z	L	D	O	E	I	A	F
L	F	R	I	E	D	O	Z	A
D	A	E	O	Z	L	F	I	R
Z	I	O	F	R	A	D	E	L
E	L	Z	A	D	O	R	F	I
O	R	F	Z	L	I	A	D	E
A	D	I	E	F	R	Z	L	O

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Estilo decorativo dos anos 1930 **2.** Cacilda Becker (1921-1969), atriz / O ato de se ler novamente **3.** Lamacento / Sigla inglesa para Internet Protocol, o endereço de um computador na internet **4.** A atriz Braga, de "Eduardo e Mônica" / Sensação penosa **5.** Diz-se de animal que solta a voz como o lobo **6.** Débito Direto Autorizado / Tecido de seda ou algodão lustroso e macio **7.** Eduardo Oinegue, jornalista paulistano / Descendente dos antigos romanos **8.** Aquele que se embriaga habitualmente **9.** Letra do alfabeto grego que é símbolo de fim, termo / Com a do esturjão faz-se o caviar **10.** Marca brasileira de produtos para higiene pessoal e cosméticos / Alexandre Dumas (1802-1870), autor de "Os Três Mosqueteiros" **11.** Um equino / Que não se expressa por palavras **12.** O músico Jobim (1927-1994) / A força motriz das antigas locomotivas **13.** Dividir o que estava junto.

VERTICAIS
1. O pintor francês (1840-1926), do quadro "Impressão, Sol Nascente" **2.** Deixado de usar / (Rel.) Os reis que foram adorar Jesus **3.** Cantora muito cultuada, famosa / Massa de vidraceiro **4.** Substituição / Medida que vale aproximadamente 6.600 m **5.** Tirar, de uma ferramenta, a parte por onde se empunha, maneja / Vânia Abreu, cantora baiana **6.** Nexo / A cantora Espindola / Gostar, apreciar **7.** 101, em algarismos romanos / Preso preventiva ou provisoriamente / Unidade de Pronto Atendimento **8.** Ira contida / Reformador **9.** Aquele que procura melhorar, se esforça para atingir a perfeição.



HORIZONTAIS: 1. Art deco, **2.** CB, Relida, **3.** Lodoso, IP, **4.** Alice, Dor, **5.** Uivante, **6.** DDA, Cetim, **7.** EO, Latino, **8.** Bebedor, **9.** Ômega, Ova, **10.** Natura, AD, **11.** Égua, Mudo, **12.** Tom, Vapor, **13.** Separar.
VERTICAIS: 1. Claude Monet, **2.** Abolido, Magos, **3.** Diva, Betume, **4.** Troca, Légua, **5.** Desencabar, VA, **6.** Elo, Tetê, Amar, **7.** CI, Detido, Upa, **8.** Ódio, Inovador, **9.** Aprimorador.



O cantor e compositor Tom Jobim em retrato de 1965 Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã

Ruy Castro retrata Tom Jobim além da música

'O Ouvidor do Brasil' reúne crônicas sobre o compositor, que também se preocupava com ecologia e outros assuntos

Naief Haddad

SÃO PAULO Em agosto do ano passado, a Academia Brasileira de Letras promoveu uma sessão de "Elis & Tom - Só Tinha de Ser com Você". Na plateia que acompanhava o documentário sobre os bastidores desse álbum de 1974, estava o jornalista e escritor Ruy Castro, que tinha se tornado membro da academia havia apenas cinco meses.

"Olhei para trás e vi aquelas mais de cem pessoas despejando ondas de amor em direção à tela. Ali concluí que Tom, ao contrário de muitos de seus contemporâneos já idos, na verdade não morreu. Está conosco em todas as instâncias", lembra o escritor.

Nascia, então, a ideia de um novo livro, "O Ouvidor do Brasil - 99 Vezes Tom Jobim".

O jornalista diz ter percebido que, "nesses últimos 17 anos como colunista da página dois da **Folha**, já tinha escrito muito sobre ele". "Pedi à minha assistente Flavia Leite para levantar tudo e vieram 120 crônicas, quase dez por ano! Li todas, descartei 30, meti a caneta nas 90 restantes e escrevi nove novas", conta.

Castro já tinha escrito longamente sobre o compositor carioca em livros como "Chega de Saudade - A História e as Histórias da Bossa Nova", de 1990, e "A Onda que se Ergueu no Mar - Novos Mergulhos na Bossa Nova", de 2001. Neste "Ouvidor do Brasil", ele se dedica sobretudo ao homem Antonio Carlos Jobim.

"O livro fala pouco de música porque Tom, em pessoa, falava pouco de música. É um Tom menos conhecido, com seus hábitos, particularidades, preferências (tem até o time de futebol dele), amizades (quase todas fora da música) e, principalmente, sua preocupação com o meio ambiente, quando isso ainda era um assunto estranho para muitos no Brasil", ele diz.

Surge, então, o porta-voz da ecologia, que denunciava a destruição das matas e a contaminação dos rios, antecipando um movimento que só se tornaria mais popular décadas depois. Também aparece o "maestro piador", que sabia piar como os macucos, os jerebas e dezenas de outros pássaros.

O autor lembra ainda o Tom exigente com as casas em que morava. "Pé-direito bom é aquele em que você entra montado no cavalo e dá vivas à República tirando da cabeça o chapéu de mexicano", dizia o compositor.

O autor tomou os textos que saíram neste jornal como base, mas enfatiza a diferença entre as publicações. Depois de meses envolvido com a preparação de "O Ouvidor do Brasil", ele não sabe mais distinguir as 90 peças feitas para o jornal das nove inéditas.

"Sinceramente, como todas foram muito retrabalhadas, já não consigo identificar umas das outras. Certamente trataram de assuntos que eu nunca tinha contado no jornal. O texto para o jornal é uma coisa, para o livro é outra. No jornal, preciso ter um gancho, um motivo para falar de alguma coisa, No livro, não é preciso. No jornal, tenho de ser mais direto, menos 'literário'. No livro, posso me soltar mais", diz o autor.

"O Ouvidor do Brasil" volta a demonstrar o conhecimento enciclopédico de Castro a respeito da vida e da obra de Tom. A partir da primeira entrevista, feita para a revista Manchete, em 1968, foram diversos encontros até a morte do compositor, há 30 anos.

Sendo assim, por que não uma biografia? "O bom biografado é aquele que teve altos e baixos na vida, e Tom, de certa forma, só teve altos", responde, categórico. Não deixa de ser, porém, um apanhado biográfico em fragmentos.

Como na obra de não ficção de Castro, que inclui biografias de Carmen Miranda, Nelson Rodrigues e Garrincha, o novo livro reúne só fatos devidamente checados. Com uma exceção, o verbete de dicionário inventado pelo autor.

O chiste está já no começo. "Ouvidor. S.m. Do latim auditor, -oris; auditor, auditor, ouvinte. Aquele que ouve. Atento aos valores ambientais, urbanos, vegetais, animais, humanos e culturais, e de prontidão para defendê-los. Que ouve os sons do país, venham da floresta ou da cidade. Exemplo: Antonio Carlos Jobim."

O Ouvidor do Brasil
Autor: Ruy Castro. Ed.: Companhia das Letras. R$ 69,90 (232 págs.); R$ 39,90 (ebook)

Trilha sonora que o artista escreveu para balé há seis décadas será enfim lançada

Amanda Cavalcanti

SÃO PAULO A bailarina Dalal Achcar guardou por mais de 60 anos uma partitura inédita de Tom Jobim. A obra, "Água de Meninos", foi encomendada ao compositor para ser trilha de um de seus balés e veio à tona no mês passado, pouco antes do aniversário de 30 anos de morte do músico.

A obra, orquestrada por Radamés Gnatalli na época, pode enfim ser lançada no ano que vem. Achcar é conhecida por ser uma das maiores coreógrafas brasileiras. A dupla se conheceu nos anos 1950, quando ela era uma estudante de balé e ele ainda não tinha atingido o estrelato internacional por sua música e morava perto da companhia de bailarinos onde ela estudava.

"De vez em quando, ele ia me procurar para usar o piano quando a gente não estava ensaiando, não estava tendo aula", diz ela, em entrevista por telefone. "E aí vinham ele e Vinicius [de Moraes] compor. Nós éramos todos amigos."

Os dois seguiram amigos, apesar de terem trilhado carreiras diferentes —Tom no sucesso da bossa nova e Achcar com a companhia que fundou em 1956. A estimativa é que a trilha tenha sido feita por volta de 1960 ou 1961, na mesma época em que ele escrevia clássicos como "Garota de Ipanema" e "Corcovado".

A coreógrafa voltava de uma viagem à Bahia e se inspirou por uma feira no bairro de Água de Meninos, em Salvador. "Era uma feira com muita música, capoeira. Me deu essa ideia de fazer uma historinha que se passasse lá", diz. Ela, então, pediu que Jobim compusesse uma trilha para o balé, já imaginando uma coreografia estilizada com base de música folclórica brasileira.

Por falta de verba na ocasião, a obra nunca foi gravada ou encenada. "Agora, me voltou a ideia de trabalhar essa música que nunca ouvi", diz Achcar, sobre a composição, que tem cerca de 30 minutos, em um único ato, e costura capoeira, samba, baião, frevo, entre outros ritmos.

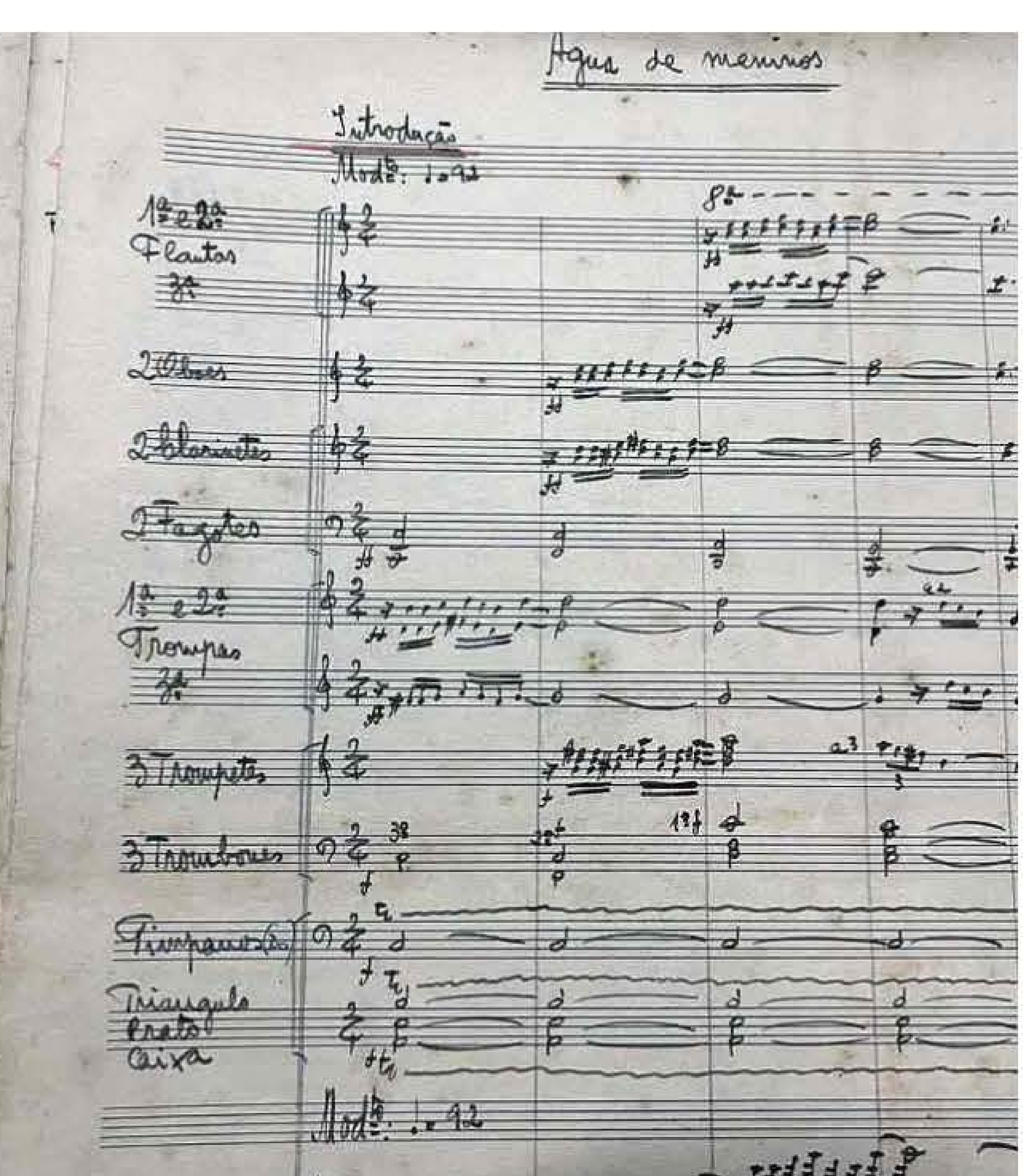
Embora seja inédita, trechos da trilha releem composições que já tinham sido lançadas por Tom. É o caso das melodias de "Eu Preciso de Você", em parceria com Vinicius de Moraes, e "Bim Bom", do primeiro disco de João Gilberto.

Outro trecho virou a canção "Água de Beber". "Vinicius me ligou e disse 'Dalalzinha, estamos gravando um LP e está faltando uma faixa'. 'Posso usar uma música da composição que o Tom fez?'", ela conta.

Achcar e Tom trabalharam juntos outra vez, em 1992, poucos anos antes da morte do compositor. Ela encomendou uma composição para o "Concert for Planet Earth". Ele escreveu "Forever Green" e se apresentou no concerto, que foi transmitido pela BBC de Londres, com a presença ainda de Gal Costa e do Coro e Orquestra do Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

Para a coreógrafa, enfim realizar o balé e tirar "Água de Meninos" da gaveta é uma forma de homenagear o amigo, além de valorizar a cultura brasileira. "O Brasil não valoriza as suas coisas. Precisamos reconhecer a riqueza que temos de música, dança, manifestações populares", afirma.

"Reviver o Tom, que foi quem popularizou a música brasileira no mundo inteiro, é uma forma de fazer essa nova geração de brasileiros se dar conta da riqueza dos artistas brasileiros que marcaram muitas épocas", ela diz.



Partitura de 'Água de Meninos', escrita por Tom Jobim Dalal Achcar/Arquivo pessoal



Marta Mello

Vanguarda

A indignação que tomou Paris em 1968 hoje lota a Paulista pela volta da ditadura

Fernanda Torres
Atriz e roteirista, autora de 'Fim' e 'A Glória e Seu Cortejo de Horrores'

Quando jovem, o imortal Antonio Cicero decidiu estudar filosofia na Europa. Maio de 1968 mal completara um ano e o moço sonhava ser aluno de Gilles Deleuze, na Universidade de Vincennes, em Paris.

Proibido pelo pai de se meter no epicentro do movimento estudantil, que sacudia a tradição acadêmica da época, o poeta, a contragosto, se inscreveu na Universidade de Londres. Enquanto esperava pela aprovação da matrícula, Cicero quis ver de perto o que o zelo paterno lhe negara e foi escondido à cidade luz.

A visita foi o oposto do esperado. A faculdade parisiense, trincheira da revolução juvenil, lhe pareceu pecar pela falta de rigor, fervilhando em assembleias, reivindicações e banheiros quebrados para abolir a divisão de gêneros. Cicero voltou para Londres aliviado. Lá, teve a sorte de usufruir o melhor dos dois mundos. De um lado, a convivência com os tropicalistas exilados, do outro, a austeridade do juízo analítico.

O pouco que sei de Deleuze aprendi com Eduardo Viveiros de Castro, no livro "Metafísicas Canibais". Nele, Castro se vale do conceito de rizoma para fundamentar sua certeza de que o pensamento ameríndio não é um galho perdido da árvore de Hegel, mero apêndice da dialética dos europeus "acumuladores de mundos".

"Metafísicas Canibais" propõe uma antropologia que pense com outras mentes, humanas e não humanas. Longe da impressão caótica que a Universidade de Vincennes causou em Cicero, a defesa de Gilles Deleuze e Félix Guattari de Castro é rigorosíssima e eruditíssima.

Desde o seu surgimento, o pós-estruturalismo anti-iluminista, antirracionalista e antieurocêntrico frutificou em políticas ligadas aos direitos das minorias, das mulheres, dos negros e dos povos originários das Américas até se transformar em alvo da guerra ideológica da extrema direita insurgente. Estamos no meio de uma contrarrevolução populista, de cunho fascista, que tem conseguido capturar e inverter conceitos caros aos progressistas, como o da liberdade de expressão.

A indignação popular, que tomou as ruas de Paris no Maio de 1968, hoje lota a Paulista para pedir a volta da ditadura militar. No Senado, Flávio Bolsonaro defende a "PEC das praias", que promoverá a multiplicação de resorts sobre o que resta da vegetação nativa, com o argumento de que a comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, ganhará direito de propriedade sobre seus lotes.

Um amigo me indicou um excelente podcast, chamado "Past, Present and Future", que faz uma análise pertinente sobre essa contrarrevolução. Conduzido pelo professor de história e política de Cambridge David Runciman, o programa se debruça sobre grandes ensaios da literatura, entre eles o "Contra a Interpretação", de Susan Sontag.

Escrito na juventude da escritora e filósofa americana, "Contra a Interpretação" demole o palavrório crítico que vive de interpretar e definir obras de arte, como se tivéssemos de encarar um filtro de análises sufocantes até captar o sentido oculto de um artista. Susan advoga em favor da experiência direta da forma com que uma obra se apresenta, capaz de "revelar a superfície sensual da arte, sem interferir na mesma".

Runciman se utiliza da crítica de Sontag para refletir sobre a ascensão de Donald Trump na política americana. O erro no enfrentamento do republicano, segundo ele, estaria na crença de que suas palavras fazem sentido, ou que poderiam provar, perante uma corte, que o ex-presidente esteve envolvido na invasão do Capitólio.

O discurso de Trump é o que Hamlet vê nos livros, palavras, palavras, palavras. Abominável livre pensar, verborragia ultrajante, fluxo de consciência agressivo, voraz e baixo, como uma piada de mau gosto.

Trump jamais esboçou uma ideia original, ou conservadora, sobre política. Ele é radical porque se nega a seguir convenções. Trump, queira ou não, é vanguarda. A vanguarda da política contemporânea. Não há novo pensamento, há nova forma, como prega Sontag, radical e sensualmente pornô.

Nada obriga a vanguarda a ser progressista, isso é um erro de análise, conclui Runciman.

Vanguarda é mudança. É a motosserra de Milei; o pão com leite Moça do Bozo; é o post de Fidias Panayiotou, que garantiu um assento no Parlamento Europeu a um blogueiro ignorante; é a blitzkrieg de insultos na Comissão de Ética, que fez Erundina parar no hospital.

O governador Tarcísio de Freitas defende uma política de segurança mortífera, advoga pela escola militar e se vangloria de ser um bolsonarista raiz. Nada disso assusta o centrão Faria Lima, que já pende para o engenheiro.

Façamos como o jovem Cicero e sejamos conservadores, até o tsunami passar.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | **SEX. Djamila Ribeiro** | SÁB. Mario Sergio Conti

Jornalista João do Rio terá sua obra celebrada na próxima Flip

Edição deste ano da festa, em outubro, fará homenagem ao cronista pioneiro, que revolucionou o ofício na imprensa

**Walter Porto
e Isadora Laviola**

SÃO PAULO A 22ª edição da Flip, a Festa Literária Internacional de Paraty, vai homenagear o cronista João do Rio. O jornalista negro, celebrado no início do século 20 e autor de estilo pioneiro na imprensa, será celebrado no evento que acontece de 9 a 13 de outubro.

Segundo o diretor artístico da festa, Mauro Munhoz, o homenageado mudou a maneira de fazer jornalismo no Brasil ao entender o ofício como literatura. O autor quis transformar sua profissão em arte, para Munhoz, e "desempenhou um papel crucial ao documentar a vida urbana do Rio de Janeiro com uma perspectiva única e detalhada".

Ana Lima Cecilio, curadora desta edição da Flip, destaca a intenção de homenagear um cronista, autor de um "gênero totalmente brasileiro", e diz que João do Rio era uma figura cheia de contradições que ajudam a "explicar o Brasil".

"Por um lado, era fascinado por Paris, por outro, subia o morro do Rio de Janeiro com muito gosto, da mesma forma que o Rio era uma cidade dividida entre a fome de progresso e o convívio com sua formação", aponta a livreira.

É o quarto escritor negro homenageado pela Flip desde sua criação em 2003, depois de Maria Firmina dos Reis, Lima Barreto e Machado de Assis.

Nascido de pai branco e mãe negra como Paulo Barreto em 1881, João do Rio trabalhou sob outros pseudônimos e foi alçado a uma vaga na Academia Brasileira de Letras aos 29 anos, quando já era popular na imprensa da cidade. O cronista da "belle époque carioca" publicou 25 livros —entre eles "A Alma Encantadora das Ruas", de 1908, e "Dentro da Noite", de 1910 —e mais de 2.500 textos em jornais e revistas.

A obra do autor está em domínio público e tem antologias recentes na Carambaia e na José Olympio, selo da Record, com publicações também pela Companhia de Bolso, Martin Claret e UFMG, entre outras.

João do Rio morreu na mesma cidade em que nasceu, após um ataque cardíaco. O que lembra outra contradição —ele era tão admirado que arrastou uma multidão de estimadas 100 mil pessoas em seu velório, mas hoje seu nome segue quase esquecido, algo que a Flip deve mudar.

O anúncio do homenageado acontece a quatro meses da festa, e a falta de antecedência nos anúncios da Flip 2024 tem gerado queixas de editores. A curadoria comandada por Cecilio ainda não divulgou convidados confirmados.



O escritor João do Rio, homenageado da Flip 2024 Reprodução

+ QUEM JÁ FOI FESTEJADO PELA FLIP

2024 João do Rio
2023 Patrícia Galvão, a Pagu
2022 Maria Firmina dos Reis
2021 e 2020 Não houve homenagem
2019 Euclides da Cunha
2018 Hilda Hilst
2017 Lima Barreto
2016 Ana Cristina Cesar
2015 Mário de Andrade
2014 Millôr Fernandes
2013 Graciliano Ramos
2012 Carlos Drummond de Andrade
2011 Oswald de Andrade
2010 Gilberto Freyre
2009 Manuel Bandeira
2008 Machado de Assis
2007 Nelson Rodrigues
2006 Jorge Amado
2005 Clarice Lispector
2004 Guimarães Rosa
2003 Vinicius de Moraes

Livro póstumo de Rita Lee mistura realidade e ficção

SÃO PAULO A cantora Rita Lee, que morreu no ano passado, aos 75 anos, terá um livro inédito de autoficção chamado "O Mito do Mito: De Fã e Louco, Todo Mundo Tem um Pouco" lançado em 29 de julho. A obra sairá pela Globo Livros.

O livro começou a ser escrito em 2005, mas foi engavetado. Ela finalizou o texto, descrito pela editora como "uma ficção com toques de realidade e mistério, onde a protagonista é a própria Rita", há cinco anos.

Segundo a Globo Livros, Rita Lee impôs uma condição para o lançamento de "O Mito do Mito" —teria de acontecer depois de sua morte. "Não quero ninguém me perguntando de meras coincidências com fatos ou pessoas reais. Escritora-mistério", ela disse, segundo a editora.

A Globo Livros afirma que, na história, Rita Lee é a protagonista e "mergulha em uma sessão de terapia com um doutor esquisitão, que só atende quando o Sol se põe". "No divã, ela se abre em busca de respostas para profundos questionamentos internos."

O segundo livro póstumo de Rita Lee —o primeiro foi "Outra Autobiografia", do ano passado— foi mencionado pela primeira vez em entrevista de Roberto de Carvalho, viúvo da cantora, ao Fantástico, da TV Globo. Ao site Papel Pop ele afirmou que adorou a leitura e considerou um dos trabalhos mais incríveis dela.

Com 184 páginas, o livro está em pré-venda na Amazon. A edição é assinada pelo amigo da cantora e jornalista Guilherme Samora.

O Mito do Mito
Autora: Rita Lee. Ed.: Globo Livros. R$ 64,90 (184 págs.) e R$ 44,90 (ebook). Lançamento em 29 de julho



Empório do restaurante Rancho Português, na Vila Olímpia, região oeste da capital Michelle Hessel Alves/ Divulgação

Conheça oito empórios que fazem sucesso em São Paulo

Maioria dos produtos, que incluem pães, embutidos e vinhos, é artesanal

Isabela Bernardes

SÃO PAULO Herança da pandemia ou não, há diversos empórios abrindo as portas e fazendo sucesso na capital paulista. Entre as opções, há pães, vinhos, embutidos e itens artesanais —a maioria produzidos pelos estabelecimentos que abrigam a mercearia.

A popularidade dos produtos é ligada a um estilo de vida mais saudável, mas também pode ser explicada pela tendência de consumo nos lares. Segundo uma pesquisa feita pela Abras (Associação Brasileira de Supermercados), em março, houve avanço de 8,85% nas compras para casas, sendo este o maior resultado para o mês desde 2021.

Alguns dos restaurantes e padarias afirmam que os clientes incentivaram a criação do empório ao pedir que os quitutes fossem vendidos para levar. Também houve aqueles que continuaram um trabalho feito durante o período de isolamento social da Covid-19. É o caso do Empório Charco, que lançou um pop-up do café com produções artesanais para delivery.

Ao reabrir o restaurante, o serviço foi encerrado, mas o conceito de fazer os pratos para casa permaneceu.

Veja oito empórios para experimentar os produtos.

*


Casa Tavares oferece itens de pequenos produtores na Vila Madalena Iago Fundaro/Divulgação


Adega do Empório Fasano, no Jardins Divulgação

Casa Europa

O restaurante serve pratos das cozinhas italiana, francesa e portuguesa. Decorado em madeira, com nichos preenchidos por garrafas de bebidas, o ambiente já foi alterado algumas vezes desde os anos 1950. Entre as mudanças, houve a abertura de um empório, que fica ao lado do casarão e vende vinhos, queijos e comidas feitas na casa, incluindo massas frescas (R$ 40, 500 g) e secas (R$ 32, 300 g), ragus (R$ 69) e molhos (R$ 54).

Al. Gabriel Monteiro da Silva, 726, Jardim América, @casaeuropa. Seg. a qui., das 12h às 15h e das 19h às 23h. Sex., das 12h às 16h e das 19h à 0h. Sáb. 12h à 0h. Dom. e feriados 12h às 22h.

Casa Tavares

Inaugurada no fim de 2023, a casa funciona o dia todo e serve pratos leves e saudáveis. Há também uma rotisseria com produção própria. No empório, são vendidos itens de pequenos produtores. É possível encontrar homus (R$ 25), pesto de pistache (R$ 43) e manteiga vegana (R$ 15). Entre os pratos disponíveis estão opções como a lasanha à bolonhesa de lentilha gratinada ou o falafel com salsa verde e harissa (R$ 37).

R. Aspicuelta, 751, Vila Madalena, @casatavares. Qua. a sex., das 8h às 22h; sáb. das 9h às 22h; dom., das 9h às 17h

Empório Charco

A ideia de criar um empório surgiu quando o restaurante estava fechado durante a pandemia. Atualmente há um espaço para os produtos na entrada do local. Os itens, feitos pela equipe, incluem manteiga artesanal (R$ 32), focaccia (R$ 42), brioche (R$ 36), babka doce e salgada (R$ 39) — uma massa amanteigada que pode levar diferentes recheios. Oferece ainda opções de geleias, coalhada de cabra e caponata (todas por R$ 22), além de charcutaria.

R. Peixoto Gomide, 1492, Jardim Paulista. @charcorestaurante. Ter. a qui., das 19h às 23h; sex., das 13h às 16h e das 19h às 23h; sáb., das 13h às 16h e das 19h30 às 23h; dom., das 13h às 16h

Empório Fasano

Com três andares, o empório inclui rotisseria, padaria, hortifrúti, carrinho de flores, adega, cafeteria e loja de artigos para casa. A curadoria de produtos tem diversas criações da marca própria e inclui até kits de presente, como o mimo sicili (R$ 183,60), que leva quatro geleias —morango, frutas vermelhas, laranja e damasco— e a cesta prosecco (R$ 488), que inclui o vinho branco do Fasano com uma caixa de bombons.

R. Bela Cintra, 2.245, Jardins, @emporiofasano. Seg. a sáb, das 8h às 20h; dom., das 9h às 19h

Just a Bite

Seja na varanda ou no espaço aberto dos fundos, o restaurante oferece aconchego para os clientes. O menu traz comidas em pequenas porções para uma refeição ou petiscos, que servem para qualquer hora do dia. Seguindo essa ideia, na entrada do local há um pequeno empório, que vende as bases crocantes, pastas, picles e outros itens preparados na casa. Os produtos são vendidos em kits chamados de Box to Go, nas versões P, com cinco itens (R$ 175) e G, com oito mercadorias (R$ 240).

R. Pais de Araújo, 171, Itaim Bibi. @justabite_sp. Seg. a sáb, das 11h às 23h.

Mercadinho Dalva e Dito

Criado num anexo do restaurante comandado pelo chef Alex Atala, o empório é inspirado nas mercearias do interior e foi inaugurado em 2016. Nele, são oferecidos pratos, lanches rápidos e porções ao longo do dia. Entre as especialidades estão a coxinha (R$ 11), o bolo gelado de coco (R$ 20) e o bolo de cenoura com calda de chocolate (R$ 35). Outras opções incluem o frango de TV (R$ 52), sanduíches (de R$ 29 a R$ 45), além do rubacão (R$ 105) e pudim de leite condensado (R$ 50, 1 kg).

R. Padre João Manuel, 1115, Cerqueira César, @dalvaedito. Seg. a sáb, das 12h às 15h e das 19h às 23h; dom., das 12h às 16h

Padaria Lida

Aberta neste ano, a padaria já nasceu com um empório. O ambiente é pequeno, mas há espaço para os clientes escolherem um produto do mercadinho. Além dos pães fabricados artesanalmente, há itens de pequenos produtores, como vinhos naturais e biodinâmicos (entre R$ 96 e R$ 390), manteigas (R$ 22, 200 gramas), requeijão (R$ 19, com 240 gramas), embutidos (variam de R$ 19 a R$ 25) e mel (entre R$ 45 e R$ 52).

R. João Moura, 911, Pinheiros. @lida_padaria. Qua. a sex., das 11h às 19h

Rancho Português

Em funcionamento há uma década, o local conta com grande espaço de vendas. Encontra-se desde objetos de decoração e louças portuguesas, até azeites, embutidos, queijos, conservas, frutas cristalizadas, castanhas e azeitonas. O bacalhau utilizado na cozinha também é vendido (R$ 175 o quilo), enquanto os pastéis de nata são encontrados em unidades (R$ 11) ou em uma caixa com oito (R$ 66).

Av. dos Bandeirantes, 105, Vila Olímpia, @ranchoportuguessp. Seg. a sáb., das 9h às 23h; Dom. das 9h às 18h

ESTREIAS DE CINEMA

13 Sentimentos

★★★☆☆

Do mesmo diretor de "Hoje Eu Quero Voltar Sozinho", o longa acompanha João e Hugo, que se separaram, mas permanecem amigos.

Brasil, 2024. Dir.: Daniel Ribeiro. Com: Artur Volpi, Julianna Gerais e Marcos Oli. 16 anos

O Anel de Eva

Após a morte do pai, Eva recebe um anel nazista com seu nome gravado e um bilhete. Então ela vai atrás da história de sua família.

Brasil, 2024. Dir.: Duflair Magri Barradas. Com: Suzana Pires, Odilon Wagner e Regina Sampaio. 14 anos

Assassino por Acaso

★★★☆☆

Gary Johnson trabalha para a polícia fingindo ser um assassino de aluguel para prender aqueles que o contratam. Ele quebra o protocolo para tentar salvar uma mulher.

Hit Man. EUA, 2023. Richard Linklater. Com: Glen Powell, Adria Arjona e Austin Amelio. 14 anos

Atrevida – A Paixão Não Tem Regras

Uma construtora quer derrubar um parque florestal para erguer um prédio. Quando uma ativista tenta impedir, recebe uma proposta inusitada.

Naughty. Rússia, 2023. Dir.: Dmitriy Suvorov. Com: Marat Abdrakhimov, Kirill Arsenyev e Semyon Arzumanov. 18 anos

Avassaladoras 2.0

Bebel se apaixona por um influenciador digital e começa uma relação com ele à base de mentiras.

Brasil, 2024. Direção: Mara Mourão. Com: Fefe Schneider, Murilo Bispo e Bibi Tatto. 10 anos

A Estação

★★★☆☆

Quando o trem em que Sofia viajava quebra, ela fica isolada em uma estação desativada. Obrigada a se hospedar em uma pensão da região, ela tenta sair de lá.

Brasil, Uruguai, 2023. Dir.: Cristina Maure. Com: Jimena Castiglioni, Rodolfo Vaz e Eid Ribeiro. 14 anos

Mallandro - O Errado que Deu Certo

A comédia mostra Sérgio Mallandro em um momento de crise na carreira, na tentativa de se reinventar.

Brasil, 2024. Dir.: Marco Antonio de Carvalho. Com: Sérgio Mallandro, Marianna Alexandre e Guilherme Garcia. 12 anos

A Ordem do Tempo

★★★☆☆

O filme acompanha um grupo de amigos que se encontra todos os anos para celebrar um aniversário. Durante as comemorações, eles descobrem que o mundo está prestes a acabar.

L´Ordine Del Tempo. Itália, 202. Dir.: Liliana Cavani. Com: Cláudia Cerini, Richard Sammel e Angela Molina. 14 anos

Rapto

★★★★★

A parteira Lydia vive o término de um relacionamento quando descobre que a melhor amiga está grávida.

Le Ravissement. França, 2023. Dir.: Iris Kaltenbäck.Com: Alexis Manenti, Hafsia Herzi e Nina Meurisse. 14 anos

A Semente do Mal

Edward decide investigar sua família biológica e descobre um segredo macabro.

Amelia's Children. Portugal, 2023. Direção: Gabriel Abrantes. Com: Brigette Lundy-Paine, Carloto Cotta e Anabela Moreira. 16 anos

Uma Vida de Esperança

Uma alcoólatra tenta mudar de vida ajudando uma família cuja mãe morreu.

Ordinary Angels. EUA, 2024. Dir.: Jon Gunn. Com: Hilary Swank, Alan Ritchson e Skywalker Hughes. 10 anos

turismo



O monte Ararat ao fundo de Ierevan, capital da Armênia Fotos Davit Hakobyan/Divulgação

Pão-folha, conhaque e vinhos marcam viagem pela Armênia

Brilho europeu da capital Ierevan contrasta com herança soviética do sul do país

Ivan Finotti

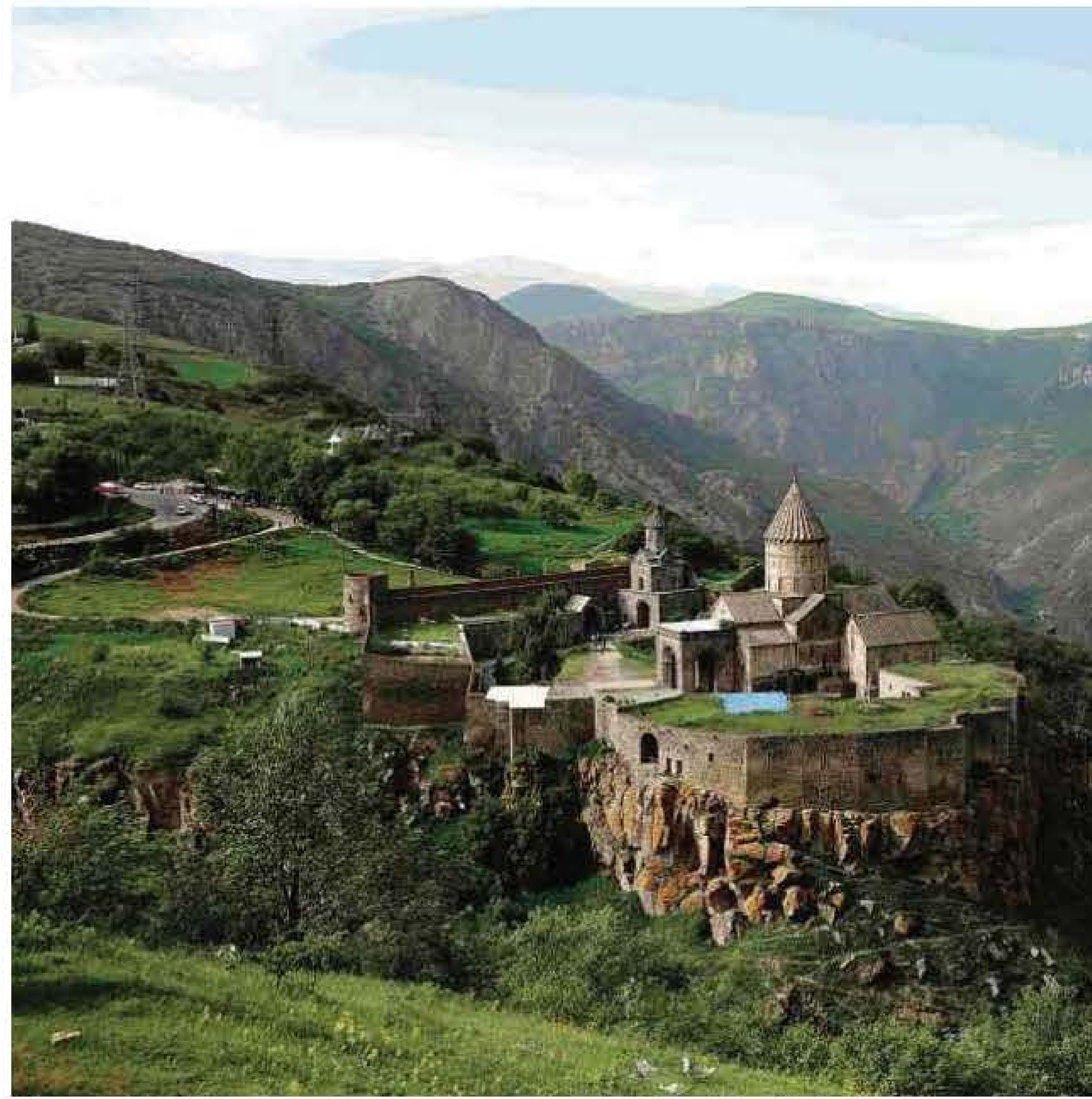
IEREVAN A meio caminho entre a Europa e a Ásia Ocidental, encravada entre grandes impérios —russos, turcos e persas—, a Armênia desponta no Cáucaso como uma joia ainda não totalmente lapidada para o turismo.

Com um fluxo constante de descendentes da diáspora armênia, o país também atrai, cada vez mais, viajantes interessados em fugir da lotação dos grandes centros da Europa.

Ninguém vai estranhar sua capital, Ierevan, pois é uma cidade tipicamente europeia, com largas avenidas, passeios públicos, praças e calçadões.

Como nas grandes capitais iluminadas do continente à Oeste, à noite em Ierevan se vê centenas de locais e turistas nos bares, lojas e restaurantes, onde se come o lavash, pão-folha armênio, acompanhado de pastas, como as árabes, e espetos grelhados.

A comida, de fato, é um ponto alto do país e pede exploração. Há o lahmajun, que os locais chamam de pizza armênia por ser uma grande massa fina e redonda. Mas, coberta com carne e temperos, está mais para as nossas esfirras do que para a criação napolitana.



O Monastério de Tatev, que funcionou como universidade na Baixa Idade Média

Carnes marinadas de boi, porco e frango preenchem os espetos, e não deixe de conhecer essas duas massas: o khinkali, uma trouxinha recheada de carne, para pegar com a mão e chupar o líquido do interior; e o mantã, espécie de pequeninos capeletti abertos e crocantes.

Todo lugar serve a kompot, um tipo de suco com grandes pedaços de frutas cozidas. Há inúmeros sabores, como pêssego, marmelo, morango etc.

Diz-se que o inglês Winston Churchill só tomava o conhaque Ararat, marca mais famosa do país e uma das melhores do mundo, cuja fábrica em Ierevan você pode visitar.

O monte Ararat, aliás, onde religiosos acreditam que a arca de Noé, com um par de todos os animais do mundo, ancorou após 40 dias e 40 noites de tempestades, é o símbolo máximo do país. Porém, desde que a República da Armênia foi fundada, em 1918, ele só pode ser vislumbrado pelos cidadãos, uma vez que ficou em território turco após o esfacelamento do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial.

Ao lado da ópera e dos jogadores de xadrez nos parques, pode-se subir o Cascade, monumento de 570 degraus de onde se vê os dois impressionantes picos do Ararat, um a 5.137 metros de altura, e o outro a 3.896. Escadas rolantes escondidas levam do parque, onde estão esculturas de Botero, até o pavimento superior.

Lá de cima, vemos o monte a apenas 36 km de distância, mas a fronteira com a Turquia é fechada. Seria necessário ir à Geórgia e entrar por lá.

A relação com a Turquia é turbulenta. Entre 1915 e 1923, os turcos foram responsáveis pelo Genocídio Armênio, que matou entre 800 mil e 1,8 milhão de pessoas e espalhou refugiados por todo o mundo, na chamada diáspora armênia —inclusive no Brasil, onde hoje vivem algo entre 40 mil e 100 mil descendentes.

Também é conflituosa a relação com o vizinho do leste, o Azerbaijão, que receberá neste ano a COP 29, a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas. No ano passado, o país invadiu um enclave em seu território onde viviam 120 mil armênios e os expulsou com a roupa do corpo.

Vale lembrar que a Armênia foi uma das repúblicas socialistas soviéticas de 1920 a 1991, quando conseguiu sua independência e optou pela democracia. Por causa disso, é mais comum que as pessoas na rua falem russo como segunda língua —atualmente, dá para se virar com o inglês. Já a língua armênia é bem peculiar, com um alfabeto único e próprio, criado por um monge local no ano 405.

Boa notícia é que, além do tradicional conhaque Ararat, os vinhos melhoraram demais nos últimos anos e uma garrafa de tinto local, por menos de R$ 100, é ideal para acompanhar os jantares.

Pequenas vinícolas próximas a Ierevan abrem a cada ano ao enoturismo. Nelas, você será servido pelo dono enquanto presencia os vinhedos ensolarados e vai almoçar uma refeição típica normalmente feita por sua mulher.

Saindo da capital em direção ao sul, há uma série de atrações, como as cavernas de Areni, abertas à visitação. Ali foi encontrado o sapato mais antigo do mundo, de 3.500 a.C., que está em exposição no Museu de História da Armênia, no centro de Ierevan.

As cavernas do país foram locais de residência dos armênios por muito tempo, e não estamos falando do "tempo das cavernas". Em Khndzoresk, o turista pode visitar dezenas delas em um penhasco, muitas escavadas pelo homem, que começaram a ser esvaziadas apenas nos anos 1950 a mando dos soviéticos.

As famílias construíram casas no alto do morro e ainda vivem por ali. Para chegar lá, é preciso atravessar uma ponte pênsil de 150 metros sobre um desfiladeiro com um pequeno fio d'água abaixo. Sustentada por cabos de aço, a ponte balança e diverte.

Falando em autoridades soviéticas, uma das visitas mais interessantes a se fazer no sul do país é o radiotelescópio espacial de Orgov, na encosta do monte Aragats. A sensação é que os cientistas que ali trabalhavam foram tomar um café em 1991 e, com o derretimento da URSS, não voltaram mais.

Fundado em 1975, o local mantém as estações de controle do radiotelescópio e outras imensas maquinarias atrás de vidros quebrados e cadeiras jogadas. Em toda mesa você encontra papeis, documentos, desenhos técnicos e mesmo tiras de papel perfuradas pelos computadores do passado.

A alguns quilômetros dali, está o complexo astronômico Byurakan, com seis telescópios altamente defasados, um deles inaugurado em 1961 por Nikita Kruschev, então líder da URSS. Defasados, mas operacionais, e em toda noite estrelada, lá estão as lentes esquadrinhando o céu.

Com tantas igrejas e mosteiros, vale visitar o Monastério de Tatev, que, na Baixa Idade Média, funcionou como uma universidade, ensinando ciências, filosofia e religião.

Tão interessante quanto estar, no entanto, é chegar lá: em 2010, foi construído um bondinho que sai de Halidzor e segue por quase seis quilômetros, atravessando dois vales a uma altura de até 320 metros.

O jornalista viajou a convite da União Geral Armênia de Beneficência

Visitei as 7 maravilhas do mundo

O meu tesouro, quem diria, estava aqui no Brasil o tempo todo

Robson Jesus

Viajante, quer ser o homem mais rápido a visitar todos os países do mundo

Não faria sentido eu viajar ao redor do mundo sem me dar o privilégio de visitar as Sete Maravilhas do Mundo Moderno. Honestamente, apesar de ter estabelecido isso como meta, eu estava um pouco descrente se, de fato, conseguiria.

No entanto, durante todo o itinerário, minhas crenças foram mudando gradualmente, abrindo os meus olhos a ponto de eu poder enxergar os milagres acontecendo comigo.

O meu dia a dia se parecia cada vez mais com um livro. E digo isso porque me sentia como um personagem principal, caminhando por cada capítulo, carregando as minhas paixões e medos. Lembrei do best-seller de Paulo Coelho, "O Alquimista", e me senti como Santiago enquanto viajava de país em país em busca do tesouro que tinha sido revelado a mim em um sonho.

A primeira maravilha que visitei foi o Taj Mahal, na Índia. Ter chegado lá ao amanhecer tornou a experiência ainda mais fascinante. O rosa do céu iluminava todo o cenário e refletia de uma maneira singular nos mármores brancos do mausoléu. A história de amor entre Shah Jahan e Mumtaz Mahal é belíssima, e seu túmulo transmite de maneira indescritível o sentimento de amor e lealdade entre eles.

Depois de um tempo, eu estava na Jordânia, a fim de marcar como visitado um local histórico chamado Petra. Surpreendente: as esculturas em pedra eram simétricas e estranhamente delicadas, compostas por uma mistura de cultura islâmica e cristã. Essa arquitetura enfrentou muitas guerras e, possivelmente, ao longo da história, continuará sobrevivendo a terremotos.

Espero que elas permaneçam firmes e adoravelmente acopladas às montanhas, para que muitas outras pessoas possam contemplá-las.

Nesse passeio, contudo, caí num golpe. Não era necessário ter um guia, mas eu não sabia. Então, logo na entrada, fui abordado por um suposto vendedor, contando sobre a suposta obrigatoriedade para entrar em Petra. Paciência.

A maravilha seguinte foi Chichén Itzá, no México, grande cidade mítica do povo maia. Quantas pessoas será que foram decapitadas no topo daquelas escadas para serem oferecidas aos deuses maias?

As profecias, seus calendários e o modo de vida deles me deixavam intrigado, mas eu estava praticamente sozinho naquele lugar —sem ninguém para perguntar e matar a minha curiosidade.

A Itália marcou meu 100º país, e o Coliseu foi a minha quarta maravilha visitada. O lugar é muito maior do que eu imaginava, mas dá a noção do tamanho do Império Romano.

No meu aniversário, na companhia dos melhores amigos que fiz pela internet, visitei a Grande Muralha da China. Desci de tobogã toda a muralha —o que rendeu boas risadas.

Machu Picchu foi a sexta maravilha da lista. Essa foi recente, em janeiro de 2024, para ser exato. Na cordilheira oriental do sul do Peru, é frequentemente chamada de Cidade Perdida dos Incas.

Finalmente, em maio deste ano, visitei a minha sétima maravilha: o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, a convite do comandante Nobre, que me levou até o monumento de helicóptero. Gigantesco. O amor que tenho por Jesus apenas aumentou a intensidade das emoções daquele momento, que me lembrou da segurança que Ele me proporciona.

Essa visita ao Cristo foi minha primeira vez no Rio de Janeiro. E o meu tesouro, quem diria, estava aqui no Brasil o tempo todo. O amor que tenho pelas pessoas ao meu redor, todas as bênçãos que recebi na minha vida, assim como as forças para passar pelas provações... Nada vem fácil, mas todas as dificuldades tornam o resultado valioso.

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

CARREIRAS

GRADUAÇÃO É PORTA DE ENTRADA PARA PROFISSÕES EM ALTA

Qual curso escolher na hora de optar por uma graduação? Entender o momento de uma área e a demanda que deve ocorrer por profissionais que atuam nela pode ajudar na tomada de decisão.

A área de engenharia, por exemplo, historicamente atrai grande quantidade de jovens. Isso ocorre porque ela capacita as pessoas a atuar em diversos setores e funções.

Na educação, especialistas apontam que dificilmente quem se formar na área ficará desempregado – há falta de professores em diversas regiões do país. O mesmo ocorre no segmento de tecnologia, que oferece salários acima da média e vê crescer de maneira constante a demanda por profissionais qualificados.

Quando o tema é administração, as faculdades estão se aproximando cada vez mais das empresas, para entender quais são as necessidades mais urgentes e, assim, preparar os alunos para a realidade que encontrarão no mercado.

Veja nas próximas páginas como está o cenário para quem deseja construir uma carreira nessas áreas.



EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

Engenharia oferece formação sólida e promove o desenvolvimento

Área anda de mãos dadas com a tecnologia, por isso os profissionais devem estar sempre atualizados


Shutterstock

A área de engenharia é, historicamente, uma das que mais exercem atração nos jovens que vão cursar uma graduação. Por que isso ocorre já há bastante tempo?

Para Lígia Mackey, engenheira civil e presidente do Crea-SP (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo), um dos motivos é que a engenharia é responsável pela promoção do desenvolvimento.

"Seja na produção agrícola, na indústria, no setor comercial, nas telecomunicações, na construção civil, na saúde, na tecnologia... Enfim, são inúmeras as atividades ligadas à engenharia. Ela está em tudo porque é por meio da tecnicidade e da capacidade de lidar com diferentes situações e cenários e, ainda assim, encontrar soluções e trabalhar na operacionalização delas, que está o diferencial da profissão. E é daí que surge a sua relevância e permanência."

O professor e pró-reitor acadêmico do Instituto Mauá de Tecnologia, Marcello Nitz, afirma que essa atração decorre do fato de a área proporcionar uma formação bastante sólida, capacitando o profissional a atuar em diversos setores e funções, assim como empreender.

"Os conhecimentos técnicos inerentes à habilitação específica são combinados com elementos de gestão e liderança, de modo que o(a) engenheiro(a) possa aplicar suas competências em inúmeras atividades profissionais diferentes. Além disso, sua capacidade de aprender coisas novas faz com que as adaptações a novos cenários e necessidades sejam rápidas, o que é uma competência importante", avalia Nitz.

A área de engenharia é dividida em diversas subáreas: civil, de produção, elétrica, mecânica etc. Em todas elas, afirma Mackey, a capacidade analítica dos profissionais é estimulada.

"Nós, engenheiros, falamos que o nosso trabalho é resolver problemas. Estudamos e nos preparamos para encontrar saídas para aquilo que nos é apresentado como desafio. Mas ter conhecimento técnico não é o suficiente. Então, além da capacidade analítica, outras duas características que buscamos desenvolver na nossa formação e atuação profissional são o cuidado humano e o olhar para o entorno", afirma.

Segundo a presidente do Crea-SP, não basta saber como resolver um problema sem reconhecer que, ao resolvê-lo, haverá impacto na vida de alguém. "Diferentemente do que se pensava no passado, que engenharia é puramente uma profissão de exatas, hoje sabemos que é também uma área humanística."

Entender o lado humanístico da profissão é, também, um desafio para quem pretende ingressar em uma das áreas da engenharia.

Os grandes desafios da humanidade são também os desafios da engenharia, afirma Nitz. "Por exemplo, o aquecimento global. A necessidade de desenvolvimento de processos e produtos mais sustentáveis demanda cada vez mais competência dos engenheiros. As soluções dos problemas complexos exigem atuação multi e interdisciplinar, de modo que o(a) engenheiro(a) deve trabalhar em equipe, equilibrando a solução técnica com a visão de negócios e a perspectiva do usuário. A consciência social e humanista é também cada vez mais exigida dos profissionais."

Para Mackey, os jovens que se interessam por engenharia precisam ter na cabeça que a atualização do conhecimento deve ser contínua.

"Nós trabalhamos com tecnologia. Não é à toa que entendemos a engenharia como parte da área tecnológica. Como a tecnologia muda muito rapidamente, também precisamos fazer esse movimento para exercer a nossa capacidade de acompanhamento às mudanças e de prever tendências e soluções para cenários futuros."



APRESENTA



Pós prepara profissional para os novos desafios de mobilidade e energia

Instituto Mauá de Tecnologia oferece cursos para os profissionais se especializarem em transição energética e mobilidade sustentável

O mercado de veículos que utilizam eletricidade como fonte de energia principal (BEV ou 100% elétricos) ou complementar (MHEV, HEV, PHEV os chamados híbridos) está em plena ascensão motivado pela busca por uma mobilidade mais sustentável, econômica e tecnológica.

No Brasil, a fabricação nacional de carros elétricos, recentemente anunciada pelas montadoras, é um fator crucial nesse avanço. De acordo com a Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE), o país deverá ter 1 milhão de veículos elétricos e híbridos em circulação até 2030.

Dentro desse cenário, o Instituto Mauá de Tecnologia lançou a pós-graduação em Veículos Híbridos e Elétricos com a proposta de propiciar aos egressos do curso uma formação ampla e com a entrega de importantes diferenciais competitivos ao aluno, conforme destaca Fabio Delatore, professor do curso.

Os veículos híbridos e 100% elétricos representam uma solução para minimizar uma parcela das emissões de gases de efeito estufa. Por isso, esses veículos passam a ganhar mais espaço no mercado, aumentando sua popularidade na medida em que cresce a preocupação global com o aquecimento climático, explica Delatore.

Mas ainda existem muitas desinformações, conceitos técnicos errados e inverdades sobre esses veículos, principalmente quando o assunto é baterias e recarga. Por isso, o curso de pós-graduação propicia aos alunos uma sólida formação e conhecimentos aplicáveis diretamente no seu dia a dia de trabalho. "A bateria, componente vital desses veículos, é um dos focos do curso de pós-graduação do Instituto Mauá. Desenvolvemos esse tema com bastante profundidade, pois o profissional que tem interesse em atuar nessa área precisa de alta especialização", enfatiza Delatore.

Joseph Youssif Saab Junior, professor de Energia e Fluidos do Instituto Mauá, avalia que os veículos híbridos são uma excelente alternativa para o Brasil. "Veículos movidos a eletricidade e etanol são vantajosos para o país, já que podemos produzir etanol com emissão neutra de carbono, aproveitando a infraestrutura existente", afirma.

Para completar o portfólio nessa temática de especialização, o Instituto Mauá de Tecnologia oferece também pós-graduação em Energias Renováveis e Eficiência Energética, fortalecendo seu compromisso com a formação de profissionais especializados em soluções sustentáveis, inovadoras e com diferencial de empregabilidade.

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

Shutterstock



Quem faz educação dificilmente fica sem emprego

Profissionais da área podem trabalhar como professores, diretores de escola, em grandes empresas privadas ou órgãos públicos

Está interessado em cursar uma graduação na área de educação? Então pode abrir o sorriso, porque, ao se formar, você dificilmente ficará desempregado.

Essa é a opinião de Claudia Zuppini Dalcorso, que já foi professora e diretora de escola e atualmente é diretora da consultoria Elos Educacional.

"Tem trabalho no país inteiro. Está faltando professor no mercado. Na área de exatas, a situação é ainda mais séria, pois há uma demanda grande por profissionais de física e matemática", diz.

Dalcorso aponta a questão salarial como atrativo para quem está começando a carreira. "A minha filha fez engenharia e o salário dela não é tão diferente do de quem está dando aula."

A opinião é compartilhada por Caio Augusto Alves, coordenador de graduação em Pedagogia e Ciências e Letras do Senac EAD. "Desde o início da década de 2010, é possível perceber um esforço mais efetivo por parte do governo em valorizar a categoria docente", afirma. E cita avanços como o piso salarial. "Era R$ 1.697,39, em 2014, e foi para R$ 5.356,57, neste ano, um aumento de 215%, muito superior à inflação acumulada no período, que foi de 77% (IPCA)."

Alves ressalta que é preciso contextualizar os números: "Esse avanço apenas ameniza uma precarização histórica, promovida durante anos e que deixou muito trabalho a fazer no sentido de valorizar a categoria profissional docente, mas alguns fatos, como o do piso salarial, precisam ser considerados. Com salários mais atrativos, espera-se que a qualidade dos profissionais melhore, uma vez que passa a existir competição pela carreira".

Quem escolhe a área de educação poderá se especializar em diversas funções, como professor, pedagogo, gestor escolar e orientador educacional.

Há muitos caminhos a percorrer dentro da educação, explica Dalcorso. "São pessoas que podem trabalhar em salas de aula, na direção de escolas, dentro do setor de recursos humanos de uma grande empresa, em órgãos públicos, em editoras de livros didáticos, entre outros locais."

Setor de TI está com falta de mão de obra

A procura de empresas de diversos segmentos por profissionais da área de tecnologia da informação está em um momento quente. E não deve esfriar em um futuro próximo.

"Fizemos um estudo em 2021 que mostrou que, até 2025, o país vai ter uma demanda de cerca de 800 mil profissionais da área. Muito por causa da pandemia, tivemos uma transformação digital nas organizações, e a busca por gente qualificada cresceu de forma exponencial", explica Mariana Oliveira Rolim, diretora executiva da Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais).

E a procura não é apenas por empresas brasileiras. Muitos profissionais de TI são contratados por companhias do exterior. "Com salários em dólar, o que acaba sendo bastante atrativo para essas pessoas", diz Rolim.

Até pela alta demanda, o setor está pagando bons salários para quem está iniciando a carreira – segundo Rolim, cerca de 2,5 vezes maior do que a média salarial nacional.

"O salário com certeza é um fator de atração, mas precisamos instigar mais os jovens para ter interesse na área. Porque faltam profissionais qualificados. Nesse sentido, a área ainda não é tão atraente do jeito que deveria ser. Está faltando mão de obra", avalia ela.

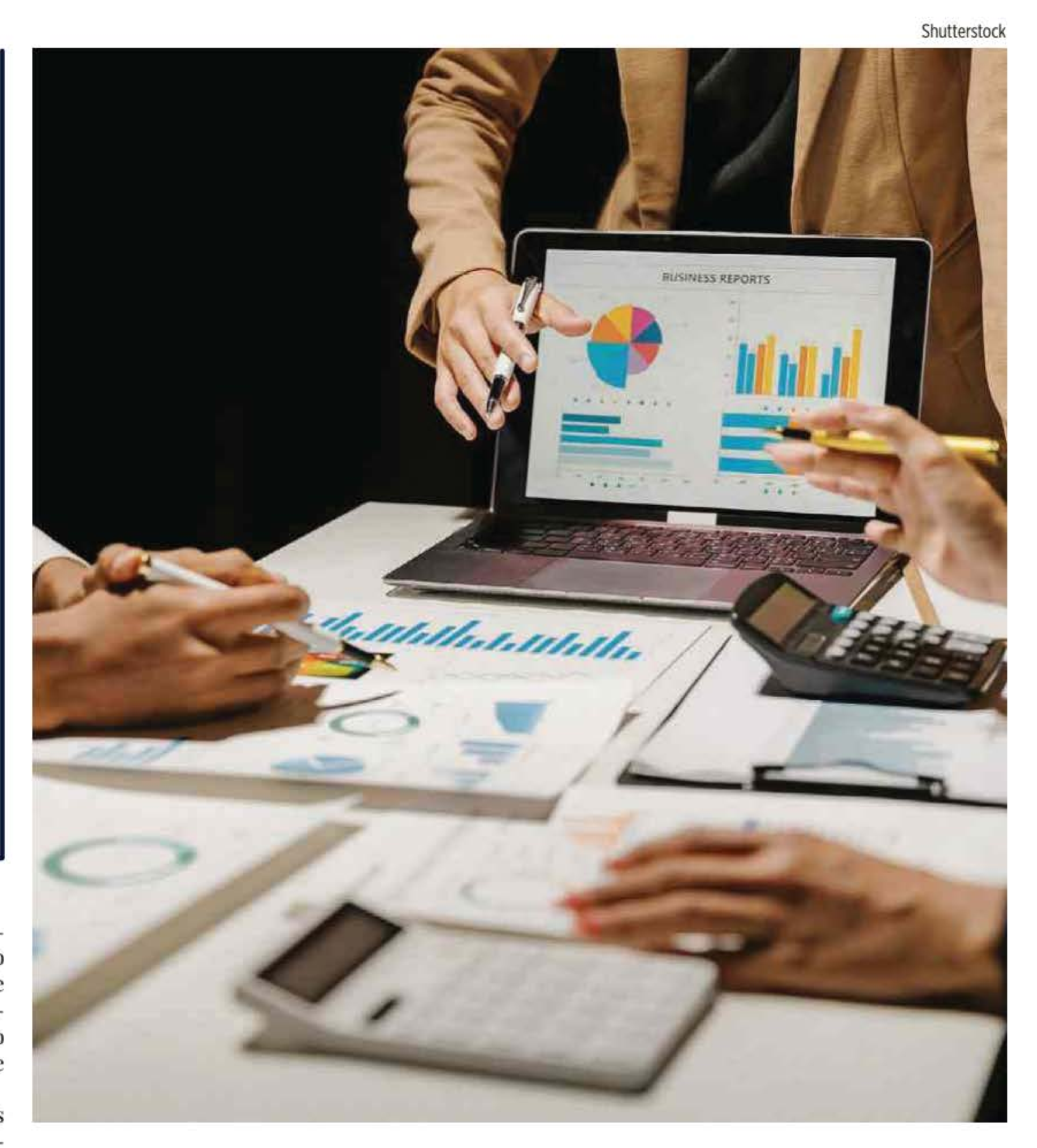
De acordo com Rolim, alguns setores da área serão ainda mais procurados pelas empresas, como os de big data, inteligência artificial, segurança da informação e IoT (internet das coisas).

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

Cursos de administração estão mais próximos do mercado

Faculdades querem formar graduandos que consigam entender a realidade que encontrarão nas empresas

Shutterstock



Formar jovens com a capacidade de entregar o que o mercado precisa é um desafio para as universidades de administração de empresas. Por isso, as instituições estão cada vez mais se aproximando das empresas para entender quais são as necessidades mais urgentes.

"As faculdades estão trazendo o mercado para dentro. Para estarem mais aptas a formar alunos que estarão conectados com a realidade que vão encontrar nas empresas", afirma Teresinha Covas Lisboa, presidente da ADM (Associação Brasileira de Administração).

"Por isso, tivemos várias mudanças de disciplinas dentro dos cursos. É uma área que cresce bastante."

Coordenadora do curso de administração do Insper, Ana Diniz explica que os profissionais da área têm a capacidade de mobilizar diferentes recursos - financeiros, materiais e humanos - e viabilizar a entrega de produtos e serviços de qualidade.

"Administradores e administradoras bem formados vão poder atuar em organizações de terceiro setor, governo, empresas e outros grupos que estão orientados para essa entrega de produtos e serviços."

Diniz aponta ainda que os estudantes, depois de se graduarem no curso, podem seguir em diversas especializações.

"O profissional pode, posteriormente, se especializar em gestão de pessoas, marketing, operações, finanças, enfim, diferentes áreas funcionais que complementam conhecimentos e técnicas que mobilizam recursos de maneira geral e permitem aprofundamento em diferentes dimensões desse processo."

Além do sonho de trabalhar em uma grande empresa, muitos jovens que escolhem a administração desejam obter conhecimento para empreender.

"O empreendedorismo é muito importante para as novas gerações", diz Lisboa. "Na faculdade, o aluno aprende a identificar oportunidades de negócio. Aprende a inovar, e a estimular ideias inovadoras."

Segundo Lisboa, além do empreendedorismo de negócios, há uma busca pelo empreendedorismo de cunho social.

"É um segmento que está crescendo e ganhando corpo em áreas da administração. O curso ajuda o aluno a descobrir habilidades que ele não conhecia."

Mas é uma área que apresenta diversos desafios para quem está iniciando a carreira.

Segundo Diniz, são profissionais que têm de empregar habilidades e competências para viabilizar entregas, serviços ou produtos, têm de ter o olhar para fora, porque ele está entregando esses produtos e serviços para alguém.

"Quando falamos das empresas, voltamos o olhar para os consumidores; quando falamos das políticas públicas do governo, estamos buscando esse profissional que mobiliza o Estado para entregar serviços para o cidadão. Ou seja: é sempre necessário esse olhar para fora e essa conexão com aquilo que importa para esses grupos sociais que são atendidos."

O cenário de atuação desses profissionais é altamente complexo, avalia Diniz.

"Temos o desafio de tomar decisões cada vez mais fundamentadas. Por ser um curso que se comunica com muitas áreas e é interdisciplinar, o administrador ou a administradora tem de estar atento a novos conhecimentos para que tome decisões mais sólidas e mais apoiadas em evidências."

O desenvolvimento das capacidades socioemocionais é uma das tarefas mais urgentes das faculdades de administração, afirma Lisboa.

"A saúde mental virou um tema que está dentro das empresas. Portanto, precisa estar também dentro das faculdades. Hoje espera-se que um profissional tenha plena capacidade de fazer gestão de pessoas. Os profissionais têm de saber se relacionar com toda a sociedade."



APRESENTA

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

Setor de tecnologia tem déficit de profissionais no Brasil

Estimativa é que 530 mil vagas sejam abertas na área até 2025

Ford/Divulgação

Centro de Desenvolvimento e Tecnologia da Ford, na Bahia

Investir em uma carreira na área de tecnologia significa estar na linha de frente das inovações que estão redefinindo a forma de viver, trabalhar, interagir e se locomover. Desde desenvolvimento de software, cibersegurança, tecnologias autônomas até inteligência artificial, o setor oferece inúmeras oportunidades para quem busca sucesso profissional e um impacto positivo na sociedade.

No Brasil, dados do Banco Nacional de Empregos indicam que o número de vagas em TI aumentou 79,6% de janeiro a outubro de 2023 em comparação com o mesmo período de 2022. No entanto, o país enfrenta um déficit significativo de profissionais qualificados na área, estimado em 530 mil até 2025, segundo pesquisa da Brasscom (Associação das Empresas de TI e Comunicação). O desafio das empresas de preencher essas vagas é, também, o que torna essas profissões mais atraentes.

E os cargos disponíveis não estão apenas em empresas de telecomunicação ou nos departamentos de Tecnologia da Informação. Há oportunidades também em outros setores, como saúde, educação e automotivo, incluindo as áreas de Pesquisa e Desenvolvimento de grandes empresas.

“Os maiores desafios da engenharia não são mais mecânicos, mas de software. Hoje, empregamos profissionais com formação nas mais diversas áreas de tecnologia”, explica Alex Machado, diretor de Desenvolvimento do Produto da Ford América do Sul, uma das empresas que buscam profissionais para atuar nesse setor no Brasil.

O Centro de Desenvolvimento e Tecnologia da Ford no Brasil, com sede na Bahia, é um dos nove da empresa no mundo e emprega mais de 1.500 especialistas, entre engenheiros, pesquisadores e desenvolvedores de software. Esses profissionais se dedicam a projetos voltados ao futuro da mobilidade, incluindo carros elétricos, conectados e tecnologias autônomas. Hoje, a equipe brasileira é responsável por um terço de todas as funcionalidades embarcadas nos veículos da Ford no mundo, gerando uma receita anual de R$ 500 milhões em exportação de serviços.

“Investir em desenvolvimento tecnológico no Brasil é importante e dá retorno, pois temos qualidade e somos competitivos. Queremos ser a primeira opção de desenvolvimento de tecnologias da Ford no mundo e para isso precisamos de um time altamente capacitado”, completa Machado.

Para atender a essa demanda e atrair talentos, a diretora de Recursos Humanos da Ford América do Sul, Fernanda Ramos, explica que não basta oferecer benefícios competitivos, é preciso ter um ambiente de trabalho que favoreça a inovação. “Temos um time criativo e oferecemos oportunidades de desenvolvimento constante por meio do contato com os times de diferente países e com o que há de mais novo em tecnologia no mundo. Além disso, ter uma cultura de colaboração é essencial para atrair talentos excepcionais, criando um ambiente onde os profissionais se sentem valorizados e motivados a contribuir de forma significativa”, explica Fernanda.

FORD <ENTER>

De olho no cenário nacional, a Ford criou, em parceria com a Ford Philanthropy, braço filantrópico da marca, e o SENAI-SP, o programa Ford <Enter>, destinado a capacitar pessoas de baixa renda para atuar no setor de tecnologia.

Além de 440 horas de conteúdo, que incluem aulas de front-end, inglês, lógica e habilidades comportamentais, os alunos recebem ajuda de custo para alimentação e transporte, mentoria, suporte pedagógico e apoio de especialistas na busca ativa de oportunidades de trabalho. Mais de 100 alunos já concluíram o curso e muitos deles já estão inseridos no mercado de trabalho, contratados inclusive pela própria Ford.

Dólar supera R$ 5,40 com derrotas de Haddad e declarações de Lula

Redução de pessimismo com EUA arrefece alta, mas real fecha na contramão de moedas globais

SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO O dólar chegou a ser negociado a R$ 5,430 nesta quarta-feira (12), em meio a uma percepção de enfraquecimento político do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e de ruídos sobre a condução da política fiscal. À tarde, sob influência principalmente de notícias da economia americana, a valorização perdeu força, e a moeda fechou o pregão a R$ 5,405, alta de 0,83%.

A Bolsa recuou 1,39%, para 119.936 pontos.

Incertezas sobre a condução da política econômica vêm assustando investidores e descolando os índices brasileiros dos mercados globais.

"Há um temor crescente de que a visão mais ponderada de Haddad está perdendo força dentro do governo", afirmou Danilo Igliori, economista-chefe da Nomad.

Derrotas recentes do ministro contribuem para essa percepção. Na terça-feira (11), o Congresso Nacional recusou a medida criada pelo governo para restringir o uso de créditos tributários por parte de empresas, em um novo revés para Haddad no debate fiscal.

A MP (medida provisória) havia sido enviada aos parlamentares apenas uma semana antes, alterando regras do PIS/Cofins, como forma de compensar parte das perdas de arrecadação com a desoneração da folha de pagamentos a empresas e municípios. O ministro já havia sofrido derrotas durante os debates sobre a tributação da folha.

"Se, por um lado, o fracasso da MP dá algum conforto para setores produtivos que seriam mais impactados com a limitação dos tributos federais, por outro segue o enorme desafio de equilibrar as contas públicas em 2024 e nos próximos anos", diz a equipe da Levante Investimentos.

Entre os grupos beneficiados com a desoneração, está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a **Folha**. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

Como mostrou a **Folha**, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reclamou de erros do governo ao tentar criar uma medida de compensação para a desoneração da folha. Segundo relatos feitos por quatro participantes, Lula afirmou que sua equipe deveria ter negociado uma fonte de receitas no momento em que firmou um acordo para manter a redução de tributos sobre salários.

Integrantes do governo apontam que as críticas de Lula foram direcionadas para toda a equipe. A proposta da MP foi elaborada pelo Ministério da Fazenda no final de maio, recebeu aval da Casa Civil e foi apresentada à equipe de articulação política. A medida foi assinada por Lula no dia 4 de junho.

Em meio às incertezas sobre Haddad, declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em evento no Rio de Janeiro, também influenciaram o mercado financeiro. O petista afirmou que o governo está "arrumando a casa e colocando as contas públicas em ordem para assegurar o equilíbrio fiscal", mas sem mencionar corte de gastos.

"O aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros permitirão a redução do déficit sem comprometer a capacidade de investimento público", disse.

Para Felipe Moura, analista da Finacap, o mercado "perdeu a paciência" com a atual gestão da equipe econômica e não tem mais confiança no compromisso fiscal proposto pelo governo.

"Já houve muita retirada de saldo estrangeiro da Bolsa com essa série de desdobramentos negativos no front fiscal."

Diante dos problemas enfrentados pelo ministro da Fazenda, os líderes do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmaram que ele está firme no cargo.

"Eu prefiro dizer que quem contratou e quem demite não está pensando nisso [em demissão]. Nem o Haddad está pensando nisso. Agora, as pessoas adoram especular", disse Wagner a jornalistas.

Randolfe disse que o ministro ficaria "enfraquecido" se o próprio presidente tivesse retirado a MP de PIS/Cofins — o que não ocorreu. "Tem setores que querem ganhar um pouquinho mais com o dólar e espalham o boato."

Continua na pág. 2

> "O aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros permitirão a redução do déficit sem comprometer a capacidade de investimento público
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> em evento no Rio de Janeiro

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

O negociador

O advogado-geral da União, Jorge Messias, assumiu pessoalmente as negociações entre a União, a Vale e a BHP, sócias da mineradora Samarco, responsável pelo acidente ambiental em Mariana, ocorrido em 2015. Um acordo deve ser fechado com autorização da Justiça Federal, fixando uma indenização total em torno de R$ 140 bilhões, cerca de R$ 27 bilhões a mais do que previam as empresas. O valor será pago em 12 anos.

CORRIDA O governo quer fechar logo o acordo porque o escritório de advocacia Pogust Goodhead moveu uma ação no Reino Unido em que pede R$ 230 bilhões para as vítimas. Há temor de que falte dinheiro para reparações no Brasil se o caso for decidido primeiro no exterior.

SEM VOZ Tom Goodhead, CEO do escritório, considera que municípios e moradores não participaram das discussões com a AGU e a Justiça. Ele afirma que a repactuação tem uma sobreposição mínima com o processo no Reino Unido, cujo julgamento está marcado para outubro deste ano.

UM CHECÃO... Uma parceria entre a Liquipar e o grupo japonês Toyota Tsusho construirá no porto de Paranaguá (PR) o primeiro terminal de liquefação de biometano ("Bio-GNL") das Américas. O projeto é prioridade do governador Ratinho Junior, que prometeu transformar o estado na Arábia Saudita do biogás.

...PARA RATINHO JR Em um ato simbólico, a Liquipar entregou ao mandatário e ao presidente da autoridade portuária de Paranaguá e Antonina um cheque simbólico de R$ 572 milhões, valor dos investimentos previstos na expansão da capacidade de seu terminal de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

ALTO... O presidente do TCU, Bruno Dantas, destacou que o governo só cumpriu a meta de déficit de R$ 65,9 bilhões devido às exclusões de despesas aprovadas pelos poderes Legislativo e Judiciário. A declaração foi dada durante o julgamento do parecer das contas do presidente Lula.

...LÁ Dantas também alertou sobre o déficit dos regimes de previdência pública da União, que, em 2023, totalizou R$ 428,3 bilhões. Mas partiu do ministro Walton Alencar o alerta mais contundente: culpar os militares pelo resultado. Segundo ele, enquanto os regimes de previdência geral e dos servidores públicos cobriram 65% e 42% das despesas, respectivamente, o dos militares não arcou nem com 16% —arrecadou R$ 9,1 bilhões e gastou R$ 58,8 bilhões.

DRAGÃO Um levantamento da agência de dados Macfor revelou que a inflação afugentou os namorados dos jantares românticos neste ano. Além disso, a consultoria também apontou que as grandes marcas tiveram mais dificuldades para promover vendas, particularmente entre os mais jovens (nascidos entre 1997 e 2010). Para esse público, os influenciadores digitais foram os grandes promotores de marcas engajadas com causas sociais, uma das preocupações da juventude.

com Diego Felix

Dólar supera R$ 5,40 com derrotas de Haddad e declarações de Lula

Continuação da pág. 1

Com a deterioração do cenário fiscal no Brasil, os indicadores locais foram na contramão do exterior. Nos EUA, o S&P 500 e o Nasdaq fecharam em níveis recordes, e o índice DXY, que mede o desempenho do dólar ante outras moedas fortes, caía 0,53% no início da noite desta quarta.

O otimismo nos mercados americanos teve influência, principalmente, da divulgação do índice de inflação CPI (Índice de Preços ao Consumidor, na sigla em inglês), que caiu para 3,3% em maio, levemente abaixo das previsões do mercado, de 3,4%, segundo o Departamento do Trabalho dos EUA.

A euforia manteve-se após a divulgação da nova decisão sobre juros do Fed, que confirmou as expectativas do mercado e manteve as taxas inalteradas na faixa entre 5,25% e 5,50%, mas sinalizou apenas um corte de juros neste ano.

A perspectiva de corte de juros nos EUA joga contra a moeda americana pois reduz os rendimentos da renda fixa do país, fazendo com que investidores concentrem mercados de maior risco. O real chegou a ensaiar uma recuperação, e o dólar voltou ao patamar de R$ 5,37, mas o movimento durou pouco, e o valor voltou aos R$ 5,40 no fim da tarde.

Com isso, o real acumula queda de mais de 10% em relação ao dólar neste ano, registrando o pior desempenho entre as principais moedas do mundo. Na comparação diária, a moeda brasileira ganha apenas do peso mexicano. **Marcelo Azevedo, Catia Seabra, Bruno Boghossian, Thaísa Oliveira, Idiana Tomazelli, Leonardo Vieceli e Italo Nogueira**

Percepção de enfraquecimento de Haddad piora cenário fiscal

Dólar em 2024
Fechamento diário, em R$



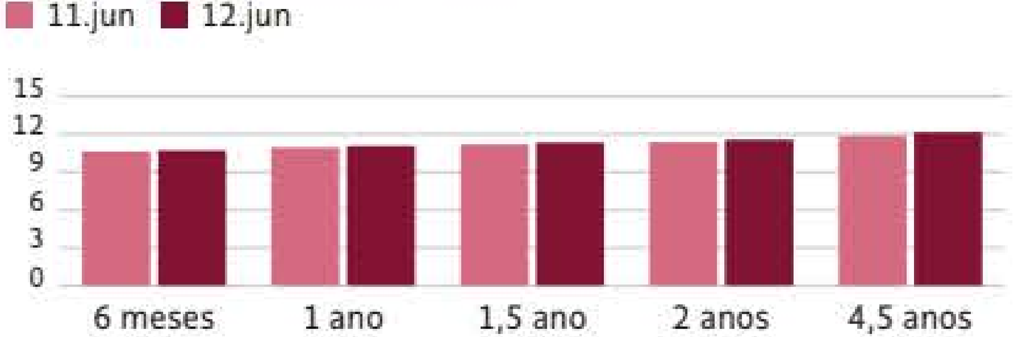
Desempenho das principais moedas ante o dólar em 2024
Retornos à vista, em %



Desempenho das principais moedas ante o dólar desde terça (11)
Retornos à vista, em %



Curva de juros aponta alta da Selic em 2025
Prazo do contrato de juro futuro, taxa em %



Fontes: CMA e Bloomberg

Compensações para desoneração são vistas como insuficientes

Idiana Tomazelli e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA As medidas alternativas sugeridas por parlamentares para compensar a desoneração da folha de empresas e municípios são insuficientes diante da renúncia estimada em R$ 26 bilhões, afirmam líderes do governo no Congresso.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), discute com lideranças um cardápio de propostas que inclui a repatriação de recursos no exterior (com recolhimento de Imposto de Renda), a atualização do valor de bens (como imóveis) na declaração do IR, a legalização de jogos de azar e um Refis para multas aplicadas por agências reguladoras.

A lista de Pacheco também inclui o uso do dinheiro esquecido no sistema financeiro e que ainda não foi resgatado pelos donos —um recurso privado que soma hoje R$ 8,15 bilhões, segundo o BC— e o resgate de depósitos judiciais que estão sem indicação do titular do dinheiro.

Outros parlamentares defendem o emprego dos recursos arrecadados com a "taxa das blusinhas", a cobrança de Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US$ 50.

O presidente do Senado pretende conversar sobre as alternativas na reunião de líderes desta quinta (13), mas representantes do governo veem com ceticismo a capacidade de arrecadação com essas iniciativas.

Cálculos da XP Investimentos também indicam a insuficiência das medidas. A instituição estima que quatro medidas (repatriação, resgate de depósitos judiciais, atualização de bens no IR e a "taxa das blusinhas") renderiam R$ 9 bilhões.

Mercado já prevê que BC não cortará mais os juros neste ano

Itaú e XP não esperam reduções na taxa nem em 2025, e contratos futuros apontam aumento no próximo ano

Júlia Moura

SÃO PAULO As chances de que novos cortes na Selic sejam feitos pelo Banco Central neste ano diminuíram ao longo das últimas semanas, avaliam analistas.

As recentes derrotas do ministro Fernando Haddad (Fazenda) em seu esforço para aumentar a arrecadação provocaram uma elevação no risco fiscal e, agora, diversas instituições esperam que a taxa básica de juros seja mantida nos atuais 10,50% nas próximas reuniões.

Algumas, aliás, não antecipam cortes nem em 2025, como é o caso do Itaú e da XP.

A projeção do Itaú Unibanco foi alterada na segunda-feira (10). Antes, o banco esperava mais um corte na Selic, chegando a 10,25% em dezembro.

"Em meio às expectativas de inflação crescentes (já parcialmente desancoradas), atividade econômica resiliente e maiores incertezas doméstica e externa, entendemos que não há mais espaço para cortes adicionais de juros", escreveu Mario Mesquita, economista-chefe do banco, em relatório.

Nesta quarta (12), o Santander mudou sua projeção para a Selic ao fim deste ano de 9,75% para 10%, destacando que a inflação, a expansão fiscal e os preços das commodities pioraram desde a última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central, em maio.

"O caminho mais prudente [para o BC] é interromper o ciclo de corte [na Selic] até que os riscos e a inflação projetada melhorem", diz Alberto Ramos, diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs.

A estimativa para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deste ano aumenta desde abril, se afastando cada vez mais da meta estipulada de 3%. Segundo o último Focus, o mercado espera, em média, uma alta de 3,90% no índice deste ano.

Com o mercado de trabalho aquecido e as enchentes no Rio Grande do Sul, o IPCA acelerou de 0,38% em abril para 0,46% em maio, acima das projeções.

"É uma leitura que reforça nosso cenário de que o BC deve interromper o ciclo de corte de juros já na próxima reunião [de junho]", diz Alexandre Maluf, economista da XP.

Outro fator que deve elevar os preços ainda mais é a alta do dólar, que saltou da faixa dos R$ 5,10 para os R$ 5,40 no último mês.

"Caso o câmbio se mantenha nos atuais patamares por um longo período de tempo, diminui a possibilidade de afrouxamento monetário pelo BC no futuro, podendo até subir [a Selic] a depender da magnitude dos efeitos", afirma Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Reserach.

Os juros futuros —contratos que levam em conta a expectativa quanto à Selic futura— apontam para o cenário de alta na taxa de juros em 2025. Nesta quarta, o contrato para julho de 2025 terminou o pregão a 11,07%. Ou seja, uma alta de 0,5 ponto percentual na taxa em um ano.

Segundo Ramos, a desvalorização do real e a alta nos juros futuros são reflexo do aumento da preocupação de investidores com a saúde fiscal do Brasil. "O ambiente, que vem azedando gradualmente, piorou com mais intensidade nos últimos dois meses, com a mudança substancial nas metas fiscais."

Em abril, o governo trocou a meta de 2025 objetivo "de um superávit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) no ano que vem deu lugar à intenção de zerar a diferença entre gastos e arrecadação. O mercado, porém, segue com a previsão de déficit próximo a 0,7% do PIB nos dois anos.

"O governo tem pouca vontade política de controlar e cortar o gasto", diz Ramos.

Apesar do cenário de aversão a risco, o economista ainda vê espaço para dois cortes na Selic neste ano, considerando que o Fed (banco central dos EUA) também reduza sua taxa, "mas com convicção cada vez menor". Seriam reduções de 0,25 ponto percentual cada uma, uma em novembro e outra em dezembro, levando a taxa para 10%.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, compartilha dessa visão. "A percepção de risco maior é que o governo provavelmente terá que revisar a meta fiscal, pois não temos mecanismo para controlar [os gastos]. Acabou a confiança no arcabouço."

Segundo Rafaela, além de as últimas tentativas do ministro Fernando Haddad de elevar a arrecadação terem falhado, os gastos estão maiores do que o previsto no Orçamento. "O gasto subiu muito mais do que o esperado, e esperamos uma atitude [do governo] em resposta que não veio", diz a economista, que alterou sua previsão da Selic ao fim de 2024 de 9,75% para 10,50%.

Para os analistas, a estratégia de equilibrar as contas públicas pelo lado da arrecadação se mostra insuficiente.

"O arcabouço nunca funcionou como âncora fiscal. O mercado nunca comprou essa ideia. É preciso pensar de maneira mais crítica sobre o tamanho do gasto", diz Ramos.

Uma das alternativas para conter as despesas trabalhadas por Haddad e Simone Tebet (Planejamento) é a desvinculação do salário mínimo a benefícios como o INSS, alvo de críticas por parte de alas do governo.

Sung, da Suno, afirma que o desgaste interno no governo Lula também é um fator por trás do aumento do risco fiscal.

"O maior problema não é apenas a mudança na meta, mas a falta de direcionamento do Executivo em relação à dinâmica de receita e despesa à frente, algo que não foi atacada pelo governo de forma significante", diz Sung.

> O caminho mais prudente [para o BC] é interromper o ciclo de corte [na Selic] até que os riscos e a inflação projetada melhorem
>
> **Alberto Ramos**
> diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs

INÊS 249

CEAGESP

GOVERNO FEDERAL BRASIL

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CEAGESP

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) é uma Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, presente na capital e no interior do estado de São Paulo. É referência nacional nos serviços de Entrepostagem e Armazenagem.

A CEAGESP possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a Armazenagem e a Entrepostagem.

A Companhia possui a maior Central de Abastecimento da América Latina, que é o Entreposto Terminal de São Paulo (ETSP), localizado no bairro da Vila Leopoldina. Possui ainda mais 12 unidades de Entrepostos pelo interior.

Além disso, a CEAGESP é a maior rede pública de silos e armazéns gerais do estado de São Paulo, com 13 unidades ativas e capacidade estática para mais de 1 milhão de toneladas em armazenagem, divididas em silos (grandes depósitos para guardar produtos agrícolas) e graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel).

Dessa forma, a Companhia garante, de forma sustentável, a infraestrutura necessária para que atacadistas, varejistas, produtores rurais, cooperativas, importadores, exportadores e agroindústrias desenvolvam suas atividades com garantia de segurança, eficiência e serviços qualificados.

Contexto Atual

Os últimos exercícios foram marcados por fatos relevantes que impactaram na economia do país e do mundo. Em 2020 a pandemia da Covid-19 derrubou a economia mundial, em 2021 houve uma surpreendente recuperação, e o ano de 2022 foi marcado por antigos problemas que ressurgiram, como: os juros dispararam, não só no Brasil, mas em todo mundo; o desemprego em queda contínua; queda no rendimento econômico das famílias, principalmente as de baixa renda; e, principalmente, a inflação, que voltou em níveis relevantes.

No cenário do agronegócio, a pressão para aumento dos preços decorreu, principalmente, do clima desfavorável, que prejudicou safras de alguns países exportadores de alimentos, e da pandemia que ainda ameaçava de uma forma mais amena. Estes fatos desorganizaram a cadeia de produção agrícola e, como consequência, a inflação dos alimentos no Brasil em novembro/22, por exemplo, foi quase o dobro da registrada pelo IPCA geral.

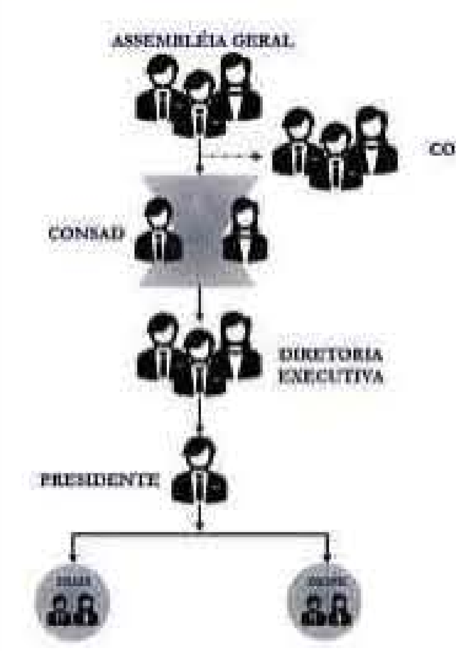
Nesse contexto, o volume financeiro (totalização de produtos recebidos x preço médio praticado) negociado na CEAGESP (Entrepostagem) totalizou R$ 15,5 bilhões, alta nominal de 16,5%. O IPCA (índice de inflação oficial do país) encerrou o ano em 5,79%, influenciado principalmente pelos preços dos alimentos, inclusive, itens que são comercializados na CEAGESP. As principais razões foram o clima, a elevação do custo de produção, câmbio e a flutuação do preço do combustível (frete). No custo de produção, as principais razões foram as altas nos preços dos fertilizantes e defensivos agrícolas que são balizados em dólar, que encerrou o ano em R$ 5,22. Entretanto, observou-se valores acima desta cotação ao longo do ano que impactaram nos custos de produção agropecuária.

Por fim, mesmo frente a este cenário com todas essas adversidades impactando na economia a CEAGESP manteve o equilíbrio financeiro e, novamente, a exemplo do exercício de 2021, conseguiu atingir um resultado positivo, apresentando um lucro líquido de R$ 14.855 milhões, frente aos R$27.382 de 2021.

Governança Corporativa, Estrutura Organizacional e Força de Trabalho

Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da CEAGESP contempla, a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, como também os Comitês Estatutários.



Assembleia Geral

É o órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e é regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. É composta por todos os acionistas da Companhia, independentemente do direito de voto. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo substituto que esse vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

É o órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. É composto de três membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelo Ministério da Economia, sendo um deles representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Conselho de Administração

É o órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da Companhia, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016. É composto de sete membros, sendo cinco indicados pelo Ministério da Economia, um representante dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010 e um representante do acionista minoritário, eleito nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do art. 19, § 2º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Diretoria Executiva

É o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composto por três membros, sendo um Diretor Presidente e dois Diretores Executivos, que são eleitos pelo Conselho de Administração.

Gestão Estratégica

A CEAGESP, em cumprimento à lei das Estatais (13.303/2016), deu continuidade à estratégia de longo prazo definida (2023-2027), bem como ao plano de negócios de 2022.

A seguir, apresentamos o principal indicador, as metas estimadas, e os respectivos valores atingidos:

Perspectiva financeira

Reduzir despesas e aumentar receitas

Percentual de aumento do EBITDA (LAJIDA - Lucros antes de Juros, Impostos, depreciação e amortização)	
Área Responsável	DECON - Departamento de Controladoria
Meta 2022	5% a.a. comparado a 2021
Fórmula	(EBITDA Trimestre Atual / EBITDA Trimestre do ano anterior) - 1
Cálculo	(16.024.555 ÷ 37.919.476) - 1 = -57,74%

Nota: Meta não atingida

Quantidade do número de compras do ano anterior versus ano atual	
Área Responsável	DELCO
Meta 2022	Redução de 15% comparado a 2021
Fórmula	(Compras Ano atual / Ano anterior) - 1
Cálculo	(7.134.179 ÷ 7.274.572) - 1 = -1,93%

Nota: Meta não atingida

Percentual de aumento da receita bruta	
Área Responsável	DEPAR
Meta 2022	Acréscimo de 5% comparado a 2021
Fórmula	(Valor da Receita Bruta do trimestre atual / Valor da Receita Bruta do trimestre anterior) - 1
Cálculo	(61.396.192 ÷ 52.994.341) - 1 = 15,85%

Nota: Meta atingida

Índice de ocupação da rede armazenadora	
Área Responsável	DEPAR
Meta 2022	Acréscimo 10% comparado a 2021
Fórmula	(Índice de ocupação trimestral atual / Índice de ocupação trimestral ano anterior) - 1
Cálculo	(209.562 ÷ 204.466) - 1 = -2,50%

Nota: Meta não atingida

Percentual de áreas vagas a serem atribuídas	
Área Responsável	DEPEC
Meta 2022	56%
Fórmula	Total de áreas vagas atribuídas / Total de áreas vagas
Cálculo	÷ 851 = 23,97%

Nota: Meta não atingida

Observa-se que as metas estimadas na perspectiva financeira, principal foco da gestão, tendo em vista os recorrentes prejuízos de exercícios anteriores, não foram atingidos em sua plenitude, porém mantiveram-se bem próximas do atingimento. Salientamos que, mesmo sem cumprir essas metas, a exemplo de 2021, a Cia. obteve lucro líquido em 2022.

Força de Trabalho (Recursos Humanos)

A CEAGESP encerrou o exercício de 2022 com 576 funcionários, distribuídos na Capital e Interior, e ainda, com 42 vagas a serem preenchidas:

FUNCIONÁRIOS	APROVADO SEST	QUANTIDADE ATUAL		VAGAS EM ABERTO	
		31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
CARREIRA	562	547	550	15	12
COMISSIONADOS	56	24	26	26	30
TOTAL	**618**	**571**	**576**	**41**	**42**

FONTE: DEARH/SEDEP

Desempenho Contábil

Evolução do Resultado

A Companhia apresentou em 2022 um Lucro Líquido de R$ 14,9 milhões em 2022, uma redução de -46,75% comparado com o exercício anterior, conforme segue:

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS



Entre os principais eventos que influenciaram na obtenção deste lucro líquido em 2022 destacam-se:

1. R$22.197 milhões de receitas advindas da imunidade tributária do IPTU do ETSP junto à Prefeitura Municipal de São Paulo;
2. R$40.002 milhões referentes à constituição de provisão de perda dos valores desembolsados pela CEAGESP para pagamento de ex-funcionários do Governo do Estado de São Paulo, com o descumprimento do contrato firmado entre as partes;
3. R$6.748 milhões advindos da alienação de ações da COSESP (Companhia de Seguros do Estado de São Paulo), empresa do Governo do Estado de São Paulo, liquidada em 2022;
4. R$ 23.497 milhões referentes à Contribuição Social sobre o Lucro e Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Diferidos. No decorrer do exercício foram constituídos os impostos diferidos sobre diversas provisões relevantes de valores ainda não realizados.

Observação: Imposto diferido é o mecanismo que permite pagar o imposto somente quando o lucro for creditado, dessa forma, o valor permanece registrado como um ativo até o seu efetivo pagamento, caso ocorra.

Receita Operacional Bruta - ROB

A receita operacional bruta da CEAGESP corresponde aos recursos gerados pelos negócios de entrepostagem e armazenagem de todas as unidades distribuídas pelo Estado de São Paulo.



Fonte: Demonstrações Contábeis (DECON).

A receita operacional bruta da Companhia fechou o exercício de 2022 com R$ 171.109 milhões, enquanto em 2021, totalizou R$ 152.304 milhões, destaca-se um aumento de 12,35%, alavancada pelo aumento nas arrecadações das receitas de permissão e concessão remunerada de uso (Entrepostagem) e serviços de prestados pela armazenagem:

Definição dos serviços
Permissão e Concessão Remunerada de Uso
Correspondem à cessão de áreas e instalações que possibilitam o desenvolvimento de atividades de entrepostagem precedidas de licitação.
Serviços Prestados na Armazenagem
Os serviços prestados na rede armazenadora são: armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção, *ad-valorem*, embarque e serviços complementares. Em 2022 houve captação de novos clientes, aumento dos serviços de processamento de grãos e a cessão de áreas ociosas.
Principais produtos que são estocados nas unidades armazenadoras: trigo, soja, milho, algodão, sorgo, açúcar entre outros.

Responsabilidade Social

A Companhia, buscando cumprir com sua função social, além de trabalhar com afinco para propiciar a garantia do direito constitucional à uma alimentação saudável, manteve programas com instituições públicas e privadas para a realização de um objetivo comum, mediante mútua colaboração. Essas parcerias/programas têm como principal objetivo a melhoria no atendimento ao cidadão, aos funcionários, clientes e fornecedores.

O principal programa realizado internamente na CEAGESP é o Banco de Alimentos, que há anos mantém a coleta e distribuição de alimentos que poderiam ser inutilizados/descartados, ao invés disso, atende instituições e pessoas com vulnerabilidade.

Banco CEAGESP de Alimentos - BCA

Criado em 2003, O BCA (Banco CEAGESP de Alimentos) tem como principal missão evitar o desperdício dos alimentos excedentes da comercialização atacadista e distribuí-los aos beneficiários das entidades públicas/privadas e associações que operem gratuitamente em todas as circunstâncias, com alimentos ou refeição das pessoas em situação de insegurança alimentar, como creches, casas de recuperação, orfanatos, hospitais públicos, asilos e entidades assistenciais em geral, além de outros bancos de alimentos parceiros.

Em 2022, o BCA do ETSP doou em sua totalidade 1.174 toneladas de alimentos que foram distribuídos em 1.326 atendimentos às 261 entidades cadastradas, conforme tabela abaixo:

Banco CEAGESP de Alimentos ETSP - 2022	
Entidades Cadastradas	261
Atendimento às Entidades (frequências)	1.326
Bancos de Alimentos Cadastrados	27
Atendimento aos Bancos de Alimentos	224
Ações Sociais (Doação Pessoa Física)	43
Ações Sociais Cidades (BCA)	5
Total de Doações (Geral)	**1.174 toneladas**

Fonte: SESUS

Com o objetivo de atender as necessidades dos menos favorecidos nesse momento tão difícil de pós pandemia, o BCA intensificou o trabalho social, colocando em sua agenda semanal a distribuição de alimentos para pessoa física e, quando solicitado, também o atendimento a chamados de ajuda humanitária de populações atingidas por problemas causados pela própria pandemia e/ou desastres naturais, ocorridos nesse ano.

Meio Ambiente

A CEAGESP se preocupa com as questões inerentes à conservação do meio ambiente, pois realiza o correto destino da maioria dos resíduos orgânicos e inorgânicos utilizados na comercialização de frutas, legumes, verduras, flores e pescados em seus Entrepostos. Há ações voltadas à reutilização, à reciclagem e ao reaproveitamento desses resíduos.

A separação de itens para reciclagem evita o encaminhamento de lixo ao aterro sanitário, também evita que sejam descartados como lixo comum, aumentando o volume a ser varrido e coletado. Essa ação, além de contribuir com o meio ambiente, reduz consideravelmente os valores a pagar com a coleta de lixo.

Pesquisa e Desenvolvimento

A CEAGESP, para atender alguns direcionadores de seu Estatuto Social conta com um setor de pesquisa e desenvolvimento - a Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira, que atua para: elaborar estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio; manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e produtos de valor econômico; qualificar pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e do agronegócio; comercializar produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Com a diminuição dos efeitos da pandemia, em 2022 as atividades foram gradativamente retomadas, como reuniões, palestras e cursos, sendo obtidos bons resultados, destacamos:

1. **Assessoria técnica** permanente a todas as áreas da CEAGESP em assuntos referentes à legislação sanitária, pós-colheita, embalagem, rotulagem e comercialização de frutas e hortaliças, bem como demais temas voltados à cadeia produtiva de frutas e hortaliças.

Apoio técnico, em parceria com a Promotoria de Justiça do Consumidor / Ministério Público de São Paulo, em questões relacionadas à rastreabilidade de produtos vegetais frescos para fins de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em frutas e hortaliças comercializados no ETSP (Entreposto Terminal de São Paulo), bem como ações em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com fins de apoio à fiscalização;

2. **Treinamentos técnicos** na área de legislação sanitária, boas práticas, pós-colheita de frutas e hortaliças frescas, embalagem, rotulagem, rastreabilidade, comercialização de frutas e hortaliças, incluindo o programa Hortiescolha (orientação de compras para os serviços de alimentação) para funcionários da Companhia, comerciantes atacadistas, distribuidores e público externo em geral interessados em assuntos referentes à cadeia produtiva de frutas e hortaliças;

3. **Participação em Acordos de Cooperação Técnica** com empresas e órgãos públicos: APL Agrotech (Processo CEAGESP 168/2021) - Arranjo Produtivo Local em parceria com a EMPTS (Empresa Municipal Parque Tecnológico de Sorocaba), acordo que promove o desenvolvimento agrícola e o acesso dos produtores rurais a novas tecnologias. Participação de 12 municípios da região de Sorocaba que são de grande importância para o abastecimento da CEAGESP, notadamente em hortaliças folhosas, hortaliças de frutos, brássicas e frutas.

EMBRAPA Diretoria de Negócios (Processo CEAGESP 025/2020) - Tratamento dos dados gerados pela CEAGESP em parceria com a SEDES (Seção de Economia e Desenvolvimento) e a EMBRAPA Diretoria de Negócios do Distrito Federal.

EMBRAPA Uva e Vinho (Processo CEAGESP 025/2020) - Acordo de cooperação que visa a atividade de prospecção, acesso e análise de dados de comercialização e qualidade das cultivares de uva da EMBRAPA em comparação com outras cultivares do mercado com os maiores volumes de comercialização no ETSP, com o objetivo de avaliar e fornecer subsídios ao programa de melhoramento genético da EMBRAPA.

SDA/MAPA (Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária) (Processo CEAGESP 077/2020) - acordo de cooperação com o DIPOV/SDA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal/Secretaria de Defesa Agropecuária, para o desenvolvimento dos referenciais fotográficos de frutas e hortaliças frescas, com base na instrução normativa IN nº 69 de 06/11/2018 dos requisitos mínimos de identidade e qualidade para produtos hortícolas, assessoria técnica na elaboração da brochura do mamão dentro do padrão internacional de comercialização para frutas e hortaliças frescas da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para a aplicação de normas internacionais. Participação nos trabalhos da delegação brasileira junto aos organismos internacionais OECD, CODEX e UNECE, elaborando e revisando padrões, regras e regulamentos técnicos para os produtos de origem vegetal.

4. Prestação de informações econômicas e de mercado:

A CEAGEP, por meio da área de Economia e Desenvolvimento, recebe e dá tratamento aos dados das notas fiscais de entrada de produtos comercializados no ETSP, a fim de elaborar relatórios de informações econômicas e de mercado, identificando a variação de preços, ajudando a sociedade a direcionar o consumo para produtos sazonais, com preços menores, e inclusive auxiliando Órgãos de controle na tomada de decisão, quando da análise de preços de alimentos.

Políticas Públicas

Anualmente, a CEAGESP divulga em seu portal a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa. Trata-se de um documento subscrito pelo Conselho de Administração que demonstra os compromissos de realização dos objetivos das Políticas Públicas para atendimento do interesse coletivo.

Cabe destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu inciso VIII, do artigo 23, trata da competência comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, atividades inerentes à CEAGESP, principalmente à questão do abastecimento alimentar.

Destacam-se as principais ações realizadas neste tema:

1. **Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma:** A Associação de Apoio à Infância e Adolescência - Nossa Turma é uma organização social sem fins lucrativos, localizada no ETSP - em espaço cedido pela CEAGESP, proporciona às crianças e adolescentes em situação de risco social e moradores do entorno do Entreposto, um espaço seguro para a socialização, onde o respeito e o resgate da cidadania são vivenciados no dia a dia;
2. **Consulta Frete:** A CEAGESP mantém em seu portal da internet uma ferramenta direcionada aos caminhoneiros que estão a utilizar o Entreposto de São Paulo. O serviço tem o objetivo de facilitar o contato entre caminhoneiros e permissionários que precisem contratar fretes;
3. **Boletim informativo diário:** Este boletim é utilizado como referência para a formação de preços do mercado atacadista com reflexos na comercialização em outros estados, bem como, servem de balizadores oficiais de políticas públicas, tais como as compras institucionais (alimentação escolar), base para auditorias do Controle Interno Federal, entre outros;
4. **Banco CEAGESP de Alimentos:** Importante trabalho social, realizado pela área de Sustentabilidade, com ações voltadas a recebimento de alimentos e respectiva doação a entidades devidamente cadastradas e necessitadas. Realiza-se também ações específicas nas cidades vítimas de desastres ambientais.

Tendência

Findo o exercício de 2022, a CEAGESP passou a incorporar, já no início de 2023, a estrutura orgânica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar - MDA. Esta transferência institucional do Ministério da Economia para o MDA reforçou a identidade social da CEAGESP no intuito de revitalizar e propor novos projetos voltados para o abastecimento e a segurança alimentar.

As ótimas perspectivas de promover novas ações em 2023 coincidiram com as previsões operacionais para os setores de armazenamento e entrepostagem da Empresa.

De acordo com as projeções do Ministério da Agricultura e Pecuária, o setor de grãos deverá obter expressivo crescimento no biênio 2023-2024. O mesmo cenário produtivo é ressaltado pelos indicadores da FGV quando se projeta um crescimento do PIB de 2% em 2022 para 8% em 2023.

Além disto, o IBGE estima um aumento na safra de grãos, cereais e leguminosas, devendo alcançar aproximadamente 294,0 milhões de toneladas com uma aumento esperado de 11,8% em relação a 2022.

No contexto interno, a CEAGESP estima que a ocupação das áreas comerciais no Entreposto Terminal de São Paulo - ETSP e nas Unidades do Interior, deverão apresentar crescimentos regulares de 2,0 a 3,0%.

Estes resultados projetados para o exercício de 2023 irão impactar positivamente as receitas da Companhia.

Se estes indicadores se mostram satisfatórios, e o avanço dos projetos de segurança alimentar apresentam ótimas perspectivas de viabilidade em 2023, uma nova incerteza surgiu ainda no exercício passado quando a CEAGESP manteve-se no Plano Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045 de 04/10/2019 do Ministério da Fazenda. Este fato traz às inúmeras incertezas sobre seu destino institucional, seus planos e projetos de expansão da ocupação de seus entrepostos e da sua rede armazenadora pela redução dos investimentos da Cia. e dos seus usuários permissionários/concessionários. Fragiliza, ainda, o seu compromisso com o abastecimento e a segurança alimentar no exato momento em que o Governo Federal retoma seu papel condutor das políticas de combate à fome e a desnutrição e a saúde.

Deste modo, é fundamental e com a urgência necessária que seja mantida a atual permanência da CEAGESP na estrutura orgânica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura familiar - MDA, como instrumento garantidor do fortalecimento e da expansão deste importante complexo de abastecimento alimentar e das políticas de segurança alimentar.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.081	24.144
Clientes	5	25.635	24.692
Impostos a recuperar / compensar	6	6.459	216
Estoques	7	1.316	832
Outros valores	8	13.284	512
Despesas antecipadas	9	2.467	1.410
Total do ativo circulante		**83.242**	**51.806**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Causas judiciais	10	3.259	9.204
Contas a Receber Gov. Est. SP.	10	–	33.041
IRPJ e CSLL - diferidos	11	23.497	–
Outros valores	12	74.573	2.051
Impostos a recuperar / compensar	6	1.551	–
Total do realizável a longo prazo		**102.880**	**44.296**
Investimentos	13	86	241
Imobilizado	14	185.382	192.908
Intangível	15	89	183
Total do ativo não circulante		**288.437**	**237.628**
TOTAL DO ATIVO		**371.679**	**289.434**

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO + Patrimônio líquido			
Passivo Circulante			
Fornecedores	16	5.312	4.120
Arrendamento mercantil	17	201	–
Férias e encargos a pagar	18	8.875	7.921
Contribuições sociais a recolher	19	4.066	3.392
Obrigações fiscais a recolher	20	4.919	10.683
Obrigações trabalhistas a pagar	22	311	624
PLR a pagar	23	4.293	–
Contas a pagar	24	5.202	3.224
Dividendos a pagar	25	8.197	6.646
Total do passivo circulante		**41.376**	**36.610**
Passivo não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	26	–	5.148
Obrigações fiscais a recolher	20	1.059	48.598
Outras Obrigações	21	111.770	–
Provisões judiciais	27	12.028	14.540
Provisão atuarial	28	9.056	–
Total do passivo não circulante		**133.913**	**68.286**
Patrimônio líquido			
Capital social	29.1	142.235	137.041
Reservas de lucros	29.2	39.619	32.392
Ajuste de Avaliação Patrimonial	29.3	14.536	15.105
Total do patrimônio líquido		**196.390**	**184.538**
TOTAL DO PASSIVO + PL		**371.679**	**289.434**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Receita operacional líquida	30.1	**146.744**	**129.856**
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	30.2	(75.094)	(58.930)
Lucro bruto		**71.650**	**70.926**
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas		(5)	(17)
Gerais e administrativas	30.3	(97.265)	(39.708)
Honorários da administração		(1.177)	(1.041)
Outras despesas operacionais		(1.721)	(155)
PLR	23	(4.293)	–
Outras receitas operacionais	30.4	39.666	634
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**6.855**	**30.639**
Despesas financeiras	30.5	(20.541)	(943)
Receitas financeiras	30.6	17.709	3.678
RESULTADO FINANCEIRO		**(2.832)**	**2.735**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**4.023**	**33.374**
Contribuição social corrente	35.1	(3.454)	(1.727)
Imposto de renda corrente	35.1	(9.211)	(4.265)
Contribuição social diferida	11	6.220	–
Imposto de renda diferido	11	17.277	–
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**14.855**	**27.382**
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO - 34.403.023 ações		**0,43**	**0,80**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Retenção de Lucro	Reservas de Lucros: Reserva Especial	Reservas de Lucros: Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**137.041**	**15.675**	**3.513**	**–**	**3.098**	**7.572**	**–**	**166.900**
Realização da reserva de reavaliação	–	(570)	–	–	–	–	570	–
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	27.382	27.382
Constituição da Reserva Legal	–	–	1.369	–	–	–	(1.369)	–
Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	–	–	–	19.937	–	–	(19.937)	–
Constituição Dividendos a Pagar	–	–	–	–	–	–	(6.646)	(6.646)
Atualização da Reserva Especial	–	–	–	–	134	–	–	134
Pagamento da reserva especial (Dividendos)	–	–	–	–	(3.232)	–	–	(3.232)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**137.041**	**15.105**	**4.882**	**19.937**	**–**	**7.572**	**–**	**184.538**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**137.041**	**15.106**	**4.882**	**19.937**	**–**	**7.572**	**–**	**184.538**
Realização da reserva de reavaliação	–	(570)	–	–	–	–	570	–
Capital Subscrito	5.194	–	–	–	–	–	–	5.194
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	14.855	14.855
Constituição da Reserva Legal	–	–	743	–	–	–	(743)	–
Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	–	–	–	6.485	–	–	(6.485)	–
Constituição Dividendos a Pagar	–	–	–	–	–	–	(8.197)	(8.197)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**142.235**	**14.536**	**6.578**	**26.422**	**–**	**7.572**	**–**	**196.390**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

1. OBJETO

A Companhia é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, com sede, administração e foro localizados na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1.946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e vinculada ao Ministério da Economia, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu Estatuto Social. O Decreto nº 10.041, de 3 de outubro de 2019, publicado no dia 4 de outubro de 2019, transferiu a vinculação da CEAGESP, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Economia.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos do agronegócio, atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Presta serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para finalidades diversas.

Executa, ainda, serviços complementares de estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, mantendo serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Opera a sala de vendas públicas, na forma prevista no artigo 28 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 04 de março de 2024 e serão divulgadas após analisadas pelo Conselho de Administração.

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (IFRS e BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e correlacionadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações contábeis.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas com a adoção de práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis encerradas para 31 de dezembro de 2021, publicadas em março de 2022, portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os ativos são demonstrados pelos valores de custo histórico, e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

Os títulos a receber estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais, que requerem a análise periódica das carteiras de créditos. Além do registro das perdas incorridas, em atendimento do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", subitem 5.5 que trata da Redução ao Valor Recuperável", foi estabelecido, em dezembro de 2021, um valor adicional de perdas esperadas, com o objetivo de registrar as perdas prováveis do grupo Clientes, subgrupo "títulos a vencer" da entrepostagem. A metodologia foi desenvolvida com base no histórico do não recebimento de títulos, e definiu a aplicação de um percentual pela expectativa histórica de não recebimento desta carteira, conforme nota explicativa nº 5.4. A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD é considerada suficiente pela Alta Administração e atende aos critérios estabelecidos para cobrir eventuais perdas.

3.4. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo método de avaliação "custo médio ponderado".

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de imposto de Renda e CSLL, e, leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

3.6. Investimentos

Estão demonstrados pelo valor de aquisição.

3.7. Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação. O cálculo da depreciação sobre a vida útil estimada dos bens foi implementado em 2016, com base em laudo emitido por empresa contratada que realizou o levantamento de todos os bens da Companhia. O ativo intangível composto por marcas e direitos de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação, devendo ser mantidas neste grupo até a sua efetiva baixa.

3.8. Arrendamentos

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia não detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos operacional. Estes são ativados no início do arrendamento, pelo valor justo do bem arrendado.

O ativo é incluído no balanço patrimonial na rubrica "Veículos - Arrendamento Mercantil" do grupo Imobilizado. Os custos gerados neste arrendamento é reconhecida de acordo com a prática contábil mencionada em nota explicativa nº 14.

3.9. Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados periodicamente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável.

O teste de impairment pelo valor justo líquido de despesa de venda: também apresentou evidencias de que o valor venal dos bens imóveis supera em 10 (dez) vezes o valor líquido contábil da UGC CEAGESP, o que afasta quaisquer indícios de perda por desvalorização. No teste do Grupo de Ativos, o que tem mais materialidade (Bens Imóveis) supera o valor líquido contábil de Bens Móveis e Imóveis, o que prova a recuperabilidade.

A Administração considera remota que o valor recuperável dos ativos correntes seja menor do que o valor contábil.

3.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

3.11. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

3.12. Obrigações e Provisões de Contingências

As obrigações com terceiros são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicáveis, os correspondentes encargos e variações monetárias, previstas contratual ou legalmente, incorridos até a data do Balanço. As provisões de contingências são constituídas com base em opinião do departamento jurídico e da Alta Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pelo departamento jurídico estão divulgadas na nota explicativa nº 27, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

3.13. Provisão Atuarial

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço. A obrigação de benefício definido é calculada com base no método da unidade de crédito projetada. No presente estudo foi adotada a segregação por sexo. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das futuras saídas de caixa estimadas, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, que sejam denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. A probabilidade de saída da empresa antes de completar a elegibilidade à aposentadoria é nula.

3.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

3.15. Reconhecimento de Receitas

A receita de vendas inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

3.16. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

3.17. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações de passivos contingentes.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias e são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	40	35
Bancos Conta Movimento	1.877	5.648
Aplicações Financeiras	32.164	18.461
	34.081	**24.144**

4.1. Caixa

Refere-se ao fundo fixo, recurso disponibilizado através de cartão de débito para pagamento de pequenas despesas da Matriz e Unidades Operacionais.

4.2. Bancos Conta Movimento

Correspondem aos saldos em contas correntes mantidas com as instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander.

4.3. Aplicações Financeiras

Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

5. CLIENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Contas a Receber - Entrepostagem	21.675	21.318
Valores em Cobrança	4.460	5.101
Contas a Receber - Armazenagem	4.225	4.102
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(4.725)	(5.829)
	25.635	**24.692**

Os créditos a receber são decorrentes da prestação de serviços e estão registrados pelo valor original, deduzidos da PECLD.

5.1. Contas a Receber - Entrepostagem

Nesta conta são registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia. A rede de entrepostos é composta por 12 Unidades no interior, 1 na Capital e 4 Unidades Frigoríficas (desativadas). O aumento de R$ 357 registrado nesta nomenclatura está relacionado, principalmente, à recuperação do IPTU do período.

5.2. Valores em Cobrança

São créditos vencidos de cobrança sob análise jurídica relativos a permissões, autorizações ou concessões canceladas ou de clientes/depositantes da rede armazenadora, que se encontram em análise de abertura de processo judicial. Houve uma diminuição de R$ 641 em relação 31 de dezembro de 2021.

5.3. Contas a Receber - Armazenagem

Consiste em valores a receber de clientes da rede armazenadora, composta por 35 Unidades (unidades e terrenos), sendo, 13 ativas, 18 cedidas e 4 inativas, em 31 de dezembro de 2022. Houve aumento de R$ 123 em relação a 31 de dezembro de 2021 e está relacionado ao aumento do faturamento decorrente da captação de novos clientes, aumento dos serviços de processamento de grãos e a cessão de áreas ociosas.

5.4. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia adota como política o registro do valor total das perdas estimadas com vencimentos superiores a 180 dias e demais critérios detalhados a seguir.

Além do registro das perdas incorridas, em atendimento do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", subitem 5.5 que trata da Redução ao Valor Recuperável", foi estabelecido, em dezembro de 2021, um valor adicional de perdas esperadas, com o objetivo de registrar as perdas prováveis do grupo Clientes, subgrupo "títulos a vencer" da entrepostagem. A metodologia foi desenvolvida com base no histórico do não recebimento de títulos, e definiu a aplicação de um percentual pela expectativa histórica de não recebimento desta carteira.

Dessa forma, na atividade de entrepostagem são considerados os valores vencidos e complementar de perdas esperadas, enquanto na armazenagem é considerado uma estimativa de perda, para complementar o valor da mercadoria estocada para garantia de uma potencial saída de recursos.

Houve redução de R$ 1.104 em relação a 31 de dezembro de 2021, tendo as principais variações nas cobranças judiciais em análise em R$ 642, e, na entrepostagem em R$ 317.

Movimentação a conta	Saldo em 31.12.2021	Entrada	Saída	Perdas Estimadas	Saldo em 31.12.2022
Cobranças no Jurídico em Análise	(5.101)	(878)	1.520	–	**(4.459)**
CEASAS, Frigoríficos e E.T.S.P	(415)	(6)	23	300	**(98)**
Contas a Receber Cliente Armazéns	(133)	(350)	341	56	**(86)**
Usuários - Parcelados	(179)	(48)	123	22	**(82)**
Usuários-Parcelados-Proc. SINCAESP	(1)	–	1	–	–
Total de constituição	**(5.829)**	**(1.282)**	**2.008**	**378**	**(4.725)**

6. IMPOSTOS A RECUPERAR OU A COMPENSAR

	31.12.2022 Curto Prazo	31.12.2022 Longo Prazo	31.12.2021 Curto Prazo	31.12.2021 Longo Prazo
IRPJ - Saldo Negativo	4.812	–	191	–
CSLL - Saldo Negativo	1.647	–	25	–
Cofins/Pasep a recuperar	–	1.551	–	–
	6.459	**1.551**	**216**	**–**

Os valores de IRPJ e CSLL recolhidos por estimativa referem-se a recolhimentos no Lucro Real Anual mediante apuração feita por estimativas mensais, com recolhimentos mensais, a título de antecipações mensais. O encerramento definitivo se dá no fim do período de apuração, por meio da Declaração de Ajuste Anual. Os valores de IRPJ e CSLL saldos negativos referem-se a apuração recolhida a maior após o encontro de contas deste grupo.

7. ESTOQUES

	31.12.2022	31.12.2021
Almoxarifado	1.279	831
Estoques de Vendas	37	1
	1.316	**832**

O almoxarifado é composto por insumos necessários à operação e manutenção das atividades da Companhia, cuja avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição ponderado.

7.1. Estoque de Terceiros

O controle do estoque físico dos produtos armazenados é realizado pelo DEPAR - Departamento de Armazenagem, área responsável pela administração e armazenamento dos produtos. O valor anual apresentado de 2022 corresponde a R$ 365.915.

Os controles quantitativos das mercadorias de terceiros depositadas nos armazéns são registrados através de formulários de controle desenvolvidos nas unidades e são enviados mensalmente à área fiscal e contábil para o registro em contas de compensação.

Vale mencionar que os estoques de terceiros estão segurados através da apólice de seguro patrimonial - Riscos Nomeados e Mercadoria a valor ajustável.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021(Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**14.855**	**27.382**
Item que não será reclassificado para o resultado		
(+) Realização da reserva de reavaliação	570	570
RESULTADO LÍQUIDO ABRANGENTE	**15.425**	**27.952**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021(Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	14.855	27.382
Depreciação e amortização	9.169	7.281
Resultado da alienação de imobilizado	(8.436)	896
Despesas com provisões judiciais	6.545	(15.850)
Variação monetária líquida	9.690	1.515
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber - processos trabalhistas	37.581	(1.681)
Contas a receber - alienação de imóveis	(23.497)	0
Contas a receber - clientes	(942)	10.970
Estoques	(484)	(225)
Impostos a recuperar	(7.794)	0
Despesas antecipadas	(1.057)	(683)
Outros créditos	(73.230)	1.637
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Contas correntes credores	3.354	35
Fornecedores	1.393	77
Impostos, encargos e contribuições a recolher	4.382	(2.116)
Obrigações fiscais a recolher	(58.288)	(13.576)
Contas a pagar	96.852	3.179
Férias e encargos a pagar	953	(523)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**11.046**	**18.319**
Atividades de investimentos		
Investimento		
Redução do investimento	156	–
Imobilizado		
Aquisição de imobilizado	(2.430)	(422)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(2.274)**	**(422)**
Atividades de financiamentos		
Variação monetária sobre adiantamento para futuro aumento de capital	46	68
Dividendos pagos	(6.961)	(3.232)
Recebimento ressarcimento de seguros	1.332	–
Recebimento participação societária	6.748	–
Pagamento de empréstimos	–	(2.050)
Juros pagos sobre empréstimos	–	25
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**1.165**	**(5.189)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**9.937**	**12.708**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**24.144**	**11.436**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**34.081**	**24.144**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**9.937**	**12.708**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

		31.12.2022	31.12.2021
1	**Receitas**	**168.353**	**144.693**
1.1	Receitas operacionais	171.109	152.304
1.2	Perda / reversão de crédito de liquidação duvidosa	(42.422)	(8.245)
1.3	Outras receitas operacionais	39.666	634
2	**Insumos adquiridos de terceiros**	**(57.117)**	**(29.103)**
2.1	Energia, serviços adquiridos de terceiros, água e outros	(37.774)	(31.980)
2.2	Materiais e manutenções	(7.431)	(7.879)
2.3	Propaganda e publicidade	(9)	(30)
2.4	Utilidades e serviços	(3.953)	(3.484)
2.5	Provisões diversas	(7.950)	14.270
3	**Valor adicionado bruto (1 - 2)**	**111.236**	**115.590**
4	**Retenções**	**(9.169)**	**(7.281)**
4.1	Depreciação e amortização	(9.169)	(7.281)
5	**Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3 - 4)**	**102.067**	**108.309**
6	**Valor adicionado recebido em transferência**	**17.709**	**3.678**
6.1	Receitas financeiras	17.709	3.678
	Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**119.776**	**111.987**
	Distribuição do valor adicionado	**119.776**	**111.987**
7	**Remuneração do trabalho**	**53.540**	**47.327**
7.1	Salários, honorários e benefícios	47.220	40.111
7.2	FGTS	6.320	7.216
8	**Remuneração do governo**	**30.839**	**36.335**
8.1	Federais (IRPJ/CSLL)	(10.832)	5.992
8.2	INSS	17.337	15.384
8.3	PIS/COFINS sobre vendas	19.749	19.512
8.4	Impostos, taxas e contribuições	4.585	(4.553)
9	**Remuneração de capital de terceiros**	**20.542**	**943**
9.1	Juros, multas e atualizações monetárias	20.542	943
10	**Remuneração de capitais próprios**	**14.855**	**27.382**
10.1	Dividendos	8.197	–
10.2	Lucro	6.658	27.382

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

8. OUTROS VALORES

	31.12.2022	31.12.2021
Prefeitura Município de São Paulo - PMSP	12.686	–
Adiantamentos a Funcionários	502	433
Outros Créditos	79	62
Cauções para Garantias Diversas	17	17
	13.284	**512**

8.1. Prefeitura Município de São Paulo - PMSP

Valores a receber da Prefeitura de São Paulo referente os IPTUs que foram pagos em diversos anos anteriores a 2022 e que a CEAGESP havia solicitado a sua devolução. Estes valores deverão ser depositados em conta corrente da CEAGESP, sendo que, parte destes valores será repassado aos permissionários. (nota explicativa nº 21).

8.2. Adiantamentos a Funcionários

São registrados adiantamentos de férias, salários, 13º salário e custeio para viagens.

8.3. Outros Créditos

Valores a receber de funcionários referente a desconto de benefícios diversos, principalmente por ocasião de afastamento e por não possuir saldo em conta de salário a descontar naquele momento, para ser descontado em folha de pagamento futura ou restituição dos valores pelo funcionário. Estes valores deverão ser depositados em conta corrente da CEAGESP.

8.4. Cauções para Garantias Diversas

Valores a recuperar referentes a garantias contratuais. O valor registrado é relacionado à caução de serviços públicos da Prefeitura de São Paulo.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	31.12.2022	31.12.2021
Prêmios de Seguros a Vencer	2.467	1.410

9.1. Prêmio de Seguros a Vencer

São registradas as parcelas de seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e de responsabilidade civil de acordo com período de vigência, conforme nota explicativa nº 33.

10. CAUSAS JUDICIAIS E CONTAS A RECEBER - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Movimentação do Período	31.12.2021	Adições	Reversões ao reclamante	Provisão p/ perdas	31.12.2022
Causas Trabalhistas - Terceiros	1.664	234	(166)	–	1.732
Causas Trabalhistas - CEAGESP	733	348	(20)	–	1.061
Causas Diversas - Cíveis	464	4.021	(4.019)	–	466
Contas a receber Governo do Estado de São Paulo (Ressarcimento)	37.979	1.569	(753)	(38.795)	–
Contas a Receber do Governo Estado de São Paulo - Processos em Andamento	1.405	2	(200)	(1.207)	–
	42.245	**6.174**	**(5.158)**	**(40.002)**	**3.259**

10.1. Causas Trabalhistas - Terceiros

Nesta rubrica são contabilizados os pagamentos de ações nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária. São processos de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados. Tais valores permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.

10.2. Causas Trabalhistas - CEAGESP

São contabilizados os valores desembolsados e classificados como recuperáveis, de processos trabalhistas de responsabilidade da CEAGESP. Tais valores permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.

10.3. Causas Diversas - Cíveis

São registrados os valores de depósitos judiciais como garantia, classificados como recuperáveis até o trânsito em julgado dos processos e baixados conforme parecer jurídico.

10.4. **Contas a receber Governo do Estado de São Paulo**

Compreendem os valores desembolsados referentes a antecipações de ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, aguardando ressarcimento do Governo do Estado de São Paulo que é responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de

INÊS 249



CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9



Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 ("Complementações").

10.5. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo - Processos em Andamento
Contemplam valores classificados como recebíveis de acordo com classificação jurídica. A contrapartida do lançamento é a conta do passivo não circulante denominada "Provisões Judiciais - Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo".
Conforme proposta aprovada em RD nº 050 de 25/11/2022 para a contabilização dos saldos das contas "Contas a receber Governo do Estado de São Paulo" e "Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo - Processos em Andamento" como provisão de perda, conforme CPC 48, referente Contrato entre Ceagesp e Governo do Estado de São Paulo até o julgamento final na 2ª Vara Cível da Justiça Federal do Processo nº 5018620-22.2019.4.03.6100.

11. IRPJ E CSLL - DIFERIDOS

Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	31.12.2022 Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total
Contingências cíveis	4.013	1.003	361	1.364
Contingências trabalhistas	8.016	2.004	721	2.726
Provisão atuarial	9.056	2.264	815	3.079
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.725	1.181	425	1.606
Provisão PLR	4.293	1.073	386	1.460
Provisão de créditos junto ao Governo	39.006	9.752	3.511	13.262
		17.277	6.220	23.497

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado. Os impostos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes.

12. OUTROS VALORES - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	31.12.2022	31.12.2021
Prefeitura Município de São Paulo - PMSP	72.522	–
Realizáveis por Venda de Imóveis	2.051	2.051
	74.573	2.051

12.1. **Prefeitura Município de São Paulo - PMSP**
Valores a receber da Prefeitura de São Paulo referente os IPTUs que foram pagos em diversos anos anteriores a 2022 e que a CEAGESP havia solicitado a sua devolução. Estes valores deverão ser depositados em conta corrente da CEAGESP, sendo que, parte destes valores será repassado aos permissionários. (nota explicativa nº 21).

12.2. **Realizáveis por Venda de Imóveis**
Referem-se a valores a receber da Prefeitura Municipal de Itapetininga, decorrentes de demandas judiciais em processo de negociação. Nesta conta não foi estimada a PECLD, pois o bem é mantido como garantia real da Companhia.

13. INVESTIMENTOS

	31.12.2022	31.12.2021
Obras de arte	80	–
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação Voluntária Permanente	2	237
	86	241

A conta obras de arte consiste no recebimento por doação de duas esculturas instaladas no ETSP.
O valor de R$ 236 da Participação Voluntária Permanente equivalente a 6.197.058 ações ordinárias nominativas e não controladoras foi baixado em 03/2022 decorrente da liquidação da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, conforme Carta BNDES ASN/DECAT 007/22 de 16 de março de 2022.
O saldo remanescente é composto por participações acionárias nas empresas FEPASA, PRODESP e COTERSO.

14. IMOBILIZADO

Descrição	31.12.2021 Valor líquido	31.12.2022 Custo	Taxa (%)	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis	94.217	304.541	2,00	(213.646)	90.895
Terrenos	72.193	72.193	–	–	72.193
Equipamentos e Instalações	11.759	38.982	6,67	(27.683)	11.299
Obras Elétricas	7.208	19.685	6,67	(13.233)	6.452
Obras em Andamento	4.079	2.540	–	–	2.540
Equipamentos de Informática	918	5.025	14,79	(4.321)	704
Móveis e Utensílios	404	2.620	11,11	(2.114)	506
Benfeitorias em Bens de Terceiros	299	2.634	2,00	(2.380)	254
Obras Hidráulicas	268	4.323	6,67	(4.099)	224
Veículos	81	642	10,00	(528)	114
Veículos - Arrendamento Mercantil	–	301	8,33	(100)	201
Bens de Terceiro em Nosso Poder					
Imóveis	1.207	–	–	–	–
Equipamentos e Instalações	161	–	–	–	–
Móveis e Utensílios	114	–	–	–	–
	192.908	453.486	–	(268.104)	185.382

A Companhia possui unidades operacionais em municípios do Estado de São Paulo assim localizadas:
- 34 Unidades Armazenadoras Operacionais.
- 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
- 01 Unidade de Entrepostagem na Capital.
- 04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
- 12 Unidades de Entrepostagem no Interior (Ceasas).
- 04 Terrenos.

Parte das unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal.
O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. No exercício de 1986, a Companhia reavaliou todos os itens das contas de edificações localizados em unidades operacionais ativas (vide nota explicativa nº 29.3).
A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.
A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil econômica dos bens, de acordo com o IAS 16 (CPC27), tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.
O CPC 01 (R1) "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", item 9, determina: (...) "A entidade deve avaliar, ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização". Até o momento a administração não identificou indícios de impairment.
Em agosto de 2022 a CEAGESP contratou serviço especializado para identificação de possível desvalorização de ativos "teste de *Impairment*". Através do certificado emitido pela empresa contratada não houve indícios para ajuste de impairment. Durante o exercício de 2022 a administração da Companhia não identificou a necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável em seu imobilizado.

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO (CUSTO DE AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO)

	31.12.2021	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2022
Imóveis	94.217	1.207	–	(4.529)	90.895
Terrenos	72.193	–	–	–	72.193
Equipamentos e Instalações	11.759	2.742	(81)	(3.121)	11.299
Obras Elétricas	7.208	–	–	(756)	6.452
Obras em Andamento	4.079	2.560	(4.099)	–	2.540
Equipamentos de Informática	918	3	–	(217)	704
Móveis e Utensílios	404	320	(3)	(215)	506
Benfeitorias em Bens de Terceiros	299	–	–	(44)	254
Obras Hidráulicas	268	–	–	(45)	224
Veículos	81	44	–	(11)	114
Veículos - Arrendamento Mercantil	–	301	–	(100)	201
Bens de Terceiro em Nosso Poder					
Imóveis	1.207	–	(1.207)	–	–
Equipamentos e Instalações	161	–	(161)	–	–
Móveis e Utensílios	114	–	(114)	–	–
	192.908	7.177	(5.665)	(9.038)	185.382

15. INTANGÍVEL

	31.12.2022 Custo	Taxa (%)	Amortização acumulada	Valor líquido	31.12.2021 Valor líquido
Direitos de Uso de Software	4.833	20	(4.744)	89	183
Marcas e Patentes	37	14,79	(37)	–	–
	4.870	–	(4.781)	89	183

MOVIMENTAÇÃO (CUSTO DE AQUISIÇÃO)

	31.12.2021	Adições	Amortização	31.12.2022
Direitos de Uso de Software	183	–	(94)	89

16. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	5.513	4.120

A conta de Fornecedores apresentou uma variação de R$ 1.392 maior em relação a dezembro de 2021 principalmente para os serviços de segurança, limpeza e renovação de seguro.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

	31.12.2022	31.12.2021
Arrendamento Mercantil	201	–

Conta Arrendamento Mercantil refere-se a operações de arrendamento de veículos de acordo com a NBC TG 06 (R3).
A Companhia adotou o posicionamento do registro de arrendamentos de veículos a partir de 2022.

18. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Férias e Gratificações	6.543	5.828
INSS e FGTS a Pagar	2.332	2.093
	8.875	7.921

As obrigações referentes a direitos trabalhistas são constituídas com base nas provisões realizadas através das informações fornecidas pela folha de pagamento da Companhia.

19. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31.12.2022	31.12.2021
INSS - Empresa - Empregados	1.574	1.455
Cofins a Recolher	1.187	838
INSS - Lei nº 9.711/98 e OS nº 203/99	528	430
FGTS - Empresa	521	488
Pasep a Recolher	256	181
	4.066	3.392

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais, bem como às obrigações tributárias relativas a Pasep e Cofins sobre o faturamento.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER

	31.12.2022 Curto prazo	31.12.2022 Longo prazo	31.12.2021 Curto prazo	31.12.2021 Longo prazo
Impostos Retidos - Lei nº 10.833/03	1.578	–	1.316	–
Programa Recuperação Fiscal - Refis	1.413	1.059	1.338	2.341
Imposto de Renda - Fonte - Empregados	1.167	–	1.713	–
Impostos e Taxas Municipais	481	–	439	–
ISS de Terceiros	211	–	200	–
ISS - Empresa	69	–	56	–
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI	–	–	5.337	46.257
IRPJ e CSLL a Recolher	–	–	272	–
ICMS a Recolher	–	–	12	–
	4.919	1.059	10.683	48.598

Correspondem às retenções tributárias e outras obrigações.

20.1. Programa de Recuperação Fiscal - Refis
O saldo refere-se a débitos de Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL devidos à Receita Federal do Brasil - RFB anteriores ao exercício de 2008. O débito total é de R$ 2.472, corrigidas mensalmente pela taxa Selic, com término do parcelamento previsto para 28/09/2024.

20.2. Impostos e Taxas Municipais
Correspondem ao IPTU e taxas a pagar.

20.3. Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI
Refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, nos exercícios de 2014 a 2020, conforme adesão ao parcelamento nº 3192452-2 de 19 de agosto de 2021.

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

	Saldo Anterior	Baixas	Atualização	Imunidade Tributária	Parte Ceagesp	Parte Permissionários	31.12.2022
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI	57.139	(11.155)	5.728	51.712	22.197	29.515	–

No decorrer de 2022 a Companhia obteve imunidade tributária junto a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP referente ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI conforme processos números 6017.2021/0001226-2, 6021.2022/0021749-6, 6017.2022/004855-9, no valor total de R$51.712.

21 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2022
Correntistas credores - LP	111.770
	111.770

Em função das três decisões de imunidade tributária deferidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP em 26/05/2022 (Processo nº 6017.2021/0001226-2), 01/08/2022 (Processo nº 6021.2022/0021749-6) e 07/10/2022 (Processo nº 6017.2022/0040855-9), a CEAGESP passou a ter direito de recebimento dos valores de IPTU de anos anteriores. Entretanto, parte dos valores a serem devolvidos pela PMSP deverá ser repassada ao permissionários (atualizada pelo IPCA) já que o IPTU era rateado com os mesmos. Desse modo, em conjunto com os valores a receber da PMSP (notas explicativas nº 8 e 12) foi necessário constituir passivo proporcional aos valores que serão restituídos aos permissionários.

DOS REGISTROS CONTÁBEIS:
Em 19 de fevereiro de 2024, a Companhia deliberou aprovação, em RDE Extraordinária nº 01/2024, para a reabertura do Balanço de 2022. Diante da decisão exarada foram realizados os registros contábeis, na seguinte ordem:
Registros Contábeis do PPI:
- O primeiro registro contábil do IPTU refere-se ao estorno da contabilização feita em 2022 relativa à baixa do passivo constituído baseado no PPI no valor de R$ 51.712, sendo: debito na conta Resultado - Outras Receitas e credito na conta do Passivo - PPI-Parcelamento Incentivado no Curto e Longo Prazo;
- O segundo registro contábil do IPTU refere-se à contabilização completa do ajuste em 2022, incluindo os valores a serem devolvidos aos permissionários relativos à baixa da dívida do PPI no valor 51.712, sendo: debito na conta do Passivo - PPI-Parcelamento Incentivado no Curto e Longo Prazo, e, créditos de R$ 29.515 na conta do Passivo - Correntistas Credores - IPTU - LP, e de R$ 22.197 na conta do Resultado - Outras Receitas;
- O terceiro registro contábil do PPI refere-se à correção monetária pelo IPCA dos valores de IPTU a serem devolvidos aos permissionários, do momento do pagamento até 31/12/2022 no valor de R$ 5.564, sendo: debito na conta do Resultado - Despesas Financeiras - Variação Monetária Passiva e credito na conta do Passivo - Correntistas Credores - IPTU - LP.

Registros contábeis da devolução dos valores pagos e a pagar pela PMSP e dos valores a pagar aos permissionários:
- O primeiro registro contábil refere-se aos valores devolvidos e a devolver pela PMSP, sendo: debito na conta do Ativo - Contas a receber a curto e longo prazo da PMSP no valor principal de R$ 74.548 (nota explicativa nº 12), e, credito na conta do Passivo - Correntistas Credores - IPTU - LP valor principal de R$ 67.163 (nota explicativa nº 21) e credito na conta do Resultado - Outras Receitas no valor de R$ 7.385;
- O segundo registro contábil refere-se à correção monetária pelo IPCA dos valores de IPTU a serem devolvidos aos permissionários, do momento do pagamento até 31/12/2022, no valor de R$ 9.528 (nota explicativa nº 30.5), sendo: debito na conta do Resultado - Despesas Financeiras - Variação Monetária Passiva, e, credito na conta do Passivo - Correntistas Credores - IPTU - LP;
- O terceiro registro contábil refere-se à correção monetária pelo IPCA até 31/12/2022 dos valores de IPTU que serão devolvidos pela PMSP em função dos três deferimentos de imunidade tributária, no valor de R$ 10.659 (nota explicativa nº 30.6), sendo: débito na conta do Ativo - Demais créditos a Receber - PMSP Curto e Longo Prazo, e, crédito na conta do Resultado - Receitas Financeiras - Variação Monetária Ativa.

Registros contábeis relativos ao PIS/PASEP, à COFINS, ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em função dos ajustes efetuados nos itens precedentes:
- Registro contábil de PIS e COFINS a recuperar R$ 1.551 (nota explicativa nº 6), sendo: debito na conta do Ativo - Cofins/PIS a recuperar, debito na conta do Resultado - Despesas com PIS/PASEP s/Receitas Financeiras de R$ 69, debito na conta do Resultado - Despesas com COFINS s/Receitas Financeiras de R$ 426, crédito na conta do Resultado - Despesas com PIS/PASEP sobre Outras Receitas R$ 365 e crédito na conta do Resultado - Despesas com COFINS sobre Outras Receitas de R$ 1.682.

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

LOCAL DO IMÓVEL	Nº DO CONTRIBUINTE	VALOR DO PRINCIPAL	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - ATÉ 31/12/2022	31.12.2022
PPI (BARRA FUNDA/VILA ANASTÁCIO/ETSP)	019.069.0001-9 098.005.0001-4 098.005.0004-9 097.037.0001-2 097.043.0001-8 097.053.0006-2 097.127.0003-8 097.127.0001-1 097.127.0005-4 097.127.0002-1 097.127.0004-6 097.053.0005-4	29.515	5.564	35.079
ETSP/JAGUARÉ/FAP	097.037.0001-2	737	171	908
ETSP/JAGUARÉ/FAP	097.043.0001-8	717	224	941
VILA ANASTACIO	098.005.0001-4	1.053	239	1.292
ETSP	097.053.0006-2	542	149	691
VILA ANASTACIO	098.005.0004-9	236	55	291
ETSP/JAGUARÉ/FAP	097.127.0002-1	3.884	717	4.601
ETSP/JAGUARÉ/FAP	097.127.0005-4	1.246	313	1.559
ETSP/JAGUARÉ/FAP	097.127.0001-1	52.573	6.363	58.936
ETSP/JAGUARÉ/FAP	097.127.0003-8	4.655	978	5.633
ETSP/JAGUARÉ/FAP	097.127.0004-6	1.520	319	1.839
TOTAL		96.678	15.092	111.770

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Processos Judiciais Trabalhistas a Pagar	299	599
Ordenados a Pagar	12	25
	311	624

22.1. Processos Judiciais Trabalhistas a Pagar
Correspondem a parcelamentos de processos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e de empregados de serviços terceirizados nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária. A redução em relação a 31.12.2021 no valor de R$ 599 é decorrente do término dos pagamentos realizados em parcelas iguais dos acordos judiciais assinados em 2021 de ação indenizatória movida por ex-funcionários.

23. PLR A PAGAR

	31.12.2022
Provisão PLR a Pagar	4.293

Corresponde a Participação dos Lucros e Resultados destinados aos funcionários e dirigentes no exercício de 2022 cujo pagamento corresponderá a uma folha de pagamento mensal e que não ultrapasse 6% sobre o lucro líquido apurado no período. No exercício de 2021 não houve registro de provisão do PLR.
A Companhia adotou o registro de provisionamento do PLR a partir de 2022.

24. CONTAS A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Correntistas Credores	4.517	1.163
Contas a Pagar Diversos	615	509
Cauções e Retenções	70	70
Convênio SEAP	–	1.482
	5.202	3.224

24.1. Correntistas
Nesta nomenclatura são registrados valores levantados judicialmente em processos de desapropriação de área e créditos de clientes. A conta Correntistas, trata-se de clientes que efetuaram o pagamento de boletos em duplicidade ou a maior e restou um crédito a ser devolvido posteriormente. A variação a maior de R$ 3.354 em relação a dezembro de 2021 diz respeito principalmente a restituição do rateio com recuperação de IPTU no valor de R$ 3.464 que deverá ser devolvida aos permissionários no ano de 2023 por motivo da imunidade tributária concedida pela Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP no período de 2022 conforme nota explicativa nº 20.3 aprovada em RD nº 52 de 08/12/2022.

24.2. Contas a Pagar Diversas
São registrados valores de honorários advocatícios de sucumbência, convênio com instituições financeiras referente a empréstimos consignados, entre outros.

24.3. Cauções e Retenções
Correspondem a valores recebidos como garantias de contratos para assegurar prejuízos advindos de não cumprimento dos objetos contratuais, pela falta de adimplemento de obrigações previstas, prejuízos causados à Administração ou a terceiros, multas punitivas, dentre outras não conformidades.

24.4. Convênio SEAP
Este convênio foi realizado entre a CEAGESP e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca- SEAP, com investimentos na área industrial do Pescado do ETSP, recebido como doação, no programa de modernização do setor. Esta etapa foi concluída e inaugurada em 2008. Em dezembro de 2022 foi emitido o Termo de Doação Nº 156/2022 de 14/12/2022 conforme D.O.U. de 16 de dezembro de 2022_seção 3_página 3 ref. Processo 21000.022714/2022-62. Doador: CNPJ 00.396.895/0001-25 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, desde então o registrado desta doação foi reclassificada como resultado na conta de receitas, bem como, toda a sua depreciação no grupo de despesa Indedutível.

25. DIVIDENDOS A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos a Pagar	8.197	6.646

Os dividendos obrigatórios foram calculados sobre o Lucro Líquido Ajustado - LLA do exercício de 2022, conforme determina o artigo nº 202 da Lei 10.303 de 2001. O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da assembléia-geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme determina o artigo nº 205,
§3º, da Lei 6.404/76. Mantido em conta de reserva especial e atualizado pela taxa SELIC a partir do encerramento do exercício social até a data do seu respectivo pagamento, nos termos do Decreto nº 2.673/98, art. 1º, § 4º

26. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)
O saldo de R$ 1.595 na conta de AFAC refere-se a resíduos do aporte de capital realizado no valor de R$ 11.781, com data-base 31.12.2010, devidamente atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC, no período de 01.01.2011 até a data da realização da AGE realizada em 22.07.2011, cuja atualização foi contabilizada mensalmente até a efetivação do aumento de capital ocorrido na data de 19 de abril de 2022. Em 30 de dezembro de 2021 conforme a Lei nº 14.244 de 19 de novembro de 2021, houve nova entrada de recursos da União (Ministério do Desenvolvimento Regional) em favor da CEAGESP no valor de R$ 3.599 referente participação no capital para a pavimentação de vias existentes nas dependências da Companhia localizadas na capital e no interior. Aprovada em Ata de Reunião de Diretoria nº 07 de 03 de fevereiro de 2021 a celebração do convênio entre a CEAGESP e o Ministério do Desenvolvimento Regional que trata de Participação no Programa de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.
Foi aprovada o aumento de capital de R$ 137.041 para R$ 142.235, conforme ata s/nº, em AGO e AGE realizadas em 19 abril de 2022. A variação maior de R$ 5.194 refere-se a soma dos resíduos de aporte do AFAC-2015 no valor de R$ 1.595, bem como, do AFAC-2021 no valor R$ 3.599 efetivados naquela data.

27. PROVISÕES JUDICIAIS

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões trabalhistas - CEAGESP	3.441	3.944
Provisões judiciais trabalhistas - Terceiros	3.401	2.570
Provisão para Riscos Cíveis	2.044	4.971
Provisão para Riscos Fiscais	1.968	1.650
Provisões judiciais trabalhistas - Governo Estado SP	1.174	1.405
	12.028	14.540

As provisões são constituídas com base em dados da classificação jurídica, e em atendimento do CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", face às perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas relevantes no período entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

27.1. Provisões trabalhistas - CEAGESP
Conta destinada a classificar as provisões para contingências trabalhistas. Houve redução de R$ 503 em comparação a 31 de dezembro de 2021.

27.2. Provisões judiciais trabalhistas - Terceiros
Conta destinada a classificar as provisões para contingências trabalhistas de terceiros. O aumento foi de R$ 831 em comparação a 31 de dezembro de 2021.

27.3. Provisão para Riscos Cíveis
Conta destinada a classificar os valores referentes às ações cíveis. Houve redução de R$ 2.927 em comparação a 31 de dezembro de 2021.

27.4. Provisão para Riscos Fiscais
Conta destinada a classificar os valores referentes às ações cíveis. Em comparação a 31 de dezembro de 2021 a variação de R$ 318 foi maior.

27.5. Provisões judiciais trabalhistas - Governo Estado SP
Conta destinada a classificar os valores referentes às ações trabalhistas (nota explicativa nº 10.5). Na comparação com 31 de dezembro de 2021 houve redução de R$ 231.
A variação total relativa a 31 de dezembro de 2022 em relação a 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 2.511 a menor.

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Natureza das ações	31.12.2021	Provisões	Liquidação	31.12.2022
Provisões judiciais trabalhistas - CEAGESP	3.944	1.452	(1.955)	3.441
Provisões judiciais trabalhistas - Terceiros	2.570	2.545	(1.714)	3.401
Provisão para Riscos Cíveis	4.971	371	(3.298)	2.044
Provisão para Riscos Fiscais	1.650	387	(69)	1.968
Provisões judiciais trabalhistas - Governo Estado SP	1.405	617	(848)	1.174
	14.540	5.372	(7.884)	12.028

A Companhia possui registrado no grupo de "CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO" (nota explicativa nº 10) o valor de R$ 1.174 que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se a processos judiciais de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de ressarcimento pelo Estado de São Paulo conforme observado em outros itens destas notas explicativas.
A Companhia possui o valor de R$ 114.974 com risco de perda classificado como possível. Em processos judiciais cíveis no valor montante de R$ 113.194, e para os processos trabalhistas e tributários em R$ 1.781, conforme classificação jurídica.
A variação a maior em relação a 31.12.2021 foi de R$ 6.666, com maior impacto nos processos judiciais cíveis em R$ 6.300, devido à inclusão de novos processos e atualização dos valores e reclassificação.

28. PROVISÃO ATUARIAL

	31.12.2022
Provisão Atuarial - Prospectiva	9.056

Em dezembro de 2022 houve provisão atuarial correspondente ao trabalho de profissional qualificado que identificou materialidade através de laudo contábil atuarial s/nº O resultado da avaliação atuarial na Companhia revelou um passivo atuarial de R$ 9.056. O passivo referente ao grupo de aposentados monta a quantia de R$ 7.794, e o passivo referente ao grupo de pensionistas, monta a quantia de R$ 1.262. Resultados do estudo de avaliação da materialidade do passivo atuarial do benefício de complementação de renda, patrocinado pela Companhia pelo motivo de o Governo do Estado de São Paulo ter negado o pagamento do acordo afirmado em anos anteriores e do diagnóstico de exposição a risco em relação aos benefícios oferecidos aos empregados e ex-empregados nos termos do pronunciamento contábil cpc-33 (r1) - "Benefícios a empregados".
Complemento de renda de aposentadoria do INSS De acordo com o item III da Resolução nº 02 de 14 de março de 1979 que aprovou o regulamento que rege os benefícios especiais e da aposentadoria e pensão devidos aos empregados admitidos até 25 de agosto de 1975, é devido ao empregado que tiver 30 anos, se do sexo feminino, ou 35 anos, se do sexo masculino, de serviços prestados à empresa, ou que for aposentado por invalidez, o abono mensal equivalente à diferença entre a importância paga pelo INSS e os vencimentos do cargo efetivo a que o empregado pertencer na data de aposentadoria. Na hipótese de falecimento do aposentado, o benefício será reversível ao cônjuge no percentual de 80%.
Apresentamos as principais estatísticas inferidas a partir das bases de dados encaminhadas pela CEAGESP e utilizadas na avaliação atuarial (*data-base: dezembro/22):

Tipo de Beneficiário	Frequência	Idade Média	Folha Anual (R$)
Aposentado	28	73,4	813.245
Pensionista	7	75,2	125.777
	35	73,8	939.022

Hipóteses Atuariais utilizadas
Apresentamos a seguir as hipóteses biométricas e financeiras adotadas na avaliação atuarial da CEAGESP:

PREMISSAS - 2022	
Tábua Mortalidade	AT-2000 Básica M/F
Mortalidade de Inválidos	N/A
Composição familiar	Sexo feminino 4 anos mais jovem
Taxa de Desconto real	6,19%
Taxa de Inflação	4,00%
Rotatividade	Nula

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Natureza das ações	31.12.2021	Provisões	31.12.2022
Aposentados	–	7.794	7.794
Pensionistas	–	1.262	1.262
Provisão Atuarial	–	9.056	9.056

A Companhia adotou o registro de provisionamento atuarial após Laudo emitido por empresa especializada, a partir de 2022.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital Social e Composição Acionária
O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.023 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022.

	31.12.2022 Número de ações ordinárias	%	Capital	31.12.2021 Capital
Governo Federal	34.294.143	99,69	141.801	136.607
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	108.858	0,30	433	433
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo	22	0,01	1	1
	34.403.023	100,00	142.235	137.041

INÊS 249



CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9



A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045, de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019, de acordo com a nota explicativa nº 39.

Foi aprovada o aumento de capital de R$ 137.041 para R$ 142.235, conforme ata s/nº, em AGO e AGE realizadas em 19 abril de 2022.

29.2. Reserva de Retenção de Lucros

O saldo é constituído do lucro líquido ajustado após constituição do dividendo obrigatório, com a adição do saldo acumulado das reservas legal e estatutária, conforme DMPL.

Esta reserva exige que:

Retenção de Lucros (Art. 196 - L. 6.404)

ART. 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. (redação dada pela Lei nº 10.303/2001).

29.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O saldo da reserva de reavaliação no período é de R$ 14.536. Foram realizados R$ 570 até 31 de dezembro de 2022 e transferidos para a conta do exercício corrente. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada no exercício de 1986 de todos os itens das contas de edificações localizados em Unidades operacionais ativas efetuada com base na Lei nº 6.404/76, e a empresa optou por manter a reserva até a sua realização completa conforme período estipulado no laudo de avaliação. A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

29.4. Lucro do Exercício

O lucro no período foi de R$ 15.425, considerando a realização da reserva de reavaliação de R$ 570, conforme nota explicativa nº 29.3, resultando um lucro acumulado de R$ 14.855.

30. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O lucro líquido do período em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 14.855, enquanto em 31 de dezembro de 2021 houve lucro de R$ 27.382. A variação apresentada foi menor em R$ 12.527, equivalente a 45,75%, e corresponde aos seguintes fatores: **a)** aumento das receitas operacionais brutas no valor de R$ 18.805, principalmente nos serviços prestados na permissão remunerada de uso R$ 10.124 e na armazenagem que variou R$ 8.395 relacionado ao índice de ocupação que se deve, em parte, ao trabalho de prospecção de clientes, vide nota explicativa nº 30.1; **b)** aumento de R$ 19.598 de despesas financeiras, relacionadas principalmente à atualização das parcelas do IPTU de 2019 e 2020, bem como, da correção monetária pelo IPCA dos valores de IPTU a serem devolvidos aos permissionários relativos à devolução feita pela PMSP, do momento do recebimento pela CEAGESP até 31/12/2022 (aprovada em RDE Extraordinária nº 01/2024, realizada em 19 de fevereiro de 2024), conforme nota explicativa nº 30.5; **c)** aumento de R$ 16.164 nos custos dos serviços prestados, cerca de 27% provenientes principalmente de R$ 7.678 nos gastos com pessoal e encargos, e, R$ 9.250 com impostos e taxas, vide nota explicativa nº 30.2; **d)** aumento em despesas gerais e administrativas, no valor de R$ 57.557, cerca de 145% com destaque para as provisões, nota explicativa nº 30.3.

30.1. Receita Operacional Líquida

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Serviços Prestados	170.763	150.990
Venda de Produtos	346	1.314
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**171.109**	**152.304**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas	(24.365)	(22.448)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**146.744**	**129.856**
	01.01.2022 a 31.12.2022	**01.01.2021 a 31.12.2021**
Permissão Remunerada de Uso	86.187	76.063
Serviços Prestados na Armazenagem	61.397	53.002
Autorização de Uso	14.194	12.127
Concessão Remunerada de Uso	4.700	5.036
Receitas Diversas	4.004	4.477
Venda de Produtos	309	731
Parcelamento	280	276
Resíduos e Varreduras	37	583
Taxa Administrativa	1	9
	171.109	**152.304**

Em atendimento às diretrizes da OCDE - "Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico" sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais, as receitas são contabilizadas de forma segregada, em alinhamento com a Carta Anual de Políticas Públicas da Companhia.

As arrecadações são provenientes da prestação de serviços na rede armazenadora e de entrepostos.

30.1.1. Permissão e Concessão Remunerada de Uso

Corresponde à cessão de áreas e instalações que possibilitam o desenvolvimento de atividades típicas de entrepostagem e atípicas precedidas de licitação. E em comparação com o exercício de 2021 houve aumento na Permissão Remunerada de Uso de R$ 10.124, enquanto na receita de Concessão Remunerada de Uso houve redução de R$ 336.

30.1.2. Serviços Prestados na Armazenagem

Os serviços prestados na rede armazenadora são: armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção, ad-valorem, embarque e serviços complementares. Houve aumento na prestação de serviços no valor estimado de R$ 8.395 em relação ao ano de 2021, e, R$ 1.617 no quarto trimestre de 2022 em relação ao quarto trimestre de 2021, que está relacionado ao aumento do faturamento decorrente da captação de novos clientes, aumento dos serviços de processamento de grãos e a cessão de áreas ociosas. Produtos que são estocados nas unidades armazenadoras: trigo, soja, milho, algodão, sorgo, açúcar e outros.

30.1.3. Autorização de Uso

Receita proveniente da disponibilização para uso provisório de áreas vagas dos entrepostos a concessionários, permissionários, produtores rurais e pessoas físicas com a finalidade de comercialização, desenvolvimento de atividades típicas ou atípicas. A variação em relação ao ano de 2021 foi um aumento de R$ 2.067 decorrente principalmente de ocupação de áreas vagas nos entrepostos do interior com variação de R$ 2.231, e, no ETSP com variação menor de R$ 164.

30.1.4. Receitas Diversas

Correspondem às taxas de emissão de crachá, cadastro, liberação de carrinho, retorno de atividade, pedido de transferência, autorizações de uso, atribuição, pedido de alteração cadastral, autorizações de débito, autorizações provisórias, diárias, multas operacionais e pesagem avulsa. A redução registrada foi de R$ 473 em relação ao ano de 2021 relacionado às taxas de alteração cadastral.

30.1.5. Venda de Produtos

Consiste na venda de resíduos e varreduras de produtos armazenados. Houve redução de R$422 em relação ao ano de 2021.

30.2. Custos dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Pessoal e Encargos	(33.600)	(26.370)
Serviços de Terceiros	(15.642)	(15.529)
Depreciações e Amortizações	(8.707)	(6.826)
Materiais de Consumo	(6.719)	(7.285)
Gastos Diversos	(4.726)	3.786
Utilidades e Serviços	(3.622)	(3.136)
Manutenção e Reparos	(1.626)	(3.557)
Honorários da Administração	(448)	(433)
Propaganda e Publicidade	(4)	(13)
	(75.094)	**(58.930)**

30.2.1. Custos com Pessoal e Honorários

Contemplam os honorários, remunerações, encargos sociais, benefícios, outros encargos com pessoal e a conta de recuperação de custos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R$ 7.678, cerca de 29% em relação ao exercício de 2021: **a)** a recuperação de custos com pessoal, conta redutora que registra o rateio desses custos aos clientes da rede de entrepostagem, variou negativamente em R$ 1.127, ou 4%; **b)** os encargos sociais aumentaram R$ 1.181, cerca de 11%, levando em consideração as rescisões ocorridas em 2022 que elevaram os valores de FGTS; **c)** as remunerações aumentaram R$ 4.587, aproximadamente 19% em comparação ao exercício de 2021.

30.2.2. Custos com Serviços de Terceiros

Foi registrado nesta rubrica aumento de R$ 112, cerca de 1% de variação em relação ao exercício de 2021: **a)** serviços de vigilância e segurança, limpeza, serviços de terceiros juntamente com os encargos sociais - serviços terceirizados, serviços de portaria, processamento de dados, e, auxílio transporte e refeição - estagiário tiveram aumento de R$ 4.365, cerca de 7% de variação em relação ao exercício de 2021. O valor total de serviços de limpeza no exercício de 2022 foi de R$37.920, e, em 2021 foi de R$ 36.184, um aumento de R$ 1.736, cerca de 5% de variação a maior; **b)** os serviços de mão de obra produção, locação de móveis, equipamentos e veículos, honorários profissionais, e, estágio tiveram redução de R$ 6.172, 62%; **c)** as recuperações tiveram uma redução de R$ 1.919, cerca de 3% de variação em relação ao exercício de 2021.

30.2.3. Custos com Materiais de Consumo

Correspondem aos materiais aplicados direta e indiretamente na prestação de serviços da CEAGESP. Houve redução em relação ao exercício de 2021, no valor de R$ 566, ou 8%: **a)** houve aumento com materiais para expurgo e secagem de R$ 1.202, cerca de 106%; **b)** houve aumento nas contas de energia e água e esgoto de R$ 1.376 e de R$ 2.276 respectivamente, cerca de 4% e 21%; **c)** houve aumento de R$ 5.818 nas recuperações, equivalente a 15%, R$ 2.835 com recuperação dos custos com energia; **d)** houve aumento de R$ 189 com materiais auxiliares de consumo, cerca de 54%; **e)** aumento com materiais para manutenção e reparos juntamente com ferramentas e peças de R$ 596 e 209 respectivamente, ou, equivalentes a 52% e 2.488%.

30.2.4. Gastos Diversos

Neste grupo são registrados os custos com IPTU e taxas, viagens, legais e judiciais, contribuições para associação de classe e outros custos gerais. O aumento total em relação ao exercício de 2021 foi de R$ 8.512, aproximadamente 225%, dos quais, R$ 338, ou, 49% registrado no custo com viagens e estadas. Ocorreu redução de R$ 8.161 na conta de (-) recuperação de custo com impostos e taxas, 27% em relação ao exercício de 2021.

30.2.5. Custos com Utilidades e Serviços

São registrados os custos com seguros de bens próprios, de riscos diversos, de mercadorias, custo com telefone, fretes, condução, malotes, dentre outros. O aumento total em relação ao exercício de 2021 foi de R$ 486, aproximadamente 15%, dos quais, R$ 526, registrada no custo com seguros em virtude de novos contratos.

30.2.6. Custos com Manutenção e Reparos

Foi registrada uma redução de 54% ou R$ 1.931, no comparativo com o exercício de 2021, principalmente em manutenções civis.

30.3. Despesas Gerais e Administrativas

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Provisões	(50.371)	6.026
Pessoal e Encargos	(35.653)	(35.302)
Despesas Gerais	(6.014)	(3.742)
Serviços de Terceiros	(3.226)	(4.539)
Materiais de Consumo	(1.038)	(1.037)
Depreciações e Amortizações	(461)	(455)
Utilidades e Serviços	(331)	(348)
Manutenção e Reparos	(171)	(311)
	(97.265)	**(39.708)**

30.3.1. Provisões

São registradas as despesas com PECLD, indenizações trabalhistas, riscos fiscais e riscos cíveis. Houve aumento de R$ 56.397 em relação ao exercício de 2021: **a)** PECLD - a conta de despesa com perdas aumentou R$ 34.177, ou 415%; **b)** a despesa com provisão para indenizações trabalhistas aumentou R$ 1.382, ou 1.151%; **c)** a despesa com provisões de riscos fiscais aumentou R$ 230, ou 259%; **d)** a despesa com provisão para riscos cíveis aumentou em R$ 11.552, ou 80%; **e)** a despesa com provisão atuarial aumentou R$ 9.056, não houve registro atuarial em 2021.

30.3.2. Despesas com Pessoal e Encargos

Contemplam as contas de remunerações, encargos sociais, benefícios e outros encargos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R$ 351 e, em percentuais, 1% em relação exercício de 2021: **a)** as remunerações aumentaram em R$ 757, ou 4%; **b)** os encargos sociais reduziram R$ 125, ou 1%; **c)** em despesas com outros encargos, a redução total foi de R$ 345, com indenizações trabalhistas e aviso prévio que diminuíram aproximadamente 75%.

30.3.3. Despesas Gerais

Grupo em que são registradas as despesas com viagens, IPTU, taxas, contribuições de classe e outras. Houve aumento de R$ 2.272 e, em percentuais, 61% em relação ao exercício de 2021: **a)** despesas legais e judiciais registraram aumento de R$ 4.179, ou 181%; **b)** as despesas com imposto predial, territorial e rural diminuíram R$ 157, ou 17%; **c)** Pasep e Cofins sobre receitas financeiras aumentaram R$ 23 e R$ 139 respectivamente, ou, 333% e 335%; **d)** taxas e emolumentos aumentaram R$ 20, cerca de 32%; **e)** a despesa com viagens e estadas registrou aumento de R$ 16, 13%; **f)** as contribuições associadas de classe reduziram 76, ou 22%; **g)** houve aumento das recuperações em R$ 215, cerca de 133%.

30.3.4. Despesas com Serviços de Terceiros

Neste grupo são registrados os serviços de limpeza, processamento de dados, locação de móveis e equipamentos, estágio e demais serviços de terceiros. Houve, em relação ao exercício de 2021, diminuição de 29%, ou R$ 1.313. As principais variações ocorreram em: **a)** serviços de limpeza, terceiros, processamento de dados, locação, encargos sociais s/ empregados terceirizados, e, transporte, e, refeição com estagiários no valor total de R$ 1.451 menor, ou 36%; **b)** mão de obra produção juntamente com contrato de estágio com aumento no valor total de R$ 133, ou 222%.

30.3.5. Despesas com Materiais de Consumo

Contemplam as despesas com energia elétrica, água e esgoto, consumo, materiais de escritório, limpeza e higiene, informática, combustíveis, ferramentas, materiais para manutenção, entre outros. O aumento total em relação ao exercício de 2021 foi de R$ 1, principalmente em materiais de aplicação direta de água e esgoto. A variação foi de R$ 38 maior.

30.3.6. Despesas com Utilidades e Serviços

São despesas com condução, telefone, fretes, seguros, anúncios e publicações, dentre outros. A redução total em relação ao exercício de 2021 foi de R$ 17, ou 5%. As principais variações ocorreram: **a)** com redução em condução, cópias e reprodução de documentos, correios e malotes, telefone, publicações, e, provedor de internet no valor total de 32, ou 14%; **b)** com aumento de seguro de riscos diversos, e, fretes e carretos em R$ 13 e R$ 2, ou 12% e 1107%.

30.3.7. Despesas com Manutenção e Reparos

São registradas as manutenções elétricas, mecânicas, civis, veiculares, conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática. A redução em relação ao exercício de 2021 foi de 45%, ou R$ 140. A principal variação foi registrada em conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática em R$ 106, ou 47% menor.

30.4. Outras Receitas Operacionais

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Outras receitas	30.957	393
Ganhos de Capital	6.638	124
Doações de bens e Vendas de sucata	1.510	226
Multas operacionais	561	(109)
	39.666	**634**

30.4.1. Outras receitas

Correspondem a diversas receitas ocorridas no exercício de 2022. Em relação ao exercício de 2021 houve aumento de R$ 30.564, ou 7.777%, considerando principalmente os valores de R$29.583 em função das três decisões de imunidade tributária deferidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP em 26/05/2022 (Processo nº 6017.2021/0001226-2), 01/08/2022 (Processo nº 6021.2022/0021749-6) e 07/10/2022 (Processo nº 6017.2022/0040855-9), quando a CEAGESP passou a ter direito de recebimento dos valores de IPTU de anos anteriores, bem como, o de R$1.332 para o recebimento de indenização de sinistro por parte de seguradora referente galpão no Entreposto de Bauru.

30.4.2. Ganhos de Capital

Correspondem à alienação de investimentos. Houve aumento de R$ 6.514, ou 5.253% em relação ao exercício de 2021, considerando principalmente o recebimento de R$ 6.512 referente a participação societária junto a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp que foi liquidada.

30.4.3. Doações de bens e Vendas de sucata

Correspondem aos registros das receitas de doações e ou vendas de sucatas. Em relação do exercício de 2021 as doações de bens registraram aumento de R$ 1.395 referente Convênio SEAP, bem como, as vendas de sucata registraram R$ 111 menor.

30.4.4. Multas operacionais

Correspondem a multas decorrentes de atividades para realização de ações operacionais que em 2022 aumentaram R$ 670, cerca de 615% em relação ao exercício de 2021.

30.5. Despesas Financeiras

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Variação Monetária Passiva	(20.350)	8.829
Juros sobre Outros Encargos	(96)	(5.326)
Multas Dedutíveis e Indedutíveis	(69)	(4.110)
Comissões e Despesas Bancárias	(22)	(51)
Imposto sobre Operação Financeira - IOF	(4)	–
Outros Encargos Financeiros	–	(257)
Juros Financeiros e Empréstimos	–	(25)
Descontos Concedidos	–	(3)
	(20.541)	**(943)**

30.5.1. Variação Monetária Passiva

São registradas as atualizações de PPI, Refis, adiantamento para futuro aumento de capital, reserva especial, parcelamento da taxa de lixo e IPTU a recolher. Foi registrado aumento de R$29.179 em relação ao exercício de 2021, conforme a nota explicativa nº 21 (aprovada em RDE Extraordinária nº 01/2024, realizada em 19 de fevereiro de 2024).

30.5.2. Juros Financeiros e Empréstimos, Comissões e Despesas Bancárias e IOF

Os encargos financeiros foram calculados por dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo no vencimento e na liquidação da dívida e foram pagos integralmente.

30.6. Receitas Financeiras

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Variação Monetária Ativa	10.659	–
Receita sobre Aplicações Financeiras	4.427	986
Juros Recebidos	2.088	2.223
Descontos Obtidos	259	170
Multas	248	269
Rendimentos sobre depósitos judiciais	28	30
	17.709	**3.678**

30.6.1. Variação Monetária Ativa

São registradas as atualizações de PPI, Refis, adiantamento para futuro aumento de capital, reserva especial, parcelamento da taxa de lixo e IPTU a recolher. Foi registrado aumento de R$10.659 em relação ao exercício de 2021, conforme a nota explicativa nº 21 (aprovada em RDE Extraordinária nº 01/2024, realizada em 19 de fevereiro de 2024).

30.6.2. Receita sobre Aplicações Financeiras

Refere-se aos rendimentos provenientes das aplicações no Banco do Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 4.3. Houve aumento de R$ 3.441 em comparação ao exercício de 2021, correspondente a 349%.

30.6.3. Juros Recebidos e Multas

Receitas provenientes de encargos financeiros de boletos recebidos em atraso. Houve redução de R$ 156, cerca de 6% em comparação ao exercício de 2021.

30.6.4. Descontos Obtidos

Receitas obtidas principalmente na antecipação de pagamentos de IPTU. Houve aumento de R$ 89, cerca de 52% em relação ao exercício de 2021.

31. REMUNERAÇÃO PAGA A MEMBROS ESTATUTÁRIOS

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, dos exercícios de 2021 e 2022 registrados na rubrica "Encargos Trabalhistas", foram respectivamente de R$ 1.008 e R$ 1.624, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2022 Remuneração R$	31.12.2021 Remuneração R$
Conselho de Administração - 5 membros	217	134
Conselho Fiscal - 3 membros	96	84
Comitê de Auditoria - 2 membros	80	56
Diretoria Executiva - 3 membros	1.231	734
Total	**1.624**	**1.008**

31.1. Remuneração paga a administradores, conselheiros e empregados

Apresentação das remunerações mensais em 31 de dezembro de 2022, pagas pela Companhia a seus dirigentes, conselheiros e funcionários, computadas todas as vantagens, efetivamente percebidas, respeitando ainda os limites impostos pela legislação pertinente prevista na CGPAR nº 30/2022:

	31.12.2022	31.12.2021
Administradores		
• Maior Remuneração	32	32
• Menor Remuneração	3	3
• Média das Remunerações	10	8
	31.12.2022	**31.12.2021**
Conselheiros		
• Média das Remunerações	3	3
	31.12.2022	**31.12.2021**
Empregados - 600 colaboradores		
• Maior Remuneração	27	28
• Menor Remuneração	2	2
• Média das Remunerações	8	6

32. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO - BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União - BGU, pelo valor dos investimentos da União.

33. SEGUROS

Em 6 de setembro de 2022, a Companhia renovou contrato de prestação de serviços de seguros com a Ezze Seguros relativos a riscos nomeados (estoque ajustável, máquinas móveis e utensílios, e edificações), operacionais e responsabilidade civil geral com vigência até 06 de setembro de 2023.

A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo dos funcionários, compulsório, facultativo e contributário com vigência até o dia 08 de maio de 2023; além de Seguro de Responsabilidade Civil D&O (Directors & Officers) da Seguradora AIG.

34. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (*Warrant* e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

35.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes Sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, sendo 15% para o Imposto de Renda, 10% de adicional federal e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.12.2022		31.12.2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**4.023**	**4.023**	**33.374**	**33.374**
(+) Adições	**620.217**	**618.455**	**531.586**	**529.677**
Despesas Indedutíveis - Operacional				
Avaliações do Imobilizado	570	570	570	570
Gastos Indedutíveis	–	–	1.625	1.625
Multas Indedutíveis	28	28	17	17
Licença Maternidade - Prorrogação	46	46	66	66
Contribuição Associação de Classe - Indedutível	325	325	289	289
Provisões	616.846	616.846	526.332	526.332
Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal - alienação ou baixa de ativo	640	640	779	779
Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91 Art.3).	1.762	–	1.909	–
(-) Exclusões	**(569.426)**	**(569.426)**	**(537.551)**	**(537.551)**
(-) Reversão de Provisões	(564.303)	(564.303)	(532.390)	(532.390)
(-) Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(5.123)	(5.123)	(5.161)	(5.161)
Base de Cálculo	**54.814**	**53.053**	**27.409**	**25.500**
Compensação da Base Negativa	(16.444)	(15.916)	(8.223)	(7.650)
Base de Cálculo do Período	**38.370**	**37.137**	**19.186**	**17.850**
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.454	5.570	1.727	2.677
Adicional Federal	–	3.690	–	1.761
Incentivos Fiscais	–	(49)	–	(174)
Total	**3.454**	**9.211**	**1.727**	**4.265**
Alíquota Efetiva	**85,84%**	**228,95%**	**5,17%**	**12,78%**

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R$ 410.553 e base negativa de contribuição social de R$ 348.159. Esses valores não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação no limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando até 2020, e, o não estudo de projeções de lucros tributáveis futuros, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos conforme CPC 32.

35.2. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

No decorrer do exercício foram constituídos os impostos diferidos (nota explicativa nº 11) sobre diversas provisões relevantes, sendo que, os cálculos sobre as provisões de Perdas do Gov. Est. S.P. e Atuariais foram elaboradas com base em laudo de empresas especializadas.

Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	31.12.2022 Total
Contingências cíveis	4.013	1.003	361	1.364
Contingências trabalhistas	8.016	2.004	721	2.726
Provisão atuarial	9.056	2.264	815	3.079
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.725	1.181	425	1.606
Provisão PLR	4.293	1.073	386	1.460
Provisão de créditos junto ao Governo	39.006	9.752	3.511	13.262
		17.277	**6.220**	**23.497**

36. PARTES RELACIONADAS

A CEAGESP possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião Ordinária nº 12/2019, realizada em 29 de novembro de 2019.

36.1. Entidade Controladora

A CEAGESP é constituída sob a forma de empresa pública e está vinculada ao Ministério da Economia, com 99,69% do capital social integralizado pela União.

36.2. CONSAD e DIREX

Os membros do Conselho da Administração e da Diretoria Executiva constituem-se em Órgãos de gestão, estratégia e administração da Companhia, adotando decisões para cumprimento das determinações, convalidando, expressamente, os atos, quando devidamente justificados.

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas destas demonstrações contábeis):

a) Caixa e equivalentes de caixa;

b) Contas a receber;

c) Causas judiciais trabalhistas;

d) Fornecedores;

e) Obrigações fiscais a recolher; e

f) Risco de liquidez.

37.1 Gestão de Riscos

A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de: Contas a receber de clientes; Causas judiciais trabalhistas e Risco de liquidez. As causas judiciais trabalhistas referem-se: **a)** passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 10); **b)** ações de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e **c)** ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da CEAGESP.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a finalização dessas demonstrações, foram identificados eventos favoráveis ou desfavoráveis que ocorrerão após a data das demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2022, a saber:

- Mudança de critério de rateio de repasse dos custos ou despesas aos Permissionário do ETSP (áreas vagas);
- Alteração índice reajuste contratos de IPCA/IBGE para IGPM-FGV, conforme contratos-ETSP;
- Mudança da diretoria executiva;
- Decreto para transferência do Ministério da Economia para Ministério Desenvolvimento Agrário e Familiar.

39. INCLUSÃO DA CEAGESP NO PND

A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019.

O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES ficou designado como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da CEAGESP, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

Em virtude da inclusão da CEAGESP no PND e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, foi realizado o registro de bloqueio das ações de propriedade da União em livro de escrituração e posterior registro no FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

40. DIRIGENTES E CONTADOR

Jamil Yatim
Diretor Presidente
Hamilton Ribeiro Mota
Diretor Administrativo e Financeiro
José Lourenço Pechtoll
Diretor Técnico e Operacional
Robson Frederico dos Santos
Gerente do Departamento de Controladoria
Paulo Rogério Pereira da Silva
Contador CRC1SP 236593/O-4



CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras reemitidas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, dos Valores Adicionados, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas. Tendo ainda como referência o Parecer da Auditoria Independente emitido em 04.03.2024, bem como ao Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da CEAGESP de 20.05.2024 sobre as respectivas Demonstrações Financeira, **manifesta-se o Conselho de Administração, por unanimidade, pela regularidade das contas**, concluindo que os referidos documentos societários expressam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, na forma da legislação em vigor. Apreciou ainda a proposta de Destinação do Resultado, em relação aos quais **manifesta- se favoravelmente**:

a) Dividendos a Pagar: Na Reunião Ordinária nº 17/2024, realizada em 24 de abril de 2024, a Diretoria Executiva da CEAGESP acolheu o teor do Parecer do Professor Paulo Ayres Barreto (pág. 51 e 52), que com base nos dividendos de R$ 12.286.809,29 aprovados na ATA da AGO de 24/04/2023 item 2, e fazendo-se o novo cálculo dos dividendos de R$ 3.670.371,79, desembolsamos a maior aos acionistas o valor de R$ 8.616.437,50 em 2022, este valor poderá ser convertido em pagamentos de dividendos à conta de Reserva de retenção de lucros;

b) PLR a pagar: Na Reunião Extraordinária nº 01/2024, realizada em 19 de fevereiro de 2024, a Diretoria Executiva da CEAGESP acolheu o teor do Parecer DEJUR 028/2024, cujo teor foi no sentido de que há uma imposição legal que impede a restituição do PLR 2022, a despeito dos erros havidos naquele balanço e das correções implementadas pela reabertura das Demonstrações Financeiras do ano de 2022. Com efeito, a PLR pode ser entendida como verba alimentar, não passível de restituição, notadamente por ter sido recebida de boa-fé (artigos 878 e 1217, Código Civil). Verbas alimentares são irrepetíveis e, uma vez recebidas pelo empregado, não se admite o pedido de restituição. O Enunciado 34 da AGU, a Súmula 29 do TCU e jurisprudência do STJ e STF definem não serem objeto de restituição valores recebidos de boa-fé pelos funcionários públicos.

São Paulo, 29 de maio de 2024.

Moisés Savian
Presidente

Fabiana Martins Zamora
Conselheira

Valéria Torres Amaral Burity
Conselheira

Robson Frederico dos Santos
Conselheiro

Lincoln Moreira Jorge Júnior
Conselheiro

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

Reemissão Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

REEMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e aos Conselheiros da
COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP
São Paulo - SP

Opinião

Reexaminamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 6, nº 8, nº 12 e nº 21. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os assuntos de que, em função da imunidade tributária deferidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP em 26/05/2022 (Processo nº 6017.2021/0001226-2), 01/08/2022 (Processo nº 6021.2022/0021749-6) e 07/10/2022 (Processo nº 6017.2022/0040855-9), a CEAGESP passou a ter direito de recebimento dos valores de IPTU de anos anteriores. Entretanto, parte dos valores a serem devolvidos pela PMSP deverá ser repassada aos permissionários (atualizada pelo IPCA), já que o IPTU era rateado com eles. Desse modo, em conjunto com os valores a receber da PMSP, foi necessário constituir passivo proporcional aos valores que serão restituídos aos permissionários. Em 19 de fevereiro de 2024, a Companhia deliberou aprovação, em RDE Extraordinária nº 01/2024, para a reabertura do Balanço de 2022 para realizar a contabilização de passivos relativo aos valores a serem repassados aos permissionários, bem como ativos referente à devolução pela PMSP dos pagamentos efetuados em anos anteriores pela CEAGESP, suas variações monetárias ativas e passivas no resultado e seus reflexos tributários. Em 8 de março de 2023 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre o conjunto completo das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da CEAGESP, que ora estão sendo reapresentadas. Nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação relacionada a esse assunto.

Programa Nacional de Desestatização

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 39, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045, de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019. Em virtude da inclusão e do atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, foi realizado o registro de bloqueio das ações de propriedade da União em livro de escrituração e posterior registro no FND dentro do prazo legal de cinco dias, contados da data da publicação do Decreto nº 10.045. Com a inclusão no PND, a estruturação da modelagem está a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que foi designado como responsável pela execução e o acompanhamento dos atos necessários para a desestatização da CEAGESP, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Após a realização de pregão eletrônico (nº 01/2020), em janeiro de 2020, o BNDES realizou a contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento dos estudos relativos à estruturação e à implementação da desestatização da CEAGESP. Em 27 de agosto de 2021, a comissão de Desenvolvimento Econômico Industria, Comércio e Serviços rejeitou o projeto que anularia o Decreto que incluiu a CEAGESP no Programa Nacional de Desestatização. Dessa forma, o processo de desestatização permanece em estudos e em andamento, conforme consulta ao site do Governo "Programa de Parceria de Investimentos". Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reembolso a Receber do Governo do Estado de São Paulo

Em 2 de janeiro de 1998, ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, por meio do contrato de Assunção da Dívida, firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Conforme a Nota Explicativa nº 10, a CEAGESP possuiu registrado na conta de Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo (Ressarcimento) o montante de R$ 38.795 mil em 31 de dezembro de 2022 (R$ 37.979 mil, em 31 de dezembro de 2021). Esse valor era composto por: a) desembolso de valores referentes a ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários que foram registrados na conta de Ressarcimento de Causas trabalhistas junto ao Governo do Estado de São Paulo. Adicionalmente, segundo a Nota Explicativa nº 10.5, a CEAGESP tem alguns processos em andamento, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 1.207 mil (R$ 1.405 mil, em 31 de dezembro de 2021) já reconhecidos na provisão para contingência a serem ressarcidos pelo Governo do Estado de São Paulo. Quanto a essa Conta a Receber junto Governo de São Paulo, o Estado é o responsável pelo reembolso dos valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (Complementações). Contudo, desde 2019, não há o cumprimento das disposições contratuais. A CEAGESP ingressou com ação judicial para que seja declarada a obrigação do Governo do Estado de São Paulo em cumprir os termos estabelecidos nos instrumentos contratuais firmados pelas partes. Até a presente data o processo está em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Justiça Federal e o seu desfecho passou a ser considerado incerto pela assessoria jurídica e a administração da Companhia, em virtude da ausência de recebimento dos valores acordados em contratos. A fim de se cercar quanto a existência e a correta avaliação desses saldos, a alta administração, o setor jurídico e a contabilidade estão empreendendo esforços para rastrear e confirmar os valores que compõem o montante apresentado no Balanço Patrimonial e os critérios adotados para esses registros. Até a finalização destas demonstrações contábeis, a averiguação e a confirmação dos saldos não foram concluídas. Como existe dúvida quanto a realização, composição do saldo, critérios adotados para os registros dos valores junto ao Governo do Estado de São Paulo e o registro dos depósitos judiciais. Em decorrência disso a Companhia constituiu uma provisão para perdas sobre estas contas a receber do Governo do Estado de São Paulo no montante de R$ 40.002 mil.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) confirmação do assunto com os assessores jurídicos externos, internos e administração da Companhia quanto a mudança com relação à posição do desfecho da ação que passou a ser considerado incerto em virtude da ausência de recebimento dos valores acordados em contratos e a confirmação e comprovação dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2022; e ii) análise da adequação das provisões constituídas e das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Impostos Diferidos

Nos últimos exercícios a Companhia passou a gerar lucro e criar condições de manter resultados fiscais positivos nos próximos exercícios. Em função disso, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, efetuou o reconhecimento contábil dos efeitos fiscais das diferenças temporárias sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social conforme previsto no Pronunciamento CPC 32, item 24 que determina que o ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida que seja provável a existência de lucro tributário futuro contra qual a diferença temporária possa ser utilizada. A determinação dos Ativos Fiscais Diferidos por diferenças temporárias requer reavaliação anual para identificação de valores não reconhecidos e probabilidade de recuperação com lucros tributáveis futuros. Os valores referentes às diferenças temporárias são obtidos através dos controles dos saldos de créditos de liquidação duvidosa, provisões dos créditos do Governo do Estado de São Paulo, provisão para contingências fiscais e trabalhistas, provisão atuarial e participação nos resultados. Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista o risco relacionado aos controles manuais das provisões, a materialidade dos valores reconhecidos e a incerteza de liquidez desses ativos.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos fatos contábeis que deram origem às diferenças temporárias, identificação da probabilidade de recuperação com lucros tributáveis, avaliação dos valores reconhecidos na Parte B do LALUR e registros contábeis realizados.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar o Ativo Fiscal Diferido são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Planos de Benefícios Atuarial

De acordo com o item III da Resolução nº 02 de 14 de março de 1979, que aprovou o regulamento que rege os benefícios especiais e da aposentadoria e pensão devidos aos empregados admitidos até 25 de agosto de 1975, é devido ao empregado que tiver 30 anos, se do sexo feminino, ou 35 anos, se do sexo masculino, de serviços prestados à empresa, ou que for aposentado por invalidez, o abono mensal equivalente à diferença entre a importância paga pelo INSS e os vencimentos do cargo efetivo a que o empregado pertencer na data de aposentadoria. Na hipótese de falecimento do aposentado, o benefício será reversível ao cônjuge no percentual de 80%. Em função disso, conforme descrito na Nota Explicativa nº 28, em 31 dezembro de 2022 foi contabilizada a provisão atuarial correspondente ao trabalho de um especialista que identificou o montante envolvido através de laudo atuarial. O resultado da avaliação atuarial revelou um passivo atuarial de R$ 9.056 mil. O passivo referente ao grupo de aposentados monta a quantia de R$ 7.794 mil, e o passivo referente ao grupo de pensionistas, monta a quantia de R$ 1.262 mil. Os resultados do estudo de avaliação do passivo atuarial do benefício de complementação de renda, patrocinado pela Companhia e do diagnóstico de exposição a risco em relação aos benefícios oferecidos aos empregados e ex- empregados estão de acordo com os termos do pronunciamento contábil CPC 33 (R1) - "Benefícios a empregados".

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com a assistência de um especialista, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela Companhia: com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuário da Companhia. Efetuamos a leitura da lei que deu direito ao benefício para confirmar a responsabilidade da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações.

Imunidade tributária junto a Prefeitura do Estado de São Paulo

Conforme Notas Explicativas nº 8, nº 12, nº 20.3, nº 21, nº 30.5 e nº 30.6, a Companhia possuía um parcelamento "Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI" oriundo de débitos de IPTU devidos à Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP nos exercícios de 2014 a 2020, atualizados até a data da apresentação destas demonstrações contábeis, com prazo a serem liquidadas em 120 parcelas, corrigidas pela taxa Selic, com término previsto para 31 de agosto de 2031. No decorrer de 2022 a Companhia obteve imunidade tributária junto a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, referente ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI conforme processos números 6017.2021/0001226-2, 6021.2022/0021749-6, 6017.2022/004855-9. Em função disso, foram realizados registros em "Outros Valores" no valor R$ 85.208 mil, baixa na conta "Programa de Parcelamento Incentivo /PMSP - PPI" no valor de R$ 51.712 mil em contrapartida "Credores- IPTU -LP valor R$ 29.515 e "Outras Receitas" R$ 22.197 mil, "Outras Obrigações" no valor de R$ 111.770 mil (valores a serem devolvidos aos permissionários), conta "Variação Monetária Passiva" de R$ 15.092 mil e "Variação monetária ativa" de R$ 10.659 em contas de resultado.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com a assistência de um especialista tributário nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) avaliação da Decisão Tributária obtidas junto Prefeitura do Estado de São Paulo; ii) Avaliação do cumprimento das obrigações acessórias e extratos de parcelamento emitidos pela Prefeitura do Estado de São Paulo. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas, contabilização do ganho e perdas no resultado e adequação das divulgações.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Reexaminamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e a legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CEAGESP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CEAGESP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CEAGESP a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 4 de março de 2024.
RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico
Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos valores adicionados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e tendo como referência o Relatório da RUSSELL BEDFORD GM Auditores Independentes S/S **sobre as Demonstrações Contábeis reemitidas, datada de 04.03.2023**, bem como o Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da CEAGESP de 20.05.2024, conclui que os referidos documentos societários expressam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, na forma da legislação em vigor.

No que tange à distribuição de dividendos da CEAGESP, na Reunião Ordinária nº 17/2024, realizada em 24 de abril de 2024, a Diretoria Executiva da CEAGESP acolheu o teor do Parecer do Professor Paulo Ayres Barreto (pág. 51 e 52), que com base nos dividendos de R$ 12.286.809,29 aprovados na ATA da AGO de 24/04/2023 item 2, e fazendo-se o novo cálculo dos dividendos de R$ 3.670.371,79, a companhia desembolsou, em 2022, o valor de R$ 8.616.437,50 a maior para os acionistas, este valor poderá ser convertido em pagamentos de dividendos à conta de Reserva de retenção de lucros. O Conselho Fiscal opina que a proposta está em condições de ser submetida à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 29 de maio de 2024.

Rogério Valsechy Karl
Presidente

Caio Correia Baccini
Conselheiro

Ana Gabriela Moreira Pudenzi
Conselheira

Prefeitura Municipal da Estância Climática de Campos Novos Paulista

AVISO DE LICITA ÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2024
PROCESSO A DMINISTRA TIVO Nº. 1047/2024

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA AQUISIÇÃO DE PÃ ES ASSA DOS E BISCOITO DE POLVILHO, conforme termo de referência parte integrante do processo. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM. DATA DA ABERTURA: 27 DE JUNHO 2024. LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. EDITAL: na integra a disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.camposnovospaulista.sp.gov.br e na Prefeitura Municipal de Campos Novos Paulista no endereço acima indicado .Campos Novos Paulista, 12 de junho de 2024. FLAVIO FERMINO ÉUFLA UZINO - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

A Prefeitura do Município de Emilianópolis, TORNA PÚBLICO que acha-se aberta no Setor de Licitação e contratos, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO COM RP Nº 16/2024, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FRACIONADAS DE FRALDAS INFANTIS E GERIÁTRICAS E ABSORVENTES GERIÁTRICOS PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE EMILIANÓPOLIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA E TODOS OS ANEXOS QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. Que será regida pela Lei nº 14.133, de 2021, da Lei Complementar 123/2006,da Lei Complementar 101/2000, do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 814/2024 além das demais disposições legais aplicáveis e preceitos de Direito Público, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. Edital completo e seus anexos estão disponíveis aos interessados, Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados nos seguintes locais: a) Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - https://www.gov.br/pncp/pt-br; b) Portal de Compras Públicas (PCP) - https://www.portaldecompraspublicas.com.br/; c) Site Oficial do município (DOM) - https://www.emilianopolis.sp.gov.br/. A sessão de abertura será no dia 28 de junho de 2024, com início as 09:00 horas. Emilianópolis, 12 de junho de 2024. João Batista Amaral - Prefeito

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, o presidente do **Sindicato dos Metalúrgicos do ABC** no uso das atribuições que lhe conferem os estatutos, convoca todos os associados, quites e em condições de votar, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia 28 de Junho de 2024, às 17h30min em 1ª convocação na sede da entidade sita à Rua João Basso, 231, Centro, S. B. Campo - SP, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia. **A)** Leitura, discussão e votação das peças que compõem o Balanço Financeiro do exercício de 2023 e Provisão Orçamentária para o exercício de 2025, instruído com parecer do Conselho Fiscal. Não havendo na hora indicada o nº legal de associados, a Assembleia será realizada às 18:00 horas em 2ª convocação, com qualquer nº de associados presentes.

São Bernardo do Campo, 14 de Junho de 2024

MOISES SELERGES JUNIOR - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário Municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **46.941.653 MELL BUDRI DIAS**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 027/2024 – Processo Licitatório nº 046/2024**, cujo objeto é a aquisição de 01 (um) aparelho de Ar Condicionado para o Paço Municipal. **Homologado em:** 11/06/2024

EXTRATO DE CONTRATO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – Processo Licitatório nº 046/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratados: 46.641.653 MELL BUDRI DIAS. Objeto:** Aquisição de 01 (um) aparelho de Ar Condicionado para o Paço Municipal. **Data de Assinatura do Contrato:** 11/06/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 099/2023 - CONTRATO Nº 256/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - CONTRATADA: ENGCON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP - ASSINATURA: 11/06/2024 - OBJETO: Fica acrescido ao referido contrato o valor de R$ 106.979,21 (Cento e seis mil, novecentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos), que corresponde a 9,73% (Nove inteiros e setenta e três centésimos por cento) da Planilha Orçamentária Inicial. As demais cláusulas permanecem inalteradas. MODALIDADE: Concorrência n° 007/2023.

Fernandópolis, 12 de junho de 2024.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAMPINAS E REGIÃO

ASSEMBLEIA GERAL REMOTA

A Presidente do Sindicato dos Professores de Campinas e Região –, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.108.239/0001-80 entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 11.027.422.89444-8, com sede à Avenida Professora Ana Maria Silvestre Adade, 100 – Pq. das Universidades, município de Campinas – São Paulo, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras e todos os Professores que lecionam nas Associações da Sociedade Civil Executoras de Serviços Educacionais (Colaboradoras e "Bem Querer") em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, sindicalizados ou não, na base territorial do município de Campinas que se realizará no dia 17 de junho de 2024, às 19h00, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 19h30, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota zoom.us, através do link de acesso: **https://us02web.zoom.us/j/86341489924 ID da reunião: 863 4148 9924**. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e **deliberar sobre a seguinte ordem do dia**:

A)Contraproposta apresentada pelas Associações da Sociedade Civil Executoras de Serviços Educacionais (Colaboradoras e "Bem Querer") de Campinas, para ACT 2024-2026.

Campinas, 13 de junho de 2024.
Conceição Aparecida Fornasari
Presidente do Sindicato dos Professores de Campinas e Região

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA

AVISO DE LICITAÇÃO **Pregão Eletrônico Nº: 09/2024** - Processo Nº: 032/2024. Torna Público A Abertura De Procedimento Licitatório, Na Modalidade Pregão Eletrônico, do Tipo Menor Preço, com critério de julgamento Global, que objetiva o Registro de Preços para confecção de Próteses Dentária de forma parcelada para Secretaria de Saúde para suprir as necessidades dos pacientes usuários do SUS do município de Santa Albertina/SP, pelo periodo de 12 (doze) meses. A sessão de Pregão se dará no dia 28 de Junho de 2024 às 09:00 horas, na plataforma eletrônica no site: http://131.100.126.3:5657/comprasEdital. O prazo para credenciamento, proposta se transcorrerá impreterivelmente até às 08:30 horas do mesmo dia. Edital completo poderá ser adquirido pelos interessados pelo site da Prefeitura Municipal https://www.santaalbertina.sp.gov.br/. Outras informações (17) 3633-9300. Santa Albertina, 12 de Junho de 2024. GERSON FORMIGONI JUNIOR Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO **Pregão Eletrônico Nº: 010/2024** - Processo Nº: 033/2024. Torna Público A Abertura De Procedimento Licitatório, Na Modalidade Pregão Eletrônico, do Tipo Menor Preço, com critério de julgamento Global, que objetiva o Licenciamento de Solução Integrada de Tecnologia da Informação para Gestão Pública Municipal por Prazo Determinado, com Atualização Mensal, Instalação, Importação e Conversão; Parametrização de todos os Tributos, Tarifas, Aliquotas e Demais Informações que Devam Corresponder à Legislação Vigente, Treinamento aos Usuários dos Sistemas, Manutenções Futuras e Suporte Técnico aos Usuários, para Atender ao Paço Municipal, Câmara Municipal e o Instituto de Previdência de Santa Albertina/SP, Conforme Termo de Referência (Anexo I). A sessão de Pregão se dará no dia 01 de Julho de 2024 às 09:00 horas, na plataforma eletrônica no site: http://131.100.126.3:5657/comprasEdital. O prazo para credenciamento, proposta se transcorrerá impreterivelmente até às 08:30 horas do mesmo dia. Edital completo poderá ser adquirido pelos interessados pelo site da Prefeitura Municipal https://www.santaalbertina.sp.gov.br/. Outras informações (17) 3633-9300. Santa Albertina, 12 de Junho de 2024. GERSON FORMIGONI JUNIOR Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 138/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA SERRANA (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 13/06/2024 às 14h do dia 17/06/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **Ensino Médio**, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola;
c) Possuir Certificado de Conclusão do Curso de **Técnico de Enfermagem**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
d) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 36h/semanais.
Salário: **R$ 2.928,56**
(dois mil novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A PROVA TEÓRICA
(somente para os candidatos inscritos)

DATA: 30/06/2024 - 08h.
LOCAL: E.M.E.F. Profª Maria Celina W. Assis - Rua Antonio Honorio Ribeiro, 895, Vila Honório, Serrana/SP.

Os candidatos deverão comparecer ao local da Prova Teórica **30 minutos antes** da hora marcada para o início, munidos do documento de identidade original com foto, comprovante de pagamento bancário da inscrição, caneta de tinta azul, lápis preto e borracha.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 139/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

FARMACÊUTICO PARA ATUAR NA UNIDADE DE PESQUISA CLÍNICA (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 13/06/2024 às 14h do dia 17/06/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação de **Farmácia, Farmácia Bioquímica** ou **Farmácia Industrial**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.
Salário: **R$ 4.756,54**
(quatro mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº. 003/2024 - UASG 986609

Processo nº. 006/2024. Objeto:- O presente processo tem como objeto o Registro de Preços para eventual e futura locação de estruturas e equipamentos para realização de eventos município de Jeriquara, conforme edital e seus anexos. Total de itens licitados: 08. Entrega das Propostas: a partir de 13/06/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/06/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 13/06/2024 no Setor de Licitações sito à Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara-SP, CEP 14.450-000, fone/fax (16) 3134-8700, das 08h às 12h e das 13h às 16h, ou pelos sitios: www.jeriquara.sp.gov.br ou www.gov.br/compras.

EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024 – PROCESSO Nº 37/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada no preparo e fornecimento de refeições tipo marmitex, lanches e refrigerantes visando o atendimento à Saev Ambiental - Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga, destinadas aos servidores que realizam consertos e obras emergenciais, em horários diferenciados, inclusive aos finais de semana e feriados, em regime de fornecimento parcelado, durante o período de 1 (um) ano. **DATA DA REALIZAÇÃO: 26/06/2024. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** a partir do dia 13/06/2024 ao dia 26/06/2024 até as 08h00 (oito horas). **INICIO DA ETAPA DE LANCES:** dia 26/06/2024 a partir das 08h15 (oito horas e quinze minutos). **DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados na Divisão Administrativa "Engº Ambrósio Riva Neto" da Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.313, Centro, neste Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, e pelos endereços eletrônicos: www.saev.com.br, e www.bll.org.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos pelo telefone (17) 3405-9195.

Votuporanga, 12 de junho de 2024.
Marcelo Roncolato Cambrais - Superintendente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024
PROCESSO Nº 2023/0031599
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras

Encontra-se aberta na Defensoria Pública do Estado de São Paulo licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo escopo será a contratação de empresa especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, de acordo com as especificações do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 13/06/2024.
Data e hora da abertura da sessão pública: 27/06/2024, às 10h00.
O Edital estará disponível nos sites https://www.gov.br/compras e http://www.defensoria.sp.def.br.



PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 0678-24

Objeto: aquisição de licenças de softwares Adobe (lote 1), softwares Autodesk (Lote 2) e softwares diversos (Lote 3), para estações de trabalho da ITAIPU.

Condição de Participação: empresa legalmente estabelecida no Brasil.

Caderno de Bases e Condições: disponível no site https://compras.itaipu.gov.br.

Recebimento das Propostas: até às 9h (horário de Brasília) de **02 de julho de 2024.**

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Bruno Arnaldo Hug de Belmont V.
Superintendente Adjunto de Compras

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

COMUNICADO DE EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO
Data da Sessão Pública: 25/06/2024 – 08:00h
LOCAL: O PREGÃO será realizado na modalidade eletrônico através da plataforma www.gov.br/compras.
MAIORES INFORMAÇÕES: O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados, na Seção Técnica de Materiais, a partir de **13/06/2024 a 24/06/2024**, sito à Avenida Brasil Centro nº 56, Ilha Solteira/SP – Fones: (18) 3743- 1021 e/ou 18 3743 1295 / 1023 **das 08:30 às 11:30h e das 14:00 às 17:00h**, de segunda a sexta-feira, através dos endereços eletrônicos materiais.feis@unesp.br, e/ou através dos sites https://www.unesp.br/licitacao, www.gov.br/compras.
Processo n. 51/2024 – Pregão Eletrônico 90005/2024

Edital de Convocação - Pelo presente Edital, o **SINTERCUB Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas de Cubatão e Região**, por seu representante legal, convoca os trabalhadores associados ou não, **da categoria de Trabalhadores nas Empresas Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, Empresas Prestadoras de Serviços, em seu segmento de Escolas, alimentação escolar, merenda escolar e assemelhados**, com abrangência territorial em; Bertioga, Cajati, Cananéia, Caraguatatuba, Cubatão, Eldorado, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatú, Mongaguá, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruibe, Praia Grande, Registro, Rio Grande da Serra, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada de forma **Itinerante e Presencialmente**, sendo esta última na sede do SINTERCUB localizada na Rua Bernardino de Pinho Gomes, 741, Cubatão, no dia **21/06/2024 às 18:00hs**, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **a)** Discussão e formulação da Pauta de Reivindicações a ser apresentada ao setor patronal, referente à data-base da Categoria Profissional em 1º de agosto; **b)** Autorização e delegação de poderes ao Sindicato para negociar e formalizar Instrumento Normativo com o **SINDIMERENDA - Sindicato das Empresas Fornecedoras de Alimentação Escolar, Merenda Escolar e Assemelhados do Estado de São Paulo**, instaurar processos administrativos, judiciais e/ou dissídio coletivo junto ao TRT e, se necessário, iniciar movimento grevista; **c)** Discussão e aprovação do valor do custeio sindical e/ou Mensalidade Associativa, Contribuição Assistencial Negocial e Cota Assistencial, serem efetuados mediante desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse a esta entidade sindical, respeitando o direito de oposição dos trabalhadores quanto às aludidas contribuições; **d)** Discussão e deliberação a respeito do envio da Relação Nominal dos Trabalhadores pelas empresas. Não havendo número legal de trabalhadores presentes em 1ª convocação, a assembleia será realizada 30 minutos após em 2ª convocação, às 18hs30 com qualquer número de trabalhadores presentes. Cubatão/SP, 11 de junho de 2024. **Abenésio Dos Santos** - Diretor-Presidente

= Leilão de Alienação Fiduciária =

1 Leilão: (Vinte e seis de Junho de dois mil e vinte e quatro às dez horas); 2 Leilão (Vinte e oito de Junho de dois mil e vinte e quatro às dez horas) - Horários de Brasília.

JONAS COIMBRA, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1228, com escritório na Rua Marechal Bittencourt nº-1089-F, Vila Nova, Jaú/SP CEP 17202-160 **FAZ SABER** a todos quando o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver que levará a **PUBLICO LEILÃO**, de modo online, nos termos da Lei 9.514/97, art.º27 e parágrafos, autorizado pelo **credor fiduciário** RESERVA DA BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, CNPJ 21.828.292/0001-25, nos termos do instrumento particular firmado em 04/09/2019 com os devedores fiduciantes **FRANCISCO SANTIAGO JUNIOR, portador do CPF 397.547.778-45, e o RG 46.192.045-1,** residentes e domiciliados na cidade de IGARAÇU DO TIETÊ/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO** 26/06/2024 às 10:00 horas com lance mínimo igual ou superior **R$ 131.935,40 (Cento e trinta e um e mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)** - atualizando conforme disposição contratual, **UM LOTE DE TERRENO**, de nº 13, quadra I (Atual Rua Avelino Macacari), com área total de 332,62 M², melhor descrito na matricula de n 28.807 do OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE BARRA BONITA/SP. Cadastro Municipal 01.01.268.0130.001, SEM BENFEITORIAS, DESOCUPADO Venda em caracter ad corpus e no estado de conservação que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** 28/06/2024 às 10:00 horas com lance minimo igual ou superior **R$ 341.297,97 (Trezentos e quarenta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos)** nos termos do art.º27 §2 da Lei 9.514/97). Os interessados em participar deverão se **cadastrar na loja Coimbra Leilões** (www.coimbraleiloes.com.br), se habilitar com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas de início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NA LOJA COIMBRA LEILOES. Informações: 14-3418-5420/contato@coimbraleiloes.com.br

FRAZÃO Leilões — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10174878208, no qual figuram como **Fiduciantes MIRACHE VILLAR OLIVEIRA**, vendedora, RG nº 47.840.349-5-SSP/SP, CPF/MF nº 447.773.598-75, e seu marido **THIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS BRITO**, empresário, RG nº 34.617.171-4-SSP/SP, CPF/MF nº 303.354.258-10, ambos brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em São Bernardo do Campo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 28/06/2024/2024 às 16h00min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 447.000,00** (quatrocentos e quarenta e sete mil reais), **o imóvel objeto da matrícula nº 470.975 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo/SP.**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: "Um prédio residencial, com 50,00m², de área construída, e seu respectivo terreno, situado à Praça Emílio Escudeiro, nº 34, Jordanópolis, com as seguintes medidas: 7,35 metros de frente para a citada rua, por igual medida nos fundos, e 15,50 metros, da frente aos fundos de ambos os lados, perfazendo a área total de 113,925m², confrontando pela frente com a citada Praça Emílio Escudeiro, à direita de quem da frente olha o imóvel, com o prédio nº 28, de Odivaldo Henrique dos Santos, à esquerda com o prédio número 40 da Laeb Adler, e nos fundos com o prédio de número 214, de Ariosto Crisóstomo Filho". **Inscrição Municipal:** [illegible]

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online **zuk**

Credora Fiduciária: ESC LOTEAMENTO DE IMÓVEIS LTDA
Fiduciantes: EMERSON BASTOS SANTOS e NERIELSON SANTANA SANTOS

LOTE 01 - **O terreno** constituído pelo lote 03 da quadra 05, do loteamento denominado "Jardins do Líbano", perímetro urbano do município de Guarulhos/SP, que assim se descreve: "mede 6,00m de frente para a Rua 05; do lado direito, de quem da rua olha, mede 25,00m, onde confronta com o lote 04; do lado esquerdo mede 25,00m, onde confronta com o lote 02; e nos fundos mede 6,00m, onde confronta com o Sistema de Lazer "E", encerrando a área de 150,00m²." O lote está localizado do lado direito de quem da Rua 05 segue para a Rua 3 e situa-se a 17,67m do ponto formado pelo encontro da Rua 5 com Rua 3. **Imóvel objeto da matrícula nº 120.998 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Guarulhos/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: 1º Leilão: 25/06/2024, às 13:00 h.** Lance mínimo: **R$ 146.972,91. 2º Leilão: 26/06/2024, às 13:00 h.** Lance mínimo: **R$ 159.722,04.**

O arrematante pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site Leiloeiro Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiaçu/SP torna público aos interessados a retificação do edital, referente do **Pregão Eletrônico nº 023/2024**. Processo licitatório nº 044/2024. TIPO: DE MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, E.P.I, HIGIENE PESSOAL E DESCARTÁVEIS, para diversos departamentos do município de Guapiaçu/SP, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 25/06/2024 às 09:00hrs no site: http://187.8.185.250:8079/comprasedital/ EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 12/06/2024. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 056/2024 – Processo nº 093/2024

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para realização de exames de ultrassom. **Data de Abertura:** 28 de junho de 2024 às 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olímpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 12 de junho de 2024.**

Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical - SINDNAPI - Edital de "Retificação da Ordem do Dia" para que conste: "para os fins e efeitos de direito o edital publicado no jornal Folha de São Paulo edição nº 34.763,em 06 de junho de 2024 constou: **"3)** Apresentação e Deliberação sobre o Plano Administrativo e Financeiro Geral e a Previsão de Receitas e Despesas para o exercício do ano de **2023. Devendo ser retificado para 2024 - assim a ordem do dia da assembleia de 19.06.2024 será: "3)** Apresentação e Deliberação sobre o Plano Administrativo e Financeiro Geral e a Previsão de Receitas e Despesas para o exercício do ano de **2024".**

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 876/2024
PROCESSO LICITATÓRIO:23/24 – PREGÃO ELETRÔNICO:12/2024

Nos termos do inciso IV do Art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Taguaí, **EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, após cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o Processo Licitatório **23/24, PREGÃO ELETRÔNICO:** 12/2024 para **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO** e ADJUDICA os itens **1, 2. C.C. FREITAS CONCRETO LTDA. Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 355.800,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos reais).** Acesso integral da ata pelo site https://pncp.gov.br/app/editais/46223723000150/2024/12. Taguaí-SP, 12 de junho de 2024. EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ. Prefeito Municipal de Taguaí.

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS USP

AVISO DE LICITAÇÃO A Escola de Engenharia de São Carlos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024** – EESC/USP Nº da Licitação: 90002/2024 PROCESSO SEI Nº: 154.00002122/2024-81 Objeto: PAPEL SULFITE A3 E A4 Prazo de início do Recebimento das Propostas Eletrônicas: 13/06/2024 Sessão de Disputa: 26/06/2024 às 09h00 O acesso à sessão é por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal", através do sítio www.compras.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 13/06/2024, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes, www.eesc.usp.br, www.imprensaoficial.com.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA - SECRETARIA DE FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 69/2024 – Pregão Eletrônico nº 17/2024

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de cálculos judiciais, com atuação nas esferas trabalhistas e cível, incluindo contestações, manifestações e impugnações, visando o atendimento das necessidades da Procuradoria Geral do Município. O Município de Adamantina informa a abertura do **Pregão Eletrônico nº 17/2024** que será realizado às **09h00min** do dia **28/06/2024**. O Edital poderá ser retirado nos links: www.bllcompras.org.br e www.adamantina.sp.gov.br. Informações pelo fone (18) 3502-9010 ou 9045. O presente Pregão Eletrônico será processado e julgado de acordo com a **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

Adamantina, 12 de junho de 2024.
JOÃO LOPES DE OLIVEIRA - Secretário de Finanças

SINDIVIGILÂNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO

Sindicato da Categoria dos Vigilantes e Trabalhadores em Vigilância e Segurança Privada, Orgânica, Eletrônica, Conexas e Similares Afins de São José do Rio Preto e Região. "Sindivigilância Rio Preto". CNPJ 53.215.307/0001-76. Sede foro jurídico – São José do Rio Preto/SP, Rua Fritz Jacobs, n. 268, Bairro Boa vista. **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO QUADRO SOCIAL – EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** O presidente convoca por este edital, os associados em dia com as obrigações sociais estatutárias, para se reunirem em assembléia geral ordinária, na sede do Sindicato, no dia 28/06/2024, às 18:00hs em 1ª convocação com quorum regimental ou, em 2ª convocação às 19:00hs, no mesmo local, com qualquer número presente, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) ata anterior; 2) votação da prestação de contas da diretoria – exercício 2023, balanço financeiro e patrimonial, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal do Sindivigilância Rio Preto. São José do Rio Preto/SP, 12/06/2024. Sebastião Antonio da Silva Filho - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSVALDO CRUZ

AVISO DE LICITAÇÃO

PP 21/24 – OBJ.: Reg. Preços p/ futura e eventual aquisição de 30.000m2 de Grama tipo Mato Grosso c/ serviço de plantio incluso, p/ serem usadas na conservação de praças, jardins, campos de futebol, taludes, dissipadores e cabeceiras de pontes e urbanização de prédios públicos e urbanização de vias públicas do mun., p/ um período de 12 meses, conf. especif. e quant. constantes do Termo de Ref.. A data de realização dos lances será no dia 28/06/24 às 09:00h. O Edital encontra-se disp.: no site do Mun. www.osvaldocruz.sp.gov.br, botão Menu Transp., Submenu Licit.

Osvaldo Cruz, 12/06/24 – Vera Lúcia Alves – Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Concorrência Pública nº 07/2024 – Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: **Contratação de empresa especializada para execução de obra de recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Torrinha/SP, com toda a mão de obra, material e equipamentos necessários para a execução dos trabalhos, através do repasse dos recursos financeiros oriundos de Contrato de Repasse sob nº 952999//2023/MCIDADES/CAIXA. EDITAL NA ÍNTEGRA:** Disponível nos sites: www.bllcompras.com e www.torrinha.sp.gov.br. **CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS:** a partir do dia 13/06/2024 às 18:00h no site www.bllcompras.com. **FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** -28/06/2024 às 08:00h (horário de Brasília) no site www.bllcompras.com.

Lucimara Aparecida Gorgonha Catossi - Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

Aviso de Licitação nº 037/2024 - Processo Licitatório nº 072/2024 - Pregão Presencial (SRP) nº 033/2024

Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de materiais odontológicos para o departamento municipal de saúde pelo período de 12 (doze) meses. **Data da Sessão Pública:** 01/07/2024 às 08:30hs. **Local:** Departamento de Licitações, localizado na Rua São Paulo, 131 - centro. O Município de Buritizal, através do Prefeito Municipal, torna público que na data, horário e local acima assinalado realiza na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço. **Local e horário para retirada do edital:** Setor de Licitações, Rua São Paulo, 131 - centro, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, e pelo site **www.buritizal.sp.gov.br**.

Publique-se, Buritizal/SP, 12 de junho de 2024.
(a) Daniel Sarreta - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO - PROCESSO N° 099/2023

CONTRATO N° 256/2023 - CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - CONTRATADA: ENGCON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP - ASSINATURA: 11/06/2024 - OBJETO: Fica suprimido do referido contrato o valor de R$ 5.633,47 (Cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e quarenta e sete centavos), que corresponde a 0,51% (Cinquenta e um centésimos por cento) da Planilha Orçamentária Inicial. As demais cláusulas permanecem inalteradas. MODALIDADE: Concorrência nº 007/2023.

Fernandópolis, 12 de junho de 2024.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 016/2024 – DL/PMPA. **Órgão:** POLÍCIA MILITAR DO PARÁ.
Objeto: Aquisição de ferraduras e cravos para utilização nos semoventes carga da Polícia Militar do Estado do Pará.
Data e hora de abertura: 27/06/2024, às 9h (horário de Brasília).
Local: www.gov.br/compras.
Informações: (91) 98421-0841.
Pregoeiro: PATRÍCIA LOBATO DIAS – SD QPMP-0 RG 43884.
O edital se encontra disponível nos sites: www.compraspara.pa.gov.br e www.gov.br/compras.

Belém-PA, 12 de junho de 2024.
NELSON ALVES DE SENA – CEL PM RG 29194 - Diretor de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2024; PROCESSO Nº. 046/2024; OBJETO: **CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO BAR DA PRAIA E QUIOSQUES ADJACENTES.** MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA; TIPO: Maior Oferta; ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10H00min do dia 22/07/2024. INÍCIO DA SESSÃO: Às 10H00min do dia 22/07/2024; LOCAL: Depto. de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaborandi, situado na Rua Antônio Bruno, nº. 466, Centro, Jaborandi/SP.
Informações: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Jaborandi/SP, Rua Antonio Bruno, nº 466 - Centro, ou pelos telefones (17) 3347-9999 e (17) 3347-9900, ou ainda, licitacao@jaborandi.sp.gov.br ou licitacaojaborandi@gmail.com nos dias úteis.

Jaborandi/SP, 12 de Junho de 2024.
Silvio Vaz de Almeida
Prefeito Municipal
Fernando Henrique Sales
Agente de Contratação

bradesco — EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE CASA - AREIÓPOLIS/SP — FREITAS

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1ºou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: **www.freitasleiloeiro.com.br**. **Localização do imóvel: Areiópolis-SP**. Conjunto Habitacional Comendador José Zillo. Areiópolis II. Rua Vereador Marcelino Pereira da Cruz, 337, esquina c/ a Rua Vereador Procópio Vieira Rodrigues (Lt. 11 da qd. I [lançada no IPTU qd. III]). **Casa**. Áreas totais: terr. 192,00m² (lançada no IPTU 200,00m²) e constr. 103,64m² (lançada no IPTU 127,67m²). Matr. 21.276 do RI de São Manuel/SP. Obs.: Consta Ação de Cumprimento de Sentença, processo nº 0000214-57.2024.8.26.0581, em trâmite na 1ª Vara do Foro de São Manuel/SP. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda" dos imóveis constantes do edital. Regularização e encargos perante os órgãos competentes das divergências das áreas de terreno e construída apuradas no local com as lançadas no IPTU e averbadas no RI, bem como de eventual divergência da identificação da quadra, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). 1º Leilão: 08/07/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: **R$ 343.565,54.** 2º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: **R$ 130.848,30** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/ e www.FREITASLEILOEIRO.com.br**